

Coleção Pré-Vestibular

Elaborado de acordo com
as matrizes do ENEM

HISTÓRIA

Ciências Humanas e suas Tecnologias

História 1

- Módulo 1:** Introdução aos estudos das Ciências Humanas; Cultura, patrimônio e memória social; Formação dos Estados teocráticos. 1
- Módulo 2:** Aspectos sociais e culturais do Oriente Antigo 22
- Módulo 3:** Evolução política na Grécia Antiga – A sociedade grega na Antiguidade 29
- Módulo 4:** Evolução política e social de Roma; A cultura greco-romana 41
- Módulo 5:** Germânicos, bizantinos e árabes; O mundo feudal; A Igreja medieval. 56
- Módulo 6:** Baixa Idade Média; Cultura medieval 69

História 2

- Módulo 1:** A conquista da América portuguesa; A história social dos povos africanos e indígenas; A economia açucareira 80
- Módulo 2:** A mineração no Período Colonial e as atividades subsidiárias; A formação territorial brasileira 94
- Módulo 3:** As revoltas coloniais; Período Joanino e a transição para a independência 104

Neste livro:

Módulo 1: Introdução aos estudos das Ciências Humanas; Cultura, patrimônio e memória social; Formação dos Estados teocráticos1

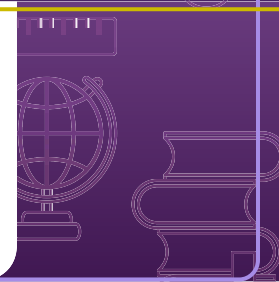
Módulo 2: Aspectos sociais e culturais do Oriente Antigo22

Módulo 3: Evolução política na Grécia Antiga – A sociedade grega na Antiguidade29

Módulo 4: Evolução política e social de Roma; A cultura greco-romana 41

Módulo 5: Germânicos, bizantinos e árabes; O mundo feudal; A Igreja medieval.....56

Módulo 6: Baixa Idade Média; Cultura medieval.....69



Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado	
C	3
H	11,12,15

Módulo
1

Introdução aos estudos das Ciências Humanas; Cultura, patrimônio e memória social; Formação dos Estados teocráticos

Ciências Humanas

A expressão “ciências humanas” designa uma gama de estudos organizados, cujo objeto central é o ser humano em sua totalidade, e engloba reflexões variadas sobre sua vida social, psíquica, política, religiosa etc. Entre as Ciências Humanas, destacam-se a Filosofia, a Sociologia e a História, e cada uma, em sua especificidade, tem contribuído para a ampliação do conhecimento a respeito do ser humano.

A Filosofia surgiu na Grécia Antiga como um saber reflexivo e racional que busca construir questionamentos sobre a relação do ser humano com o conhecimento (Epistemologia), problematizações de questões essenciais que estão além do mundo material (Metafísica) e de questões morais a respeito do comportamento correto (Ética). A Sociologia nasceu na Europa do século XIX como uma disciplina que tentaria compreender as profundas transformações sociais sofridas pela Europa industrial, pretendendo esclarecer o funcionamento das sociedades. A História, de origem ocidental, também surgiu na Grécia Antiga como um esforço de investigar o passado e com o objetivo de criar uma memória social sobre eventos decorridos.

Convém salientar que o uso do termo **ciência** para essas disciplinas comporta ressalvas, porque suas metodologias não são idênticas às das Ciências da Natureza. O objeto de conhecimento das Ciências Humanas não é passível de experimentações e de comprovações laboratoriais e, na maioria das vezes, são fenômenos que não se repetem (como no caso da História) ou impossíveis de comprovação experimental (como no caso da Filosofia).

História e Historiografia

Origem da História

A palavra **história** vem do antigo grego jônico, e sua raiz etimológica tem significado ligado à ideia de “investigação”, no sentido de procurar saber sobre algo que ocorreu e, por meio dos fatos, produzir um discurso sobre o acontecido. Apesar de ser comumente conhecida como “a ciência que estuda os fatos do passado”, a conceituação de História é difícil e está sujeita a polêmicas, pois sofre constantes alterações, sobretudo porque as correntes de pensamento tentam dar sua própria versão.

Atribui-se ao grego Heródoto (485-420 a.C.) o título de “pai da História”, por seu esforço pioneiro na investigação das guerras entre gregos e persas, registro produzido de forma racional e pautado em entrevistas com testemunhas, técnica também reproduzida por Tucídides (460-400 a.C.).

Historiografia: a escrita da História ao longo do tempo

O termo **história** comporta pelo menos dois sentidos: no primeiro, há uma noção comum de acontecimento, encadeamento cronológico e linear dos fatos ao qual se dá o nome de processo histórico; o segundo sentido relaciona-se à Historiografia e refere-se à produção de conhecimentos a respeito desse processo histórico, analisando como a História foi sendo escrita no decorrer do tempo em diversas sociedades e sob variadas influências.



Reprodução

As sociedades da Antiguidade Oriental, como Egito e Mesopotâmia, possuíam uma produção narrativa sobre o passado conhecida como história teocrática, na qual as ações humanas eram fruto de influências divinas. No entanto, tal concepção de história foi parcialmente rompida pelos gregos, sendo, posteriormente, retomada pelos romanos.

Após a queda do Império Romano (século V d.C.), a noção de história dentro da Europa sofreu uma modificação, pois, sob a influência da Igreja Católica, os acontecimentos passaram a ser vistos como se fossem guiados pela lógica da providência divina, que resultou em uma visão linear do processo histórico, o qual teria um início na criação e um término com o juízo final.

As transformações sofridas pela sociedade europeia no século XII, como a intensificação do comércio e da vida urbana, influenciaram no desenvolvimento do humanismo, movimento

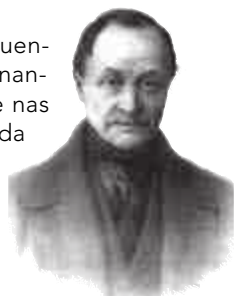
que valorizava a figura do ser humano, dando-lhe total centralidade, sob os mais variados aspectos. Tal concepção esteve no cerne do Renascimento Cultural (séculos XIV-XVI) e ajudou a retomar a interpretação da história voltada ao ser humano. A tendência foi intensificada pelo Iluminismo (século XVIII), o qual entendeu o processo histórico como um desdobramento da razão, e não da vontade divina, contribuindo para a liberdade do ser humano e apontando sempre para o contínuo aperfeiçoamento de sua existência, destacando-se a noção de progresso.

Correntes historiográficas do século XIX

O século XIX foi marcado pela manifestação de várias teorias sobre a história humana e sua natureza enquanto conhecimento. Nesse período, surgiram duas concepções de grande importância, mas muito distintas entre si, que influenciaram os séculos seguintes sobre a interpretação do processo histórico e a escrita de seu método.

Positivismo – A Escola Metódica

O positivismo foi uma das mais influentes correntes de pensamento predominantes na Europa, tendo alcance inclusive nas Américas. Postulava a dedução de leis da natureza para fundamentar melhor a compreensão das sociedades humanas, revelando uma influência dos paradigmas das ciências naturais. Um dos principais idealizadores do positivismo, Auguste Comte, costumava chamar sua teoria de Física Social.



Auguste Comte

No entanto, para apreender tais leis, seria necessário primeiro conseguir obter de maneira fiel os fatos em sua integralidade, pois os dados seriam a base para a dedução das referidas leis sobre o processo histórico. Tem-se, então, a grande função da História para o positivismo: resgatar o passado para que a Sociologia pudesse descobrir as leis que regem a sociedade. Essa ideia positivista consolidou a concepção de que a regularidade dos fatos do passado é o cerne do conhecimento histórico. Além disso, sua pretensão à exatidão fez com que se acreditasse que o historiador fosse realmente capaz de acessar os eventos tal qual aconteceram, sendo ele um pesquisador neutro e imparcial.

O desenvolvimento do positivismo coincidiu com a emergência de um sentimento nacionalista em vários países europeus no século XIX. Muitos Estados nacionais procuravam organizar seus arquivos públicos como uma forma de produzir um passado legitimador para seus governos. Tal coincidência fez com que a História, sob a influência positivista, se concentrasse na documentação oficial dos governos, em detrimento de outros tipos de documentação ou de fontes históricas. Dessa forma, os positivistas ajudaram no desenvolvimento de uma classificação dos documentos (verificação de originalidade). Porém, o positivismo acabou reforçando uma visão de História que se tornaria senso comum: uma ciência que estuda os fatos passados, sempre vinculados a grandes heróis e figuras nacionais, enquanto o historiador, de maneira neutra, investiga o passado e o apreende de forma integral e pura.

Marxismo

Outra importante corrente filosófica que influenciou os estudos históricos no século XIX foi o marxismo: definição usada para os estudos do filósofo alemão Karl Marx e, sobretudo, para os que posteriormente interpretaram suas teorias.

Marx discordou veementemente de que as ideias seriam a fonte de construção da realidade tal qual era conhecida, premissa defendida pela concepção do idealismo. Em oposição a tal visão, ele destacou a primazia dos fatores materiais e econômicos na construção do mundo social. O chamado **materialismo histórico** periodizava a história humana de acordo com as características econômicas de cada sociedade. Portanto, para compreender o processo histórico humano, era necessário analisar as bases econômicas de cada sociedade, verificando suas contradições.



Karl Marx

A **luta de classes**, vista pelo marxismo como o “motor da história”, tem início quando a sociedade passa a ser dividida entre a classe dos dominantes (donos dos meios de produção) e dos dominados (detentores da força de trabalho).

O marxismo defendia uma práxis de intervenção na realidade com o objetivo de promover transformações sociais. A industrialização europeia, cada vez mais difundida mundialmente, forneceria as condições materiais necessárias para que o proletariado emergisse como agente revolucionário, que derrubaria o capitalismo e instalaria um regime marcado pelo igualitarismo e pela ausência de exploração econômica: o **socialismo**.

A concepção marxista trouxe para a discussão historiográfica algo aparentemente incontestável: a influência que os fatores econômicos têm na organização das sociedades e no desenrolar dos acontecimentos históricos. Contudo, tal ênfase levou à chamada Teoria do Reflexo, na qual todas as esferas da vida humana (política, leis, educação, religião, cultura etc.) seriam mero reflexo da estrutura produtiva, ou seja, aquilo que Marx chamava de **superestrutura**, um aparato ideológico, político e institucional sem autonomia e submetido às transformações da base econômica, a chamada **infraestrutura**.

Revolução historiográfica do século XX – A Escola dos Annales

Esse grupo poderia ser também denominado Movimento dos Annales, dada sua heterogeneidade e suas origens ligadas a intelectuais de várias disciplinas das Ciências Sociais, que criticaram e combateram a influência positivista em diversos campos das Ciências Humanas no final do século XIX. Esse movimento se originou na França, sob a forma da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 com direção de Marc Bloch e Lucien Febvre. As inovações propostas e defendidas por eles tiveram impacto permanente na pesquisa histórica, com efeitos revolucionários para a História.

Primeiramente, os *Annales* defendiam a chamada história total, que investigava as várias esferas da experiência humana, como economia, política, sociedade e cultura, abrangendo suas manifestações letradas, oficiais, populares e cotidianas. Além de defender a interdisciplinaridade da História



Marc Bloch

com outros campos do conhecimento, o grupo passou a defender que a História seria um conhecimento cientificamente conduzido (e não uma ciência no sentido exato do termo) com base na “história-problema”, em que o historiador propõe uma investigação sobre determinado aspecto do passado e busca, por meio de constante construção e reconstrução de hipóteses, obter respostas sobre tal aspecto problematizado, sempre apoiado em fontes históricas.



Lucien Febvre

O movimento atacou a ênfase positivista na documentação oficial, passando a considerar qualquer vestígio histórico como sendo digno de ser analisado pelo historiador. Portanto, em sua visão, o fato histórico não seria mais uma “descoberta” ou “resgate” (como diziam os positivistas), mas fruto da construção do historiador, que realiza sua atividade influenciado por sua formação cultural e ideológica e nunca de maneira neutra e imparcial.

Os *Annales* e a revista continuam existindo até hoje, e, embora institucionalizados (ligados à universidade), têm sofrido críticas especializadas por promoverem uma espécie de desordem epistemológica ao fragmentar o objeto histórico, resumida na frase “tudo é história”.

Saiba mais

Tendências historiográficas contemporâneas

Os historiadores vinculados à Escola dos Annales ambicionavam uma História que também abordasse os “mecanismos psíquicos” e a “aparelhagem mental” dos indivíduos nas sociedades, considerando-as estruturas históricas de longa duração (ou seja, modificavam-se muito lentamente). Embora os indivíduos não percebessem (por se tratarem de arcabouços de pensamento inconscientes), tais estruturas devidamente analisadas pelos historiadores revelariam maneiras de ser, valores e sentimentos presentes no cotidiano históricos dos seres humanos em sociedade. A preocupação do historiador em analisá-las foi denominada **história das mentalidades**. Tal preocupação já estava presente nas obras dos fundadores dos Annales: Lucien Febvre escreveu sobre o problema da incredulidade religiosa no século XVI, e Marc Bloch, a respeito da crença popular no poder de cura de reis medievais.

Essa abordagem teórica ganhou muita força nos anos 1970 quando paradigmas explicativos da História foram questionados em suas pretensões totalizantes, por movimentos vinculados a novos grupos sociais em processo de afirmação (como feministas e negros), propondo novas questões para a História. Foi nesse contexto de efervescência social e filosófica que ganhou espaço uma corrente que passou a ser conhecida como **história cultural**. Influenciada pela Psicologia e Antropologia, compreendia o conceito de cultura como um conjunto de significados socialmente construídos e partilhados por grupos sociais na História, pelos quais tais grupos atribuem sentidos ao mundo e às suas ações.

Desse modo, a história cultural propunha a investigação do passado humano mediante suas representações culturais: imagens e discursos que expressariam as mentalidades das pessoas em sua historicidade e as maneiras pelas quais diversos grupos concebiam a realidade. Tais representações eram construções simbólicas mobilizadoras

de reconhecimento e legitimidade, podendo ser encontradas em pinturas, canções, romances, discursos, poesias, construções, hábitos alimentares, relações de parentesco, percepções do corpo, sexualidade etc. Essa capacidade de grupos humanos em representar o mundo real por meio de diversos tipos de imagens e discursos passou a ser chamada pelos historiadores de **imaginário**.

Outra corrente historiográfica representativa do ponto de vista epistemológico da História surgiu na Itália após os anos 1970 e ficou conhecida como **micro-história**. Influenciada pela história cultural, bem como pela Antropologia, Economia e Demografia, propunha essencialmente uma investigação que aplicasse uma redução da escala de análise, detendo-se em objetos mais específicos (indivíduos ou grupos familiares, por exemplo), submetendo-os a uma análise mais detalhada e microscópica por parte do historiador. Isso exigia que a interpretação dos documentos fosse sempre atenta a detalhes que poderiam ser extremamente significativos para a compreensão das características sociais e históricas. Nesse sentido, a micro-história acredita que o micro contém o macro e que aspectos aparentemente banais ou pitorescos do cotidiano podem revelar significativos detalhes da dinâmica social e cultural de certos contextos históricos.

Considerações finais sobre a História

Esse breve estudo feito acerca das concepções desta disciplina e da atividade do historiador mostra o quanto a definição de História pode ser complexa e variada, além de evidenciar o quanto a tradicional definição do senso comum de “ciência que estuda os fatos do passado” é vaga e problemática. Isso porque o caráter científico da História é muito diferente daqueles de diversas disciplinas pertencentes às Ciências Naturais, baseados na experimentação repetida e nas observações dos fenômenos. O historiador nunca vai ter acesso ao passado empiricamente, portanto seu objeto é inatingível, nem mesmo os documentos encontrados fornecerão a totalidade de informações sobre determinado fato decorrido, daí porque o objeto de estudo da História também é indelimitável e inesgotável. O historiador só tem acesso a vestígios parciais deixados por pessoas que viveram em tempos pretéritos. O **fato histórico** não tem existência em si mesmo, ele sempre é fruto da construção do historiador, que escolhe qual fato vai narrar e de que maneira vai abordá-lo e apresentá-lo em suas análises.

Dessa forma, por mais que o historiador tente produzir um conhecimento de caráter científico, ou seja, baseado em regras e métodos racionais específicos, ele jamais poderá realizar experiências para comprovar suas teorias. Por isso os livros de História não podem trazer a descrição narrativa do passado como uma comprovação empírica (tal pretensão é considerada impossível), mas apenas uma versão reconstruída e parcial sobre tal passado. Portanto, a História perde em rigor científico em relação às Ciências da Natureza, e, ao contrário destas, a História tem dificuldades para chegar ao consenso que permita excluir determinadas ideias e conceitos opostos entre si.



O tempo é a matéria-prima da História.

O saber historiográfico pode ser considerado um conhecimento baseado na investigação do passado por meio do levantamento de um *corpus* documental que recebe o olhar do historiador, que, diante de uma problematização, procura interpretar vestígios e sinais dentro dessa documentação, produzindo um discurso coerente e com sentido elaborado. O resultado desse estudo deve ser um conhecimento incompleto, parcial e provisório, mas, nem por isso, menos instrutivo.

Tempo histórico e suas periodizações

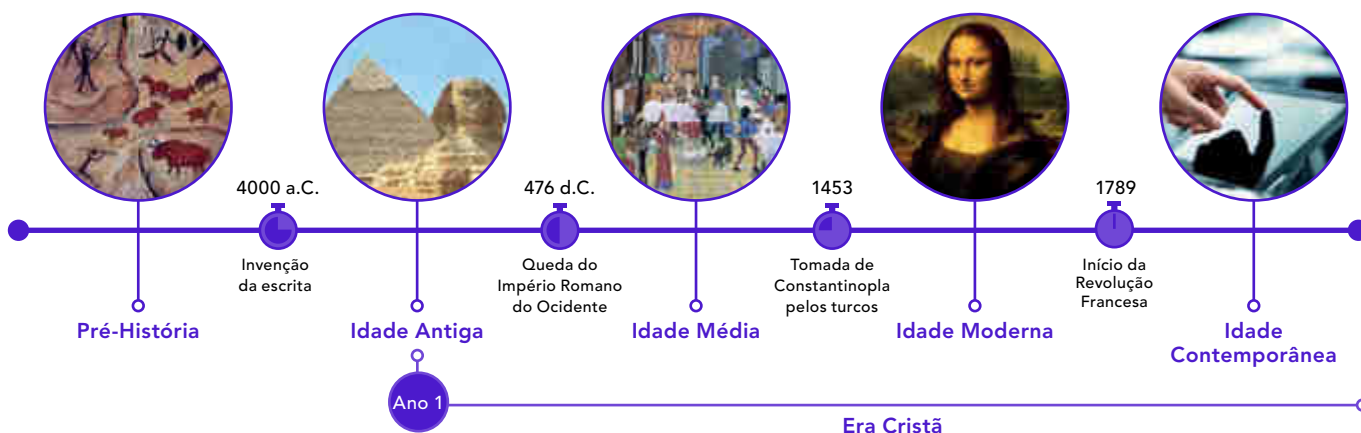
Possivelmente, os primeiros seres humanos passaram a perceber o tempo com base na observação do movimento dos astros e dos ciclos do dia e da noite.

Apesar de ser considerada como um dado óbvio pelo senso comum, a existência do tempo é compreendida, pelas ciências em geral, como algo complexo e profundamente abstrato. Do ponto de vista da Física atual, o tempo seria a quarta dimensão da realidade e do espaço (ao lado de aspectos como comprimento, altura e largura).

As sociedades ocidentais têm na cronologia um dos pontos centrais da organização da vida social. A elaboração de calendários é, portanto, um esforço de enquadrar e mensurar o tempo natural que se pauta nos ciclos das estações e dos astros. Esse esforço de “domesticação” do tempo acompanha a humanidade desde as épocas mais antigas, sobretudo com o advento das primeiras civilizações. O esforço histórico para identificar eventos ocorridos e classificá-los dentro de periodizações tem como um dos objetivos tornar as datações historicamente pensáveis, principalmente para apreender as mudanças ocorridas.

Para efeitos didáticos, adota-se uma divisão que, não obstante ser tradicional e eurocêntrica, ainda é um importante instrumento para organizar os estudos presentes neste livro:

- até 4000 a.C. (advento da escrita): Pré-História;
- de 4000 a.C. até 476 d.C. (Queda do Império Romano do Ocidente): Antiguidade;
- de 476 d.C. até 1453 (conquista de Constantinopla pelos turcos): Idade Média;
- de 1453 até 1789 (eclosão da Revolução Francesa): Idade Moderna;
- de 1789 até os dias atuais: Idade Contemporânea.



A aventura humana no planeta Terra

A origem do Universo e da espécie humana é objeto de controvérsias entre religiosos e cientistas. Os primeiros tendem a considerá-la como fruto da ação de uma inteligência superior, que planejou e executou o surgimento de tudo: é o chamado criacionismo. A concepção criacionista que mais influenciou a cultura ocidental é a judaico-cristã que, interpretando os textos bíblicos (sobretudo o livro de Gênesis), concluiu que o ser humano e o Universo teriam uma existência muito recente. No século XVII, por exemplo, o bispo James Ussher, tomando por base genealogias bíblicas e cálculos astronômicos antigos, concluiu que a criação do Universo por Deus teria ocorrido no início da noite de 22 de outubro de 4004 a.C.

As pesquisas científicas, por sua vez, sugerem que o Universo surgiu por meio de uma explosão cósmica primordial há 13 bilhões e 700 milhões de anos. No decorrer de muito tempo, a Terra foi adquirindo características que tornaram possível o surgimento da vida. As adaptações e as mutações de simples organismos unicelulares contribuíram para a formação da diversidade biológica atual.

Em 1859, o naturalista Charles Darwin publicou o livro *A origem das espécies*, no qual abordou o papel do meio ambiente na seleção dos organismos mais bem adaptados a ele, caracterizando a seleção natural. O próprio ser humano seria fruto desse processo, e não de uma criação divina especial.

Desde então, algumas correntes científicas passaram a aceitar que o ser humano, com suas características atuais, foi fruto de um longo processo evolutivo que teve início há milhares de anos. A evolução do gênero *Homo* ocorreu há cerca de 2,5 milhões de anos a partir dos australopitecíneos. Portanto, do ponto de vista darwinista, o ser humano não “veio do macaco” como o senso comum reproduz, mas de ancestrais comuns com os chimpanzés.

O ramo dos primatas, que começou a se diferenciar, desenvolveu, no decorrer de milhões de anos, características bem peculiares, entre as quais destacam-se:

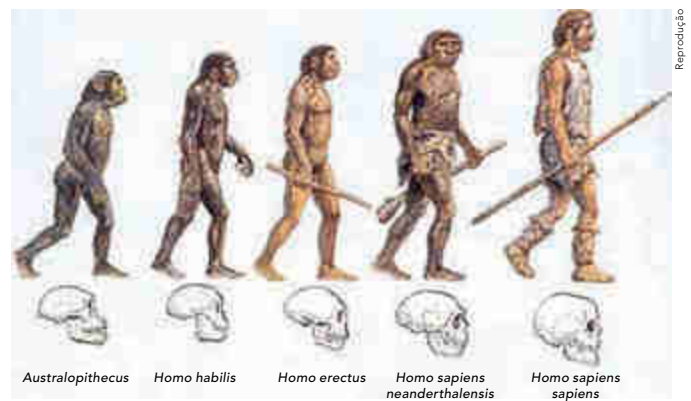
- preferência pela postura bípede, permitindo-lhes descer das árvores e olhar por sobre a vegetação em busca de presas ou de predadores;
- desenvolvimento do uso do polegar opositor, permitindo a realização de operações manuais mais delicadas e a confecção de ferramentas;
- articulação de uma linguagem progressivamente oralizada, permitindo a comunicação e a transmissão de conhecimentos entre os membros dos bandos;
- aumento do crânio;
- redução dos maxilares e dos dentes.

Todas essas mudanças também repercutiram positivamente no funcionamento do seu cérebro, passando a realizar operações cada vez mais complexas e subjetivas que concederam à espécie humana uma série de vantagens na luta pela sobrevivência em relação às outras espécies animais. Acredita-se que há 150 mil anos os primeiros representantes da espécie *Homo sapiens* saíram do continente africano e espalharam-se pelo planeta.

Uma das maiores características dessa espécie foi sua capacidade de criar explicações para a realidade e acreditar nelas, as chamadas “ficções” ou “realidades imaginadas”. Tais “crenças” estariam na base das grandes realizações que a espécie humana concretizou pelos milênios vindouros até os dias atuais.

relações sexuais e ao casamento. Para a maioria dos antropólogos, a proibição seria uma forma de impulsionar os grupos humanos a procurarem uniões fora do núcleo familiar e, assim, instituir alianças com outras famílias por meio do matrimônio. Por sua vez, o **totemismo** teria se desenvolvido para promover união e coesão social de grupos e clãs para além do parentesco sanguíneo, mediante uma vinculação desses grupos por meio de um parentesco místico encarnado na figura de um animal ou de um objeto natural.

Os seres humanos passaram a acreditar, ainda, na existência de “almas” em todas as formas da natureza, incluindo pessoas, animais e vegetais, além de objetos inanimados; tal crença é chamada de **animismo**. Ao mesmo tempo, os seres humanos foram desenvolvendo **concepções mágicas** voltadas para controlar as forças naturais mediante a manipulação de materiais, de objetos e de palavras encantadas.



A evolução biológica do ser humano.

A mente do caçador

Ao mesmo tempo em que sofriam adaptações físicas e biológicas, os antepassados hominídeos aprimoraram um sistema simbólico cuja apreensão por historiadores e arqueólogos tem sugerido pistas sobre suas ideias e mentalidades, bem como suas incipientes formas de organização social.

Em Shanidar, no Iraque, arqueólogos descobriram um fóssil de neandertal datado de, aproximadamente, 35 a 45 mil anos atrás, apelidado “Nandy”. A análise do fóssil revelou que era um indivíduo caolho, manco e com paralisia nas pernas e nos braços, e que, no entanto, viveu até a velhice (para os padrões neandertais), sugerindo que foi sustentado por sua comunidade, demonstrando, assim, a existência de valores morais entre os hominídeos. Outro fóssil foi achado em Shanidar, enterrado em posição fetal e com restos de pólen (flores) em seu túmulo, o que indica a existência de rituais fúnebres e, talvez, de uma mentalidade religiosa.

Os desafios do cotidiano impeliam grupos humanos a disputarem os meios de sobrevivência, o que também levou a alianças baseadas no parentesco e ao estabelecimento de leis ou de proibições para os indivíduos dentro de seus grupos sociais. Para muitos antropólogos, isso significou a saída do ser humano do “reino da natureza e dos instintos” e a sua entrada no ambiente da subjetividade e da cultura.

A primeira interdição que constitui a convivência entre natureza e cultura teria sido a proibição do incesto; afinal, é costume das sociedades estabelecidas pelos seres humanos a criação de dogmas que dizem respeito às

Períodos da Pré-História humana

Do mesmo modo como a História foi dividida em períodos ou idades (Antiga, Média, Moderna e Contemporânea), os estudiosos realizaram uma periodização da Pré-História, embora esta seja constantemente questionada. A primeira periodização foi formulada pelo dinamarquês Christian Thomsen, em um livro publicado em 1836. Segundo ele, a Pré-História se dividia em:

- Idade da Pedra (subdividida em Idade da Pedra Lascada e Idade da Pedra Polida);
- Idade do Bronze;
- Idade do Ferro.

Essa classificação foi depois substituída pela do inglês John Lubbock, que chamou de Paleolítico e de Neolítico o que, respectivamente, Thomsen denominou Idade da Pedra Lascada e Idade da Pedra Polida. Lubbock subdividiu, ainda, cada um dos períodos em fases inferior, média e superior.

Atualmente, as duas classificações em geral são combinadas. Entretanto, os estudos pré-históricos propriamente ditos tendem a considerar mais os dois primeiros períodos, Paleolítico e Neolítico, do que os períodos subsequentes.

Técnicas e utensílios

As duas classificações se baseiam nas técnicas ou nos utensílios inventados pelo ser humano nas épocas focalizadas. Assim, quando se fala em Paleolítico (ou Idade da

Pedra Lascada), tem-se em vista instrumentos rudimentares de pedra, de madeira ou de osso. Já no Neolítico (ou Idade da Pedra Polida), os instrumentos eram feitos com os mesmos materiais, porém mais sofisticados e mais elaborados.

Em 1936, os estudos do cientista Vere Gordon Childe abriram novos caminhos para uma melhor compreensão da Pré-História. Ele propôs que esses períodos fossem considerados etapas da evolução da espécie humana, que não se excluíam entre si, superando-se por meio de novas formas de produção.

Paleolítico: caçadores nômades

Aceitando a designação de Lubbock e as propostas de Childe, o período Paleolítico compreenderia os anos entre 4 milhões a.C. e 12000 a.C. Suas características são o nomadismo e a subsistência baseada na caça, mas também voltada para a pesca e a coleta de vegetais.

Pouco se sabe sobre a quantidade populacional no Paleolítico, principalmente em virtude do nomadismo. Calcula-se, por exemplo, que, em toda a área da atual Bélgica, viviam apenas 400 pessoas. De acordo com a análise de sepulturas e de esqueletos fossilizados nelas encontrados, imagina-se que a média de idade dos seres humanos, no fim desse período, era de 26 anos.

Os instrumentos ou ferramentas usados cotidianamente eram de pedra, de madeira ou de osso, moldados por meio de golpes de um material mais resistente contra outro menos resistente. Essa técnica podia chegar a alguma sofisticação, com objetos tendo apenas uma de suas faces lascada ouafiada para tornarem-se mais adequados. São dessa época os machados de mão, pedras trabalhadas para se tornarem cortantes.

Arte rupestre

No plano artístico, é comum associar arte à religião durante o Paleolítico, embora haja teorias atribuindo ao aumento demográfico o surgimento de tempo ocioso, empregado em pintura e em escultura. De qualquer modo, a arte pré-histórica ou rupestre refletia as preocupações de subsistência, por meio de representações da caça e da fertilidade (da terra e da mulher).

Neolítico: a revolução da agricultura

Supõe-se que a humanidade tenha entrado em um segundo estágio de sua evolução cultural entre 12000 a.C. e 6000 a.C. com a descoberta da agricultura, que passou a ser a principal fonte de subsistência. A agricultura levou ao sedentarismo e, simultaneamente, às primeiras tentativas de domesticação de animais (supõe-se que com cabras, porcos e carneiros, em regiões da Ásia).

Os utensílios multiplicaram-se. Já não se tratava de simples machados de mão ou clavas, e sim de vasos, estatuetas, fusos, contas, pilões. Surgiu também uma das peculiaridades do Neolítico: a cerâmica, possivelmente criada apartirdorevestimento debetume, que se colocava no interior de cestas de fibra para torná-las impermeáveis e próprias para o transporte de líquido. A resistência do betume, permanecendo após o desgaste das fibras, explicaria essa hipótese.

Advento da escrita

O sedentarismo teria permitido, também, o aumento populacional e o surgimento de organizações sociais mais complexas, inclusive ocorrendo uma divisão social

do trabalho e uma especialização de funções. Estudiosos admitem a existência de um poder organizado, com autoridades temporais e/ou religiosas.

A etapa posterior é conhecida como Idade dos Metais, com o domínio de técnicas de manipulação do cobre e do bronze por parte do ser humano. É quando surgem cidades, processo que Gordon Childe chama de "revolução urbana". Por fim, veio o advento da escrita, que encerrou a Pré-História.

Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br>>.

Acesso em: 20 maio 2015. (adaptado)

Cultura

O termo **cultura**, central dentro das Ciências Humanas, possui definição delicada, pois existem inúmeras interpretações para o conceito. As mais difundidas relacionam cultura à produção artística e intelectual de um povo, sendo subdividida em popular, erudita e de massa (influenciada pelo capitalismo e pela industrialização). Contudo, existem definições de cultura mais abrangentes que afirmam que tudo que é produzido pela humanidade, seja no âmbito concreto-material ou mesmo nas heranças abstratas e imateriais, é produto cultural. Essa definição enfatiza também a importância da aprendizagem social para os fenômenos culturais, evitando determinismos geográficos ou biológicos.

Originalmente, a raiz etimológica da palavra cultura remete à agricultura (como na expressão "a cultura do algodão", por exemplo) e passou a ter um sentido ligado à transmissão de técnicas, valores simbólicos e práticas para as gerações futuras, garantindo, assim, a sobrevivência e a adaptação dos indivíduos ao meio social em que vivem. A cultura é uma espécie de "relativo universal" (todos os povos possuem, ainda que com características diferentes), caracterizando-se como uma experiência social de realizações do ser humano em suas relações com o mundo e com as sociedades, englobando formas subjetivas/simbólicas e materiais.

Portanto, a cultura consiste no *savoir-faire* (saber fazer) de cada povo, envolvendo suas crenças, hábitos, modos de organização política e social. As culturas são bastante diversas e frequentemente entram em contato, produzindo choques, intercâmbios e, sobretudo, mudanças, uma vez que os estudiosos afirmam que as culturas não são imóveis nem estáticas.

O encontro entre culturas diferentes muitas vezes é permeado por tensões, pois o desconhecimento da cultura do outro pode estimular preconceitos, que, mesmo depois do contato cultural, podem persistir e transformar-se em **etnocentrismo**, ou seja, quando se afirma que a própria cultura é superior às outras. Portanto, muitos antropólogos concluíram que a cultura funciona como uma "espécie de lente" por meio da qual o ser humano enxerga os outros e a si mesmo, condicionando seu olhar e estabelecendo as barreiras psicológicas e culturais diante do desafio de compreender o outro.

Desde o século XIX, sob a influência de teorias evolucionistas do darwinismo social, muitos intelectuais passaram a hierarquizar os povos e suas culturas em escalas de superioridade e inferioridade. Essa abordagem, profundamente etnocêntrica, afirmava que as culturas eram reflexos do estágio de desenvolvimento e de progresso de cada povo, sendo a cultura ocidental, europeia, capitalista, baseada na ciência, no liberalismo político e na economia de mercado, uma cultura superior em relação às demais, tidas como exóticas e atrasadas.

A antropologia atual rejeita a ideia de hierarquização das culturas, entendendo-as como formas de proporcionar aos indivíduos maneiras de significar a própria existência no mundo. Portanto, não seriam os poderes econômico, militar ou tecnológico os fatores essenciais para avaliação das culturas.

Nas últimas décadas, a intensificação dos fluxos de trocas de informações e mercadorias entre os diferentes países do mundo ocidental e demais sociedades tem se pautado pelo que os teóricos chamam de globalização, em que tais trocas permitiram maior integração entre os países. A diminuição das distâncias espaciais em virtude da modernização dos meios de comunicação e de transporte, além da produção de serviços e produtos massificados, estaria contribuindo para homogeneizar as culturas, diminuindo as diferenças entre os povos.

Um exemplo disso é o fato de, em todo o planeta, cada vez mais as pessoas consumirem as mesmas roupas, alimentos e formas de entretenimento. Assim, em um futuro não muito distante, o conceito de cultura perderia sua importância e operacionalidade, uma vez que possui como base a diferença entre os povos. Nesse futuro, todo o mundo seria ocidentalizado e as diferenças eliminadas pelo mercado. Seria o fim das culturas?

O antropólogo Marshall Sahlins apresenta uma visão alternativa que rejeita o que ele chama de “pessimismo sentimental”. Ele argumenta que sempre existiram influências de culturas sobre outras e que não existem culturas “puras”, isoladas e impermeáveis às mudanças, criticando essa profecia de homogeneização cultural que fossiliza as culturas e nega autonomia a todos os povos que seriam incapazes de resistir ao Ocidente.

Nessa linha de raciocínio, parte-se do pressuposto que a globalização ocorre com passividade total dos povos e ignora que, diante dela, as culturas fornecem respostas aos valores da globalização e que estas respostas se dão por meio dos esquemas culturais locais. Portanto, ao invés de passividade e substituição de suas culturas, cada povo vivenciaria uma concomitância entre a “integração” e a “diferenciação” local em relação aos valores ocidentais. Em outras palavras: cada cultura tende a se apropriar e ressignificar os fluxos culturais de acordo com o próprio repertório cultural local, o que está longe de significar o desaparecimento das diferenças, significando sim o que Sahlins chama de “reindigenização da modernidade”.

Saiba mais

No início do século XX, o antropólogo norte-americano Ralph Linton publicou um texto que nos convida a refletir sobre a importância dos “empréstimos culturais” para questionar ideias referentes à pureza cultural:

O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo um padrão originário do Oriente Próximo, mas que foi modificado na Europa Setentrional, antes de ser transmitido à América. [...]

Sai debaixo de cobertas feitas de algodão, cuja planta tornou-se doméstica na Índia, de linho ou de lã de carneiro, ambos domesticados no Oriente Próximo, ou ainda de seda, cujo emprego foi descoberto na China, sendo que todos esses materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Oriente Próximo.

Ao levantar da cama, faz uso de “mocassins” que foram inventados pelos índios das florestas do leste dos Estados Unidos e entra num quarto de banho cujos aparelhos são uma mistura de invenções europeias e norte-americanas.

Tira o pijama, que é vestuário inventado na Índia e lava-se com sabão, produto criado pelos antigos gauleses, e faz a barba, que é um rito masoquista que parece provir dos sumerianos ou do Antigo Egito.

Voltando ao quarto, o cidadão toma as roupas que estão sobre uma cadeira do tipo europeu meridional e veste-se. As peças de seu vestuário tem a forma das vestes de pele originais dos nômades das espécies asiáticas, sendo que seus sapatos são feitos de peles curtidas por um processo inventado no Antigo Egito e cortadas segundo um padrão provenientes das civilizações clássicas do Mediterrâneo, e a tira de pano de cores vivas que amarra ao pescoço é sobrevivência dos xales usados nos ombros pelos croatas do século XVII, enquanto seu chapéu é feito de feltro, material inventado nas estepes asiáticas.

No caminho para o *breakfast*, compra um jornal, pagando-o com moedas, invenção da Líbia Antiga.

No restaurante, toda série de elementos tomados de empréstimo o espera: o prato, que é feito de uma espécie de cerâmica inventada na China, a faca de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do sul, o garfo que foi inventado na Itália Medieval e a colher, que vem de um original romano.

Começa o seu *breakfast* alimentando-se com uma laranja, fruta vinda do Mediterrâneo Oriental, um melão, originário da Pérsia, ou talvez uma fatia de melancia africana. Toma café, que é uma planta abissínia, com creme e açúcar, sendo que a domesticação do gado bovino e a ideia de aproveitar o seu leite são originários do Oriente Próximo e o açúcar foi feito pela primeira vez na Índia.

Depois das frutas e do café, vêm *waffles*, que são bolinhos fabricados segundo uma técnica escandinava, empregando como matéria-prima o trigo, planta que se tornou doméstica na Ásia Menor, regados com xarope de bordo, inventado pelos índios das florestas dos Estados Unidos. Como prato adicional talvez escolhe ovos de uma ave domesticada na Indochina e delgadas fatias de carne, salgada e defumada por um processo desenvolvido no Norte da Europa, de um animal domesticado na Ásia Oriental.

Acabando de comer, se recosta para fumar, hábito implantado pelos índios americanos que consomem uma planta originária do Brasil; fuma cachimbo, que procede dos índios da Virgínia, ou cigarro, proveniente do México, podendo optar, se for fumante valente, por um charuto, transmitido à América do Norte pelas Antilhas, por intermédio da Espanha.

Enquanto fuma, lê notícias do dia, impressos em caracteres inventados pelos antigos semitas, em um material inventado na China, por meio de um processo inventado na Alemanha.

Ao inteirar-se das narrativas dos problemas estrangeiros, se for bom cidadão conservador, agradecerá a uma divindade hebraica, numa língua indo-europeia, o fato de ser cem por cento norte-americano.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (adaptado)

Patrimônio

O **patrimônio** pode ser definido como a herança composta por um conjunto de bens históricos que podem ser classificados em naturais, materiais, intelectuais e emocionais. Na prática, tais bens consistem em monumentos, parques nacionais, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e arqueológicos, bem como aspectos mais abstratos, como festas, danças e saberes de relevância para a História e para a identidade de certos grupos sociais.

A noção de patrimônio, oriunda do meio jurídico privado, migrou para o meio coletivo-cultural, agora significando colecionar, conservar e restaurar determinados bens de modo a transmiti-los à posteridade. Os objetos escolhidos como patrimônios passam a ser semióforos, ou seja, carregados de sentidos que evocam sua relação com a identidade de uma comunidade ou de uma nação. A prática de tombamento de bens está relacionada com uma percepção de crise do tempo: diante da passagem cada vez mais rápida do tempo, percebe-se que certos objetos estão em vias de desaparecimento, daí o dever de memória em preservá-los para o futuro. Seguindo esse raciocínio, estudiosos passaram a incluir na lista de patrimônios os chamados bens naturais, reconhecendo também a degradação do meio ambiente e sua necessidade de conservação. Em 1992, a UNESCO (sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) desenvolveu o conceito de **paisagem cultural**, áreas em que ocorre uma interação homem-natureza, com base na qual são criadas significações e valores peculiares.



Wikimedia Commons

A roda de capoeira é considerada um Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO desde 2014.

A origem das atuais políticas internacionais de identificação e de valorização de bens considerados de relevância universal remonta ao ano de 1972, quando a UNESCO lançou a Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Mundial e Cultural, que foi assinado por 174 países. No Brasil, o início de políticas públicas referentes à identificação e à preservação desse tipo de bens ocorreu a partir de 1937, durante o Estado Novo, período ditatorial em que Getúlio Vargas governava o país e buscava estimular a formação de uma identidade nacional. Assim, foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que, com o apoio de intelectuais modernistas, instituiu o tombamento dos monumentos tidos como representativos para a história do país. Convém salientar que a escolha dos bens que são tombados é fruto de uma ação governamental, sujeita a critérios técnicos e políticos, de acordo com interesses e jogos de força presentes na sociedade.



Wikimedia Commons

Diamantina, uma cidade colonial, foi testemunha da aventura dos mineradores de diamantes do século XVIII e da influência das realizações culturais e artísticas do ser humano.

Leitura complementar

Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais

Bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes; já os materiais são os palpáveis, como o arqueológico e o paisagístico

O patrimônio cultural pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade da sociedade brasileira.

Segundo artigo 216ª da Constituição Federal, configuram patrimônio “as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é responsável por promover e coordenar o processo de preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma, podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.

Na lista de bens imateriais brasileiros estão a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a feira de Caruaru, o frevo, a capoeira, o modo artesanal de fazer queijo de Minas e as matrizes do samba no Rio de Janeiro.

O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura>>.

Patrimônio Mundial no Brasil

A UNESCO desenvolve atividades para a proteção e conservação do patrimônio natural e cultural brasileiro, incluindo os sítios declarados como Patrimônio da Humanidade.

O site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) traz mais detalhes sobre cada um dos sítios do Patrimônio Mundial no Brasil, assim como o site sobre Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil.

Herança cultural africana e patrimônio cultural brasileiro

Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil recebeu milhões de africanos vítimas da escravidão. Tais indivíduos possuíam enorme diversidade cultural, fruto do contato entre diferentes matrizes culturais, como dos povos da África Ocidental (iorubás, jejes, fanti-ashanti ou minas, além de povos islamizados, como os

peuhls, mandingas e hauçás) com os da Central (bantos como os bakongo, mbundu, ovimbundu, bawoyo, wili) e de outros povos do sudeste da África Oriental (tongas e changanas).

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, o Brasil perdeu contato direto com a África, e os descendentes dos negros trazidos nos séculos anteriores seriam os responsáveis por manter vivas suas tradições ancestrais. Contudo, tal empreitada não seria fácil, pois no Brasil oitocentista predominava uma visão de construção da identidade nacional comprometida em depreciar e omitir o papel dos negros e de sua cultura na construção do país. Em consonância com as teorias raciais e evolucionistas da época, considerava-se que os povos de matriz branca europeia eram superiores e representavam a civilidade em detrimento das demais etnias, como negros, asiáticos e mestiços, tidos como inferiores e representantes da selvageria e da barbárie.

Nessa época, o Estado brasileiro tentava entrar para o cenário dos países civilizados, mas sua população, predominantemente negra e mestiça, era considerada um empecilho para o desenvolvimento das potencialidades da nação. Daí porque nem mesmo a abolição da escravidão em 1888 significou uma melhora nas condições de vida da população negra, que passaria a competir econômica e socialmente com brancos nativos e imigrantes europeus em um ambiente racista. Mesmo deixando de ser escravo, o elemento negro era considerado inferior e trazia na cor de sua pele a “marca” da inferioridade. Por conta disso, uma parcela da população negra passou a assimilar os valores da elite branca buscando a aceitação social em detrimento da sua própria herança cultural. Ainda assim, alguns indivíduos negros ascenderam socialmente, mediante escolarização e profissionalização, constituíram uma espécie de classe média e conseguiram minimizar os preconceitos e, por isso, eram muitas vezes considerados “negros de alma branca”.

A maioria dos negros brasileiros acabou marginalizada, vivendo em áreas rurais como empregados de seus antigos donos ou de arrendatários de fazendeiros e, quando migravam para as cidades, terminavam desempenhando profissões pouco especializadas e morando em habitações populares, como cortiços e favelas. Entretanto, muitos negros que viviam em regiões rurais e cidades de menor porte mantiveram vivas suas tradições na religiosidade, musicalidade, culinária e em outras expressões de saberes. Essa sobrevivência cultural é admirável, pois as manifestações culturais de matriz africana, como os cultos alvo de candomblé e umbanda e a prática da capoeira, são alvos de críticas racistas, mesmo na sociedade contemporânea.

O século XX viria revelar que nem o projeto de branqueamento racial planejado pelas elites brasileiras nem o de supressão da cultura africana triunfariam. A mestiçagem biológica e cultural típica do Brasil passou aos poucos a ser pensada e entendida como o componente original da identidade nacional por parte de setores intelectuais e políticos, em especial a partir da década de 1930, quando manifestações culturais, como a capoeira, o samba (originados da cultura negra) e o Carnaval, passaram a ser considerados símbolos da cultura nacional. Vale ressaltar que, durante esse período, ocorreram diversas mobilizações de afro-descendentes brasileiros com o objetivo de combater o racismo e de afirmar seus valores culturais.

Durante séculos, a cultura africana foi capaz de resistir aos horrores da escravidão e da discriminação racial para se tornar uma base fecunda e criativa da identidade brasileira, herança perceptível até a atualidade. Os africanos contribuíram na construção da língua portuguesa falada no Brasil, com a pronúncia mais aberta de vogais, a supressão dos erres no final dos verbos (estrutura linguística do iorubá) e ainda com várias palavras: angu, bafafá, caçula, cafundó, calombo, cochilo, dengo, fubá, lelê, mangar, minhoca, muamba, muvuca, quengo, samba, sunga, urucubaca, vatapá, xingar, zumbi, entre outras.

Mistura de luta e dança, a capoeira teve uma trajetória peculiar: era considerada crime até a década de 1920. Apenas durante o Período Vargas teria garantido o status de esporte e seria, posteriormente, declarada patrimônio nacional. Atualmente, é um símbolo do Brasil no exterior e possui cerca de 8 milhões de praticantes em cerca de 150 países, segundo a Federação Internacional de Capoeira (Fica).

A religiosidade dos povos africanos sobreviveu à repressão das autoridades civis e eclesiásticas mediante o processo de sincretismo com elementos da religião católica, originando o candomblé, o xangô de Pernambuco, o tambor de mina e a umbanda no início do século XX. Suas crenças baseiam-se na existência de entidades e divindades protetoras (orixás e guias) que se comunicam com os fiéis por meio de transe durante rituais elaborados, envolvendo movimento gestual, corporal e coreográfico próprios (movimentos em círculos e danças ao som de instrumentos de percussão). Os espaços dos cultos são chamados de terreiros e alguns desses já foram tombados como patrimônio cultural brasileiro.

A musicalidade dos africanos, marcada pelos instrumentos de percussão como tambor, berimbau, reco-reco e agogô, ainda hoje é presente no Brasil. A música vincula-se aos rituais religiosos africanos e às encenações de folguedos, como os jongos, maracatus, as congadas e o bumba meu boi. O samba de roda é outra herança negra considerada patrimônio cultural do Brasil.

A influência africana na cultura material do Brasil é nítida também na culinária, que se tornou ainda mais diversificada com a incorporação de pimentas, do azeite de dendê, do vatapá, do acarajé, e no artesanato de certos tipos de tecidos e de cestos.

Saiba mais

Terreiro baiano de Candomblé Ilê Axé Oxumarê é reconhecido como patrimônio cultural



Casa de Oxumarê, sob os mais variados aspectos, constitui-se um dos mais relevantes templos da cultura afro-brasileira.

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou, no ano de 2013, o tombamento do Terreiro Baiano de Candomblé Ilê Axé Oxumarê. “Muito além das práticas religiosas, o terreiro exerce papel fundamental na luta e resistência do povo negro, bem como na disseminação da rica cultura africana em nosso país”, afirmou a então ministra da Cultura, Marta Suplicy, presente na reunião. [...] Agora, são sete terreiros de candomblé tombados pelo IPHAN, o que reafirma a postura da instituição na consolidação de um conceito sobre o patrimônio cultural, que inclui todas as manifestações que contribuíram para a formação da identidade nacional ao longo dos séculos e envolve a sociedade na gestão desse patrimônio. “Toda a história e resistência de um povo, representada neste espaço, que é o Terreiro, foi reconhecida e agora é um bem cultural brasileiro, protegido” celebrou a presidenta do IPHAN, Jurema Machado. Os terreiros já tombados pelo IPHAN são Casa Branca, Ilê Axé Opô Afonjá, Gantois, Alaketu e Bate-folha, em Salvador (BA), e a Casa das Minas Jejê, em São Luís (MA).

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura>>. Acesso em: nov. 2013. (adaptado)

Memória

O tema da memória foi um dos que mais cresceu dentro dos estudos históricos nas últimas décadas. Base da aprendizagem cognitiva e cultural, bem como da identidade individual e coletiva, pode ser definida como a conservação, a evocação e a atualização de informações sobre acontecimentos vividos no passado.

A memória possuía, inicialmente, uma dimensão individual, fortemente afetiva e autobiográfica: cada pessoa, ao recordar o que viveu, reinterpretava constantemente aquilo que fosse lembrado. Nesse aspecto, neurologistas e psicólogos cognitivos ressaltam o caráter fragmentário e imperfeito das lembranças individuais, pois a memória faz um esforço de rememoração geralmente preenchendo as lacunas da lembrança com a própria imaginação, ainda que involuntariamente.

Contudo, um dos temas mais estudados atualmente na História tem sido o da memória social, sobretudo em seu aspecto coletivo. A memória torna-se coletiva quando eventos marcantes do passado são partilhados por comunidades ou grupos sociais em seu cotidiano e em sua identidade. Nesse sentido, os historiadores chamam atenção para um elemento fundamental para compreender a memória social: o esquecimento.

Com efeito, memória e esquecimento são complementares, uma vez que a vida psíquica fundamenta-se nessa relação e que, sem a capacidade de esquecer, não seria possível abstrair e sintetizar conhecimentos, resultando em pensamentos e discursos longos desnecessários.



A persistência da memória, de Salvador Dalí, é sua principal obra surrealista.

A arte da memória tem forte ligação com a oralidade, uma vez que muitas sociedades sem escrita conservam e transmitem as lembranças do passado por meio da oralidade. Até os dias atuais, muitas sociedades africanas dominam a lembrança do passado mais longínquo mediante a oralidade, realizada pelo *griot*, uma espécie de trovador, historiador e genealogista, que usa seus conhecimentos do passado para informar, educar e entreter. Nas chamadas sociedades ágrafas, a oralidade está na base da memória coletiva, que permite a transmissão dos mitos familiares e dos saberes técnicos e religiosos entre as gerações.

O advento da escrita permitiu um suporte material para a memória e possibilitou a realização de celebrações e comemorações sobre acontecimentos ou personagens do passado por meio de documentos, ou mesmo de monumentos, bastante utilizados pelos Estados imperiais para a glorificação de seus governantes. Como visto, a História nasce como narrativa da memória social de certos povos e, com base nessa relação, ela pode produzir políticas de memória e de esquecimento,

em um movimento tensional, um jogo de forças que parte dos interesses do presente para definir o controle das lembranças sobre o passado.

Portanto, apesar de referir-se sempre ao passado, a partir de escolhas do presente, a memória, muitas vezes, acaba dirigindo-se para o futuro.

Leitura complementar

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Os chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas modernas sociedades, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória da nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido com a ideia de propriedade (daí a palavra patrimônio) sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros.

No Brasil, o reconhecimento da necessidade de proteger o patrimônio histórico e artístico já era apontado nos anos 1920, época em que se registraram iniciativas locais e estaduais. Em 1936, Mário de Andrade foi solicitado a preparar um documento para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio. Esse documento foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do SPHAN, criado por decreto presidencial e assinado em 30 de novembro de 1937.

O decreto de criação do SPHAN definia o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Eram também classificados como patrimônio monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

O SPHAN estava subordinado ao Ministério da Educação, e foi o ministro Capanema quem convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição recém-fundada. De 1937 até 1969, quando morreu, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente.

O projeto original de Mário de Andrade recebeu algumas modificações significativas trazidas pela orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao longo dos 30 anos em que esteve à frente do SPHAN. Durante esse período, a entidade norteou sua política pelas noções de "tradição" e de "civilização", dando especial ênfase à relação com o passado. Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação.

Ao longo das décadas em que Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu grupo estiveram à frente do SPHAN, os tombamentos incidiram majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas concentradas em Minas Gerais, principalmente nos monumentos religiosos católicos.

Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 21 maio 2015. (adaptado)

Tombamento de bens culturais

A proteção aos bens culturais está estritamente ligada à real vontade coletiva de conservar sua memória, expressa nesses bens. A existência dessa vontade social é que faz nascer a norma jurídica, cujo objetivo é dar o respaldo institucional às ações que forem empreendidas no sentido da preservação da memória nacional.

Tombamento é, pois, um instrumento jurídico por meio do qual o Poder Público determina que os bens culturais serão objeto de proteção, dizendo, inclusive, de que forma se dará essa proteção.

Foi na Constituição de 1934 que se introduziu, pela primeira vez, a prerrogativa do Poder Público à proteção aos bens culturais brasileiros. Hoje, na Constituição em vigor, o artigo 180, parágrafo único, dispõe que a proteção dos bens culturais não é só uma prerrogativa como também um dever do Poder Público. O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que continua em vigor, normatizou a atividade de preservação na esfera federal e é um dos instrumentos legais básicos dos órgãos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fundamentalmente, a preservação se faz por meio de ato do Poder Público, impondo limitação a direitos individuais em função do interesse público. Limitações assim impostas se mostram absolutamente necessárias ao convívio social, porquanto é inadmissível que a prática indiscriminada de uma atividade ou de um direito pessoal traga prejuízos ao bem-estar social. Daí a compreensão de que o exercício dos direitos de cada indivíduo estará sempre condicionado à convivência e ao interesse do grupo.

As limitações administrativas visam, especificamente, restringir a prática dos direitos individuais, condicionando-os ao interesse público. Neste conceito, está inserido o direito de propriedade sobre coisas móveis e imóveis.

A função social da propriedade é preconizada no artigo 160, inciso 1º da Constituição Federal. O proprietário de um imóvel não pode deixar que este, por descaso na conservação e manutenção, chegue eventualmente a ameaçar o interesse público relativo à segurança e higiene. Nesses casos, o Poder Público exigirá do proprietário, ou do detentor do imóvel, providências no sentido de melhorar as condições de habitabilidade do bem a fim de que fique resguardado o bem-estar público.

Da mesma forma, quando o Poder Público reconhece, por meio de ato administrativo, e após estudos técnicos, que determinado bem, móvel ou imóvel tem valor cultural, torna-se imperiosa a sua preservação, tendo em vista o interesse social. Como consequência deste fato, o proprietário do bem, que continuará a exercer sobre o mesmo todos os seus direitos de usar, fruir e dispor, deverá, no entanto, observar certas regras especiais, de modo a evitar a descaracterização do valor cultural do objeto protegido. Enfim, o bem declarado de valor cultural não poderá ser danificado ou destruído, pois isto caracterizaria, em última análise, uma agressão ao interesse público e social que o objeto representa.

Assim, a legislação federal que regula a proteção do patrimônio cultural no Brasil responde a um anseio cada vez mais presente na sociedade brasileira e vem consolidar e viabilizar a preservação da memória nacional. Sem retirar do domínio do proprietário o bem cultural, confere-lhe, no entanto, uma característica especial, que determina a obrigatoriedade de sua conservação e manutenção como dever de toda a comunidade, visando sempre ao interesse público geral.

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura>>. (adaptado)

Formação dos Estados teocráticos

Primeiras civilizações



As comunidades neolíticas substituíram o estilo de vida nômade pelo sedentarismo.

A revolução neolítica produziu notáveis transformações ligadas à sedentarização dos grupos humanos e à produção de excedentes. A agricultura representou uma virada demográfica positiva para a espécie humana. Possivelmente, notou-se que, ao descartar sementes no solo, elas brotavam e originavam novas plantas, daí a ação de selecionar as melhores sementes para a experimentação da nova técnica.

Os resultados foram surpreendentes: uma mesma área de território capaz de alimentar dez caçadores, devidamente cultivada, era capaz de abastecer cerca de 1 000 agricultores. A partir daí, o trigo passou a ser o principal alimento da humanidade (ao lado do vinho) em vários continentes durante milênios, possuindo um valor proteico maior que a cevada e o centeio. O trigo difundiu-se sob a forma de mingaus, bolachas e, sobretudo, pão. Os hebreus aprimoraram processos de panificação baseados na levedação e na fermentação natural dos pães.

Contudo, o uso quase exclusivo do trigo como base da dieta pode ter contribuído para a diminuição dos biótipos dos seres humanos dessa época (homens teriam 1,60 m, e mulheres, 1,50 m) e para uma menor expectativa de vida (20 anos, em média). Além disso, o convívio com animais domésticos teria propiciado o surgimento de doenças, e alguns insucessos agrícolas podem ter feito com que grupos humanos passassem a travar violentos confrontos por terras e outros bens.

Saiba mais

A agricultura: uma "armadilha de luxo"

Embora tradicionalmente considerada uma revolução extremamente benéfica para a espécie humana, a prática da agricultura tem sido questionada por historiadores, como o israelense Noah Harari, que analisa sua relação custo-benefício para as sociedades humanas

O cultivo do trigo proporcionou muito mais alimento por unidade de território e, com isso, permitiu que o *Homo sapiens* se multiplicasse exponencialmente. [...] Assim como o sucesso econômico de uma empresa é medido apenas pelo número de dólares em sua conta bancária, não pela felicidade de seus funcionários, o sucesso evolutivo de uma espécie é medido pelo número de cópias do seu DNA. Se não restam mais cópias do DNA, a espécie está extinta, assim como a empresa sem dinheiro está falida. Se a espécie ostenta muitas cópias de DNA, é um sucesso, a espécie prospera. Essa é a essência da revolução agrícola: a capacidade de manter mais pessoas vivas em condições piores. [...] Ao abandonar o estilo de vida nômade, as mulheres puderam ter um filho

por ano. Os bebês eram desmamados em uma idade mais precoce – podiam ser alimentados com mingaus e papinhas, as mãos extras eram extremamente necessárias nos campos. Mas as bocas extras logo acabaram com o excedente de alimentos, e ainda mais campos precisaram ser cultivados. Quando as pessoas começaram a viver em assentamentos infestados de doenças, à medida que as crianças passaram a se alimentar mais de cereais e menos de leite materno, e cada uma teve de dividir seu mingau com mais e mais irmãos, a mortalidade infantil disparou. Na maioria das sociedades agrícolas, pelo menos uma em cada três pessoas morria antes de chegar aos vinte anos. Mas o número de nascimentos superava o número de mortes, e os humanos continuavam tendo mais filhos.

Com o tempo, a “barganha do trigo” se tornou cada vez mais onerosa. As crianças morriam aos montes, e os adultos comiam o pão com o suor da fronte. Em média, um indivíduo de Jericó de 8500 a.C. tinha uma vida mais difícil do que um indivíduo de Jericó de 9500 a.C. ou de 13000 a.C. Mas ninguém percebeu o que estava acontecendo. [...] As pessoas foram incapazes de compreender todas as consequências de suas decisões. Sempre que decidiam fazer um trabalho extra – por exemplo, capinar os campos em vez de espalhar sementes na superfície – pensavam: “Sim, vamos precisar trabalhar mais. Mas a colheita será tão abundante! Não precisaremos mais nos preocupar com os anos magros. Nossos filhos jamais dormirão com fome”. Fazia sentido. Se trabalhassem mais teriam uma vida melhor. Esse era o plano.

A primeira parte do plano correu bem. As pessoas de fato trabalharam mais. Mas não previram que o número de crianças aumentaria, o que significaria que o trigo extra deveria ser partilhado entre mais filhos. Os primeiros agricultores também não previram que alimentar crianças com mais mingau e menos leite materno debilitaria seu sistema imunológico e que os assentamentos permanentes seriam incubadoras de doenças infecciosas. Eles não previram que, ao se tornar mais dependentes de uma única fonte de alimento, estavam, na verdade, expondo-se ainda mais às desolações da seca. Os agricultores também não previram que, em anos bons, seus celeiros abarrotados atrairiam ladrões e inimigos, o que os levaria a construir muros e a ficar de guarda.

Então por que os humanos não abandonaram a agricultura quando o tiro saiu pela culatra? Em parte, porque demorou gerações até que pequenas mudanças se acumulassem e transformassem a sociedade, e, a essa altura, ninguém se lembrava de que algum dia vivera de modo diferente. E, em parte, porque o crescimento populacional não deixou outra alternativa aos humanos. Se a adoção do arado aumentou a população de um vilarejo de 100 para 110, que dez pessoas teriam se voluntariado para passar fome enquanto as demais poderiam voltar aos velhos tempos? Não havia volta. A armadilha fora acionada.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. 4. ed. Porto Alegre: LPM, 2015. p.93-97. (adaptado)

O uso dos metais aumentou ainda mais a produção agrícola e invenções como a roda, o arado e a vela para embarcações aceleraram o desenvolvimento de núcleos urbanos (as primeiras cidades) e de atividades como o artesanato e o comércio. Ao mesmo tempo que rompia-se o tradicional coletivismo e surgia a desigualdade social, nasciam sociedades mais complexas do ponto de vista econômico e social; um reflexo disso pode ser verificado no surgimento dos

Estados, decorrente da necessidade de coordenar grandes contingentes populacionais na construção de obras públicas que servissem para prover a subsistência da sociedade diante dos desafios impostos pelas condições naturais, como clima, vegetação e topografia. O surgimento de Estados, que cobravam impostos e estabeleciam leis, também garantiu a dominação de certos grupos sociais sobre outros.

Nesse contexto, desenhava-se uma nítida divisão social inicial entre os grupos encarregados do planejamento intelectual, do controle das terras e dos cargos públicos e as camadas sociais coagidas ao trabalho braçal. Um dos instrumentos que assegurava o predomínio dos mais favorecidos consistia em outra grande inovação: a **escrita**, (entre 4000 e 3000 a.C.) cuja criação estava vinculada aos interesses do Estado em controlar dados de contabilidade de impostos, colheitas, leis e glorificação dos feitos dos governantes.

Portanto, estamentos sociais, vida urbana, escrita e Estado são características centrais de um modo de organização política, econômica e social conhecido como **civilização**. As primeiras civilizações surgiram entre 4000 e 2000 a.C. em diferentes locais, como o Extremo Oriente (Índia e China) e o Oriente Próximo (Egito e os territórios das civilizações mesopotâmicas, fenícias, hebraicas e persas, que atualmente correspondem, respectivamente, ao Iraque, ao Líbano, à Palestina e ao Irã).

Civilizações do Oriente Próximo: impérios teocráticos de regadio

Vivendo em ambientes desérticos e/ou montanhosos, tais civilizações tinham que aproveitar o potencial dos rios para garantir a sobrevivência da sociedade, fazendo uso de canais, diques e outras obras hidráulicas, por isso o nome “de regadio” para classificar o modelo adotado.

Outros termos foram usados para designar os povos da região, como civilizações potâmicas (*potamo* = rios) ou civilizações do Crescente Fértil, em alusão ao formato da área ocupada por eles, conforme o mapa a seguir.

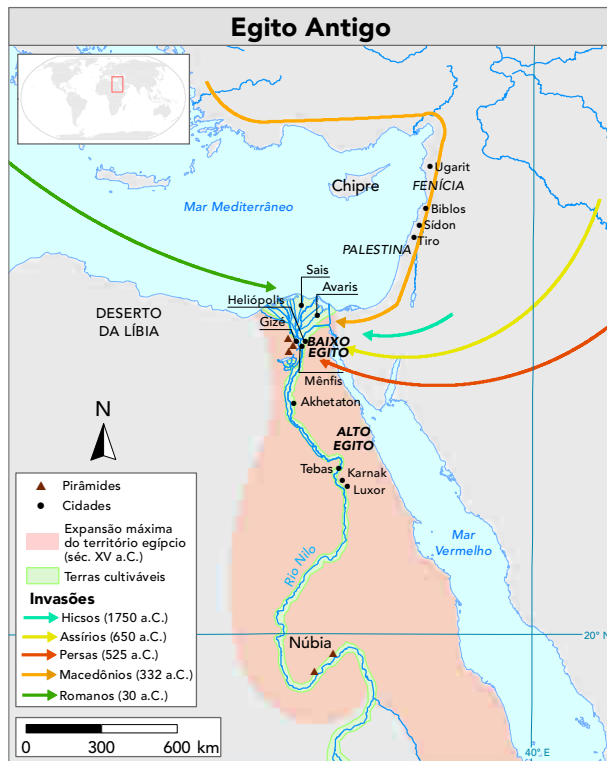


ALBUQUERQUE, M. M. de; REIS, A.C. de. *Atlas escolar*. Rio de Janeiro: Faname. 1979. (adaptado)

Tais povos possuíam Estados centralizados e despóticos, ou seja, a vontade do rei era a base da vida política, sobretudo porque, no plano teórico, todas as terras pertenciam aos deuses e os soberanos seriam seus administradores. Portanto, o poder centralizado justifica o uso do termo **império** para designar a maioria dessas civilizações.

A justificativa para tamanha concentração de poderes nas mãos dos reis estava fundamentada na religião, pois os soberanos eram considerados representantes dos deuses, ou mesmo uma divindade encarnada, como no caso do faraó do Egito; daí o sentido de “teocrático” (teo = deus + cracia = governo).

Egito Antigo

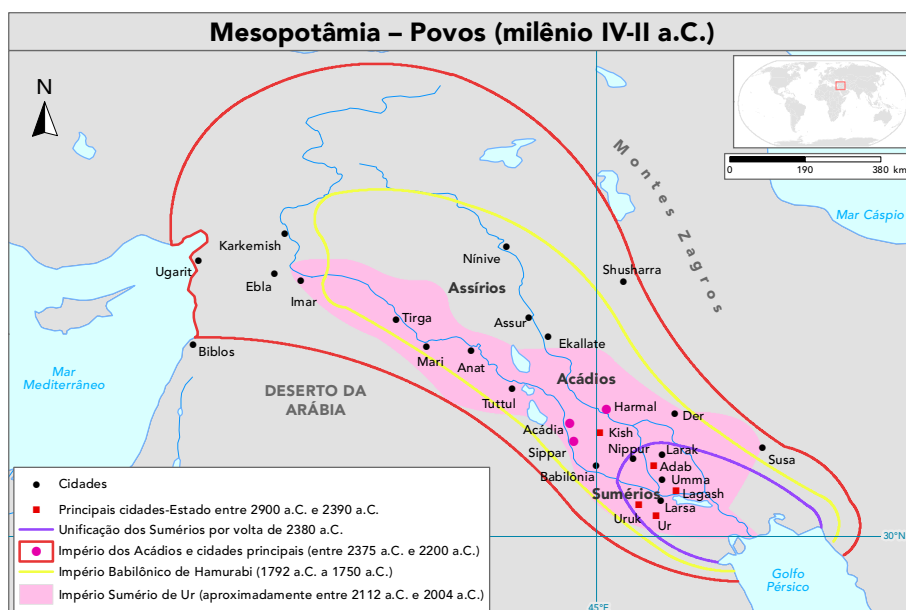


ARRUDA, J. J. de A. Atlas histórico básico. São Paulo: Ática, 1994; BRANCATI, Antonio. I popoli antichi. Firenze: La Nuova Italia, 1997. p. 34; BARBEIRO, Heródoto. História: de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2014. p. 33.

Localizada no nordeste da África, em região desértica, a área fértil apresentava um alto grau de dependência do Rio Nilo, que garantia água para a agricultura irrigada, bem como a fertilização dos solos durante as cheias. Por volta de 3000 a.C., as diversas comunidades da região, chamadas **nomos**, foram unificadas sob o governo de Menés, iniciando, assim, a trajetória do Estado egípcio e de suas 31 dinastias de faraós. O faraó era o dono de todas as terras, o comandante dos exércitos e ainda era considerado um “deus vivo”, sendo sua palavra a lei. Ele governava a população com o auxílio da nobreza e de funcionários públicos conhecidos como escribas.

Após um breve período de expansão militar, os egípcios foram sucessivamente dominados por outros povos e impérios, provocando sua decadência política.

Mesopotâmia



ATLANTE Storico De Agostini. Novara: Instituto Geográfico De Agostini, 2005. (adaptado)

Atual território do Iraque, o povoamento da Mesopotâmia se deu por meio do choque entre vários povos que frequentaram ou se instalaram na região, daí porque seria inadequado falar de um "povo mesopotâmico". A exemplo do Egito, sua estrutura política era teocrática, e o rei exercia o poder com auxílio de nobres e de outros funcionários do governo.

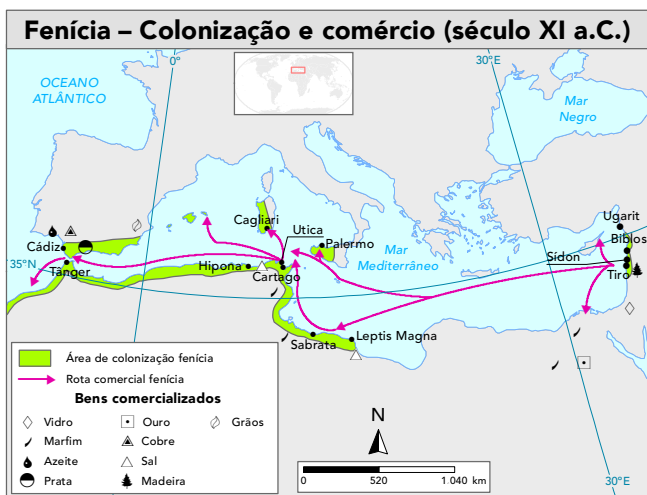
Os **sumérios** foram os primeiros povos que se estabeleceram Mesopotâmia. Possuíam uma organização política descentralizada em várias **ciudades-Estado** (muitas vezes inimigas entre si), que serviram de modelo para a base cultural adotada pelos povos seguintes.

Enquanto os sumérios ocupavam o sul da Mesopotâmia, a região central era dominada pelos acádios. A partir de 2350 a.C., o rei da cidade de Acad, Sargão, unificou as cidades do centro e as do sul da Mesopotâmia, formando o Primeiro Império Mesopotâmico. Os acádios entraram em declínio em função de várias revoltas internas que, somadas a invasões de outros povos, como os gutis em 2180 a.C. e culminaram na derrota militar definitiva para os elamitas em 2000 a.C.

O apogeu do **Império Babilônico** ocorreu no reinado de Hamurabi que, por volta de 1765 a.C., implantou um dos primeiros códigos de leis escritas da história da humanidade: o **Código de Hamurabi**, que possuía 282 artigos responsáveis por regulamentar vários aspectos da sociedade, como o exercício das profissões, as taxas de juros, além de leis para proteção da vida, família e propriedade. O Princípio de Talião "olho por olho, dente por dente" era a base do código, e sua aplicação variava de acordo com a classe social dos envolvidos e só era realmente implementada quando a vítima era um homem livre de classe social superior.

Alguns anos depois da morte de Hamurabi, a Mesopotâmia foi conquistada pelos **assírios**, civilização que vivia nas regiões áridas e inférteis do norte mesopotâmico, em cidades como Nínive e Assur. Os assírios notabilizaram-se pela belicosidade e pelo tratamento cruel que dispensavam aos povos conquistados, no intuito de incutir-lhes o terror e de evitar revoltas. A estratégia provocou ódio generalizado contra os assírios, que foram derrotados e praticamente dizimados pelos caldeus em 612 a.C. O Segundo Império Mesopotâmico (612-539 a.C.) atingiu seu apogeu no governo de Nabucodonosor (604-562 a.C.). Seu território se estendeu por quase todo o Oriente Médio, limitando-se com o Egito. A Babilônia se desenvolveu com grandes obras públicas, como os Jardins Suspensos. Após a morte de Nabucodonosor, o Império Babilônico entrou em decadência, até que a região foi conquistada pelos persas em 539 a.C.

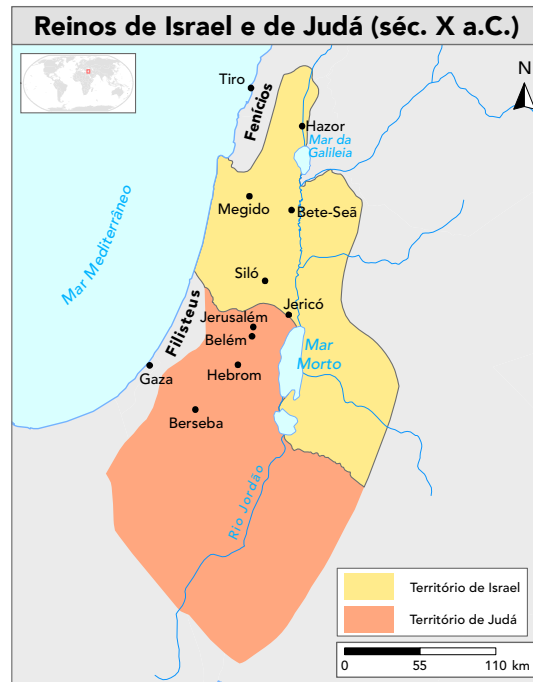
Fenícia



Atlas of World History, 2005.

O atual Líbano foi o local do surgimento de um povo que se notabilizou pelas atividades marítimas comerciais: os fenícios. Não é exagero dizer que foram os maiores navegadores da Antiguidade e também grandes colonizadores, pois fundaram mais de 300 cidades ao longo da região mediterrânea. Vendiam tecidos tingidos, madeiras, azeite, perfumes, entre outras mercadorias. O poder era descentralizado: viviam em cidades-Estado como Tiro, Sidon, Biblos e Ugarit, todas governadas por um rei ou por magistrados, que eram auxiliados por um conselho de anciãos.

Hebreus



DUBY, Georges. Atlas histórico mundial. 5. ed. Madrid: Editorial Debate S.A., 1992. p. 315.

Após saírem da Mesopotâmia, os ancestrais dos hebreus estabeleceram-se na atual região da Palestina, chamada por eles de Canaã. A principal fonte de interpretação histórica sobre os hebreus é também um dos livros mais importantes e lidos do mundo: a **Bíblia** (especificamente o Antigo Testamento). Acredita-se que os hebreus eram, inicialmente, pastores nômades (Período dos Patriarcas) que se estabeleceram no Egito por necessidade de alimento, onde foram escravizados. De acordo com o relato bíblico, coube ao último patriarca, Moisés, a tarefa de liderar a saída do povo hebreu dessa região, um episódio conhecido como **Êxodo**. Nessa ocasião, os hebreus legalizaram a crença monoteísta por meio dos Dez Mandamentos e da chamada Lei de Moisés. Por volta de 1200 a.C., teriam retornado para Canaã e entrado em guerras contra povos que tinham ocupado a região. Ainda de acordo com o relato bíblico, nessa fase destacaram-se chefes militares, políticos e religiosos conhecidos como juizes (Período dos Juizes). Após alguns êxitos militares, os hebreus estabeleceram-se na região e instituíram uma monarquia, que teve auge com o rei Davi (por volta de 1003 a.C.) e, sobretudo, com seu filho Salomão, que teve um reinado marcado por obras públicas e pelo aumento de impostos (Período dos Reis).

Após a morte de Salomão, ocorreu um cisma político por meio do qual os hebreus dividiram-se em dois reinos: Israel (dominado pelos assírios) e Judá (conquistado pelos caldeus).

Posteriormente, os hebreus perderam sua independência para persas, macedônios e romanos. Sob o domínio destes últimos, acabaram se rebelando e foram derrotados. Como consequência, foram expulsos da região da Palestina e espalharam-se pelo mundo, em um processo conhecido como **Diáspora** (entre 70-135 d.C.).

Persas

Na região que hoje corresponde ao planalto do Irã, viviam os povos medos e persas, que foram unificados por Ciro, o Grande, um nobre persa que, entre 550 e 530 a.C., promoveu uma expansão militar que deu origem ao Império Persa. Seus sucessores ampliaram de maneira notória as conquistas, e o império tornou-se o maior de toda a Antiguidade Oriental. O ápice de sua organização ocorreu durante o reinado de Dario I, quando um eficiente sistema de estradas e correios garantiram a comunicação e o deslocamento de tropas entre as vinte satrapias (províncias) administradas pelos sátrapas (governadores). O controle sobre suas atividades era feito por fiscais que percorriam as províncias verificando a fidelidade dos governadores ao imperador.



ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. Atlas histórico escolar. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FENAME, 1977. (adaptado)

Contudo, os persas tiveram sua expansão barrada pelos gregos nas **Guerras Médicas** (499-475 a.C.), sendo, posteriormente, dominados por outros impérios, como o Macedônico e o Romano.

Leitura complementar

Cidade e poder

Na aldeia de terras férteis do Neolítico, o indivíduo isolado, ou em grupo familiar, tinha mais poder do que nos primeiros agrupamentos que se constituíam no sul do Egito e da Mesopotâmia. Lá, ele podia se desgarrar do grupo para exercer sua atividade de lavrador e de criador, com possibilidade de sucesso. Aqui, tinha que fazer parte do grupo maior, elemento da engrenagem que era: o grupo dependia dele e ele dependia do grupo. Colocar-se à margem da comunidade era colocar-se à margem da terra resgatada aos pântanos e da água canalizada. A sociedade que premiava o membro que demonstrava bom comportamento, punia aquele que falhava, com sanções que o condenavam a viver fora da estrutura de produção. Quando o líder exigia o trabalho de alguém, fazia-o em nome do grupo, que o apoiava: a solidariedade social podia ser imposta. O próprio espírito de aventura encontrava limites bem estabelecidos: quando além do oásis (no caso do Egito) ou da terra firme e fértil (na Mesopotâmia) havia apenas deserto ou caos, o jovem tinha mais razões para se conformar e desenvolver um comportamento de bom menino. O rei, por tudo isso, investia-se do poder moral, que era outorgado pelo interesse do grupo, do poder de coação, podendo aplicar sanções a preguiçosos, marginais ou descontentes em geral. Tratava-se de opor o interesse geral ao particular, e o resto não contava. Ricos no que

se refere à fertilidade das terras, os mesopotâmios e os egípcios eram muito pobres em matérias-primas, algumas delas essenciais. O Vale do Nilo não tinha madeira para construção, nem pedras ou minérios. A Suméria não estava em situação melhor. Com as obras hidráulicas, os egípcios e os sumérios desenvolveram um comércio destinado a suprir suas terras das matérias-primas fundamentais. Formase, então, um grupo de comerciantes, de trabalhadores em transportes e de artesãos para trabalhar a matéria-prima, todos eles alimentados pelo resto da sociedade que continuava a produzir alimentos. Depois, surgiram os soldados para proteger os comboios, escribas para registrar os negócios e toda uma gama de funcionários do Estado para conciliar interesses opostos. Aparecem, também, funcionários religiosos e templos, além de uma série de cortesãos inúteis, familiares e amigos do rei. O arqueólogo nota uma substancial diferença entre os objetos encontrados datados de 5 mil e os de 6 mil anos. Os mais antigos são instrumentos de agricultura e de caça e um ou outro objeto de uso doméstico, denotando uma comunidade de agricultores simples. Já os de 5 mil anos constituem mobiliário dos templos, armas, jarros e outros objetos feitos em série. Encontramos, ainda, templos, túmulos imensos (como as pirâmides) e palácios. A mudança no material arqueológico denota alterações na economia das sociedades que produziam o material. Denota, também, maior complexidade nos papéis sociais, uma verdadeira divisão de trabalho em vez de simples divisão de tarefas e a instituição do poder político que busca perpetuar-se. Ao contrário da liderança

nas aldeias, provisória e sujeita a permanentes contestações, aqui, o rei esquece as razões que o levaram a liderar (o consenso do grupo social com vistas ao bem comum), e por meio de sua origem divina (no caso do Egito) ou legitimação divina (no caso da Mesopotâmia) e, mais tarde, entre os reis de Israel e Judá, passa a justificar suas atitudes autoritárias, seu luxo acintoso e sua vida desligada da dos produtores diretos. A cidade é populosa. Concentrações entre 10 mil e 35 mil habitantes eram comuns, segundo os especialistas. Há lugares predeterminados para as casas e as oficinas, mas os palácios e templos ocupam os locais de destaque. A solidariedade que justificara sua construção se esvai, o camponês, produtor direto de alimentos, é marginalizado pela sociedade que ele ajudara a construir e que continua a alimentar.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 1. ed. São Paulo: Atual, 1987.

Humanos entre cães e lobos: a história esquecida da domesticação

A domesticação constitui um dos fundamentos da história da humanidade, embora, hoje, ela seja muitas vezes representada como um evento mítico, realizado de modo autárquico, segundo a iconografia autocelebrativa de um homem que se fez por si mesmo, lutando contra uma natureza hostil. Na realidade, essa leitura é incorreta, especialmente se considerarmos que, com base nas últimas pesquisas paleontológicas e de biologia molecular, foi preciso retrodatar a domesticação do cão para além do fatídico limite dos 50 mil anos atrás.

Práticas de maternagem

Nas brumas do Paleolítico, o homem, ainda coletor nômade, já estava acompanhado pelo cachorro nas suas migrações, e isso 40 mil anos antes da revolução do Neolítico [...].

Hominídeos e lobos compartilhavam o mesmo ambiente, tinham a mesma colocação ecológica, se assemelhavam na organização social: todos esses requisitos (que inevitavelmente facilitaram os encontros e as sobreposições – e indubitavelmente também situações de confronto) levam a pensar que, antes da domesticação, havia uma longa convivência. Uma frequência que, se de um lado aproximou o lobo aos costumes humanos, criando as premissas para a domesticação, como descobriu Raymond Coppinger, de outro também modificou profundamente os usos e os costumes dos nossos antepassados.

[...]

No seu famoso livro *In the company of animals* (*Na companhia de animais*), James Serpell salienta que, em todas as populações humanas, estão presentes animais chamados de companhia e como o traço que caracteriza essas relações é precisamente a tendência a tratar e a cuidar dos animais de estimação, a tal ponto que o etólogo norte-americano chega a assumir uma espécie de parasitismo-parentela.

[...]

Um filhote necessitado de cuidados

Konrad Lorenz já havia chamado a atenção para uma série de características pedomórficas (ou seja, típicas das formas juvenis) comuns a todos os mamíferos, como a esfericidade da cabeça, os olhos grandes e lúcidos, o focinho achatado, as patas curtas, que formam uma espécie de linguagem universal dos filhotes. Essas formas juvenis, suscitando comportamentos parentais, compõem uma espécie de esperanto “et-epimelético”, termo etológico que, na prática, significa “capaz de mover um comportamento de cuidado”. [...]

Essa tendência epimelética do ser humano deveria ser atribuída à forte necessidade de cuidados parentais do filhote de *Homo sapiens* que, ao contrário de seus primos chimpanzés, bonobos, gorilas e orangotangos, no nascimento, apresenta uma imaturidade de desenvolvimento – ossos craniais não soldados, volume encefálico de um quinto em comparação aos adultos –, que o torna inepto e, assim, necessitado de cuidados parentais. O recém-nascido humano não só não é capaz de se agarrar como o filhote das outras espécies antropomórficas, mas não é capaz nem de levantar a cabeça. De acordo com o ditado darwiniano, a conclusão é simples: sem uma vocação epimelética contralateral, a nossa espécie teria se extinguido.

[...]

Contaminação e imunidade cruzada

Trata-se, em última instância, de inverter o lugar comum que vê o macho humano como caçador indômito, protagonista da captura e da subjugação dos animais. Na realidade, foram as mulheres que deram início à domesticação, abrindo caminho para um processo de hibridização com o não humano que nos transformou na raiz, até chegar ao ciborgue pós-moderno representado por Donna Haraway como condição existencial da contemporaneidade.

A domesticação teria sido, portanto, um efeito colateral do nosso virtuosismo no âmbito do cuidado, uma tendência que, de fato, nos abriu para a contaminação do não humano. [...] A cultura rural, mesmo nas diversas transformações que a caracterizaram, via um profundo contato entre os humanos e as outras espécies, a tal ponto que muitos fisiologistas descobriram a importância da chamada “imunidade cruzada”, uma verdadeira vacinação *ante litteram* que permitiu que o homem se protegesse de certas doenças infecciosas.

Doações e maus tratos

Com a revolução urbana do século XX, o homem se divorciou dos animais domésticos, muitos dos quais acabaram nas criações intensivas, campos de concentração que lhes retiraram a luz do Sol, o ar livre, a possibilidade de movimento e marcaram a sua existência com terríveis vexações. A nos acompanhar nas agitadas metrópoles continuaram sendo apenas o cachorro e o gato, privilegiados só aparentemente, porque, de fato, foram relegados a uma vida que tem bem pouco das satisfações exigidas pelo seu etograma: embora um clichê arraigado veja na antropomorfização dos animais de estimação uma grande doação para eles, e se usem termos como viciar ou mimar, não é exagero afirmar que, em muitos casos, trata-se de verdadeiros maus-tratos. Além disso, segundo a tradição disneyana, que, para o bem ou para o mal, formou todas as gerações a partir dos anos 1950, os animais são apenas máscaras sob as quais atua uma personalidade humana. Isso não nos permite compreender que, em termos de percepção do mundo, de modalidades comunicativas, de interesses e de rituais comportamentais, cada espécie tem os seus traços distintivos e merece ser respeitada como tal.

Porém, é verdade que os animais domésticos representam o último contato com uma realidade não humana que afastamos, mas da qual necessitamos justamente para construir as qualidades mais autênticas da nossa dimensão humana.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso em: 17 jun. 2016. (adaptado)



Atividades para sala

- No Período Neolítico, os caçadores e coletores já haviam adquirido razoável experiência cultural a fim de identificar animais para a caça e plantas para usos diversos. Nesse tempo, por volta de 10000 a.C., além de caçar e coletar frutos e sementes, nossos antepassados passaram a ter condições de interferir ainda mais na natureza, domesticando animais e cultivando plantas. Pelos registros existentes, isso teria acontecido, primeiramente, nas regiões atualmente chamadas de China, América Central, Peru e Oriente Próximo. Essa transformação nas formas de vida no planeta é chamada de revolução
 - ecológica, por ser o primeiro momento de contato entre os seres humanos e a natureza.
 - urbana, por haver permitido a fixação e a sedentarização dos humanos.
 - suméria, por ter sido realizada pelos sumérios antes de qualquer outro povo.
 - agrícola, por ter permitido maior domínio sobre a natureza e surgimento das aldeias.
 - iluminista, por ter se difundido rapidamente em todo o mundo como uma luz.
- “Revolução neolítica” é uma expressão criada pelo arqueólogo Gordon Childe nos anos 1960. Essa revolução implicou uma série de mudanças.

A que tipo de mudanças se refere essa expressão?

 - À procura dos homens do Neolítico pelas montanhas e planaltos, para se fixarem devido à seca do clima e à escassez de água.
 - À sedentarização do homem, ao desenvolvimento do cultivo do solo, de técnicas de caça e à domesticação de animais.
 - À cultura dolmênica desenvolvida em parte do continente europeu.
 - Ao surgimento dos primeiros aglomerados urbanos, agrupados sob a forma de Estado.
 - Ao aparecimento dos primeiros trabalhos coletivos visando à apropriação do uso da terra pela autoridade política local.
- A passagem do modo de vida caçador-coletor para um modo de vida mais sedentário aconteceu há cerca de 12 mil anos e foi causada pela domesticação de animais e de plantas. Com base nessa informação, é correto afirmar que
 - no início da domesticação, a espécie humana descobriu como induzir mutações nas plantas para obter sementes com características desejáveis.
 - a produção de excedentes agrícolas permitiu a paulatina regressão do trabalho, ou seja, a diminuição das intervenções humanas no meio natural com fins produtivos.
 - a grande concentração de plantas cultivadas em um único lugar aumentou a quantidade de alimentos, o que prejudicou o processo de sedentarização das populações.
 - no processo de domesticação, sementes com características desejáveis pelos seres humanos foram escolhidas para serem plantadas, em um processo de seleção artificial.
 - a chamada revolução neolítica permitiu o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, garantindo a eliminação progressiva de relações sociais escravistas.

- (ENEM) Leia a notícia a seguir.

Queijo de Minas vira patrimônio cultural brasileiro

O modo artesanal da fabricação do queijo em Minas Gerais foi registrado nesta quinta-feira (15) como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O veredicto foi dado em reunião do conselho realizada no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. O presidente do IPHAN e do conselho ressaltou que a técnica de fabricação artesanal do queijo está “inserida na cultura do que é ser mineiro”.

Folha de S. Paulo, 15 maio 2008.

Entre os bens que compõem o patrimônio nacional, assinale a alternativa que pertence à mesma categoria citada no texto.



Mosteiro de São Bento (RJ).



Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto (MG).



Tiradentes esquartejado (1893), de Pedro Américo.



Sítio arqueológico e paisagístico da Ilha do Campeche (SC).



Ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES).

- (ENEM) Seguiam-se vinte criados custosamente vestidos e montados em soberbos cavalos; depois destes, marchava o embaixador do rei do Congo, magnificamente ornado de seda azul para anunciar ao Senado que a vinda do Rei estava destinada para o dia dezesseis. Em resposta, obteve repetidas vivas do povo que concorreu alegre e admirado de tanta grandeza.

DEL PRIORE, Mary Lucy. Coroação do rei do Congo em Santo Amaro, Bahia.

Festas e utopias no Brasil colonial. In: CATELLI JUNIOR, Roberto.

Um olhar sobre as festas populares brasileiras. São Paulo: Brasiliense, 1994. (adaptado)

Originária dos tempos coloniais, a festa da coroação do rei do Congo evidencia um processo de

- exclusão social.
- imposição religiosa.
- acomodação política.
- supressão simbólica.
- ressignificação cultural.

6. (ENEM) A Praça da Concórdia, antiga Praça Luís XV, é a maior praça pública de Paris. Inaugurada em 1763, tinha em seu centro uma estátua do rei. Situada ao longo do Sena, ela é a intersecção de dois eixos monumentais. Bem nesse cruzamento está o Obelisco de Luxor, decorado com hieróglifos que contam os reinados dos faraós Ramsés II e Ramsés III. Em 1829, foi oferecido pelo vice-rei do Egito ao povo francês e, em 1836, instalado na praça diante de mais de 200 mil espectadores e da família real.

NOBLAT, Ricardo. Disponível em: <<http://www.oglobo.com>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

A constituição do espaço público da Praça da Concórdia ao longo dos anos manifesta o(a)

- lugar da memória na história nacional.
- caráter espontâneo das festas populares.
- lembrança da Antiguidade da cultura local.
- triunfo da nação sobre os países africanos.
- declínio do regime de monarquia absolutista.

7. As relações entre o Estado e a religião, existentes entre os povos da Antiguidade, caracterizaram diferentes formas de organização político-social. Sobre essas relações, é correto afirmar que

- o politeísmo implantado pelas monarquias hebraicas restringia a concepção do rei como ser humano, tornando-o unigido de Deus.
- a teocracia egípcia, concepção divina de poder, personificada no faraó como próprio deus, limitou-se ao período do Novo Império.
- a monarquia teocrática no Egito Antigo ocorria na personificação de deus e do Estado na figura do faraó.
- o Código de Hamurabi era um manual de orientação espiritual que autorizava os fiéis a fazer justiça com as próprias mãos.
- o patesi, na Mesopotâmia, possuía ideologicamente a mesma concepção do faraó no Egito, sendo divinizado como entidade superior no panteão dos deuses.

8. As origens da civilização egípcia datam de 4000 anos a.C. A população começou a se concentrar no vale do Rio Nilo, formando as primeiras aldeias (nomos), que mais tarde evoluíram para prósperas cidades agrícolas e depois se uniram formando o Alto Egito (ao sul) e o Baixo Egito (ao norte).

Sobre o Egito Antigo, é correto afirmar que

- o Rio Nilo foi de suma importância em vários aspectos da vida dos antigos egípcios. Não só a agricultura foi possível devido ao seu ciclo de cheias, mas também o desenvolvimento de atividades paralelas como a pecuária e o comércio.
- a construção das pirâmides atendia às necessidades da vida após a morte dos faraós. Esse tipo de construção foi característica da arquitetura funerária apenas durante o período do Egito Antigo.
- os egípcios antigos acreditavam em vários deuses que se relacionavam entre si, eram de natureza antropomórfica e formavam seu sistema mitológico.

- a despeito da influência islâmica, o Egito atual mantém as mesmas crenças religiosas do Egito Antigo.
- a produção agrícola e o resultado da pecuária eram absorvidos pela elite fundiária, muito influente na política do reino egípcio.

9. Leia as alternativas a seguir, que contêm possíveis condições para o surgimento do Estado nas sociedades da Antiguidade, e marque a opção que representa as características de um Estado teocrático.

- Manutenção da igualdade social, impulsionada por uma coletivização do trabalho, capaz de produzir excedentes de alimentos.
- Passagem da economia comunal para uma economia escravista, estimulada por guerras entre povos vizinhos, sendo o escravo produtivo a base dessa economia.
- Constituição da propriedade da terra e do regime de servidão coletiva nas sociedades orientais, para que as grandes construções públicas fossem realizadas sob orientação dos grupos dirigentes.
- Abundância de recursos hídricos existentes na natureza, permitindo uma farta distribuição de água à população carente de recursos econômicos.
- Ausência da figura do escravo, cedendo espaço para uma servidão coletiva, base de todo o processo produtivo da Antiguidade.



Atividades propostas

1. A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79. (adaptado)

Sobre as fontes históricas, com base no texto anterior, assinale a alternativa correta.

- O pensamento marxista aboliu a utilização de fontes escritas nas pesquisas históricas.
- A afirmação do texto sintetiza a nova perspectiva historiográfica sobre as fontes históricas.
- Os utensílios produzidos pelo homem se enquadram como registros arqueológicos e não como fontes para o historiador.
- Marc Bloch, no texto, defende a primazia das fontes escritas.
- A escola positivista foi a primeira a fazer uso da chamada história oral.

2. (ENEM)

Quem construiu a Tebas de sete portas?
 Nos livros estão nomes de reis.
 Arrastaram eles os blocos de pedra?
 E a Babilônia várias vezes destruída.
 Quem a reconstruiu tantas vezes?
 Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha
 [da China ficou pronta?
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
 Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os césores?

BRECHT, Bertolt. *Perguntas de um trabalhador que lê*. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

Partindo das reflexões de um trabalhador que lê um livro de História, o autor censura a memória construída sobre determinados monumentos e acontecimentos históricos.

A crítica refere-se ao fato de que

- os agentes históricos de uma determinada sociedade deveriam ser aqueles que realizaram feitos heroicos ou grandiosos e, por isso, ficaram na memória.
- a História deveria se preocupar em memorizar os nomes de reis ou dos governantes das civilizações que se desenvolveram ao longo do tempo.
- grandes monumentos históricos foram construídos por trabalhadores, mas sua memória está vinculada aos governantes das sociedades que os construíram.
- os trabalhadores consideram que a História é uma ciência de difícil compreensão, pois trata de sociedades antigas e distantes no tempo.
- as civilizações citadas no texto, embora muito importantes, permanecem sem terem sido alvos de pesquisas históricas.

3. Leia o texto a seguir.

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 65.

Assinale a alternativa que contém a definição de História mais coerente com a citação do historiador Marc Bloch.

- A História é a ciência que resgata o passado para explicar o presente e fazer previsões sobre o futuro.
 - A História é uma ciência que visa promover o entretenimento dos expectadores do presente e um conhecimento inútil sobre o passado.
 - A História é, tal como a Literatura, uma narrativa sobre o passado determinada pela imaginação do historiador.
 - A História é a ciência que se refugia no passado para não compreender as questões do presente.
 - A História é uma ciência que formula questões sobre o passado por meio de inquietações e experiências vividas no presente.
4. Arte rupestre é o mais antigo tipo de arte da História. Também é conhecida como gravura ou pintura rupestre. Esse tipo de arte teve início no Período Paleolítico Superior e é encontrada em todos os continentes. O estudo da arte rupestre favoreceu o conhecimento de pesquisadores em relação aos hábitos dos povos da Antiguidade e a sua cultura. As matérias-primas utilizadas para a expressão artística dos povos da Antiguidade eram pedras, ossos e sangue de animais. O sangue, assim como o extrato de folhas de árvores, era utilizado para tingir, constituindo o que devem ser as mais primitivas expressões artísticas, conforme a imagem a seguir.



Reprodução

Durante muito tempo, os povos que assim se expressavam foram conhecidos como pré-históricos. Essa denominação, hoje em desuso entre a maioria dos historiadores, mas ainda presente nos livros didáticos, está diretamente relacionada ao fato de esses povos

- desconhecerem a escrita.
- manterem relações comerciais.
- viverem sob a forma de Estado.
- dominarem as técnicas agrícolas.
- ocuparem as margens dos grandes rios.

5. Analise os textos a seguir.

Texto 1



O cômputo da Idade da Terra

Da Criação até o Dilúvio – 1 656 anos

Do Dilúvio até Abraão – 292

Do Nascimento de Abraão

até o Êxodo do Egito – 503

Do Êxodo até a Construção

do Templo – 481

Do Templo até o Cativo – 414

Do Cativo até o Nascimento

de Jesus Cristo – 614

Do Nascimento de Jesus Cristo

até hoje – 1 560

Idade da Terra – 5 520 anos

Texto 2

Avalia-se em cerca de quatro e meio bilhões de anos a idade da Terra, pela comparação entre a abundância relativa de diferentes isótopos de urânio com suas diferentes meias-vidas radioativas.

Considerando os textos, podemos afirmar que a natureza do pensamento que permite a datação da Terra é

- científica no primeiro e mágica no segundo.
 - social no primeiro e política no segundo.
 - religiosa no primeiro e científica no segundo.
 - religiosa no primeiro e econômica no segundo.
 - matemática no primeiro e algébrica no segundo.
6. (ENEM) Para uns, a Idade Média foi uma época de trevas, pestes, fome, guerras sanguinárias, superstições, crueldade. Para outros, uma época de bons cavaleiros, damas cortesãs, fadas, guerras honradas, torneios, grandes ideais. Ou seja, uma Idade Média "má" e uma Idade Média "boa".
- Tal disparidade de apreciações com relação a esse período da história se deve
- ao Renascimento, que começou a valorizar a comprovação documental do passado, formando acervos documentais que mostram tanto a realidade "boa" quanto a "má".
 - à tradição iluminista, que usou a Idade Média como contraponto a seus valores racionalistas, e ao Romantismo, que pretendia ressaltar as "boas" origens das nações.

- c) à indústria de *video games* e cinema, que encontrou uma fonte de inspiração nessa mistura de fantasia e realidade, construindo uma visão falseada do real.
- d) ao positivismo, que realçou os aspectos positivos da Idade Média, e ao marxismo, que denunciou o lado negativo do modo de produção feudal.
- e) à religião, que com sua visão dualista e maniqueísta do mundo, alimentou tais interpretações sobre a Idade Média.

7.



A estátua do Laçador, tombada como patrimônio em 2001, é um monumento de Porto Alegre (RS), que representa o gaúcho (em trajas típicos).

Disponível em: <<http://www.portoalegre.tur.br>>. Acesso em: 3 ago. 2012. (adaptado)

O monumento identifica um(a)

- a) exemplo de bem imaterial.
 - b) forma de exposição da individualidade.
 - c) modo de enaltecer os ideais de liberdade.
 - d) manifestação histórico-cultural de uma população.
 - e) maneira de propor mudanças nos costumes.
8. (ENEM) De modo geral, os logradouros de Fortaleza, até meados do século XIX, eram conhecidos por designações surgidas da tradição ou de funções e edificações que lhes caracterizavam. Assim, chamava-se Travessa da Municipalidade (atual Guilherme Rocha) por ladear o prédio da Intendência Municipal; São Bernardo (hoje Pedro Pereira) por conta de igreja homônima; Rua do Cajueiro (atual Pedro Borges) por abrigar uma das mais antigas e populares árvores da capital. Já a Praça José de Alencar, na década de 1850, era popularmente designada por Praça do Patrocínio, pois em seu lado norte se encontrava uma igreja homônima.

SILVA FILHO, A. L. M. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secult-CE, 2001. (adaptado)

Os atos de nomeação dos logradouros, analisados por uma perspectiva histórica, constituem

- a) formas de promover os nomes das autoridades imperiais.
 - b) modos oficiais e populares de produção da memória nas cidades.
 - c) recursos arquitetônicos funcionais à racionalização do espaço urbano.
 - d) maneiras de hierarquizar estratos sociais e dividir as populações urbanas.
 - e) mecanismos de imposição dos itinerários sociais e fluxos econômicos na cidade.
9. (ENEM) O ofício das baianas de Acarajé constitui um bem cultural de natureza imaterial, inscrito no Livro dos Saberes em 2005, que consiste em uma prática tradicional de

produção e venda, em tabuleiro, das chamadas comidas de baiana, feitas com azeite de dendê e ligadas ao culto dos orixás, amplamente disseminadas na cidade de Salvador, Bahia.

Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 29 fev. 2009. (adaptado)

O texto contém a descrição de um bem cultural que foi reconhecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) como patrimônio imaterial, pois representa

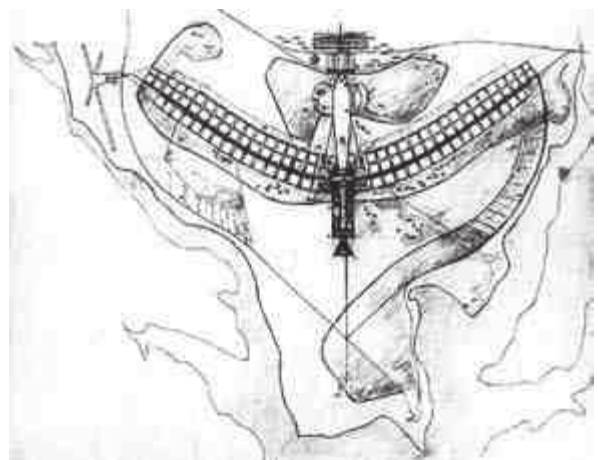
- a) uma técnica culinária com valor comercial e atratividade turística.
 - b) um símbolo da vitalidade dessas mulheres e de suas comunidades.
 - c) uma manifestação artística antiga e de abrangência nacional.
 - d) um modo de fazer e viver ligado a uma identidade étnica e regional.
 - e) uma fusão de ritos das diferentes heranças e tradições religiosas do país.
10. (ENEM) A cultura ocidental, acentuadamente antropocêntrica, foi marcada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciados pela expansão colonial, que resultaram na revolução industrial, no fortalecimento da ideia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

FERREIRA, L. C. Dilemas do século XX: ideias para uma sociologia da questão ecológica. In: SILVA, J. P. (Org.). *Por uma sociologia do século XX*. São Paulo: Annablume, 2007. (adaptado)

Esse processo de acumulação de riquezas no Ocidente, por longos séculos, se fez à custa da degradação do meio natural. Do ponto de vista da cultura e do imaginário ocidental moderno, isso se deveu à

- a) ideologia revolucionária burguesa, que pregava a repartição igualitária do direito de acesso aos recursos naturais e agrícolas.
- b) ideia de Renascimento, que representava os benefícios técnicos de transformação da natureza como salutares para a preservação de ecossistemas.
- c) concepção sacralizada de que a natureza, enquanto obra da criação de Deus, devia servir à contemplação estética e religiosa.
- d) perspectiva desenvolvimentista, que atrelava o progresso ao meio ambiente e difundia amplamente um entendimento da relação harmoniosa entre sociedade e natureza.
- e) crença nos poderes da ciência e do desenvolvimento tecnológico, que contribuiu para tratar a natureza como objeto de quantificação, manipulação e dominação.

11. (ENEM) Observe a imagem a seguir.



COSTA, Lucio. *Plano Piloto de Brasília*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

O arrojado projeto arquitetônico e urbanista da nova capital federal fez com que Brasília fosse, no ano de 1987, considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, porque o Plano Piloto de Brasília concretizava os princípios do

- urbanismo modernista internacional.
- modelo da arquitetura sacra europeia.
- pensamento organicista das metrópoles brasileiras.
- plano de interiorização da capital.
- projeto nacional desenvolvimentista do governo JK.

12. (ENEM) Em 1903, iniciou-se a introdução de obras de arte com representações de bandeirantes no acervo do Museu Paulista, mediante a aquisição de uma tela que homenageava o sertanista que comandara a destruição do Quilombo de Palmares. Essa aquisição, viabilizada por verba estadual, foi simultânea à emergência de uma interpretação histórica que apontava o fenômeno do sertanismo paulista como o elo decisivo entre a trajetória territorial do Brasil e de São Paulo, concepção essa que se consolidaria entre os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao longo das três primeiras décadas do século XX.

MARINS, P. C. G. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista do LEB*, n. 44, fev. 2007.

A prática governamental descrita no texto, com a escolha dos temas das obras, tinha como propósito a construção de uma memória que

- afirmava a centralidade de um Estado na política do país.
- resgatava a importância da resistência escrava na história brasileira.
- evidenciava a importância da produção artística no contexto regional.
- valorizava a saga histórica do povo na afirmação de uma memória social.
- destacava a presença do indígena no desbravamento do território colonial.

13. Relacione as civilizações da Antiguidade apresentadas na coluna da esquerda a cada localização que as identificam, elencadas na coluna da direita.

(I) Fenícia	() Norte da África
(II) Egípcia	() Atual Líbano
(III) Mesopotâmica	() Atual Irã
(IV) Persa	() Atual Iraque

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente os parênteses, de cima para baixo.

- I, III, II, IV
- I, II, IV, III
- II, I, IV, III
- II, IV, I, III
- III, IV, II, I

14. Na Antiguidade, a Europa mediterrânea e o Oriente Próximo viram o surgimento e o esfacelamento de diversos impérios. Sobre eles, pode-se afirmar que

- a unidade política acabou depois de algum tempo por ser acompanhada por uma unidade religiosa.
- a diversidade racial e cultural enfraquecia-os, apesar da existência de mecanismos que pretendiam estabelecer uma real unidade.
- os centros políticos coincidiam sempre com os centros econômicos.

- com exceção do Império Romano, todos nasceram de confederações de cidades-Estado em constante luta interna.
- seus centros dinâmicos localizavam-se nas zonas litorâneas, por terem economias essencialmente mercantis.

15. Durante o reinado de Hamurabi na Babilônia (1792-1750 a.C.), foi escrita uma relação de sentenças legais que, modernamente, é conhecida pelo nome de Código de Hamurabi. O objetivo fundamental dessa obra era

- estabelecer uma ordem constitucional para fundar o Estado imperial mesopotâmico.
- enaltecer a pessoa do rei, associando-a ao poder, à justiça e à sabedoria.
- proporcionar aos cidadãos do império um código legal, universal e aplicável a todas as situações conflituosas.
- impor a Lei de Talião como norma exclusiva para a ordem constitucional mesopotâmica.
- promover a igualdade jurídica entre todos os súditos do rei.

16. Na África, durante a Antiguidade, entre 3000 a.C. e 332 a.C., desenvolveu-se o primeiro império unificado historicamente conhecido, cuja longevidade e continuidade ainda despertam a atenção de arqueólogos e historiadores. Esse império

- legou à humanidade códigos e compilações de leis.
- desenvolveu a escrita alfabética, dominada por amplos setores da sociedade.
- retinha parcela insignificante do excedente econômico disponível.
- sustentou a crença de que o caráter divino dos reis se transmitia exclusivamente pela via paterna.
- dependia das cheias do Rio Nilo para a prática da agricultura.

17. A partir do III milênio a.C., desenvolveram-se, nos vales dos grandes rios do Oriente Próximo, como o Nilo, o Tigre e o Eufrates, Estados teocráticos fortemente organizados e centralizados e com extensa burocracia. Uma explicação para seu surgimento é

- a revolta dos camponeses e a insurreição dos artesãos nas cidades, que só puderam ser contidas pela imposição dos governos autoritários.
- a necessidade de coordenar o trabalho de grandes contingentes humanos, para realizar obras de irrigação.
- a influência das grandes civilizações do Extremo Oriente, que chegou ao Oriente Próximo por meio das caravanas de seda.
- a expansão das religiões monoteístas, que fundamentavam o caráter divino da realeza e o poder absoluto do monarca.
- a introdução de instrumentos de ferro e a consequente revolução tecnológica, que transformou a agricultura dos vales e levou à centralização do poder.

18. Um império teocrático, baseado na agricultura, na arrematamento de camponeses para grandes obras e profundamente dependentes das águas de um grande rio.

Esta frase se refere aos

- fenícios e a importância do Tigre.
- hititas e a importância do Eufrates.
- sumérios e a importância do Jordão.
- cretenses e a importância do Egeu.
- egípcios e a importância do Nilo.

Economia e sociedade: o modo de produção asiático

A organização social das civilizações orientais estava relacionada com a constituição dos Estados teocráticos comandados pelos proprietários das terras, que estabeleciam a organização do trabalho e a configuração dos grupos sociais.

O chamado **modo de produção asiático**, também conhecido por **servidão coletiva**, é um conceito usado há décadas pelos historiadores para compreender a estrutura econômica de Estados como Egito e Mesopotâmia, com claras repercussões na sociedade. O conceito afirma que, em tais sociedades, inexistia a propriedade privada das terras, as quais pertenciam ao Estado e eram distribuídas para a nobreza e para os sacerdotes. As terras também eram usadas pela população camponesa, das quais tirava seu sustento e, em troca, pagava impostos aos nobres e ao Estado. Além disso, os camponeses estavam sujeitos à **corveia** (trabalhos forçados) em atividades como a construção de obras públicas. Portanto, era nítida a divisão social: nobres, sacerdotes e governantes formavam uma elite social que usufruía do trabalho de uma massa composta por artesãos, escravos e, principalmente, camponeses.

Um conceito polêmico

O conceito de modo de produção foi uma formulação marxista para conceber o processo histórico e suas transformações econômicas, segundo a qual cada sociedade organizava suas relações de produção, em meio a estruturas políticas e jurídicas. De acordo com Marx, os modos de produção entrariam em colapso por meio de suas próprias contradições internas, daí a sucessão linear dos modos de produção apresentados por Karl Marx: comunismo primitivo, modo de produção asiático, escravista, feudal e capitalista.

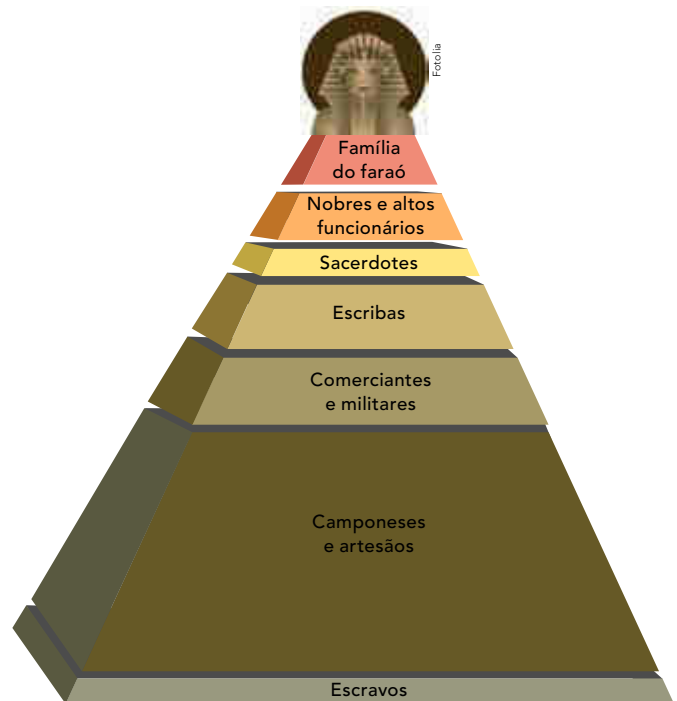
Na perspectiva marxista, o modo de produção asiático seria típico de sociedades organizadas em comunas agrícolas sujeitas ao rígido controle da burocracia estatal, considerada a proprietária das terras. Tal organização estaria presente no passado remoto da China, Índia, povos eslavos, Império Inca e civilizações do Oriente Médio.

Contudo, o conceito de modo de produção asiático despertou fortes polêmicas entre os intelectuais (principalmente marxistas), que passaram a tecer críticas que apontavam para possíveis erros e inadequações presentes na análise de Marx. Em primeiro lugar, não existiriam evidências históricas suficientes para consolidar a visão proposta pelo conceito de modo de produção asiático para povos tão distintos no tempo e no espaço. A teoria seria também incompatível com a noção de luta de classes, pois a propriedade privada dos meios de produção seria inexistente (embora seja aceito que no Egito, por exemplo, as propriedades eram cedidas para posse em caráter vitalício e podiam ser transmitidas por herança). Além disso, outros historiadores negam que a origem do Estado despótico teocrático tenha surgido a partir da necessidade de coordenar a construção de obras de irrigação.

Sabe-se que o único modo de produção estudado profundamente por Karl Marx foi o capitalismo, portanto, o uso da terminologia “modo de produção asiático”, apesar das fortes críticas que recebeu, não deve ser concebida como uma certeza histórica ou modelo epistemológico, mas como uma abstração para tentar compreender realidades sociais e jurídicas de determinados povos no passado.

Características das sociedades orientais

Egito



No cume da pirâmide social egípcia, estava o **faraó**, soberano absoluto, dono das terras e “deus vivo”. A linhagem do faraó, considerada divina, ajuda a compreender a prática de casamentos entre membros de sua própria família (endogamia). Os **nobres** e os **sacerdotes** detinham terras e riquezas, sendo estes detentores de elevado prestígio social e encarados como responsáveis pelo contato com os deuses. O poder e a riqueza do grupo de sacerdotes do deus Amon-Rá chegou a rivalizar com o do faraó, o que explica a adoção do monoteísmo pelo soberano Amenófis IV, que reinou por 17 anos.

Em posição social intermediária, estavam os **escribas**, intelectuais membros da administração governamental, isentos de impostos e detentores de considerável prestígio social. Hierarquicamente inferiores eram classificados os **comerciantes** e os **militares**, e, na base da pirâmide, estava a

massa de **camponeses, artesãos e escravos**. Os camponeses egípcios (felás) formavam a maioria da população, e sobre seu trabalho construiu-se o esplendor da civilização, uma vez que pagavam impostos na forma de produtos e de variados tipos de trabalhos forçados para o governo. Os escravos eram, geralmente, estrangeiros e prisioneiros de guerra, que podiam ser usados na construção de obras públicas ou em caráter doméstico. Convém ressaltar que as mulheres gozavam de certos direitos, como posse de bens e administração de negócios e herança, o que indicava certo prestígio social da figura feminina no Egito Antigo.

Mesopotâmia

Na Mesopotâmia, o quadro era semelhante ao do Egito Antigo. O rei, os nobres e os sacerdotes estavam no topo da pirâmide social, detendo o controle das terras e ocupando os altos cargos públicos, em contraposição à massa de camponeses e trabalhadores livres que arrendavam terras ao rei ou aos templos religiosos. Os escravos, obtidos por meio de compra, guerras ou por dívidas, completavam o quadro social.

Povos do mediterrâneo

Hebreus

Os hebreus tinham como base da sociedade a família extensa, composta por parentes colaterais e vários dependentes, o que dava condições à formação de clãs unidos por laços de parentesco. No Período dos Patriarcas, formaram-se as 12 tribos hebraicas, e, durante o restabelecimento no território da Palestina, ocorreu certa diversificação social, visível por meio da presença de agricultores e de artesãos especializados (padeiros, fiadores, oleiros etc.). A classe sacerdotal (ligada à tribo de Levi) possuía muito prestígio. A sociedade ainda era composta por estrangeiros e escravos; sobre estes, existiam preceitos que lhes concediam direito ao casamento e mesmo a possibilidade de libertação em determinadas épocas.

Fenícios

Os fenícios, por habitarem uma região pouco propícia para a agricultura, destacaram-se no comércio e na navegação marítima, estabelecendo intensas relações comerciais com povos vizinhos. A Fenícia era formada por cidades-Estado autônomas, governadas por um rei com apoio de grupos sociais poderosos, como sacerdotes e comerciantes. A sociedade, na maioria das cidades, era composta por comerciantes marítimos, negociantes de escravos, funcionários do governo, sacerdotes, pequenos proprietários e trabalhadores livres (artesãos, pescadores, camponeses, marinheiros).

Persas

Os persas também tinham o rei no cume da pirâmide social, seguido pela alta nobreza, pelos burocratas e pelo clero, que possuía terras e recebia donativos. A tribo dos magos gozava de certo prestígio junto aos soberanos persas como sábios, adivinhos e visionários. Agricultores livres e escravos ocupavam as posições mais baixas.

Durante o governo de Dario I (521-485 a.C.), o Império Persa chegou ao ápice de suas conquistas territoriais, o que fez o rei dividir o império em províncias, denominadas satrapias, que eram governadas por um administrador, o sátrapa.

O Império Persa não tinha apenas uma capital, podendo o rei estabelecer-se em qualquer cidade. Com o objetivo de manter a unidade territorial, os persas aperfeiçoaram os sistemas de transportes e de comunicações, construindo estradas para ligar as principais cidades.

Leitura complementar

Mulher, casamento e família na Mesopotâmia

O casamento e a unidade familiar que dele decorre constituem uma das bases da organização social. Por consequência, os soberanos editaram leis particularmente severas contra a mulher adúltera e seu amante. As leis assírias dedicam uma dezena de artigos a este tema, vislumbrando todo tipo de caso: a mulher seduzida na casa do amante, em uma taverna ou na rua, o amante consciente ou não do delito, acusação ou presunção de adultério (§§ 13-24). O adultério constitui uma ofensa grave contra o marido e, mesmo se isto jamais é dito, a mulher adúltera arrisca dar à luz filhos que não seriam de seu esposo. Sem dúvida, é em parte por isto que a questão do adultério diz respeito apenas às mulheres. Um homem que entretém uma relação fora do casamento não arrisca grande coisa, salvo se ele seduz uma mulher casada; mas pode ir impunemente ao cabaré frequentar as prostitutas. Considerados ambos como igualmente culpados, a mulher adúltera e seu amante sofrem o mesmo destino: seja a morte, seja a libertação, como estipula o Código de Hamurabi: "Se a esposa de um homem foi surpreendida dormindo com um outro homem, eles os amarrarão e jogarão na água. Se o marido da esposa deixar que sua esposa viva, então, o rei deixará seu servidor viver" (§ 129). As leis assírias, além da graça ou da morte dos dois parceiros, vislumbram uma terceira possibilidade: as mutilações que punem os culpados onde eles cometeram a falta, impedindo-os de reincidir:

"Se alguém surpreendeu um homem com sua esposa e se as provas contra ele foram feitas e ele foi considerado culpado, os dois serão mortos; não há falta contra o marido. Se ele o deteve e levou diante do rei ou diante dos juízes, e se as provas contra ele foram feitas e ele foi considerado culpado, se o marido da esposa quiser matar sua esposa, ele matará também o outro homem; se ele cortar o nariz de sua esposa, ele deverá tornar o outro homem um eunuco, que terá toda sua face mutilada. Mas se ele [liberar] sua esposa, o outro homem deverá ser [liberado] (§ 15)."

É preciso, entretanto, que haja flagrante delito, pois não é possível condenar duas pessoas com base em simples suspeitas. Em caso de presunção de adultério, a mulher deve inocentar-se, seja prestando juramento (Código de Hamurabi, § 131), seja enfrentando um ordálio pela água (Código de Hamurabi, § 132; leis assírias, § 17).

Dissolução do casamento

O divórcio é conhecido pelos códigos de lei, pelos contratos que preveem, por vezes, a eventualidade de uma separação, pelos contratos de divórcio, bem como pelos resumos de processos. A fórmula empregada para requerer o divórcio é: "tu não és mais minha esposa" ou "tu não és mais meu marido". Os textos paleobabilônicos e os de Nuzi mencionam um gesto simbólico que consiste em cortar o *sissiktum*, franja do vestido da mulher. Em Sippar, de onde provém a maior parte dos contratos de casamento paleobabilônicos, estes preveem penas dissuasivas: em geral, a morte para a

mulher que tome a iniciativa e o pagamento de uma soma muito alta para o homem. No sul da Mesopotâmia, ao contrário, uma mulher que pede o divórcio pode preservar sua vida. De acordo com a documentação paleoassíria, a mulher casada pode, assim como seu marido, iniciar o procedimento de separação, sendo que as compensações devidas são de montante idêntico para o homem e a mulher. Em Nuzi, os poucos contratos conhecidos de divórcio entre pessoas livres são concluídos por iniciativa do marido. Em Emar, no entanto, tanto a mulher como o marido podem pedir o divórcio, devendo ela, neste caso, pagar uma indenização ao seu cônjuge. De maneira geral, são constatadas importantes variações nas tradições relativas ao divórcio, segundo os lugares, as épocas e a conduta dos esposos. Diversas causas podem ser evocadas para pedir a separação. Por exemplo, o marido pode arguir a esterilidade da esposa e deve, então, pagar-lhe uma indenização (Código de Hamurabi, §§ 138-140); em contrapartida, em caso de doença de sua mulher, ele deve conservá-la em sua casa e garantir a sua subsistência, mas tendo direito de tomar uma segunda esposa (§ 148).

Em caso de má conduta de sua esposa, o homem pode repudiá-la sem nenhuma indenização (§ 141). Um contrato paleoassírio prevê que, nestas condições, o marido pode despojar a mulher de suas vestes e a mandar embora. Um habitante de Nippur acumula certo número de queixas contra sua mulher e a leva diante da assembleia da cidade:

“Erra-malik desposou Ishtar-ummî. Em primeiro lugar, ela roubou seu celeiro. Em segundo lugar, ela fez uma abertura em seu jarro de óleo e a cobriu com uma veste (para dissimular sua falta). Em terceiro lugar, ele a pegou sobre um homem; ele a prendeu na cama ao corpo do homem. Ele a levou diante da assembleia. A assembleia, devido ao fato de que um homem foi pego sobre ela, decidiu que ele (o marido) não pagará sua indenização de divórcio.”

Além disto, a esposa foi condenada a penas infamantes: “Ela foi vestida como uma prostituta, eles raspam seu sexo e atravessaram seu nariz com um cravo. O rei a entregou para que fosse conduzida através da cidade”. O Código de Hamurabi não prevê que uma mulher possa pedir o divórcio, mas que, tendo desenvolvido uma aversão por seu marido, ela se recuse a ter relações sexuais com ele; neste caso, uma investigação sobre o comportamento do esposo é realizada em seu quarto: se a má conduta do marido é notória, a mulher é autorizada a voltar para a casa de seu pai com seu dote (§ 142). Se fosse constatado, ao contrário, que a mulher “não se comporta bem, sai (de casa), dilapida sua casa, desonra seu marido”, ela será condenada à morte por afogamento (§ 143).

“A mulher na Mesopotâmia”, de Brigitte Lion e Cécile Michel.
Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg19-10.pdf>.

A cultura dos povos da Antiguidade Oriental

Cultura egípcia

Um dos aspectos centrais da cultura egípcia reside na religiosidade. Com efeito, a religião estava presente em variados aspectos do cotidiano e era claramente manifestada em suas crenças politeístas. A tentativa monoteísta do faraó Amenófis IV, ao impor Aton (o disco solar) como deus único,

durou somente enquanto ele exerceu o poder. Logo após sua morte, seu filho, Tutancâmon, reintroduziu os cultos politeístas. O panteão egípcio era composto por deuses cósmicos, divindades locais, deuses estrangeiros, gênios, seres humanos divinizados, além de animais sagrados. Geralmente, os deuses eram antropozoomórficos (metade humano e metade animal), destacando-se as figuras de Rá (de quem o faraó era considerado filho) e Anúbis. Os templos, magníficos e monumentais, eram construídos para abrigar as residências dos deuses. A religião possuía um sentido ético, pois a concepção de imortalidade da alma estava atrelada à ideia de um julgamento perante o tribunal de Osíris, no qual a alma poderia ser condenada e punida ou obter o direito de voltar a seu corpo. Daí a importância da prática da mumificação entre os egípcios como forma de preservar o cadáver para receber a própria alma.

Saiba mais

Amenófis IV (1388–1335 a.C.)



A arte em relevo mostra raios solares do deus Aton iluminando o faraó Amenófis IV (século XIV a.C.).

Faraó egípcio da 18ª dinastia (1540-1307 a.C.) que iniciou o culto de adoração ao Sol, Aton, criando a primeira religião monoteísta de que se tem conhecimento. Tornou-se herdeiro com a morte do príncipe Tutimósís e sucedeu seu pai, Amenófis III (1353 a.C.). Começou o seu reinado atribuindo-se o título de sumo sacerdote do deus-sol, papel tradicional dos faraós do Egito, mas, até o momento, não incorporado aos seus títulos, e formulou, então, um novo nome dogmático para o deus-sol, Rá-Harakhty. Essa reforma religiosa caracterizou seu reinado estabelecendo um novo culto, de caráter monoteísta, no qual Aton, o disco solar, substituiu os outros deuses egípcios, especialmente, Amon.

A nova religião expressava a gratidão humana para com o deus solar, pois com seu calor, dava vida a todos os homens e animais. Sua esposa principal, Nefertiti, teve papel fundamental nessas mudanças. Nos primeiros anos de seu governo, desenvolveu um vasto programa de construção de edifícios em Carnaque e outras cidades, decorados com relevos em um estilo artístico inteiramente novo. Em Carnaque, construiu um santuário com uma série de estátuas colossais, das quais pelo menos um quarto era da rainha.

Indisposto com os sacerdotes tebanos de Amon, começou a construir uma nova capital para o Egito, a cidade de Akhetaton, o Horizonte de Aton, atualmente Tell al-Amarna, e mudou seu próprio nome para Akhenaton, ou servidor de Aton (1348 a.C.). Personagem eminente da longa história do Antigo Egito, tornou-se, assim, o inspirador de um novo sentimento religioso que reformou as bases espirituais de seu povo. Essa preocupação

com as questões religiosas distanciou o faraó dos assuntos políticos e militares, até mesmo da ameaça representada pela penetração dos hititas, no norte.

O entusiasmo popular, com sua nova estrutura de culto, não foi suficiente para que, após sua morte, o recente monoteísmo fosse abandonado e o povo egípcio retornasse paulatinamente às antigas modalidades religiosas. Juntamente com a reforma religiosa, esse faraó introduziu uma importante modificação na arte egípcia, que perdeu seu tradicional caráter hierático e se tornou mais naturalista.

Teve seis filhas com a rainha e esposa principal, mas nenhum filho. Com sua morte, a rainha Nefertiti assumiu como regente de seu sucessor, Tutancâmon, filho de uma esposa secundária, Kiya. Aparentemente pressionada pelos sacerdotes de Amon e pelos cortesãos hostis ao monarca, ela mudou seu nome para Smenkhkare e passou o trono para o enteado, quando este tinha apenas sete anos de idade, por isso conhecido como o faraó-menino, mas que foi muito bem preparado para ser faraó pela avó, a rainha Ti, esposa de Amenófis III.

Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br>>.

A arquitetura, com sua grandiosidade e monumentalidade, demonstra a força do Estado egípcio em obrigar milhares de camponeses a trabalhar em construções funerárias ou templos. Monumentos fúnebres, como hipogeus, mastabas e pirâmides, permanecem erguidos até os dias atuais e geram fascínio tanto pelos estudiosos quanto pelas pessoas leigas. Acredita-se que os egípcios construíram dezenas de pirâmides, das quais poucas sobreviveram ao tempo. A mais célebre foi feita pelo faraó Quéops, em 2775 a.C., e exemplifica o uso da materialidade para perpetuar a memória: seu reinado durou 23 anos, e foi marcado pela crueldade (conta-se que o faraó teria forçado a própria filha a se prostituir a fim de arrecadar fundos para a construção da pirâmide com seus 2,3 milhões de blocos de pedra). Essa pirâmide é a única das 7 Maravilhas do Mundo Antigo existente, perpetuando o nome de seu criador.



Vista da grande pirâmide de Quéops em dias atuais. Essa pirâmide foi a estrutura mais alta do mundo durante o período de 2570 a.C. a 1300 d.C.

A arte, em geral, tinha o objetivo de passar a ideia de imutabilidade e eternidade das instituições. A pintura regia-se pelo **princípio da frontalidade**, isto é, o tronco das figuras sempre era retratado de frente, e seus rostos, de lado; e pela perspectiva hierárquica, o tamanho das figuras era relacionado com sua posição social.

No campo das ciências, os egípcios, motivados pela construção das pirâmides, pela cobrança de impostos e pela demarcação de áreas de enchentes, desenvolveram cálculos matemáticos, como a área do trapézio e o volume de esferas

e cilindros, além de terem desenvolvido equações algébricas. Noções de Química, Farmácia e Anatomia foram essenciais para o processo de mumificação. A prática da Medicina também serviu para desenvolver operações de circuncisão, de amputação, de trepanação (técnica cirúrgica que consiste em perfurar um orifício em um osso) e de tratamento de fraturas.

Cultura dos povos mesopotâmicos



Dur-Untash, ou Choga Zanbil, construído por Untash-Napirisha e localizado perto de Susa, no Irã. É um dos mais preservados zigurates do mundo.

Aos sumérios é creditada a base cultural de todos os povos que compunham a Mesopotâmia, sobretudo no que diz respeito a aspectos como literatura, escrita, cidades, instituições, crenças e leis. A **escrita suméria** era feita em argila e era conhecida como cuneiforme (em forma de cunha). Diversas obras literárias se destacaram, como o *Poema da criação* e a *Epopeia de Gilgamesh*. Na **arquitetura**, destacam-se os templos religiosos estruturados como pirâmides escalonadas, conhecidas como **zigurates**. A principal função dos zigurates era servir como aproximação da terra com os céus, uma vez que os sumérios acreditavam que todo o destino humano estava relacionado com os deuses e corpos celestes.

Esses povos eram politeístas e seus deuses tinham forma humana (antropomórficos). Tais deuses eram, sobretudo, locais e ligados à proteção de determinada cidade. A crença na força de astros e planetas sobre a vida humana levou ao desenvolvimento da **astronomia** (estudo dos astros) e da **astrologia** (estudo da influência dos astros nos destinos individuais e coletivos). Para os sumérios, a religião interessava somente aos vivos, pois acreditavam que após a morte não havia recompensa por bons atos e todas as almas iriam para um mundo subterrâneo, onde se transformavam em sombras que passariam a eternidade alimentando-se de água e poeira.

Obter vida longa, próspera e saudável era o objetivo das relações com os deuses ou mesmo com os demônios. Tal necessidade impulsionou o desenvolvimento da magia e de variadas formas de predição do futuro. Seus cálculos matemáticos e astronômicos levaram à divisão do ano em doze meses.

Cultura hebraica

A cultura dos antigos hebreus possivelmente tornou-se a mais influente de todos os povos até aqui estudados, sobretudo pelo fato de seu desenvolvimento religioso e moral estar vinculado ao surgimento da religião cristã, que, tornou-se um pilar da cultura ocidental, ao lado do Direito Romano e da Filosofia grega.



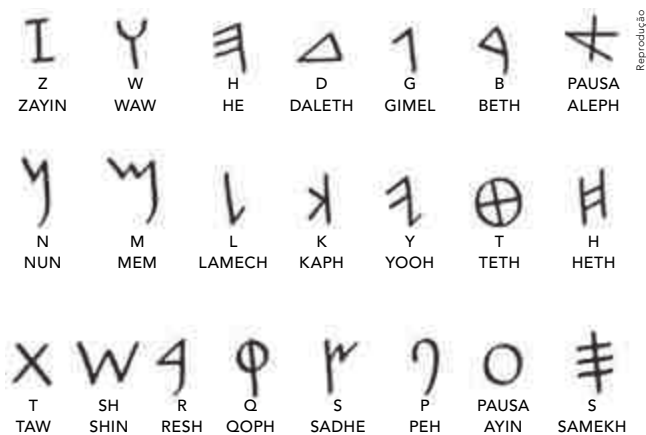
Pazuzu, um dos demônios da Mesopotâmia: podia fazer o bem ou o mal aos vivos.

Originários da Mesopotâmia, os hebreus acabaram se distanciando do politeísmo em função da adesão ao **monoteísmo ético**. Monoteísmo, porque existiria apenas um deus (Yahweh ou lavéh, cujo significado é "Eu sou" ou "Aquele que é") responsável por estabelecer uma aliança com os descendentes do patriarca Abraão, tornando-os o "povo eleito" por Deus. Ao contrário dos deuses tradicionais, que se manifestavam por meio dos fenômenos da natureza, lavéh revelava-se ao povo hebreu por meio da própria história humana e, em particular, da história do povo eleito. Contudo, lavéh era um deus zeloso e ético, que exigia do povo hebreu o cumprimento de suas leis e que abominava as transgressões, de onde emergiu o conceito de pecado-culpa-castigo diante de um deus onipresente e onisciente.

Com efeito, após a implantação do monoteísmo com Moisés e os Dez Mandamentos, existiriam centenas de proibições e interdições religiosas que poderiam gerar punições aos desobedientes. A religião tornou-se central para a própria identidade do povo hebreu (posteriormente chamados de judeus), sobretudo, diante de eventos históricos trágicos, como invasões por povos estrangeiros, e contribuiu para o elevado nível moral e ético presentes na literatura hebraica, por meio da *Torá* (*Pentateuco* ou *Lei de Moisés*), e demais livros da *Bíblia* hebraica (conhecida como o Antigo Testamento). Contudo, alguns críticos alertam que os livros que compõem a *Bíblia* refletem bem mais as concepções religiosas da elite hebraica do que as práticas populares, possivelmente impregnadas de superstição e politeísmo.

Cultura fenícia e persa

Os fenícios não foram grandes criadores culturais, mas, sobretudo, sintetizadores de aspectos culturais dos povos com os quais conviviam e comercializavam. Atribui-se aos fenícios a invenção do **alfabeto fonético**, que se baseava em 22 sinais para construir sons. Sua alta habilidade criativa é percebida ao se comparar esse alfabeto com os sistemas de escrita de outros povos orientais, que possuíam centenas e centenas de caracteres. O sistema de escrita fenício originária, mais tarde, as atuais consoantes, enquanto gregos e romanos introduziriam as vogais.



Caracteres fenícios originaram o alfabeto atual.

Os fenícios, também politeístas, cultuavam, entre outros deuses, Baal, Astarte e Moloch. Existem evidências de que, em alguns casos, realizavam sacrifícios humanos para suas divindades. Acreditavam que a vida além-túmulo era desprovida de prazeres (como na Mesopotâmia), mas também existia a necessidade de conservar o corpo mumificado para receber sua alma (como no Egito).

Já os persas construíram um enorme império e sua produção artística sofreu influências de egípcios e mesopotâmicos. A arquitetura foi uma área destacada pelos templos, palácios e esculturas. Contudo, um dos pontos mais originais está

ligado à religião, conhecida como **zoroastrismo**. De acordo com as tradições, o reformador religioso Zaratustra (nascido em 630 a.C.) teria lutado para difundir uma religião de características dualistas e com tendência ao monoteísmo, em que o deus Ahura-Mazda (senhor da luz e da verdade) estava em embate com o espírito maligno Arimã. O zoroastrismo defendia a existência de um juízo final, mediante o qual as almas que seguissem o bem seriam recompensadas com o paraíso e as almas más seriam punidas. Portanto, o zoroastrismo tem importantes semelhanças com o judaísmo e cristianismo, como o caráter "revelado" de sua doutrina, sua ênfase no dualismo e no julgamento final das almas. Atualmente, cerca de 150 mil pessoas ainda professam o zoroastrismo na Índia e no Irã.



Atividades para sala

- A estada dos filhos de Israel no Egito durou quatrocentos e trinta anos. No mesmo dia que findava esse período, os exércitos de lavéh saíram do país do Egito (Êxodo 12:40). Sobre o exílio dos hebreus no Egito, assinale a alternativa correta.
 - Algumas tribos hebraicas deslocaram-se para a zona do delta do Rio Nilo para fugir da grave carestia que assolou a Palestina por volta de 1700 a.C.
 - O povo hebreu, após inúmeros combates e disputas, foi derrotado pelos egípcios e conduzido, em regime de escravidão, para a terra dos faraós.
 - Os hebreus se organizaram como mercenários e em atividades comerciais, ocupando as vias das caravanas no deserto, a serviço do faraó egípcio.
 - Quando os hicsos invadiram o Egito, levaram consigo algumas tribos hebraicas e arremeteram os homens como soldados mercenários em seus exércitos.
 - A sociedade hebraica destacou-se na Antiguidade pelo seu caráter militarista, empreendendo várias conquistas territoriais à época dos clãs tribais.
- Na Antiguidade, aproximadamente na mesma época em que se desenvolveu a sociedade egípcia, outros povos começaram a despontar. Sobre os aspectos da organização socioeconômica desses povos, é correto afirmar que
 - as primeiras civilizações, Mesopotâmia, Egito, Índia e China, nasceram às margens do Mar Mediterrâneo, desenvolvendo grande aptidão para a navegação.
 - nessas sociedades, onde predominava a servidão coletiva, o indivíduo explorava a terra como membro da comunidade e servia ao proprietário, dono absoluto dessas terras.
 - o Estado constituía, nessas sociedades, o principal instrumento de poder do grupo privilegiado, assegurando e ampliando o predomínio da classe burguesa.
 - a base econômica dos povos dessa região foi a agricultura. Nessas sociedades, tanto a produção agrícola quanto a artesanal estavam sob controle do Estado.
 - o desenvolvimento do modo de produção escravista, característica dessas sociedades, estava intimamente relacionado ao caráter expansionista desses povos.
- A respeito da sociedade fenícia, pode-se afirmar corretamente que
 - a Fenícia desconhecia centralização do poder, pois era formada por cidades-Estado que tinham ampla autonomia política, econômica, religiosa e administrativa.
 - a independência política das cidades-Estado fenícias foi possível, durante séculos, pelas alianças estabelecidas com os romanos, que, por sua vez, faziam frente à expansão persa.

- c) os extensos vales situados entre as montanhas e o mediterrâneo possibilitaram o grande desenvolvimento da agricultura, do pastoreio e, conseqüentemente, do comércio.
- d) de todas as criações fenícias, a mais importante foi a caravela, posteriormente aperfeiçoada pelos gregos.
- e) a grande e original contribuição dos fenícios para a história da civilização foi a introdução das vogais no alfabeto criado pelos gregos e romanos, o que veio tornar a comunicação mais fácil e rápida.

4. Os hebreus desenvolveram sua civilização no primeiro milênio antes de Cristo. A respeito dela, pode-se afirmar corretamente que

- a) a importância da história da civilização hebraica se expressa, especialmente, por meio da formação de um Estado centralizado.
- b) a civilização hebraica apresenta traços específicos que decorrem do seu distanciamento frente às demais culturas do Oriente Próximo.
- c) a importância do estudo dos hebreus se justifica pelo monoteísmo ético que surge e se desenvolve entre eles, constituindo-se um ponto de partida para o cristianismo e o islamismo.
- d) os antigos hebreus têm como livro sagrado o *Novo Testamento*, que compreende vários outros livros, dentre os quais está *Gênesis*, que trata da criação.
- e) a antecedência da civilização hebraica à sumeriana explica a presença de mitos semelhantes nas duas culturas.

5. No Egito Antigo, todas as representações artísticas estão repletas de significados que ajudam a caracterizar figuras, a estabelecer níveis hierárquicos e a descrever situações.

Em relação à arte do Egito Antigo, assinale a alternativa correta.

- a) Visava à valorização individual do artista, tendo um valor de consumo elevado.
- b) Manifestava as ideias estéticas com representações da natureza, evitando a representação da figura humana.
- c) Estava destinada à glorificação do faraó e à representação da vida além-túmulo.
- d) Aproveitava os hieróglifos como ornamentação, sendo acessível a todos os segmentos sociais.
- e) Era uma arte abstrata de difícil interpretação, possuindo caráter militarista.

6. No esquema a seguir, os algarismos I, II, III e IV correspondem às civilizações da Antiguidade.

Civilizações	Localização	Base econômica	Organização político-administrativa	Religião
I	Nordeste da África	Predominância da agricultura	Monarquia teocrática	Predominância do politeísmo antropozoomórfico
II	Atual Líbano	Comércio	Talassocracia	Politeísmo
III	Da Ásia Menor à Ásia Central	Agricultura e comércio	Divisão do Império em satrapias	Zoroastrismo
IV	Atual Israel	Pastoril e agrária	Governo dos patriarcas, juízes e reis, sucessivamente	Monoteísmo

Assinale a alternativa que denomina corretamente as civilizações indicadas, respectivamente, por I, II, III e IV.

- a) Fenícia, hebraica, egípcia e persa.
- b) Egípcia, fenícia, persa e hebraica.
- c) Persa, fenícia, hebraica e egípcia.
- d) Egípcia, persa, fenícia e hebraica.
- e) Hebraica, egípcia, fenícia e persa.



Atividades propostas

1. A região da Mesopotâmia ocupa lugar central na história da humanidade. Na Antiguidade, foi berço da civilização sumeriana devido ao fato de

- a) ser ponto de confluência de rotas comerciais de povos de diversas culturas.
- b) ter um subsolo rico em minérios, possibilitando o salto tecnológico da Idade da Pedra para a Idade dos Metais.
- c) apresentar um relevo peculiar e favorável ao isolamento necessário para o crescimento socioeconômico.
- d) possuir uma área agriculturável extensa, favorecida pelos rios Tigre e Eufrates.
- e) abrigar um sistema hidrográfico ideal para locomoção de pessoas e apropriado para desenvolvimento comercial.

2. Podem ser consideradas características das civilizações da Antiguidade Oriental

- a) o monoteísmo e uma rígida divisão social.
- b) o politeísmo e uma sociedade organizada de maneira igualitária.
- c) o politeísmo e uma rígida divisão social.
- d) o monoteísmo e uma sociedade organizada de maneira igualitária.
- e) o politeísmo e uma sociedade de classes.

3. As sociedades que, na Antiguidade, habitavam os vales dos rios Nilo, Tigre e Eufrates tinham em comum o fato de

- a) terem desenvolvido um intenso comércio marítimo, que favoreceu a constituição de grandes civilizações hidráulicas.
- b) serem povos orientais que formaram diversas cidades-Estado, as quais organizavam e controlavam a produção de cereais.
- c) haverem possibilitado a formação do Estado com base na produção de excedentes, na necessidade de controle hidráulico e na diferenciação social.
- d) possuírem, baseados na prestação de serviço dos camponeses, imensos exércitos que viabilizaram a formação de grandes impérios milenares.
- e) terem estreita vinculação de dependência com a natureza, o que influenciou a configuração de um sistema religioso monoteísta.

4. "Ó senhor de todos! Rei de todas as casas. Nas decisões mais distantes fazes o Nilo celeste para que desça como chuva e açoite as montanhas, como um mar para regar os campos e jardins estranhos. Acima de tudo, porém, fazes o Nilo do Egito que emana do fundo da terra. E assim, com os teus raios, cuidas de nossas hortas. Nossas colheitas crescem, e crescem por ti [...]. Tu estás em meu coração. Nenhum outro te conhece, a não ser teu filho Akenaton."

Relacione o texto anterior às proposições a seguir colocadas, assinalando a correta.

- O texto destaca a função geradora da vida do deus Amon e do faraó, responsáveis por tudo que existia no Egito.
- O texto mostra que o Sol, Aton, era encarnado na terra do faraó Akenaton.
- O excerto evidencia que o alimento e a vida do homem dependiam do grande deus tebano.
- O excerto assinala o caráter ideológico na sociedade egípcia, destacando a figura do faraó ligada ao deus principal e reforçando seu papel político.
- O texto mostra a profunda ligação mística entre o faraó e o deus que dominou o Egito no Médio Império.

5. Assinale a alternativa que melhor caracteriza a sociedade fenícia.

- A existência de um Estado centralizado e o monoteísmo.
- O monoteísmo e a agricultura.
- O comércio e o politeísmo.
- As cidades-Estado e o monoteísmo.
- A agricultura e a forma de Estado centralizado.

6. O ser humano, no decorrer de seu processo histórico, desenvolveu noções de justiça em detrimento da prática da vingança. O primeiro código de leis, denominado de Código de Hamurabi, pouco rompia com a valorização da vingança, mantendo o princípio da Lei de Talião expresso na máxima “olho por olho, dente por dente”.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o povo que elaborou na Antiguidade o referido código e em que tipo de escrita ele foi impresso.

- Assírios – escrita árabe.
- Babilônios – escrita cuneiforme.
- Mesopotâmios – escrita alfabética.
- Persas – escrita farsi.
- Sumérios – escrita hieroglífica.

7. Entre as principais características da civilização hebraica, merece destaque especial

- a religião politeísta em que as figuras mitológicas de Abraão, Isaac e Jacó formavam uma tríade divina.
- a criação de uma federação de cidades autônomas e independentes (cidades-Estado) controladas por uma elite mercantil.
- a criação de um alfabeto (aramaico) que seria incorporado e aperfeiçoado pelos egípcios, tornando-se conhecido como escrita hieroglífica.
- as práticas religiosas caracterizadas pela crença na existência de um único deus (monoteísmo) e no messianismo, pois acreditavam na vinda de um messias libertador do povo hebreu.
- as inovações tecnológicas desenvolvidas na agricultura, possibilitando grande crescimento da produtividade agrícola na região palestina.

8. Amanheces formoso no horizonte celeste,
Tu, vivente Aton, princípio da vida!

Quando surgiste no Horizonte do oriente
Inundaste toda a terra com tua beleza.

[...]

Ó Deus único, nenhum outro se te iguala!

Tu próprio criastes o mundo de acordo com tua vontade,
Enquanto ainda estavas só.

HINO A ATON. In: PINSKI, Jaime. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 56-57.

O faraó Amenófis IV (1377-1358 a.C.), como parte de uma estratégia política que visava diminuir o poder da classe sacerdotal egípcia, realizou uma reforma religiosa que teve como principal tópico a

- adoção do deus dos hebreus, que se encontravam escravizados no Egito, mas tendo José como um importante membro da corte.
- definição de que o próprio faraó Amenófis IV, que adotou o nome de Akhenaton, seria o deus único dos egípcios.
- imposição de deuses estrangeiros trazidos do Oriente, levados para o Egito por meio das rotas comerciais favorecidas pelo faraó.
- imposição do monoteísmo, adotando o culto oficial a um deus único e proibindo adoração às outras deidades do panteão egípcio.
- tolerância religiosa em relação a cultos monoteístas estrangeiros dentro do reino egípcio.

9. (ENEM) O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as pirâmides de Gizé, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo.

O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois

- significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.
- representava para as populações do Alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.
- significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.
- representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.
- significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.

10. A religião estava presente em todos os aspectos da vida no Antigo Egito. A Medicina, inclusive, era imbuída de elementos mágicos e religiosos.

A relação entre religiosidade e práticas medicinais no Antigo Egito era evidente, na medida em que

- as práticas médicas estavam voltadas apenas para o tratamento dos faraós, cuja imagem era associada aos deuses.
- as técnicas desenvolvidas na Medicina foram estimuladas pela necessidade de preservar o corpo para a vida após a morte.
- os médicos, recrutados entre as mais altas camadas sociais, acumulavam também a função de promover o culto religioso.
- os médicos queriam prolongar a existência terrena, estimulados pelas crenças religiosas que negavam a imortalidade da alma.
- o exercício da Medicina era exclusivo da classe sacerdotal, que ministrava o poder curativo como forma de reforçar o culto monoteísta ao Sol.

11. O politeísmo, presente na cosmologia religiosa do Antigo Egito, resultou da combinação de divindades cultuadas nos vários nomos (comunidades camponesas) submetidos à autoridade do faraó desde o Antigo Império. A organização e a hierarquia do panteão de divindades egípcias foram abaladas ao longo da sucessão de faraós em função da(s)
- disputas políticas entre o faraó e a classe sacerdotal, elite controladora dos templos e da administração burocrática do império.
 - divergências religiosas entre os nomos, fator permanente de instabilidade política e religiosa do império.
 - constantes invasões de povos estrangeiros no Egito como hicsos e assírios, que impuseram suas crenças religiosas às populações nativas.
 - disparidade entre a religião dos nobres, antropomórfica, e as crenças zoomórficas dos camponeses.
 - penetração do monoteísmo hebreu no Egito, quando do estabelecimento de sua condição de servos do Estado no século XIII a.C.

12. O cadáver era assim tratado geralmente: primeiro extraíam-lhe o cérebro pelas fossas nasais com o auxílio de um gancho de metal; depois, com uma faca de pedra, faziam-lhe a incisão da barriga, tirando-lhe os intestinos (o que, muitas vezes, provavelmente se fazia pelo ânus), que eram colocados nos chamados “canopos” (bilhas ou vasos); finalmente era extraído o coração e substituído por um escarabeu de pedra. Seguia-se uma boa lavagem externa

e uma “salgação”, onde o cadáver ficava mais de um mês. Por fim, era novamente secado – o que, segundo algumas notícias, levava até setenta dias.

[...] O corpo ficava em posição deitada, com as mãos cruzadas sobre o peito ou com os braços estendidos ao longo do corpo. Os cabelos eram geralmente cortados curtos, nas mulheres, muitas vezes, deixados compridos e lindamente ondulados.

CERAM, C. Walter. *Deuses, túmulos e sábios*. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979. p. 155-156.

O fragmento anterior, do escritor alemão Kurt Wilhelm Marek (1915-1972), que utilizava o pseudônimo de C. Walter Ceram, descreve o processo de mumificação dos corpos, prática que, no contexto da antiga sociedade egípcia, significava

- a crença na vida após a morte, no julgamento da alma e na possibilidade da mesma retornar para o corpo, que deveria estar conservado.
- a importância da conservação do corpo como uma forma da família preservar o ente querido junto de si.
- a oportunidade para se estudar e aperfeiçoar o conhecimento sobre o corpo humano, sendo tal processo fundamentado em valores científicos.
- uma forma de proporcionar às mulheres, ainda que na morte, o mesmo tipo de tratamento dados aos homens.
- a afirmação do poder temporal sobre o poder espiritual, uma vez que a preservação do corpo desafiava as leis naturais.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

C 3
H 11,13,15

Módulo

3

Evolução política na Grécia Antiga – A sociedade grega na Antiguidade

Características físicas e povoamento da Grécia

A Grécia Antiga localizava-se no sudeste da Europa e era composta por três áreas distintas: uma parte formada por ilhas no Mar Egeu, outra ligada à Europa pela Península Balcânica e outra dentro do próprio continente europeu. De maneira geral, o território era bastante montanhoso (75% em média), e o clima, seco. Essa característica do relevo teria influenciado a organização política e econômica dos gregos, pois esse tipo de formação geomorfológica dificultou uma unidade política entre os gregos e impulsionou-os para o comércio marítimo e à colonização de outras terras.



BARRACLOUGH, G. *Hammond the times concise atlas of world history*. 4th ed. London: Times Book Limited, 1986. p. 19.

Entre 2000-1200 a.C., chegaram ondas migratórias ao atual território grego compostas por povos indo-europeus, como os aqueus, eólios, jônios e dórios, que, progressivamente, foram se instalando em diversas partes da Grécia. Os aqueus construíram cidades, entre elas Micenas, e entraram em contato com uma exuberante civilização grega que ficava em uma ilha do Mar Egeu, chamada Creta.

Os cretenses tinham uma economia baseada no comércio marítimo (talassocracia = “governo do mar”) e no uso da cerâmica e da metalurgia. Eles possuíam muitas cidades e palácios, palcos de uma vida social intensa, com eventos públicos e desportos envolvendo algo parecido com o boxe e com as touradas. A mulher, em Creta, possuía elevado grau de liberdade, podendo inclusive participar de tais eventos; além disso, umas das principais divindades da ilha era uma figura feminina, a Deusa Mãe.

Quando os aqueus entraram em contato com esse povo, acabaram assimilando suas características antes do misterioso fim que a civilização cretense sofreu. Tais elementos culturais acabariam trazidos para a Grécia, naquilo que se convencionou chamar de **civilização creto-micênica**.

A chegada do povo dório foi marcada pela violência e por graves convulsões sociais que estimularam a primeira onda colonizadora dos gregos pelo Mar Mediterrâneo, conhecida como Primeira Diáspora Grega. A oeste, os gregos chegaram à Sicília (sul da Itália), França e Península Ibérica e, a leste, ocuparam várias partes da Ásia Menor e do Mediterrâneo.



Ruínas de um palácio cretense.

Reprodução

Saiba mais



O Parthenon, na acrópole de Atenas, um dos monumentos mais emblemáticos do auge da Grécia Antiga, era um templo da deusa grega Atena.

Wikimedia Commons

Há mais de quatro mil anos, uma região excessivamente acidentada da Península Balcânica passou a abrigar vários povos de descendência indo-europeia. Aqueus, eólios e jônios foram as primeiras populações a formar cidades autônomas que viviam do desenvolvimento da economia agrícola e do comércio marítimo com as várias outras regiões do Mar Mediterrâneo.

Esses povos não sabiam que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento da civilização grega. Ao longo de sua trajetória, os gregos (também chamados de heleenos) elaboraram práticas políticas, conceitos estéticos e outros preceitos que ainda se encontram vivos no interior das sociedades ocidentais contemporâneas. Para que seja melhor compreendido esse rico legado, será estabelecido uma divisão fundamental do passado desse importante povo.

No Período Pré-Homérico (século XX-XII a.C.), temos o processo de ocupação da Grécia e a formação dos primeiros grandes centros urbanos da região. Nessa época, vale destacar a ascensão da civilização creto-micênica, que se desenvolveu graças ao seu movimento do comércio marítimo. Ao fim dessa época, as invasões dóricas foram responsáveis pelo esfacelamento dessa civilização e pelo retorno às pequenas comunidades agrícolas subsistentes.

Em seguida, no Período Homérico (século XI-VIII a.C.), as comunidades gentílicas transformaram-se nos mais importantes núcleos sociais e econômicos de toda a Grécia. Em cada *genos*, uma família desenvolvia atividades agrícolas de maneira coletiva e dividia igualmente as riquezas oriundas de sua força de trabalho. Com o passar do tempo, as limitações das técnicas agrícolas e o incremento populacional ocasionaram a dissolução dos *genos*.

Entre os séculos VIII e VI a.C., na Fase Arcaica da Grécia Antiga, os *genos* perderam espaço para uma pequena elite de proprietários de terra. Tendo poder sobre os terrenos mais férteis, as elites de cada região se organizaram em conglomerados demográficos e políticos cada vez maiores. É nesse período que nascem as primeiras cidades-Estado da Grécia Antiga. Paralelamente, os gregos excluídos desse processo de apropriação das terras passaram a ocupar outras regiões do Mediterrâneo.

No Período Clássico, que vai do século V até o IV a.C., a autonomia política das várias cidades-Estado era visivelmente confrontada com o aparecimento de grandes conflitos. Inicialmente, os persas tentaram invadir o território grego por disporem de um enorme exército. Contudo, a união militar das cidades-Estado possibilitou a vitória dos gregos. Logo depois, as próprias cidades da Grécia Antiga decidiram lutar entre si para saber quem dominaria a Península Balcânica.

O desgaste causado por tantas guerras acabou fazendo de toda a Grécia um alvo fácil para qualquer nação militarmente preparada. A partir do século IV a.C., os macedônios empreenderam as investidas militares que determinaram o fim da autonomia política dos gregos. Esses eventos marcaram o Período Helenístico, que termina no século II a.C., quando os romanos conquistam o território grego.

SOUZA, Rainer Gonçalves. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>.

Acesso em: 20 jun. 2016. (adaptado)

Divisão da história grega

Período Homérico (século XII-VIII a.C.)

As violentas invasões dos dórios, com suas armas de metal, provocaram a redução da vida urbana e o desenvolvimento de comunidades agropastoris baseadas em laços de parentesco e voltadas para a subsistência, chamadas *genos*.

Sobre esta fase da história grega, os documentos históricos são escassos e as principais fontes de estudo são as escavações e as pesquisas arqueológicas, assim como as obras literárias do poeta Homero: *Ilíada* e *Odisseia*. Por esse motivo, tal período histórico ficou conhecido como **Homérico**.

As obras desse autor inserem-se no contexto em que homens conhecidos como *aedos* perpetuavam histórias da tradição oral, que foram usadas por séculos na educação dos jovens gregos, incutindo-lhes valores ligados a virilidade, honra, prestígio e glória individual, um modelo de virtude conhecido como *areté homérica*.

Período Arcaico (século VIII-VI a.C.)

Não se sabe ao certo os motivos, talvez um crescimento demográfico seguido por lutas pela posse das terras, mas o fato é que os *genos* entraram em declínio. À medida que as chamadas comunidades gentílicas iam se dissolvendo, tensões sociais aumentavam, assim como um novo ímpeto colonizador conhecido como Segunda Diáspora Grega. Nesse momento, um novo tipo de organização política e social, conhecida como **pólis** (cidade-Estado), emergiu dentro da Grécia. Cada pólis possuía governo autônomo, leis, moedas e exército próprios, e seu desenvolvimento consolidou a fragmentação política dos gregos. Existiram dezenas de pólis na Grécia, contudo, por sua importância e papel de liderança no mundo grego, tradicionalmente apenas duas são estudadas nos livros de história: **Atenas** e **Esparta**.

Leitura complementar

O nascimento da política e cidadania na Grécia

Enquanto os povos do Oriente tinham uma organização de poder baseada na vontade de seus reis, os gregos desenvolveram uma concepção radicalmente diferente e que teria influência duradoura sobre vários povos nos milênios seguintes. Para começar, a origem da palavra **política** remonta à Grécia, significando algo do tipo “tratar dos assuntos da pólis”. Para os gregos, o Estado deveria representar os homens (e não os deuses, como no Antigo Oriente, portanto, a religião era um assunto terreno, e não divino), e os próprios homens deveriam tomar parte nas decisões sobre os rumos de sua cidade. Nesse momento, emerge o conceito de **cidadania**, no qual se admite que certo número de homens que moram na pólis e participam de sua defesa militar tenham o direito de influir nas decisões sobre sua administração, daí advém a noção original de cidadania como direitos políticos, ou seja, os direitos de participar por meio de debates, elaboração de leis e ocupação de cargos dentro da pólis. Convém lembrar que o conceito de cidadania na Grécia era profundamente excludente e elitista: apenas uma minoria possuía tais direitos políticos, por exemplo, uma pequena cidade tinha em média cerca de cinco mil cidadãos e, mesmo Atenas, com seus 400 mil habitantes, possuía somente 35 mil cidadãos.

Ao contrário de muitas sociedades modernas atuais, os gregos antigos consideravam que a política era mais importante do que a economia e que o Estado não era um “mal necessário” que limita as liberdades, mas uma espécie de segunda família, capaz de fornecer as condições para que exista a liberdade do cidadão. Para os gregos, o termo “economia” derivava de *oikos*, que era sinônimo de casa ou unidade de produção doméstica e, portanto, referia-se à manutenção material de uma família, bem como o comércio privado, de acordo com suas necessidades. Enquanto a economia referia-se ao privado, a política, por sua vez, era a esfera pública por excelência, uma

arena onde os cidadãos eram iguais e destacavam-se pela força do argumento racional diante de seus pares, portanto, era na política onde se fundiam, para os gregos, o bem público, a ação individual e a liberdade.

A Grécia também legou as primeiras filosofias políticas com Platão e Aristóteles. O primeiro defendeu, em sua obra *A república*, um governo baseado na sabedoria, no qual os governantes seriam os filósofos e cada pessoa na sociedade deveria descobrir sua vocação, quer fosse nas artes manuais ou no comércio, quer fosse no exército. Já Aristóteles afirmou que o homem era, acima de tudo, um “animal político”, pois possui capacidade de discernimento e julgamento moral e os exercita, principalmente, nas questões sobre a pólis em que vive. Por conta disso, Aristóteles foi considerado o pai da ciência política. Após analisar cerca de 158 tipos de governos, concluiu que a melhor forma de governar era aquela em que “a maioria governa pela maioria”, mediante o uso de uma justiça imparcial e do respeito mútuo pelas leis. Só assim, dizia ele, mesmo estando o Estado e as leis acima dos indivíduos, o homem se realizaria por completo dentro da pólis. Não era à toa que o termo grego *idiôtes* (que originou o termo “idiota”) designava justamente o cidadão preocupado apenas com seus assuntos particulares e, portanto, alheio aos interesses públicos.

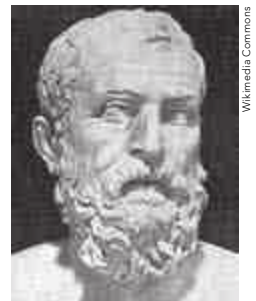
Evolução política de Atenas

Considerada o “berço da democracia”, a cidade nem sempre se organizou com esse regime. A organização política ateniense possuía traços extremamente elitistas, depois sofrendo várias transformações econômicas e sociais que repercutiram em sua vida política. Inicialmente, Atenas era uma monarquia em que o rei (*basileu*) era auxiliado pela nobreza. Posteriormente, a nobreza assumiu o poder político, inaugurando a fase da aristocracia (Governo dos Melhores).

Nesse período, as tensões sociais aumentaram de maneira dramática, pois o desenvolvimento do comércio marítimo provocou o surgimento de novas classes sociais, compostas, sobretudo, por comerciantes que, enriquecidos, queriam ter acesso aos direitos políticos que eram monopolizados pelos aristocratas. Por outro lado, existiam as massas populares, compostas por marinheiros, artesãos e camponeses, que se ressentiam ante as pressões econômicas causadas pelo controle que a nobreza detinha sobre as terras e pela crescente escravização por dívidas que sofriam.

O risco de conflitos armados era alto e, em meio às disputas, foram nomeados legisladores para modificar as leis e tentar amainar os conflitos. Por volta de 622 a.C., o primeiro desses legisladores, Drácon, elaborou leis escritas extremamente severas (entre elas, uma que regularizava a pena de morte), objetivando fortalecer o Estado e eliminar as disputas pelo poder entre os clãs aristocráticos. Contudo, foi outro legislador, chamado Sólon, que teria uma importância crucial para o futuro de Atenas.

Nobre de nascimento e comerciante de profissão, Sólon legislou entre 594 e 591 a.C. e privilegiou a divisão censitária (pela renda) da população, possibilitando a participação de outros cidadãos na vida política de Atenas. Em relação aos pobres, proibiu a escravidão por dívidas e permitiu que participassem da Assembleia Popular. Dessa forma, Sólon abriu o caminho que levaria ao estabelecimento da democracia em Atenas.



Sólon abriu as portas para a futura democracia.

Contudo, as disputas dentro da nobreza não cessaram e, por volta de 545 a.C., os nobres tomaram o poder à força: tinha início o período dos chamados **tiranos**. Nesse período, setores da própria nobreza foram perseguidos pelo governo, que buscava sustentação política por meio de medidas populares, como obras públicas, festivais religiosos e empréstimos para camponeses. As tensões políticas, contudo, prosseguiram, e a tirania foi derrubada. Nesse momento, surge a figura de Clístenes que, a partir de 508 a.C., promoveu uma série de reformas políticas que lhe valeriam o título de “pai da democracia”. Ele estabeleceu que todo homem adulto nascido em Atenas, e filho de pais atenienses, seria cidadão, independentemente de sua renda. Essa medida englobava camponeses, marinheiros e artesãos pobres que poderiam participar das decisões sobre leis e eleições de cargos públicos dentro da Assembleia Popular (*ecklesia*, termo que deu origem à palavra “igreja”). Mas havia o risco de novos golpes e a instalação de tiranias, por isso, Clístenes instituiu o **ostracismo**: uma votação em que os cidadãos exilavam pessoas que eram consideradas ameaças à democracia, por um período de dez anos. Para evitar novas tensões e rivalidades, Clístenes dividiu os cidadãos em distritos, chamados *demos*, e, assim, misturou as várias classes em unidades políticas comuns. A democracia ateniense era considerada direta (ao contrário das democracias modernas que são indiretas ou representativas), pois os cidadãos discutiam e votavam as leis na assembleia feita na praça pública (*ágora*).



Ruínas da antiga ágora.

Contudo, a prática da democracia para os atenienses era bem mais excludente do que as existentes nas sociedades contemporâneas, pois, em Atenas, estrangeiros, mulheres e escravos eram excluídos, e os ditos cidadãos representavam, aproximadamente, 10% da população total. Para os cidadãos, a democracia implicava na responsabilidade de administrar a própria cidade (a Assembleia Popular se reunia cerca de 40 vezes por ano), bem como defendê-la em épocas de guerras, usufruindo de liberdade de expressão pública (isegoria) e igualdade perante a lei (isonomia).

A democracia ateniense possuía críticos ferrenhos, como o filósofo Platão, para quem o regime da época era conduzido por pessoas despreparadas (o povo) e liderado por oportunistas e demagogos (os políticos), que estavam mais preocupados em agradar ao povo do que fazer o que era certo. Tais críticas foram retomadas nos séculos XIX e XX por políticos conservadores e autoritários que combatiam a expansão da democracia em seus países.

Evolução política de Esparta

A história de Esparta remonta à chegada dos belicosos dórios à Grécia, que se instalaram na região da Lacedemônia. Aparentemente, Esparta era uma pólis bem semelhante às outras da Grécia, mas por volta do século VI a.C. tornou-se uma cidade voltada, essencialmente, para a guerra, um verdadeiro

“acampamento militar”, sobretudo após os espartanos terem dominado a fértil região da Messênia, em um violento processo que subjugou os aqueus lá residentes, transformando-os em estrangeiros privados de direitos políticos ou servos submetidos a uma exploração brutal. Não tardou para que os messênios se rebelassem contra a dominação de Esparta, em episódios de violentas guerras de resistência que duraram décadas. Mesmo derrotando os rebeldes, os espartanos perceberam que, para manter a dominação sobre os servos, era necessário mobilizar seus 10 mil cidadãos para uma intensa e perpétua vigilância militar. O treinamento militar era a “espinha dorsal” da cultura espartana, que desprezava atividades intelectuais e cultivava o laconismo (falar apenas o essencial), o tradicionalismo (apego às tradições) e a xenofobia (aversão a estrangeiros), medidas que fizeram de Esparta uma cidade politicamente fechada e culturalmente atrofiada.

Do ponto de vista político, Esparta era uma **oligarquia** (governo de poucos) na qual as instituições, de certa forma, mascaravam o poder e a influência das famílias mais poderosas da cidade. Existiam dois reis (diarquia) responsáveis pelas atividades religiosas e campanhas militares, e todos os cidadãos a partir dos 30 anos podiam participar da Assembleia (Apela). Contudo, as principais decisões eram propostas pelo Conselho (Gerúsia), composto por 28 anciãos das famílias mais importantes e pelos dois reis. O Poder Executivo ficava a cargo de 5 magistrados (éforos). Gerúsia e éforos contabilizavam 35 pessoas que, na prática, detinham o controle político de Esparta, configurando, assim, uma oligarquia.

Leitura complementar

Clístenes e a democracia em Atenas

A primeira das reformas radicais de Clístenes foi a completa reorganização da política referente ao espaço de Atenas, e, conseqüentemente, o senso de pertencimento, de cidadania. Ele requeria que todo cidadão – cidadãos emancipados, do sexo masculino, maiores de 18 anos – se registrasse em um *demos*. Os 139 *demos* não eram simples comunas ou distritos que serviam somente de moradia, eram comunidades cujos membros se identificavam como “homens do *demos*”, porque, por razões de história familiar, era ali que se sentiam em casa. Não se podia mudar de *demos*, pois se estava associado a ele como um fato consumado. [...] Este se tornou um símbolo de uma fundamental identidade política e social. Os *demos* tinham seus próprios centros de veneração religiosa, suas próprias finanças, suas próprias associações, como teatros e sociedades funerárias, e nomeavam um *demarco*, um líder [...]. O importante impacto político dessas bases se dava no estabelecimento de estruturas de autodeterminação em cada uma das comunidades, concedendo a elas um senso de responsabilidade por tudo que acontecia ali. Isso era uma política verdadeiramente local.

O segundo nível de estrutura era a tribo. Toda a Atenas estava agora dividida em dez tribos. Cada uma tinha um herói em homenagem a quem era nomeado, com seus próprios cultos. Entretanto, e acima de tudo, as tribos formavam a estrutura para as eleições de todas as principais instituições políticas, dos inúmeros conselhos de magistrados e outros oficiais [...].

Essa nova organização do espaço constituía uma impressionante – e bem-sucedida – revolução política para produzir comunidades interligadas de obrigações e laços locais; cidadania e filiação local permanecem como os blocos básicos da democracia moderna.

Essa organização do espaço foi equiparada por novas instituições do Estado. Uma espécie de Assembleia já havia existido, mas a “Nova Assembleia” (*ecklesia*) era a coletividade soberana do povo, regulamentada pelo princípio de um voto por cada homem. [...] O fato de que o poder de cada homem deveria ser considerado igual para decidir questões sobre política do Estado ou distribuição de recursos é uma inovação fundamental e chocante. [...]

Clistenes estabeleceu os princípios estruturais, por meio dos quais a democracia ainda funciona: cidadania baseada em afiliações locais e nacionais, instituições administradas por e para os cidadãos, estruturas de poder combinadas e responsáveis, em um sistema de controle mútuo das repartições governamentais. Mesmo em um ambiente político atual, corrupto e cínico, isso permanece uma ideia, e um ideal, com poder de maravilhar e inspirar.

GOLDHILL, Simon. *Amor, sexo & tragédia: como os gregos influenciam nossas vidas até hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 158-160. (adaptado)

O que foi a Guerra de Troia?

No atual território da Turquia, contra várias cidades-Estado da Grécia, em algum período entre os anos de 1500 e 1200 a.C., teria acontecido uma guerra na cidade Troia. Teria, porque a história desse conflito, narrada em vários poemas épicos da Antiguidade, mistura poucos fatos com muitas doses de mitologia. Até meados do século XIX, acreditava-se que tudo não passava de ficção. Em 1871, porém, foram encontrados os restos superpostos de nove cidades em uma colina na Turquia. Uma dessas cidades soterradas apresentava evidências de ter sido uma comunidade fortificada, destruída por volta de 1250 a.C. Apesar de ainda não haver um consenso entre os especialistas, alguns consideram essas ruínas como a prova de que Troia existiu mesmo, e a guerra também.

Pela versão puramente mitológica – narrada principalmente na *Iliada* e na *Odisseia*, poemas épicos atribuídos ao grego Homero, que viveu por volta de 850 a.C., a história do conflito começa em uma festa para a qual são convidados os principais deuses gregos, com exceção de Éris, deusa da discórdia. Como vingança, Éris oferece uma maçã de ouro à convidada mais bela da festa, gerando uma disputa entre as várias deusas presentes. Para resolver a questão, Zeus, o grande chefe dos deuses, exige que o príncipe Páris, filho do rei de Troia, escolha a vencedora. Afrodite, deusa do amor, é apontada como a mais bela, mas, para conseguir isso, ela ofereceu antes um presente a Páris: o direito de ter a mais bela mortal do mundo, Helena, esposa do rei de Esparta. Após seduzir e raptá-la, Páris atraiu a ira dos espartanos, que conseguiram o apoio de outras cidades-Estado para invadir Troia e recuperar Helena.

Apesar de possuírem um grande exército, os gregos cercaram a cidade rival por dez anos até conseguirem penetrar nas suas muralhas. Quando isso aconteceu, Helena foi levada de volta a Esparta, e a população de Troia foi massacrada. Os especialistas que tentam enxergar a história real por trás desses mitos acreditam que um conjunto de conflitos militares realmente ocorreu durante a Idade do Bronze (entre 3000 e 1000 a.C.). Os gregos lutavam não por Helena, é claro, mas pelo controle do Estreito de Dardanelos. Essa estratégica passagem marítima, que fica perto de onde teria existido a cidade de Troia, ligava o Mar Egeu ao Mar Negro, uma importante rota comercial da época. Apesar das referências literárias

e das explorações arqueológicas, ainda não há nenhuma evidência inquestionável de que a Guerra de Troia realmente aconteceu.

Uma coisa é indiscutível: a importância dos mitos relacionados à guerra contados nos poemas épicos. “São poemas que, no fundo, revelam o modo de ser do grego de uma época heroica, que servia de modelo comportamental para aquela sociedade”, afirma a historiadora Maria Beatriz Florenzano, da Universidade de São Paulo (USP). Além de *Iliada* e *Odisseia*, de Homero, o suposto conflito também inspirou muitos outros autores ao longo dos séculos, desde o poeta romano Virgílio – que, no século I a.C., foi o autor de *Eneida*, história sobre um príncipe troiano que escapa do massacre da cidade e funda Roma – ao escritor irlandês James Joyce – que, no início do século XX, escreveu *Ulisses*, em alusão a um dos principais heróis gregos da Guerra de Troia.



A queda de Troia, de Johann Georg Trautmann (1713-1769).

A sociedade grega na Antiguidade

Atenas



Acrópole de Atenas.

Eupátridas

O termo **eupátridas** (originalmente aplicado aos nobres atenienses, os “bem-nascidos”) designa os cidadãos, ou seja, todos os homens adultos nascidos em Atenas e filhos de pais atenienses, englobando aristocratas, comerciantes, agricultores, marinheiros e artesãos. Possuíam direitos políticos, ou seja, participavam do processo decisório da pólis e ocupavam cargos públicos.

As mulheres eram privadas de direitos políticos em todo o mundo grego (o próprio filósofo Aristóteles considerava-as como “homens imperfeitos”) e, de maneira geral, elas não recebiam instruções formais como os homens. Sua função social na pólis estava centrada no papel de esposas e nos afazeres domésticos. Casavam por volta dos 13 anos com um homem mais velho indicado pelos pais. Geralmente, ficavam confinadas em uma parte da casa chamada gineceu e apenas em situações excepcionais, como funerais e cerimônias religiosas,

podiam sair de casa, com exceção de prostitutas e damas de honra, que tinham maior liberdade de circulação. As mulheres de níveis sociais mais baixos geralmente trabalhavam como parteiras, vendedoras ou amas.

Metecos

A palavra **metecos** correspondia aos estrangeiros que, embora livres, não tinham direito de participar da política nem de possuir terras e, por isso, geralmente dedicavam-se ao comércio e ao artesanato. Embora privados de cidadania, os estrangeiros estavam sujeitos ao pagamento de impostos e ao serviço militar.

Escravos

Eram considerados escravos os prisioneiros de guerras ou os filhos de pais escravos. Esses indivíduos formavam a maioria da população de Atenas, com cerca de 200 mil pessoas, constituindo, assim, a base da produção econômica da pólis e de todo o mundo grego. Sua existência ressaltava a importância da liberdade para os cidadãos. O filósofo Aristóteles justificou a necessidade moral da escravidão ao ressaltar que certas pessoas eram incapazes de cuidar de si mesmas e que seriam naturalmente destinadas a se tornarem escravas, portanto, uma propriedade e um objeto animado de seu senhor.

Saiba mais

Aristóteles e a posição social da mulher

Aristóteles desenvolve a sua concepção sobre a posição da mulher no contexto familiar no livro I de *A política*. Retomando os três tipos de relação (mestre/escravo; marido/mulher; pais/filho), Aristóteles argumenta que o marido está para a sua mulher como o governante está para o cidadão livre. Da mesma forma, o pai está para o filho como o rei está para os seus súditos. É possível identificar, nessa relação, uma violação ao princípio defendido pelo filósofo de que é próprio dos cidadãos poderem governar e serem governados. Ora, na relação entre marido e mulher, tal não pode acontecer, na medida em que Aristóteles coloca a mulher em uma posição de dependência natural em relação ao marido, invocando, sem justificar, uma pretensa superioridade intelectual e de caráter do homem face à mulher.

Aristóteles não coloca em causa, antes reforça, a concepção mediterrânica, tão vulgar naquela época, de que o lugar da mulher era em casa e o seu papel não excedia a dimensão dos deveres de esposa e mãe. Aristóteles coloca a relação mestre/escravo, marido/mulher e pais/filhos em uma posição central na família, considerando-as mais importantes do que as questões meramente econômicas. O filósofo encarava a família como a comunidade natural mais básica e sobre a qual se edificavam as outras e, preso ao espírito da época, não conseguiu antever uma estrutura da família que não se baseasse nas relações de dominação senhor/escravo e marido/esposa. Para ele, essa estrutura de dependência e dominação era perfeita, no sentido de que cumpria tão excelentemente as funções da família e, por isso, não fazia sentido equacionar uma estrutura diferente.

Cada membro da família (e os escravos faziam parte desta) cumpria uma função específica, sem o exercício da qual seria impossível a excelência da família. Essa função específica exigia, por um lado, força física e competências técnicas, e, por outro, a posse de determinadas virtudes em diferentes graus, consoante às funções específicas de cada membro. Uma vez que a função do escravo é servir ao senhor, não é exigido um nível de excelência idêntico ao do senhor. Pelo contrário: exige-se

apenas um nível de virtudes adequado ao desempenho das suas funções. O mesmo argumento seria válido para a mulher. O mestre e o marido devem inculcar a posse de determinadas virtudes, tanto ao escravo como à mulher, na medida certa das funções que estes devem desempenhar dentro da estrutura da família. Esse processo faz-se pela habituação e pela instrução.

Aristóteles sabia que a justificação dessas relações de dependência e dominação não era fácil. Se negasse a posse das virtudes intelectuais e morais aos escravos e às mulheres, estaria a cair em uma contradição insolúvel que negava a sua teoria ontológica da existência de uma única espécie humana. Se atribuisse as mesmas capacidades e posse das virtudes aos escravos e às mulheres, em relação a dos homens livres, não seria capaz de justificar a pertinência das relações de dependência e dominação na família e na sociedade. Podem os escravos e as mulheres “possuir autodomínio, coragem, justiça e todas as outras virtudes, ou não possuem mais nada para além da qualidade servil das suas pessoas?”. Sendo as mulheres e os escravos seres humanos, torna-se difícil negar-lhes essas capacidades. O filósofo resolve essa questão recorrendo à Teoria da Lei Natural. Cada ser deve a sua especificidade às funções particulares que ocupa no equilíbrio da natureza e usa as virtudes na medida certa em que elas são necessárias à excelência do exercício das funções específicas. Se o nível de excelência na posse das virtudes for o mesmo para os que governam e para os que são governados, não haverá necessidade de haver quem governe e quem obedeça. Não se trata apenas de uma diferença quantitativa, mas, sobretudo, de uma diferença qualitativa na posse e uso das virtudes intelectuais e de caráter.

Não é suposto, portanto, que a mulher possua e faça uso das mesmas virtudes que o homem, uma vez que as funções da mulher não são as mesmas funções do homem. Seguindo o raciocínio do filósofo, poderíamos argumentar que, caso as funções fossem as mesmas, já não se justificaria qualquer distinção quantitativa ou qualitativa na posse e uso das virtudes. Ou seja, se aplicarmos a teoria de Aristóteles à atualidade, seremos obrigados a afirmar, para sermos coerentes, que não existe diferença alguma entre as mulheres e os homens na posse e no uso das virtudes, uma vez que, atualmente, desempenham as mesmas funções na família e na sociedade.

MARQUES, Ramiro. *Para a crítica da política de Aristóteles*. Universidade de Santarém, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/cewTm5>>. (adaptado)

Esparta



Ruínas do teatro da antiga Esparta.

Esparciatas/espartanos

Eram chamados esparciatas (ou espartanos) os descendentes dos antigos dórios que fundaram a cidade. Os homens a partir de trinta anos eram os detentores de direitos políticos.

Os cidadãos espartanos eram proibidos de exercer trabalhos privados, sendo sustentados pelo Estado, que lhes concedia terras e servos para exercer a produção. Em contrapartida, os cidadãos deveriam ter uma dedicação total e exclusiva à cidade, por meio das Assembleias políticas e, sobretudo, da guerra.

A educação (agogê) iniciava-se aos sete anos de idade (porém, bebês com deformidades físicas eram lançados ao mar ou em precipícios), baseando-se, sobretudo, na disciplina militar e na educação física. Os jovens experimentavam privações alimentares, combates e castigos físicos com o objetivo de adquirirem resistência física e disciplina. Após dez anos de duríssimos treinamentos, os jovens espartanos participavam de uma matança periódica de hilotas (servos do governo) como uma espécie de prova final para suas habilidades: era a chamada *kriptia*, que também servia como uma espécie de violento controle demográfico sobre os hilotas.

A mulher, por sua vez, também era privada de cidadania, mas, ao contrário de Atenas, ela possuía uma maior valorização social (pois gerava guerreiros para a cidade) e grau de liberdade (como possuir negócios).

Periecos

Os periecos eram os estrangeiros livres, mas privados de direitos políticos e sujeitos à cobrança de impostos. Podiam exercer atividades, como a agricultura e o artesanato e, eventualmente, funções do exército, como a construção de embarcações.

Hilotas

Os hilotas eram servos do Estado obrigados a cultivar as propriedades estatais para sustentar os esparciatas, embora pudessem ficar com excedentes, o que configurava uma exploração econômica. Classe mais numerosa, os hilotas sofriam anualmente uma guerra de extermínio que correspondia à fase final do treinamento militar dos jovens espartanos.

Período Clássico (século V-IV a.C.)

O Período Clássico corresponde ao apogeu do mundo grego: pólis em pleno crescimento econômico e estabilidade política. No entanto, o poderoso Império Persa expandia-se pela Ásia Menor e ameaçava a liberdade da população grega. As tensões geraram um conflito entre as pólis gregas e os persas: as **Guerras Médicas** (499-475 a.C.), vencidas pelos gregos, que barraram a expansão persa sobre a Europa.

Nesse contexto, a grande vitoriosa foi Atenas, que adquiriu um papel de liderança entre as pólis e criou uma aliança política e militar antipersa durante as Guerras Médicas, conhecida como **Liga de Delos**. No entanto, a democrática e cultural Atenas passou a impor sua hegemonia às outras pólis, caracterizando, assim, uma postura imperialista. No caso da Liga de Delos, as contribuições voluntárias tornaram-se impostos obrigatórios, e as cidades aliadas passaram a ser tratadas como súditas, sendo imposto a elas a democracia e a dominação econômica, enquanto atitudes rebeldes eram severamente reprimidas.

Portanto, Atenas era democrática e imperialista ao mesmo tempo, e suas pretensões de domínio sobre a Grécia preocuparam Esparta, não tardando para que ambas entrassem em conflito, na chamada **Guerra do Peloponeso** (431-404 a.C.). Esparta saiu vencedora e passou a forçar seus interesses às demais pólis, gerando um novo conflito militar, dessa vez contra Tebas. A vitória de Tebas foi seguida por um

crescimento comercial marítimo, despertando a oposição de Atenas e um novo conflito militar. Após décadas de guerras internas, as pólis gregas estavam enfraquecidas e não conseguiram repelir a invasão e conquista do reino Macedônico, perdendo, assim, sua liberdade política.

Período Helenístico (século III-II a.C.)

Filipe II, o rei da Macedônia (desdenhada pelos gregos como local de um povo montanhês e ignorante), tinha reformulado seu exército, criando novas formações de ataque, as formidáveis falanges macedônicas, composta cada uma de 16 fileiras com 256 homens munidos de lanças longas. O monarca aproveitou o enfraquecimento grego para conquistar seu território e submeter as pólis ao seu domínio político. Após a morte de Filipe II, seu filho Alexandre Magno iniciou, em 334 a.C., um período de expansão militar que, em poucos anos, conquistou a Ásia Menor e o Egito, subjugou até mesmo o Império Persa, avançou para o Oriente e chegou próximo à Índia. Estava nascendo o **Império Macedônico**, o maior império conhecido até então na Antiguidade.

Na infância, Alexandre foi educado durante alguns anos pelo filósofo Aristóteles, que incutiu nele o respeito pela cultura grega, tida como superior. Então, após tornar-se imperador, procurou difundir-la pelos territórios conquistados, estimulando o comércio, a miscigenação com os povos orientais e a divulgação da língua e da cultura grega em dezenas de cidades, bem como ginásios, festivais de teatros e outras instituições gregas. Os gregos também absorveram conhecimentos astronômicos orientais, assim como vários cultos religiosos. Portanto, se por um lado a cultura grega foi levada ao Oriente, por outro, vários aspectos da cultura oriental passaram a influenciar a cultura grega, processo que ficou conhecido como **cultura helenística**.

As cidades imperiais eram centros administrativos e não mais unidades políticas independentes. De certa maneira, os habitantes do império, apesar de suas particularidades culturais, sentiam-se parte de um mundo conhecido de todos (ecúmeno), nascendo, então, a noção de **cosmopolitismo**: pessoas que, apesar das fronteiras geográficas, sentem-se parte de um todo comum. A cidade de Alexandria simbolizava a grandiosidade desse império, com um milhão de habitantes (dentro os quais vários matemáticos, astrônomos e sábios) e um farol de 135 metros (uma das maravilhas do mundo antigo) que abrigava uma biblioteca com mais de 750 mil volumes.

Ao retornar de suas campanhas militares, em 323 a.C., Alexandre contraiu a febre tifoide e morreu na Babilônia, aos 33 anos, não consolidando a unidade de seu domínio, que acabou fragmentado nas mãos de seus generais.

Leitura complementar

Aspectos do cotidiano grego

O trabalho escravo: a solução para o ócio do cidadão

Tanto para os reformadores de Atenas quanto para os fundadores de qualquer cidade, a inexistência do escravo era impensável. Todas as fontes consideram os escravos o mais necessário tipo de propriedade, o melhor, o mais dócil. Exerciam muitas atividades: podiam ser secretários ou escrivães, trabalhavam no campo, nas minas, no artesanato e no serviço doméstico. Provinham do comércio de escravos, frequente entre povos vizinhos: trácios, sírios, ilírios, citas, lídios; ou, em alguns casos, eram prisioneiros de guerra.

A relação entre a população livre e a população não livre variava bastante. Em Corinto, por exemplo, em meados do século V a.C., havia 165 mil homens livres para 175 mil escravos; já na Ática, na mesma época, havia 135 mil homens livres e 100 mil escravos.

Apesar da valorização do ócio, nem tudo era feito por escravos: os cidadãos gregos eram agricultores, comerciantes, marinheiros e até mesmo artesãos.

No serviço doméstico, muitos trabalhos pesados eram realizados por mulheres escravas, sob a vigilância e orientação da senhora da casa, como esmagar e moer os grãos, cozinhar o pão, fiar, tecer, bordar etc. Alguns desses escravos participavam da vida familiar mais de perto, como as amas e os pedagogos, que tinham como obrigação conduzir as crianças às casas de seus professores.

No campo, eram poucos os escravos, ao contrário do que ocorria nas cidades e nas oficinas de artesãos. No ramo da construção, nas grandes fábricas de armas, na fiação de tecidos e nas sapatarias, trabalhavam tanto homens livres quanto escravos, fazendo as mesmas tarefas e com a mesma remuneração, que, no caso do escravo, era paga ao proprietário que o havia alugado. Nessas atividades, era raro encontrar mais de cem escravos. A maior parte deles se concentrava nas minas de prata e mármore, onde chegavam a mil.

A condição dos escravos não era igual em todas as cidades. Em Atenas, por exemplo, trabalhavam nas minas, onde eram vítimas de maus-tratos e submetidos a excesso de trabalho, embora houvesse leis que lhes conferiam proteção contra a brutalidade da polícia, das autoridades e dos próprios cidadãos. Em outras cidades gregas, o escravo estava exposto à violência dos cidadãos, que podiam injuriá-lo ou agredi-lo.

Em Esparta, a situação era bem diferente, pois quase não existiam escravos provenientes do comércio, porém havia outra categoria de trabalho compulsório: a do hilita.

O hilita era uma exceção no mundo grego. Não era estrangeiro, descendia de uma população grega subjugada, que trabalhava em estado de servidão em terras que anteriormente haviam sido suas. Mantinha laços de solidariedade com relação à cidade, tinha direito a um tipo de propriedade e à produção que excedia aquela que devia entregar a seus senhores lhe pertencia.

Essa categoria era tão numerosa que chegava a superar a população livre. Os hilotas participavam do exército, ainda que utilizassem apenas o equipamento leve: espada curta, punhal e adaga, como os jovens.

Apesar dessa proximidade, a relação entre os espartanos e os hilotas era muito tensa e por vezes permeada de crueldade. Frequentemente, eram forçados a beber vinho puro em demasia, sendo levados aos banquetes para demonstrar os efeitos da embriaguez aos adolescentes. A consequência dessa relação eram as revoltas e, para preveni-las, os espartanos por vezes exterminavam alguns deles traiçoeiramente.

Banquetes públicos: um lazer espartano

Em Esparta, os banquetes tinham um caráter educativo e eram chamados filítias ou sissítias. Conta-nos Xenofonte: “Antes de Licurgo, os espartanos, como todos os outros gregos, comiam em suas casas, mas Licurgo, notando que geralmente abandonavam-se ao desânimo, os fez sair de casa para tomarem as refeições em comum, e em público, o que era, segundo ele, um meio seguro de prevenir a desobediência às leis. E a alimentação era controlada, para que não houvesse nem penúria nem excesso. [...] Suprimiu

o costume que levava os convivas a beberem, obrigatoriamente, o que tornava os corpos e a alma pouco firmes, e só permitia a bebida para satisfazer a sede. [...]”

Dessa maneira, evitavam-se os costumes que levavam os cidadãos a perderem-se na bebedeira ou na comilança. Nos outros Estados, as reuniões se davam com pessoas da mesma idade, porém, em Esparta, Licurgo misturava as idades, para que o jovem pudesse conviver com os mais velhos e disso tirar proveito para sua educação. É hábito, nessas reuniões, lembrar o que foi feito de belo na cidade, e não há espaço para a violência nem para os excessos de bebida e para os atos vergonhosos ou obscenos.”

República dos lacedemônios, de Xenofonte.

Banquetes e simpósios atenienses: o lazer privado

Em Atenas, o banquete era um momento de diversão, sem nenhuma interferência do Estado, era uma ocasião de reunião de amigos para partilharem refeições (o que se considerava o banquete propriamente dito), ou apenas para beberem após as refeições (os chamados simpósios). Xenofonte fornece uma descrição de tais ocasiões:

“Na sala do banquete, Autólico, cuja beleza atrai todos os olhares, encontra-se instalado ao lado do seu pai. Os convivas comem em silêncio, quando, de repente, batem à porta. É o bufão parasita Filipe, acompanhado de um escravo, que pede jantar para si e para o seu servidor. Cálias convida-o a tomar lugar. — ‘Vês como os nossos convivas estão sérios; chegas mesmo a propósito para desanuviá-los.’ Mas, a princípio, as brincadeiras de Filipe não provocaram nem sombra de riso nos que jantavam. Então, aquele deixa de comer, cobre a cabeça com o manto, atira-se de comprido e de costas sobre o leito e finge que chora, o que provoca a compaixão dos assistentes; insistem com ele para que coma, prometendo mesmo rir com os gracejos que ele inventar.

Quando levaram as mesas, fizeram-se as libações e cantou-se. Quando começou o simpósio propriamente dito, um saltimbanco siracusano propôs um divertimento, com um grupo formado por três jovens: uma boa tocadora de oboé, uma dançarina acrobata e um rapaz muito belo, que era simultaneamente tocador de cítara e dançarino (Cálias deveria tê-los contratado com antecedência, pois eles apresentam-se em festas mediante remuneração).”

O banquete, de Xenofonte.

Além da sociabilidade privada, havia momentos de convivência de todos os habitantes da pólis nas festas públicas, quando também participavam os deuses.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

O espaço do convívio pacífico: jogos, banquetes e festas



Reprodução

O pancrácio foi uma antiga arte marcial e combate de esporte sem armas. O vencedor acabava venerado pela plateia mesmo quando provocava a morte do oponente.

As formas de lazer mais cultivadas entre os gregos eram os jogos e os banquetes. Praticavam um jogo com bola e paus curvados que se assemelhava ao hóquei. Conheciam o ioiô, faziam brincadeiras com alguns animais domésticos, como o galo, o cão e o gato, colocando-os em combate, conforme registros em baixos-relevos ou em pinturas de vasos. Conheciam também os jogos de azar, como o simples par ou ímpar, praticado com moedas ou dados.

Frequentes tanto em Esparta como em Atenas, com algumas diferenças, os banquetes eram atividade de lazer essencialmente masculina.

ACKER, Teresa Van. *Grécia: A vida cotidiana na cidade-Estado*. 7ª ed. São Paulo: Atual, 1998. p. 76. (adaptado)



Atividades para sala

1. Tucídides relata em sua obra *História da Guerra do Peloponeso*, que Péricles teria dito, em um discurso a respeito da Democracia ateniense, o seguinte:

Vivemos sob a forma de governo que não se baseia nas instituições de nossos vizinhos; ao contrário, servimos de modelo a alguns ao invés de imitar os outros. Seu nome, como tudo o que depende não de poucos, mas da maioria, é democracia. Quando se trata de resolver disputas privadas, todos são iguais perante a lei. Ninguém, na medida em que é passível de servir o Estado, é mantido à margem da política por conta da pobreza.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, Livro II, 37. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 109.

Sobre a Democracia ateniense, aclamada por seus contemporâneos e por estudiosos de outras épocas, pode-se afirmar corretamente que

- a) era representativa, uma vez que os cidadãos escolhiam representantes que falavam por eles nas decisões políticas.
 - b) não apresentava caráter excludente, pois nenhum habitante de Atenas ficava fora da participação nas decisões políticas.
 - c) a representação era direta: cada cidadão se representava independentemente de sua condição econômica.
 - d) foi um modelo copiado de Esparta, cidade irmã de Atenas, onde floresciam a filosofia, o conceito de liberdade individual e a participação popular.
 - e) a naturalização era um mecanismo jurídico que concedia cidadania aos estrangeiros residentes em Atenas.
2. No tempo de Péricles (461-429 a.C.), o comparecimento à Assembleia soberana era aberto a todo o cidadão. A Assembleia era um comício ao ar livre que reunia centenas de atenienses do sexo masculino, com idade superior a 18 anos. Todos os que compareciam tinham direito de fazer uso da palavra. As decisões da Assembleia representavam a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, nas legislações, nas obras públicas, no julgamento dos casos mais importantes, na eleição de administradores, enfim na totalidade das atividades governamentais.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010. p. 102.

Com base nesta informação, conclui-se que, em Atenas, no período de Péricles,

- a) a democracia se consolidou e atingiu sua plenitude por meio de princípios como o da isonomia, isocracia e isegoria, que se definiu como a igualdade de direito ao acesso à palavra na Assembleia soberana.
 - b) a cidadania ateniense fundamentava-se na igualdade de gênero, garantindo aos cidadãos o pleno direito à palavra independente de sexo, impondo como limite a idade de dezoito anos.
 - c) a relação de poder entre funcionários do Estado e a elite política ateniense assegurava a manutenção de um regime de governo aristocrático no qual somente os homens exerciam o direito de cidadania.
 - d) os cidadãos atenienses eram guiados por uma burocracia estatal que impediu o rodízio dos cargos administrativos, de modo que a liderança direta e pessoal era exercida por uma minoria de homens jovens.
 - e) a concentração da autoridade na Assembleia possibilitou a criação de um regime de governo baseado no poder pessoal, institucionalizando a oratória como competência mais importante para o exercício da política nos tempos de Péricles.
3. O aparecimento da pólis constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, só no fim alcançará todas as suas consequências; a pólis conhecerá etapas múltiplas e formas variadas. Entretanto, desde seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII a.C., marca um começo, uma verdadeira invenção; por ela, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 1981. (adaptado)

De acordo com o texto, na Antiguidade, uma das transformações provocadas pelo surgimento da pólis foi

- a) o declínio da oralidade, pois, em seu território, toda estratégia de comunicação era baseada na escrita e no uso de imagens.
 - b) o isolamento progressivo de seus membros, que preferiam o convívio familiar às relações travadas nos espaços públicos.
 - c) a manutenção de instituições políticas arcaicas, que reproduziam nela o poder absoluto de origem divina do monarca.
 - d) a diversidade linguística e religiosa, pois sua difusa organização social dificultava a construção de identidades culturais.
 - e) a constituição de espaços de expressão e discussão, que ampliavam a divulgação das ações e ideias de seus membros.
4. As conquistas realizadas por Alexandre da Macedônia (também chamado de Alexandre, o Grande) entre 334 e 323 a.C. se estenderam da Grécia até as margens do Rio Indo (Índia).

Algumas das características dessa expansão macedônica e do imenso império que dela derivou foram

- a imposição de instituições políticas romanas sobre as áreas conquistadas por Alexandre e a repressão às formas monárquicas predominantes no Oriente próximo e distante.
- o apoio do exército macedônio a revoltas de povos subjugados por outros impérios e a recusa da incorporação de soldados que não fossem macedônios ou gregos às tropas de Alexandre.
- a restrição à circulação de mercadorias entre regiões distintas do Império e a gradativa, mas profunda, segmentação e diminuição do comércio interno e externo dos macedônios.
- o intercâmbio entre culturas ocidentais e orientais e o prevaletimento de uma perspectiva universalista e assimiladora sobre a mentalidade voltada às questões locais.
- a obrigatoriedade de uso de uma só língua, o persa, e a proibição sumária da transmissão de ideias e da movimentação de intelectuais entre as áreas dominadas pelo império.

5. Em um processo em que era acusado e a multidão ateniense atuava como juiz, Demóstenes [orador político, 384-322 a.C.] jogou na cara do adversário [também um orador político] as seguintes críticas: “Sou melhor que Ésquines e mais bem nascido; não gostaria de dar a impressão de insultar a pobreza, mas devo dizer que meu quinhão foi, quando criança, frequentar boas escolas e ter bastante fortuna para que a necessidade não me obrigasse a trabalhos vergonhosos. Tu, Ésquines, foi teu destino, quando criança, varrer como um escravo a sala de aula onde teu pai lecionava”. Demóstenes ganhou triunfalmente o processo.

História da vida privada, de Paul Veyne.

A fala de Demóstenes expressa a

- transformação política que fez Atenas retornar ao regime aristocrático depois de derrotar Esparta na Guerra do Peloponeso.
- continuidade dos mesmos valores sociais igualitários que marcaram Atenas a partir do momento em que se tornou uma democracia.
- valorização da independência econômica e do ócio, imperante não só em Atenas, mas em todo o mundo grego antigo.
- decadência moral de Atenas, depois que o poder político na cidade passou a ser exercido pelo partido conservador.
- crítica ao princípio da igualdade entre os cidadãos, mesmo quando a democracia era a forma de governo dominante em Atenas.

6. Na Assembleia, [...] que se reunia mais ou menos 40 vezes por ano, os atenienses discutiam e votavam os principais problemas do Estado – declaravam guerra, firmavam tratados e decidiam onde aplicar os recursos públicos. Do mais pobre sapateiro ao mais rico comerciante, todos tinham oportunidade de expressar a sua opinião, votar e exercer um cargo no governo.

A escrita da história, de Flavio de Campos e Renan Garcia Miranda.

Com base nesse contexto e de seus conhecimentos sobre a sociedade na Grécia Antiga, é correto afirmar que as mulheres atenienses

- tomavam parte dessa instância política, mas suas ações se limitavam aos temas relacionados à família e à formação moral e militar dos filhos.
- não detinham prerrogativas nas atividades públicas, mas possuíam direito de voto nessa Assembleia quando a decisão envolvia guerras externas.
- participavam de todas as atividades públicas de Atenas, mas só tinham voz nessa Assembleia se estivessem acompanhadas pelo marido ou filho.
- não podiam participar dessa Assembleia, da mesma forma como não tinham direito de exercer cargos administrativos, além da restrição à herança e à posse de bens.
- ganharam o direito de voz e voto nessa Assembleia a partir das reformas de Sólon e, com Clístenes, seus direitos foram ampliados.



Atividades propostas

Textos para a questão 1.

Texto 1

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987. (adaptado)

Texto 2

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.

- Comparando os textos 1 e 2, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)
 - prestígio social.
 - acúmulo de riqueza.
 - participação política.
 - local de nascimento.
 - grupo de parentesco.
- Na atualidade, praticamente todos os dirigentes políticos, no Brasil e no mundo, dizem-se defensores de padrões democráticos e de valores republicanos. Na Antiguidade, tais padrões e valores conheceram o auge, tanto na democracia ateniense quanto na República romana, quando predominaram
 - a liberdade e o individualismo.
 - o debate e o bem público.
 - a demagogia e o populismo.
 - o consenso e o respeito à privacidade.
 - a tolerância religiosa e o direito civil.

3. (ENEM) No contexto da pólis grega, as leis comuns nasciam de uma convenção entre cidadãos, definida pelo confronto de suas opiniões em um verdadeiro espaço público, a ágora, confronto esse que concedia a essas convenções a qualidade de instituições públicas.

MAGDALENO, Fabiano Soares. *A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses*. São Paulo: Annablume, 2010.

No texto, está relatado um exemplo de exercício da cidadania associado ao seguinte modelo de prática democrática:

- direta.
 - sindical.
 - socialista.
 - corporativista.
 - representativa.
4. (ENEM) Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios – esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais –, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, Teresa. *Grécia: a vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho anterior, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
 - era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
 - estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
 - tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
 - vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.
5. (ENEM) O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. (adaptado)

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função

- agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- reunir os exercícios para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

6. Leia o texto para responder à questão.

Platão disse que a massa popular é assimilável por natureza a um animal escravo de suas paixões e de seus interesses passageiros, sensível à lisonja, inconstante em seus amores e seus ódios; confiar-lhe o poder é aceitar a tirania de um ser incapaz da menor reflexão e do menor rigor. Quanto às pretensas discussões na assembleia, são apenas disputas contrapondo opiniões subjetivas, inconsistentes, cujas contradições e lacunas traduzem bastante bem o seu caráter insuficiente.

CHATELET, F. *História das Ideias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 17.

Os argumentos de Platão, filósofo grego da Antiguidade, evidenciam uma forte crítica à

- oligarquia.
 - república.
 - democracia.
 - monarquia.
 - plutocracia.
7. (ENEM) A mitologia comparada surge no século XVIII. Essa tendência influenciou o escritor cearense José de Alencar, que, inspirado pelo estilo da epopeia homérica na *Ilíada*, propõe em *Iracema* uma espécie de mito fundador do povo brasileiro. Assim como a *Ilíada* vincula a constituição do povo helênico à Guerra de Troia, deflagrada pelo romance proibido de Helena e Páris, *Iracema* vincula a formação do povo brasileiro aos conflitos entre índios e colonizadores, atravessados pelo amor proibido entre uma índia – Iracema – e o colonizador português Martim Soares Moreno.

DETIENNE, M. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. (adaptado)

A comparação estabelecida entre *Ilíada* e *Iracema* demonstra que essas obras

- combinam folclore e cultura erudita em seus estilos estéticos.
 - articulam resistência e opressão em seus gêneros literários.
 - associam história e mito em suas construções identitárias.
 - refletem pacifismo e belicismo em suas escolhas ideológicas.
 - traduzem revolta e conformismo em seus padrões alegóricos.
8. A democracia continua criando polêmicas e atraindo mudanças políticas. Na época de Clístenes, na Grécia Antiga, ela conseguiu espaços de poder importantes. A democracia
- firmou-se com propostas descentralizadoras, ampliando a cidadania e evitando a existência do trabalho escravo, defendido pelo filósofo Aristóteles.
 - facilitou a participação no governo dos cidadãos mais pobres, chegando a remunerar os cargos políticos e a reorganizar a administração da cidade de Atenas.
 - anulou a lei que defendia o exílio político, por ser opressiva e privilegiar a nobreza dona das grandes propriedades rurais.
 - considerou as mulheres como participantes da cidadania, renovando as tradições e combatendo a corrupção muito comum na época da tirania.
 - defendeu a aplicação das teorias políticas de Platão, organizando uma república onde prevalecia o poder das assembleias populares.

9. (ENEM)

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos
Orgulho e raça de Atenas.

BUARQUE, C.; BOAL, A. Mulheres de Atenas. In: *Meus caros amigos*, 1976. Disponível em: <<http://www.letras.terra.com.br>>. Acesso em: 4 dez. 2011. (adaptado)

Os versos da composição remetem à condição das mulheres em Atenas, na Grécia Antiga, caracterizada, naquela época, em razão de

- sua função pedagógica, exercida junto às crianças atenienses.
- sua importância na consolidação da democracia, pelo casamento.
- seu rebaixamento de *status* social frente aos homens.
- seu afastamento das funções domésticas em períodos de guerra.
- sua igualdade política em relação aos homens.

10. Observe a imagem e o texto a seguir.



Wikipedia Commons

Algumas das obras da escultura clássica que desfrutaram de maior fama em épocas posteriores, foram criadas durante o Período Helenístico, como o *Laocoonte e seus filhos*. A obra representa a terrível cena, em que o sacerdote troiano Laocoonte e seus dois infelizes filhos, são envolvidos por duas gigantescas serpentes, em seus anéis, que os estrangulam.

A História da Arte, de Ernst Hans Gombrich.

Sobre a cultura helenística mencionada no texto, é correto afirmar que

- foi exclusivamente grega e, portanto, nacionalista, exprimindo o orgulho do povo por sua cidade.
- foi exclusivamente oriental, desprezando o humanismo.
- fundiu aspectos da cultura grega com a cultura oriental, tornando-se mais realista e exprimindo a violência e a dor.

- foi influenciada pelo cristianismo e serviu para expressar o poder e a influência da Igreja Católica.
- foi influenciada pelo islamismo e limitada pelas especificações religiosas.

11. Chico Buarque cantou, em “Mulheres de Atenas”:

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça da Atenas
Quando amadas, se perfumam
Se banham com leite, se arrumam
Suas melenas
Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem, imploram
Mais duras penas
Cadenas. [...]

Tomando como ponto de partida a letra da música sobre o papel desempenhado pela mulher na Antiguidade, é possível afirmar que

- a mulher no Egito Antigo teve apenas um papel reprodutivo, pois não possuía direitos sociais e jurídicos que lhe garantissem qualquer forma de liberdade.
- as mulheres hebraicas possuíam direitos políticos e sociais equivalentes aos dos homens, derivados dos preceitos religiosos do Pentateuco, os quais defendiam que os homens e as mulheres são iguais, pois ambos são filhos de Deus.
- a mulher ateniense casada vivia grande parte do seu tempo confinada no lar, estando submissa a um regime de quase reclusão, privada de uma participação efetiva nas decisões políticas.
- a sociedade guerreira espartana privava as mulheres de qualquer forma de liberdade, restringindo as funções destas à educação de seus filhos e filhas.
- nas várias sociedades mesopotâmicas, a mulher desempenhava um papel preponderante, pois, como era a responsável pela procriação, cabia a ela o exercício de mando.

12. De acordo com nossas leis, somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na vida pública, porém, cada qual obtém a consideração de acordo com seus méritos, e mais importante é o valor pessoal que a classe a que se pertence. Isso quer dizer que ninguém sente o obstáculo de sua pobreza ou condição social inferior quando seu valor o capacita a prestar serviços à cidade.

História das sociedades, de Rubim Aquino.

Essa afirmação é atribuída ao legislador ateniense Péricles, e seu conteúdo, pode ser identificado com

- a rígida discriminação racial ateniense.
- a exclusão dos pobres das atividades políticas.
- a ausência de uma ordem social definida em Atenas.
- os princípios ideais da democracia grega.
- o caráter belicista das sociedades antigas.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

Módulo

4

Evolução política e social de Roma; A cultura greco-romana

Povoamento da Itália e origem de Roma



A partir de 2000 a.C., variados povos estabeleceram-se no atual território da Península Itálica, como **gregos**, diversas tribos chamadas de **italiotas** (latinos, sabinos, samnitas etc.), ao norte, instalou-se uma civilização comercial e urbanizada, a dos **etruscos**, e, a oeste, os **cartagineses**.

Por séculos difundiu-se uma versão mitológica sobre a origem de Roma, na qual Rômulo (filho do deus Marte) teria fundado a cidade em 753 a.C. Contudo, as pesquisas históricas sugerem que Roma foi fruto da fusão de aldeias de povos italiotas, latinos e sabinos. A partir daí, convencionou-se dividir a história da cidade, que se tornou o maior império da Antiguidade, em três fases:

- Monarquia (753-509 a.C.);
- República (509-27 a.C.);
- Império (27-476 d.C.).

Saiba mais

As origens mitológicas de Roma

Segundo a mitologia, os romanos descendem de Enéas, um herói troiano que conseguiu escapar quando os gregos destruíram sua cidade, possivelmente no século XV a.C. Filho de Vênus, a deusa do amor, Enéas passou por muitas aventuras até chegar à Itália, onde seu filho Ascânio fundaria Alba Longa, o núcleo da futura Roma, que seria fundada por seus descendentes, Rômulo e Remo, em 753 a.C.



O encontro dos camponeses com os gêmeos Rômulo e Remo.

Rômulo e Remo eram irmãos gêmeos e, após o nascimento, foram atirados ao Rio Tibre por ordem de Amúlio, usurpador do trono de Alba Longa. No entanto, conseguiram chegar às margens do sopé do monte Palatino e sobreviveram, e foram amamentados por uma loba. Criados por camponeses, ao chegar à idade adulta, depuseram o usurpador e restituíram ao trono seu avô, Numitor, de quem receberam a missão de fundar uma nova cidade na região do Lácio.

No local escolhido, o Monte Palatino, às margens do Tibre, Rômulo traçou um sulco no chão com um arado, demarcando a sua propriedade. Insatisfeito, Remo saltou essa linha sobre a terra, desafiando o irmão, que o matou. Rômulo fundou seu povoado, onde acolheu fugitivos de diversas partes da Itália. Sobre eles reinou durante muito tempo, até desaparecer misteriosamente em uma tempestade e se transformar no deus Quirino, uma das principais deidades mitológicas dos romanos.

Disponível em: <<http://www.educacao.uol.com.br>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

Monarquia

Nesse período, ocorreu a estruturação das bases sociais e políticas de Roma, em que um rei (de acordo com as tradições, teriam sido sete) governava com auxílio do **Conselho de Anciãos**, formado pela nobreza romana. A aproximação dos últimos reis com as camadas populares preocupou a aristocracia, que articulou um golpe, banuiu a monarquia e instituiu uma forma de governo politicamente mais equilibrada.

República**Características políticas**

O Poder Executivo ficou a cargo dos chamados **magistrados**, responsáveis por funções que iam da política externa, defesa militar, finanças e administração urbana até assuntos religiosos e conduta moral dos cidadãos. Eles eram eleitos pelos cidadãos dentro de assembleias populares e deviam cumprir mandatos por certo período. Os magistrados mais importantes eram os côsules. O **Senado** romano era um órgão vitalício composto exclusivamente pela aristocracia, que controlava as finanças públicas e elaborava as leis. Apesar de existir certo equilíbrio político entre Assembleias, Magistraturas e Senado, nitidamente, este passou a exercer na prática uma maior influência dentro de Roma.

Os principais magistrados

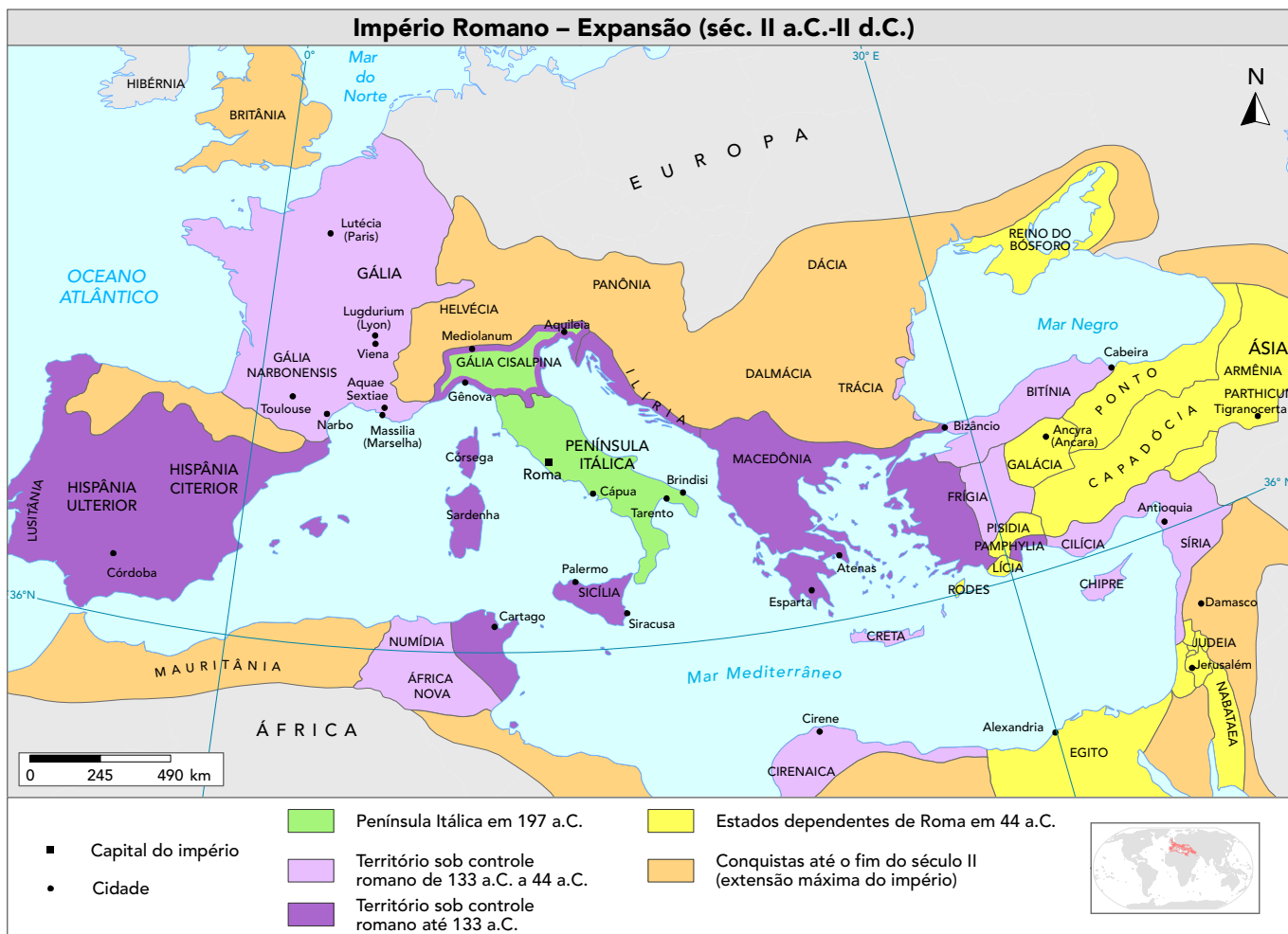
- **Cônsules:** exerciam o Poder Executivo e eram eleitos para o mandato de um ano. Suas funções eram propor as leis e presidir as Assembleias e o Senado.
- **Pretores:** eram responsáveis pela execução da justiça.
- **Censores:** vigiavam a conduta moral do cidadão e faziam o recenseamento da população.
- **Questores:** administravam o dinheiro público.
- **Edis:** eram encarregados da conservação pública, do policiamento e do abastecimento da cidade.
- **Tribunos da Plebe:** em consequência das lutas plebeias por reformas sociais, surgiu essa magistratura. Eles podiam vetar as leis consideradas lesivas aos interesses da plebe.

Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

A expansão territorial romana

Durante a República, a cidade de Roma sofreu vários ataques de outros povos da Península Itálica, o que contribuiu para o fortalecimento do próprio exército. Com isso, passou a realizar campanhas militares vitoriosas que foram ampliando, significativamente, o tamanho de seus domínios. E, após mais de 200 anos de guerras, os romanos conseguiram conquistar a Itália, ora escravizando os povos derrotados, ora tecendo alianças com outros povos.

Roma tornava-se uma potência em ascensão e o próximo passo da expansão territorial seria dominar a região do Mar Mediterrâneo. No entanto, havia, no norte da África, uma tradicional cidade de origem fenícia que era a potência comercial da região, a cidade de **Cartago**. A disputa pela hegemonia comercial na região do Mediterrâneo fez com que Roma e Cartago entrassem em conflito no período de 264 a 146 a.C., originando as chamadas **Guerras Púnicas** (os romanos chamavam os cartagineses de *puni*, que significa fenícios). Após três grandes embates, Roma derrotou e destruiu Cartago, abrindo caminho, definitivamente, para a conquista do Mediterrâneo, o qual, algumas décadas depois, já era chamado de *Mare Nostrum* ("Nosso Mar"). Roma agora possuía o tamanho de um império.



ATLAS de história mundial. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil, 2001. (adaptado)

Roma x Cartago

Para derrotar os cartagineses e assumir o controle comercial do Mediterrâneo, os romanos tiveram de aprender a combater no mar. De um lado, Cartago, com sua poderosa frota de navios. De outro, Roma, com o mais forte exército de infantaria da época. Na disputa pelo domínio das rotas marítimas do Mediterrâneo, as duas potências enfrentaram-se ao longo de cem anos nas Guerras Púnicas. Foram três guerras, todas vencidas por Roma. Mas, por ironia, Cartago conquistou importantes vitórias em terra, enquanto Roma se destacou em vários embates no mar.

Fundada por colonizadores fenícios no norte da África, na atual Tunísia, Cartago controlava o comércio no mar Tirreno, a parte norte do Mediterrâneo. Tudo corria bem até Roma começar a estender seus domínios por toda a Península Itálica. Cedo ou tarde, era inevitável um choque entre as duas potências. E isso aconteceu numa disputa pelo controle da Sicília, dando início à Primeira Guerra Púnica.

O conflito arrastou-se entre 264 e 241 a.C., em combates quase ininterruptos. As primeiras lutas foram em terra, com a vitória de Roma. Os romanos passaram a dominar quase toda a Sicília, mas Cartago ainda controlava o mar. Vieram, então, as batalhas marítimas, vencidas novamente pelos romanos, graças a uma tática inovadora. Roma não tinha frota nem muita experiência no mar, mas contava com um exército poderoso. Então, na esquadra construída às pressas para as batalhas, equipou os navios com um dispositivo na proa que permitia que uma ponte fosse levantada e abaixada. Ela se enganchava ao navio inimigo e abria caminho para os legionários invadirem a embarcação rival. "Roma transformou um combate naval em luta de infantaria", diz Norberto Luiz Guarinello, professor de História Antiga da Universidade de São Paulo (USP).

Encorajada por seus êxitos e disposta a pôr fim à guerra em um só golpe, Roma enviou um forte exército para a África, em 256 a.C. O plano era atacar de surpresa e tomar Cartago. Quase deu certo. Os 15 mil homens, comandados por Régulo, destruíram parte do território adversário e foram em direção à cidade. Mas Cartago, com o auxílio de um general espartano, Xantipo, e um corpo de mercenários, derrotou as tropas de Régulo.

Em 247 a.C., Amílcar Barca assumiu o comando das forças de Cartago e atacou cidades ao sul da Península Itálica. Roma teve de reconstruir sua frota, destruída numa tempestade, mas surpreendeu os cartagineses ao se recompor com 200 navios. Foi o suficiente para recuperar quase todas as posições na Sicília e assumir a supremacia do Mediterrâneo. À cidade de Cartago restou apenas assinar um tratado de paz.

Travessia dos Alpes

Com os recursos esgotados e sem o controle das rotas no Mediterrâneo, Cartago mudou de estratégia: voltou-se para a conquista da Península Ibérica, rica em minerais e com boa terra para a agricultura. Mas, por trás do desejo de reerguer sua economia, havia um plano: explorar os minerais que os ibéricos usavam para fabricar armas e, assim, turbinar seu arsenal.

A missão na Espanha foi confiada a Amílcar e, mais tarde, transferida a seu filho, Aníbal Barca. Ao assumir, em 221 a.C., ele começou de imediato a preparar uma nova guerra contra Roma. E para penetrar na Itália, o novo líder cartaginês utilizou uma inesperada rota de ataque. Em vez de seguir pelo mar, marchou pelos Pireneus com seus elefantes e 20 mil homens, entre mercenários e

cavaleiros nômades. Atravessou os Alpes, combateu tribos que dominavam a cordilheira e chegou ao Vale do Pó com severas perdas. Mas chegou. "Roma piscou e as tropas de Cartago já estavam na Península Itálica", diz Guarinello.

Uma após outra, as unidades romanas foram sendo derrotadas. Na batalha do Lago Trasimeno, Aníbal criou uma armadilha espetacular: escondeu sua tropa em depressões cobertas pela névoa e atacou o exército romano de surpresa. As tropas inimigas, mais uma vez, foram destruídas.

Ao perder território e aliados, os romanos refugiaram-se nas montanhas, de onde passaram a fazer uma guerra de desgaste, com ataques a batalhões isolados e a divisões responsáveis pelo suprimento de armas e alimento. Os cartagineses dominavam a região, mas decidiram não avançar até Roma. Alguns historiadores, inclusive, apontam que o grande erro de Aníbal foi hesitar em atacar a capital, num momento em que os romanos estavam vulneráveis.

Depois de algum tempo de interrupção nos combates, Roma decidiu enfrentar Cartago e colocou em campo o maior exército de que dispusera até então. Foi na batalha de Canas, na Apúlia, em 216 a.C. Aníbal dispôs suas tropas de forma que o sol nascesse atrás de seus homens e ofuscasse os romanos. Além disso, agrupou a infantaria mais fraca no meio. A poderosa cavalaria nômada ficou nos flancos da formação. Ao atacar, os romanos pareciam varrer o exército cartaginês. Mas caíram na armadilha de Aníbal: o centro cartaginês recuou, enquanto a cavalaria atacava a retaguarda romana. Prensados uns contra os outros, os romanos mal conseguiam sacar as espadas. Foi um massacre.

Depois da derrota, os romanos retomaram a tática de vencer pela exaustão. E conseguiram. Com muita tenacidade, venceram na Sicília e na Península Itálica. E deram o golpe final num contra-ataque: uma expedição liderada pelo general Cipião foi mandada à África para atacar Cartago. Aníbal teve de deixar a Itália com seu exército para defender a terra natal. Esse lance final da guerra começou em 204 a.C. e terminou dois anos depois, com a batalha de Zama, a primeira derrota de Aníbal. Ao selar a paz, Cartago pagou caro. Teve de destruir todos os seus navios de guerra.

Cartago destruída

Mesmo tendo perdido sua frota e suas feitorias comerciais no Mediterrâneo, a economia de Cartago dava sinais de recuperação. Do outro lado do mar, Roma temia a prosperidade da cidade rival. No Senado, Catão começava todos os seus discursos com a célebre frase: "*Delenda est Carthago* (Cartago precisa ser destruída)".

Assim, sem pretexto algum, Roma desafiou novamente seus adversários para a guerra, em 149 a.C. Os cartagineses haviam aceitado uma série de exigências para impedir o conflito, entre elas, a entrega de todas as armas e barcos. Só optaram pela guerra quando Roma exigiu que destruíssem a própria cidade, pedra por pedra, e se mudassem para uma região 15 quilômetros distante do mar. Aí não teve jeito. A Terceira Guerra Púnica tornou-se inevitável.

Cartago fechou suas muralhas, construiu armas às pressas e resistiu heroicamente durante quatro anos. Depois de lutar casa a casa, sua população percebeu que seria vencida e decidiu atear fogo à cidade. Os romanos tomaram a fortaleza e jogaram sal no solo, para que nada mais fosse cultivado. Os sobreviventes foram vendidos como escravos, e Cartago foi reduzida a província.

Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br>>.
Acesso em: 26 maio 2015. (adaptado)

Consequências da expansão territorial e a crise social

As guerras que resultaram na formidável expansão territorial romana geraram profundas consequências para a sociedade. A primeira delas foi a decadência da massa plebeia que compunha a base do exército. As décadas de guerras forçaram a ausência dos homens adultos, gerando problemas financeiros para suas famílias e, muitas vezes, o endividamento e a venda de seus lotes de terras. Mesmo os plebeus que conseguiam manter suas propriedades não conseguiam competir com a produção dos latifúndios, cada vez mais numerosos e dotados de escravos; assim, os plebeus tornavam-se “sem-terra” e, empobrecidos, muitos acabavam migrando para as cidades.

O crescimento dos latifúndios estava relacionado com a ação dos nobres patrícios, que conseguiam se apropriar das terras conquistadas pertencentes ao Estado em detrimento da grande quantidade de plebeus.

A situação decadente da plebe foi alvo da tentativa de reformas de dois tribunos que a ela pertenciam, os irmãos Tibério e Caio Graco, que, entre 133-122 a.C., lutaram para limitar o tamanho dos latifúndios e realizar uma reforma agrária. Os senadores levantaram uma forte oposição, e os ânimos acirrados os levaram a entrar em conflito com partidários dos irmãos Graco. Em meio à violência, Tibério e Caio acabaram mortos, o que ocasionou o fracasso da reforma agrária romana.

Guerras civis e o fim da república

Alguns plebeus que se dedicavam ao comércio e ao abastecimento do exército, beneficiados pela expansão militar romana, acabaram enriquecidos, formando uma classe social emergente conhecida como **cavaleiros** ou **homens novos**. A ascensão desses plebeus trouxe ainda mais tensões para Roma, pois os cavaleiros ambicionavam chegar ao poder político em cargos exclusivos da nobreza patrícia. Nesse contexto, ocorria uma divisão das elites romanas em dois partidos: de um lado os Optimates, que defendiam os privilégios do Senado e da aristocracia patrícia, e de outro, o Partido Popular, composto por cavaleiros que pretendiam ascender ao poder político. Os dois partidos procuravam se aproximar da plebe urbana, cuja situação social deteriorava-se cada vez mais, pois a tendência era que eles se tornassem *proletarii*, ou seja, miseráveis que não possuíam nada além de sua prole.

Nesse cenário agitado, as instituições políticas republicanas fracassavam, pois surgiam chefes militares que, ligados a algum dos partidos, e contando com a fidelidade de seus soldados e com a simpatia da plebe, tentavam chegar ao poder pela força, gerando guerras civis.

O primeiro desses chefes foi o general Mário (de origem plebeia), seguido por Sila (de origem patrícia). Na sequência, três militares (Júlio César, Pompeu e Crasso) dividiam o poder formando, em 60 a.C., o primeiro **triumvirato**. O equilíbrio entre os três chefes revelou-se precário e terminou em uma nova guerra, na qual o general Júlio César derrotou o patrício Pompeu, tornando-se ditador em Roma (em 53 a.C., Crasso havia sido morto na Batalha de Carras contra os persas). Em 44 a.C., Júlio César foi assassinado por um grupo de senadores, fato que deu origem a um novo triumvirato, composto por Otávio Augusto, Marco Antônio e Lépido, originando novas disputas pelo poder. Otávio, em 31 a.C., conseguiu derrotar seus rivais, instaurando o Império Romano.

Saiba mais

Fasces e o poder em Roma

Os antigos etruscos desenvolveram uma civilização no norte da Itália e legaram aos romanos uma série de tradições religiosas, urbanísticas, artísticas e políticas. Neste último aspecto, ressalta-se um símbolo chamado de “fasces”. Sua iconografia constitui-se de um feixe de varas amarradas junto com um machado etrusco, o qual passou a representar o poder (*potestas*) e a autoridade em que os magistrados personificavam o poder do Estado (*imperium*).

O conceito de *imperium* seria resgatado por juristas europeus no início da Idade Moderna, como argumento ideológico para a justificativa da centralização política realizada pelos Estados nacionais absolutistas. O fasces, por sua vez, seria resgatado pelo movimento antiliberal e totalitário pregado pelo italiano Benito Mussolini, durante as primeiras décadas do século XX, e que ficou conhecido como fascismo.



Fasces com o machado etrusco: símbolo de poder na Roma antiga.

Império

O principado de Augusto

Vitorioso, Otávio passou a representar a possibilidade de estabilizar a grave situação política e social de Roma. Para isso, manteve o funcionamento normal das instituições republicanas e demonstrou respeito pelo Senado. Em contrapartida, os senadores passaram a conceder títulos e poderes ao jovem Otávio, como “primeiro cidadão da república” (*Princeps*), “comandante supremo de todos os exércitos” (*Imperator*), “divino” (*augustus*) e *Pontifex Maximus*, transformando-se, também, em líder religioso.

Ao acumular tantos poderes, Otávio Augusto pode ser considerado o primeiro imperador romano, embora não fosse um monarca no estilo oriental, cujas ações deveriam visar ao bem público. No poder, realizou várias reformas de cunho social e econômico e, após sua morte, em 14 d.C., outros imperadores o sucederam (o que originou as chamadas dinastias imperiais) e o império vivenciou um período de, aproximadamente, 200 anos de paz e prosperidade, conhecido como *Pax Romana*.

Além de centralizar o poder econômico, político e religioso, o imperador também era considerado uma divindade. O “culto ao imperador” era, na verdade, uma devoção à sua essência divina (*numen*), pois, somente após a morte, os imperadores romanos se transformavam em deuses e eram incluídos na religião oficial. Tal reconhecimento ocorria na cerimônia da apoteose e dependia da aprovação do Senado e do imperador sucessor. Contudo, isso não impediu que alguns imperadores tivessem um comportamento excessivamente autoritário e extravagante, e, durante o século III, o cargo de imperador deixaria de ser uma magistratura civil para se tornar uma monarquia despótica e militarista, no estilo oriental, conhecida pelos historiadores como Dominato (governo do amor absoluto).

Convém salientar que a vida da plebe urbana continuava precária e cada vez mais dependente de espetáculos públicos gratuitos em que havia a distribuição de alimentos, a chamada “política do pão e circo”. Sua importância foi fundamental por tratar-se de uma válvula de escape para as tensões sociais da plebe; em seu auge, ela significou a construção de numerosos estádios (como o Coliseu, com capacidade para cerca de 50 mil pessoas) e a existência de 159 feriados e 93 jogos públicos para o deleite das massas.

Evolução social de Roma, crise e fim do Império Romano

A sociedade romana em seus primórdios



Cícero acusa Catilina, de Cesare Maccari. Cícero foi um dos maiores oradores da Roma Antiga.

Esse quadro retrata os debates e as decisões que eram tomadas na Assembleia romana.

A base da sociedade romana era a família extensa, e todas as famílias tinham uma grande reverência em relação aos seus antepassados, para os quais eram realizados cultos domésticos. A autoridade paternal, o *pater familias*, era fortíssima e possuía amplos poderes sobre o destino de sua família. Apesar disso, a mulher romana dispunha de uma razoável liberdade, podendo possuir propriedades e ter uma vida social ativa.

Principais classes sociais

- **Patrícios** – Eram os cidadãos romanos e os donos das terras, dos rebanhos e dos escravos. Possuíam direitos políticos e desempenhavam altas funções públicas.
- **Clientes** – Eram os homens livres que se aliavam aos patrícios, servindo-lhes em diversas atividades pessoais em troca de assistência econômica e proteção social. Eram a base da dominação política e militar dos patrícios.
- **Plebeus** – Eram os homens livres que se ocupavam das atividades agrícolas, do artesanato e do comércio e que pagavam os impostos. Formavam a maioria da população, não possuíam direitos políticos plenos e não podiam casar-se com patrícios. As dificuldades financeiras podiam levar alguns plebeus à escravidão por dívidas.
- **Escravos** – A princípio, eram os devedores, e depois, com a expansão militar de Roma, os prisioneiros de guerra também passaram a compor esse grupo. Dentro da sociedade romana era comum a mobilidade social, e os escravos várias vezes conseguiam a alforria, sendo chamados de **libertos**, e poderiam, inclusive, obter a cidadania romana.

Saiba mais

Existia alguma diferença na forma como os escravos eram tratados na Grécia e Roma antigas?

Há diferenças, sim, mas também semelhanças. Desde o início das civilizações grega e romana, a prática da escravidão era comum – em Roma, a partir do século VIII a.C. e, na Grécia, desde a civilização micênica (1500-1200 a.C.). Nos dois casos, um homem podia se tornar escravo por ter contraído dívida sem honrá-la. Era possível, ainda, passar a essa condição por ter sido vencido na guerra. Nesse caso, a vida do inimigo era poupada para que ele fosse conservado como escravo (daí a

palavra latina *servus*). O comércio ocorria em grandes mercados, regulado por leis que previam o direito do cativo de comprar sua liberdade de volta por meio do acúmulo de um pecúlio. Isso era incomum para os escravos do campo, mas uma opção mais realista para os que viviam nas cidades e faziam biscates. Na Grécia, era rara a libertação de um escravo, e o liberto não tinha direitos. Seus descendentes continuavam escravos, e as chances de alforria eram restritas. Já em Roma, era comum que escravos urbanos fossem alforriados, e seus filhos, considerados livres. Os libertos adquiriam a cidadania romana. Outra diferença: entre os romanos, os libertos passavam a ser tratados como parentes do seu antigo dono, herdando, inclusive, seu nome de família. Em duas gerações, não havia mais distinção entre os antigos donos e os descendentes de escravos. Nas duas sociedades, havia punições e maus-tratos: eles podiam ser mantidos acorrentados, marcados a ferro, sofrer mutilações e ser condenados à morte.

Pedro Paulo Funari

Disponível em: <<http://www.revistaescola.com.br>>.

A luta por direitos dos plebeus

Durante o século V a.C., os plebeus passaram a lutar pelo fim da discriminação que sofriam em Roma. Conscientes de sua importância econômica e militar, organizavam espécies de greves sociais nas quais se retiravam da cidade, deixando-a vulnerável a ataques, o que levou os patrícios a negociarem com a plebe. Após 200 anos de lutas e pressões, os plebeus passaram a adquirir alguns direitos. Em 494 a.C., foi criado o cargo de tribuno da plebe, ocupado por magistrados que podiam vetar qualquer lei que contrariasse os interesses dos plebeus. Em 450 a.C., foram feitas as primeiras leis escritas de Roma (Lei das Doze Tábuas), que evitariam manipulações jurídicas dos patrícios contra os plebeus. Em 377 a.C., o casamento entre essas duas classes tornou-se permitido e, em 326 a.C., a escravidão por dívidas foi extinta. Na sequência, outras leis foram concedendo o acesso dos plebeus a vários e importantes cargos públicos. As lutas foram bem-sucedidas, mas os plebeus mais ricos obtiveram mais privilégios com a ampliação da cidadania do que seus congêneres mais pobres.

Saiba mais

O militarismo em Roma

Uma das características mais marcantes da história de Roma foi o militarismo, em grande parte responsável por seu extraordinário crescimento territorial que chegou a cerca de 10 mil quilômetros de fronteiras.

Iniciada a partir da conquista da Península Itálica, tal expansão foi feita de modo a incorporar alguns dos povos da região que, ao invés de serem meramente escravizados, transformavam-se em “aliados livres” como observou o historiador Perry Anderson:

“Roma provou ser capaz de ampliar o seu próprio sistema político para incluir as cidades italianas durante sua expansão peninsular. Desde o começo, ela havia – diferentemente de Atenas – exigido de seus aliados tropas para seus exércitos, e não dinheiro para seu tesouro; desta maneira, diminuindo a carga de sua dominação na paz e unindo-os solidamente em tempo de guerra.”.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Desta forma, contando com soldados latinos e outros povos itálicos, o exército romano possuía cerca de 300 mil soldados, que durante a república serviriam como agentes de “romanização” nos territórios ocupados, além de serem envolvidos em disputas políticas pelo poder nas guerras civis que marcaram o advento do império em Roma.

Inicialmente, todo cidadão romano, na condição de proprietário de terras, era obrigado a prestar o serviço militar (sem ter uma remuneração fixa). Contudo, após as Guerras Púnicas e a expansão pelo Mediterrâneo, boa parte do exército, composto em massa pela plebe, entrou em processo de proletarização, perdendo suas terras e, assim, desqualificando-se como soldados. Foi diante dessa situação que o general Mário, eleito cônsul por seis anos seguidos, fez uma importante reforma que acabou profissionalizando o exército romano, instituindo o pagamento de soldo e permitindo que a plebe proletária entrasse no exército.

A partir daí, o exército tornou-se uma instituição regular, cujo serviço se estendia por um período de 20 anos, ao final do qual se receberia terras ou dinheiro, tais despesas foram custeadas, inicialmente, por meio de despojos, indenizações e impostos sobre os povos dominados e aliados. Para conter as crescentes insatisfações destes últimos, Roma acabou concedendo a cidadania a todos os homens livres na Itália (90 a.C.) e, por fim, a todos dentro do império (212 d.C.). O governo romano chegou a instituir um tesouro público (alimentado por impostos), voltado para custear as despesas com o seu exército. Porém, tal medida não impediu que as tropas fossem atingidas pela crise econômica que se iniciara no século III d.C., período em que o exército teve seu contingente diminuído ao mesmo tempo em que povos bárbaros realizaram a defesa das fronteiras na qualidade de “bárbaros federados”.

Por fim, em 378 d.C., a Batalha de Adrianópolis seria o “canto do cisne” do exército romano, que sofreu uma severa derrota para os bárbaros godos em que o próprio imperador Valente caiu morto ao lado de 17 mil romanos. A batalha revelou a fragilidade das fronteiras romanas que, em um futuro não muito distante, iriam sucumbir diante dos invasores bárbaros, evento que o outrora poderoso exército romano seria capaz de impedir.

Cristianismo em Roma

Os romanos eram politeístas, isto é, adoravam vários deuses. Porém, durante o governo do imperador Otávio Augusto, nasceu, na cidade de Belém, Jesus Cristo, o que, somado a outros fatores políticos, econômicos e sociais, mudaria essa visão politeísta.

Jesus seria, segundo seus seguidores, o messias esperado pelo povo de Deus, enviado para salvar a humanidade.

Aos 30 anos, Jesus começou a evangelização no atual Oriente Médio, percorrendo lugares como Judeia, Galileia, Jerusalém, Samaria, entre outros. Ele pregou uma nova interpretação das antigas escrituras judaicas, ensinando a salvação eterna por meio do amor absoluto a Deus e ao próximo, além do perdão de ofensas.

Devido às inovações no sistema de comunicações e estradas do Império Romano, o cristianismo se propagou pelo Oriente Médio e pela Ásia Menor, fazendo com que várias pessoas passassem a seguir Jesus Cristo, dentre elas os discípulos, escolhidos por ele mesmo para simbolizar todos que o aceitavam como salvador.

A nova maneira de interpretar e entender a fé judaica ia contra a religião oficial de Roma, contra os cultos pagãos tradicionais e contra o culto ao imperador, o que ocasionou a oposição do governo e a crucificação e morte de Jesus Cristo.

Após a morte de Cristo, os discípulos, cumprindo o que o próprio Jesus havia ensinado, difundiram os ensinamentos cristãos por meio de pregações e dos escritos, que mais tarde formariam o livro do cristianismo, a *Bíblia*.

Depois disso, durante o governo do imperador Nero (54-68 d.C.), os cristãos começaram a ser perseguidos, havendo centenas de mortes.

Entre os séculos I e IV d.C., os cristãos ainda sofreriam sangrentas perseguições, desde multas e açoitamento até a execução nas arenas.



A última prece dos mártires cristãos, de Jean-Léon Gérôme. Muitos cristãos preferiam a morte brutal em público a renegar Cristo, tornando-se os primeiros mártires da fé cristã.

Embora a postura de incentivar as perseguições variasse de um imperador para outro, uma pergunta é pertinente: por que o Império Romano, normalmente tolerante com as religiões presentes no império, combateu tão ferozmente a religião cristã?

O cristianismo crescia aceleradamente, sobretudo entre os pertencentes aos meios sociais baixos, como desvalidos e escravos, atraídos pela mensagem de vida melhor no pós-morte e pelos serviços de proteção aos pobres. A pregação monoteísta era inflexível, desqualificava os tradicionais deuses romanos e negava o culto ao próprio imperador. No Império Romano, o culto era um importante momento de coesão social, e deixar de participar dele era uma grave ofensa e sinal de desagregação da ordem social.

Além disso, o cristianismo defendia valores opostos aos do império, criticando as guerras e a escravidão e afirmando que para Deus todos eram iguais. No entanto, a chamada “igreja primitiva” sobreviveu e passou a crescer ainda mais, uma situação resumida pelo bispo de Cartago, Tertuliano: “o sangue dos mártires é a semente da Igreja”. No século IV, o cenário de oposição ao cristianismo modificou-se, pois o imperador Constantino converteu-se à nova religião e, por meio do Édito de Milão (313 d.C.), tornou o Império Romano neutro em relação à religião e proibiu as perseguições. Outro imperador, Teodósio I, mediante o Édito de Tessalônica (380 d.C.), decretou o catolicismo como religião oficial do império, abolindo o politeísmo e fechando templos pagãos.

Saiba mais

A divisão do Império Romano

O desguarnecimento do *limes* (ou fronteiras) tornava-se ainda mais grave naquelas regiões onde as fronteiras naturais do império (desertos, montanhas, oceano) eram mais frágeis. E essa fragilidade mostrava-se mais acentuada na fronteira do império com a vasta região conhecida como Germânia, a qual tinha como fronteira básica os rios Reno e Danúbio.

Essa região abrigava uma série de povos, genericamente chamados de germânicos, como francos, vândalos, visigodos, ostrogodos, anglos, saxões, jutos, hérulos, burgúndios, lombardos e vários outros. Tais povos representavam um potencial numérico muito grande e uma ameaça efetiva ao império, notadamente em um quadro de retração do seu poderio militar.

Tetrarquia e divisão do império

A crise econômica teve também uma clara manifestação administrativa. A redução da arrecadação gerou uma queda no número de funcionários do Estado, tornando a administração mais difícil, principalmente nas províncias mais distantes de Roma.

Em uma tentativa de sanar esse problema, o imperador Diocleciano dividiu o Império em duas partes: o Ocidente, com capital em Roma, e o Oriente, com capital em Bizâncio, às margens do Mar Negro. Em cada uma dessas partes, havia um imperador, com o título de Augusto, e um outro governante para as regiões mais distantes, com o título de César. Por contar com, na verdade, 4 governantes, essa forma de divisão foi chamada de tetrarquia.

A tetrarquia durou pouco tempo. Já no início do século IV, o imperador Constantino reunificou o império. Entretanto, como o risco de invasão era maior na parte ocidental, ele transferiu a capital para Bizâncio, mais protegida e, na época, mais rica. Ali, ele ergueu uma cidadela para servir de sede ao governo, dando a ela o nome de Constantinopla, nome que, durante séculos, acabou designando toda a cidade.

Durante o século IV, o império manteve-se unificado, com sua sede em Constantinopla. No final do século, o imperador Teodósio estabeleceu, em 395, a divisão definitiva: Império Romano do Ocidente, com capital em Roma, e Império Romano do Oriente, também chamado de Império Bizantino, com capital em Constantinopla.

Disponível em: <<http://www.educacao.uol.com.br>>.

Crise e colapso do Império Romano

As causas da queda do Império Romano ainda hoje são objeto de debates e polêmicas entre os historiadores. Para uns, a ênfase recai nos aspectos morais e ideológicos dos romanos, que durante a *Pax Romana* teriam se tornado cada vez mais frívolos e desinteressados da vida pública, envolvidos em preocupações mesquinhas e individualistas, refletidas, por exemplo, na adesão crescente a cultos religiosos mais intimistas como o cristianismo. Contudo, outra abordagem identifica os fatores materiais como decisivos para o colapso do Império Romano.

A partir do século III d.C., o Império Romano deixou de conquistar territórios, o que estabilizou as fronteiras e diminuiu o abastecimento de escravos, e, em menos de 100 anos, o preço do cativo aumentou em 50 vezes. A inflação aumentava progressivamente, e o governo tinha dificuldades em manter a arrecadação de impostos para os gastos públicos, o que incluía o pagamento dos militares. Para agravar a situação, os germânicos, povos não dominados pelos romanos, passaram a pressionar as fronteiras do império na região dos rios Reno e Danúbio.

O aumento de impostos e a crescente desvalorização da moeda prosseguiram, e milhares de pessoas agora abandonavam as cidades em direção ao campo, onde tentariam obter sua subsistência trabalhando como colonos fixos à terra, sistema que ficou conhecido como colonato e generalizou-se como solução para a crise do escravismo.

Saiba mais

Ano	Valor
Século I	6 dracmas
276	200 dracmas
314	9 mil dracmas
334	78 mil dracmas
Século V	2 milhões de dracmas

Esse êxodo urbano enfraqueceu ainda mais a autoridade do Estado romano, que também passou a sofrer profundas instabilidades na sucessão imperial, pois os generais romanos e seus exércitos passaram a disputar a nomeação dos imperadores por meio de guerras e assassinatos. Foi a fase da **Anarquia Militar** (235-285 d.C.), na qual, dos mais de 20 imperadores do período, apenas um teve uma morte natural e não violenta.

A entrada dos germânicos em territórios romanos prosseguia, e muitos desses povos foram incorporados pelo Império Romano, com a função de proteger as fronteiras de novos invasores, os “bárbaros federados”. Ironicamente, os romanos estavam sendo defendidos pelos povos estrangeiros. A ruralização da sociedade acentuou-se ainda mais, e os latifúndios romanos, conhecidos por *villas*, eram mais seguros do que as vulneráveis cidades. Portanto, diante da crise, a elite senatorial instituiu o chamado *patrocinium*, medida que contemplava os pequenos proprietários e suas terras, protegendo-os de ameaças externas e retirando-os da influência da esfera estatal, cada vez mais débil.

Alguns imperadores realizaram reformas para contornar a crise: Diocleciano criou um sistema de quatro imperadores (tetrarquia), Constantino transferiu a capital para Constantinopla no Oriente, e Teodósio dividiu o império em duas partes, Ocidental e Oriental. A crise econômica e política prosseguiu e, em 476 d.C., o Império Romano do Ocidente foi ao colapso com os bárbaros hérulos destruindo Rômulo Augusto, o qual é lembrado como o último imperador do poderoso Império Romano.



Saque de Roma pelos vândalos, em 455 d.C., de Heinrich Leutemann.

Leitura complementar

Lutas plebeias e a conquista de direitos

As principais instituições políticas da República romana eram, portanto, o Senado, a magistratura (desempenhada pelos cônsules) e os comícios curiatis e centuriatis. Mas somente os patrícios podiam ser senadores, cônsules e membros dos comícios curiatis. Os plebeus tinham acesso unicamente aos comícios centuriatis, criados por Sêrvio Túlio. Nessas assembleias, tinham direito de participação todos os cidadãos que serviam ao exército, o que incluía tanto plebeus quanto patrícios. Os plebeus tinham, assim, uma participação ínfima na vida política romana. Por isso, nos duzentos anos seguintes à criação da república, eles lutaram insistentemente pela ampliação de seus direitos.

Os plebeus não eram, entretanto, um grupo social homogêneo. Embora a maioria fosse pobre, existiam plebeus muito ricos. Na luta contra os patrícios, enquanto os pobres exigiam leis escritas, abolição da escravidão por dívidas e distribuição de terras, os ricos reclamavam uma lei que permitisse o casamento entre patrícios e plebeus e o acesso às magistraturas. Ao longo de duzentos anos, com muita luta, os plebeus atingiram seus objetivos. O primeiro passo foi a conquista de um órgão político de defesa de seus interesses, o Tribunato da Plebe. Essa conquista ocorreu depois que os plebeus ameaçaram criar, em 494 a.C., uma sociedade plebeia separada da dos patrícios, nas vizinhanças de Roma.

Os tribunos da plebe, a princípio dois e mais tarde dez, eram considerados sacrossantos, isto é, invioláveis. Fazer ameaças ou resistir a eles pela força era considerado um sacrilégio. Os tribunos tinham o direito de *intercessio*, o que significava poder socorrer o cidadão ameaçado por um magistrado e interceder para anular atos ou decisões que julgassem prejudiciais aos plebeus. Podiam também reunir a Assembleia da plebe e fazer votar o plebiscito, que tinha o valor de lei para os plebeus. Por volta de 450 a.C., depois de uma revolta plebeia, uma comissão de dez membros (decênviros) publicou pela primeira vez um código de leis válido para todos. Em 445 a.C., com a Lei de Canuleio, foi autorizada a união matrimonial entre patrícios e plebeus. Mas no ano seguinte, para impedir que os plebeus conseguissem o direito de se tornar cônsules, essa magistratura foi abolida pelos patrícios.

O consulado, entretanto, foi restabelecido em 366 a.C., e o acesso a ele foi permitido aos plebeus pelas Leis de Licínio e Sextio, ambos tribunos da plebe. Foram ainda criadas duas novas magistraturas (funções políticas) – a dos pretores e a dos censores –, reservadas com exclusividade aos patrícios e às quais foi transferida parte dos poderes do antigo consulado. Os plebeus, contudo, continuaram sua luta, exigindo acesso a todas as magistraturas, o que lhes foi concedido em 300 a.C. Por fim, em 286 a.C., por meio da Lei Hortênsia, os plebiscitos tornaram-se leis válidas também para os patrícios. A partir de então, passou a ocorrer o comício das tribos ou assembleia tribal, com a participação de patrícios e plebeus. Em 326 a.C., outra medida importante aboliu a escravidão por dívidas que pesava sobre os plebeus empobrecidos.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br>>. (adaptado)

Saiba mais

Como nosso mundo se tornou cristão?

Legalizando a Igreja, estabelecendo-a, favorecendo-a, fazendo dela sua religião pessoal, Constantino fortificará um organismo completo, acionará uma formidável máquina que pouco a pouco irá enquadrar e cristianizar a massa da população e até mesmo enviar missionários aos povos estrangeiros [...]. Transformado em religião de todos, o cristianismo perdeu na multidão seu fervor elitista e retomou o ritmo que tinha sido do paganismo: o de uma crença tranquila que tinha momentos mais piedosos ao sabor do calendário ritual, e não mais o ritmo de uma piedade que ama e da qual se sente permanentemente o calor no coração. À paixão amorosa sucedeu a ligação conjugal. [...] Em síntese, a cristianização do mundo antigo foi uma revolução que teve em seu impulso inicial um indivíduo, Constantino, cujos objetivos foram exclusivamente religiosos. Nada teve de necessária, de inelutável, de irreversível. O cristianismo começou a se impor a todos porque Constantino o favoreceu e o sustentou, e porque como religião foi eficazmente organizado em uma igreja.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 64, 66, 196.

Cultura grega

Embora os gregos tenham se organizado de maneira politicamente fragmentada, a população tinha um senso de unidade cultural, considerando sua própria cultura como superior aos demais povos, aos quais chamavam de Bárbaros. Os gregos eram conhecidos como *helenos* por causa do nome do território grego, Hélade.

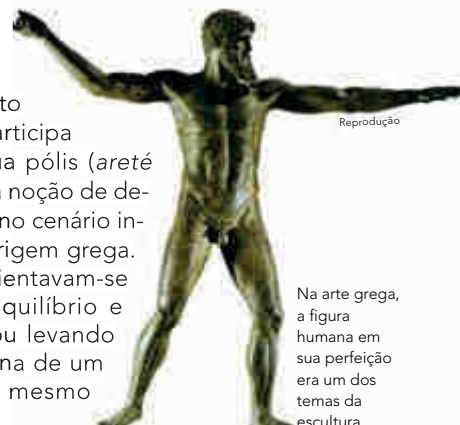
Os romanos, por sua vez, dominaram os gregos, mas de certa forma absorveram boa parte da cultura grega, também com a concepção etnocêntrica de considerar bárbaros os povos não anexados ao seu império.

Gregos e romanos foram os fundadores de uma cultura que lançou bases duradouras sobre o desenvolvimento de vários povos e civilizações, influenciando, ainda hoje, milhões de pessoas (sobretudo no Ocidente), que vivem imersas em um ambiente cultural oriundo da Grécia e de Roma. Por isso, a cultura greco-romana é chamada de **cultura clássica**, ou seja, aquela que forneceu as bases culturais do mundo ocidental.

Os valores centrais que impregnam toda a cultura grega podem ser definidos como: **liberdade, racionalismo e individualismo**.

A educação dos gregos era orientada para a busca da *areté* (virtude, excelência), na qual cada cidadão deveria buscar alcançar, inicialmente, a valorização dos feitos heroicos do corpo e do espírito (*areté* homérica) e depois evoluir para uma educação voltada para a realização do cidadão enquanto homem público, que participa da administração da sua pólis (*areté* pós-homérica). A própria noção de democracia tão defendida no cenário internacional atual é de origem grega.

As artes plásticas orientavam-se por princípios como equilíbrio e perfeição, o que acabou levando a retratar a figura humana de um modo naturalista e ao mesmo tempo idealizado.



Na arte grega, a figura humana em sua perfeição era um dos temas da escultura.

Essa tendência à harmonia aparece na arquitetura grega baseada no uso das linhas retas. Convém lembrar que os **padrões estéticos** estabelecidos pelos gregos têm grande influência no mundo contemporâneo.

A religião era baseada em uma rica mitologia politeísta, e suas principais divindades residiam no Monte Olimpo. O panteão grego (conjunto de deuses) era liderado por Zeus e tanto ele como os demais deuses tinham não apenas a forma, mas também virtudes e defeitos humanos. Muitas festas eram realizadas em homenagem aos deuses, e tais eventos religiosos estão na origem dos Jogos Olímpicos e do teatro grego.

Os Jogos Olímpicos tinham o lema “mais rápido, mais alto, mais forte” e tornaram-se eventos pan-helênicos nos quais os atletas representavam suas pólis, competindo pela glória pessoal e para demonstrar a superioridade militar de sua cidade. Os jogos eram realizados de quatro em quatro anos no templo de Zeus em Olímpia, entre 776 a.C. e 394 d.C., quando foram proibidos pelo Império Romano já cristianizado.

O teatro é uma invenção ateniense. Oriundo do culto ao deus Dioniso, o teatro não era mero entretenimento. Maior festival teatral, as Grandes Dionisíacas eram um evento do Estado, em que as representações eram precedidas por rituais religiosos e cívicos contando com a presença dos cidadãos gregos. As tragédias gregas apresentavam personagens complexas e temas instigantes como a ação dos deuses, o destino e o sofrimento. As comédias ridicularizavam grupos sociais e até líderes e instituições políticas. Além disso, o teatro era considerado uma importante fonte de formação cívica, pois os cidadãos presentes (mulheres não participavam como público nem como atrizes) seriam induzidos pelas encenações à catarse e ao autoquestionamento e, assim, a adquirir mais maturidade para a vida política da cidade.



Ruínas do Teatro de Mileto, Grécia.

O mesmo século V a.C., que viu o surgimento da democracia e do teatro, também testemunhou a ascensão do **pensamento racional** e o nascimento da filosofia grega, fenômeno conhecido como **milagre grego**, ou **iluminismo grego**. Com efeito, o surgimento da Filosofia foi importante na ruptura parcial com os mitos como narrativas para explicar a realidade. Com base na Filosofia, inicia-se uma série de formulações racionais (e não mais sobrenaturais) para descrever os fenômenos. A Filosofia nasce como uma busca pelo princípio que deu origem a todas as coisas, preocupação dos chamados filósofos pré-socráticos. A filosofia de Sócrates teve base humanista, ou seja, voltada para preocupação com o ser humano. Contemporâneos de Sócrates foram os filósofos sofistas que, relativistas, valorizavam a retórica e a argumentação racional como forma de impor a verdade. Platão concebeu a existência de um mundo perfeito, o mundo das ideias. Aristóteles realizou amplas investigações sobre o conhecimento humano desenvolvendo a lógica. Os filósofos seguintes viveram durante a

dominação macedônica e suas filosofias foram, de certa forma, mais práticas e voltadas para a questão de como viver melhor: para os **estoicos**, seria superando as adversidades e a dor com coragem e com resignação; para os **céticos**, seria colocando todas as certezas em dúvida e, assim, suspender quaisquer juízos sobre a realidade; para os **epicuristas**, a chave seria a fuga diante da dor e a busca pelos prazeres.

A ênfase nas explicações racionais se desenvolveu nas explanações do passado com o surgimento da História por meio de Heródoto e Tucídides, nas explicações sobre os processos de adoecimento e cura por meio da Medicina de Hipócrates e na Matemática, com Tales de Mileto, Pitágoras e, por fim, Euclides e Arquimedes.

Saiba mais

Cultura grega: um milagre?

O nascimento da filosofia grega no século V a.C. fascinou historiadores, que passaram a usar a expressão “milagre grego” para designar essa mentalidade racionalista e seu vigor criativo. Para algumas pessoas, isso seria a prova da inerente superioridade intelectual dos gregos e, por extensão, de todo o mundo europeu ocidental.

Tal visão, além de etnocêntrica, ignora as possíveis causas desse desenvolvimento cultural dos helenos. Suas viagens e contatos com os povos orientais (como egípcios e babilônios) e o crescimento de atividades comerciais e urbanas entre os gregos ajudaram a produzir uma nova mentalidade, sendo distinta daquela existente no universo rural, mais arraigada em mitos.

Cultura romana

Após dominar a Grécia, os romanos foram, apesar de alguma resistência inicial, adotando a cultura grega e, à medida que expandiam suas conquistas, difundiram-na também, mas isso não quer dizer que os romanos não tenham deixado importantes contribuições culturais. A maior delas provavelmente é o **Direito Romano**, que foi incorporado por diversos países e transformado em alicerce jurídico até os dias atuais. Noções como responsabilidade civil das autoridades, presunção de inocência dos réus, direito sucessório e capacidade jurídica das pessoas são alguns dos conceitos atuais herdados do Direito Romano.

O sistema jurídico romano foi fruto de um desenvolvimento guiado pela necessidade de substituir as leis costumeiras (direito consuetudinário) por escritas e gerenciar os conflitos sociais internos, bem como pela administração dos povos conquistados. Desse modo, surgiu o direito aplicado aos cidadãos romanos (*jus civile*) e aquele aplicado aos povos dominados (*jus gentium*). O Direito Romano legalizava a escravidão e estabelecia a divisão entre “homem” e “pessoa”. O primeiro termo correspondia à existência física dos indivíduos, e o segundo, à sua personificação dentro da sociedade (tal como magistrado, soldado, empresário etc.). O direito penal romano (ou seja, aquele voltado para a punição de infratores) baseava-se, sobretudo, na aplicação de multas e execuções, sendo a crucificação a modalidade aplicada a escravos e a estrangeiros.

A **arquitetura** combinou monumentalidade, solidez e funcionalidade em diversas construções que tinham como traço original o uso do arco e abóbodas.



Coliseu de Roma, onde aconteceram vários espetáculos e eventos.

O idioma romano, o **latim**, originou diversos outros que são falados até hoje, como português, espanhol, francês, italiano e romeno. O latim, em si mesmo, tornou-se uma língua morta, mas é amplamente usada pelo catolicismo e pela taxonomia científica atualmente.

Saiba mais

Cotidiano em Roma

Os romanos levantavam-se ao nascer do sol, dado as ruas não serem iluminadas, e nas casas apenas havia candeias de azeite. Lavavam a cara e calçavam as sandálias ou socos de madeira, não perdendo tempo para se vestirem, dado dormirem com a roupa do dia a dia (uma ou várias túnicas sobrepostas, dependendo da época do ano). De seguida, tomavam a primeira refeição – pão, queijo e água. Os rapazes das famílias mais abastadas iam para a escola, acompanhados pelo seu escravo de confiança – o pedagogo. Para os mais pobres, o trabalho prolongava-se até mais tarde, e a ceia era mais pobre, valendo-lhes as distribuições gratuitas de trigo por ordem do imperador. Deitavam-se cedo e levantavam-se ao nascer do sol para iniciarem o seu dia de trabalho. Os mais ricos aproveitavam a manhã para receber nas suas casas (*domus*) os seus clientes, a quem ofereciam normalmente uma cesta de comer. Assim, também tratavam dos seus negócios e assuntos particulares: iam visitar as suas propriedades; escreviam cartas; se fossem magistrados, poderiam estar a julgar alguns casos em tribunal; se fossem senadores, estariam no senado a discutir os assuntos públicos. O passeio pelo fórum (praça pública) permitia conhecer as últimas novidades, discutir assuntos públicos e socializar-se com os amigos.

Por volta de meio-dia, os romanos paravam para a segunda refeição. Esta era ligeira – carnes frias, fruta, legumes e vinho. Após a refeição, voltavam aos seus trabalhos, parando habitualmente na metade da tarde para se entregarem aos prazeres dos banhos. Nas casas mais ricas, havia banhos privados, mas os romanos gostavam de ir aos banhos públicos – termas, onde podiam tomar banhos de água quente, morna ou fria. Também ali faziam exercícios físicos no ginásio, desfrutavam de massagens e outros prazeres, como jogos de dados, bolas e damas e entregavam-se à leitura na biblioteca ou à conversa com os amigos. O dia terminava com a refeição principal, a ceia (*cena*). Os mais ricos gostavam de convidar amigos para os seus banquetes. Comiam vários pratos, servidos por escravos em travessas comuns, de onde o convidado retirava a comida com uma colher ou mesmo com as mãos.

Depois do banquete, vinham as distrações, como músicos, bailarinas ou recitais de poesia. A literatura destinava-se, assim, a uma elite. A alta sociedade

frequentava salões de leitura pública para ouvir e ler em voz alta. Também era usual ler-se nas termas e nos banquetes. Aí se recitavam os poemas dos escritores mais notáveis, muitos deles da época de Augusto. Virgílio foi considerado o maior poeta romano. Muito influenciado pela literatura grega, criou, no entanto, uma obra de grande beleza e originalidade. Autor da *Eneida*, considerado o melhor poema da literatura romana e uma grande homenagem à história do seu povo, conseguiu articular de forma harmoniosa os fatos históricos e as tradições lendárias. Entre os grandes poetas, não se pode esquecer de Horácio, que procurou interligar a poesia com a vida.

A religião na Roma Antiga caracterizou-se pelo politeísmo, com elementos que combinaram influências de diversos cultos ao longo de sua história. Desse modo, em sua origem, crenças etruscas, gregas e orientais foram sendo incorporadas aos costumes tradicionais, adaptando-os às necessidades da população. Os deuses dos antigos romanos, à semelhança dos antigos gregos, eram antropomórficos, ou seja, eram representados com a forma humana e possuíam características (qualidades e defeitos) de seres humanos. O Estado romano propagava uma religião oficial que prestava culto aos grandes deuses de origem grega, porém com nomes latinos, como Júpiter, pai dos deuses, Marte, deus da guerra, ou Minerva, deusa da arte. Em honra desses deuses eram realizadas festas, jogos e outras cerimônias. Posteriormente, diante da expansão militar que conduziu ao Império, muitos deuses das regiões conquistadas também foram incorporados aos cultos romanos.

No âmbito privado, os cidadãos, por sua vez, tradicionalmente buscavam proteção nos espíritos domésticos, os chamados **lares**, e nos espíritos dos antepassados, os penates, aos quais rendiam cultos dentro de casa. Posteriormente, diante da difusão do cristianismo, o imperador Constantino promulgou o Edito de Milão (313), que estabeleceu para os cristãos a liberdade de culto, encerrando as violentas perseguições que eram movidas contra eles. Pouco depois, no século IV, o cristianismo tornou-se a religião oficial do Estado, por determinação do imperador Teodósio.

Disponível em: <<http://www.antigaroma.webs.com/aliteratura.htm>>. (adaptado)

Leitura complementar

Olimpíadas modernas

Tratando-se da civilização helênica, história e mito em vários momentos se fundem, ganhando certa unidade. Entretanto, na Era Moderna, as Olimpíadas apresentam contradições quando acentuada sua derivação dos antigos jogos gregos. Elias e Dunning, por exemplo, refutam a ideia disseminada por muitos historiadores, que consideram o esporte como uma continuidade ou um “renascimento” de competições atléticas que teriam existido na Antiguidade.

Os referidos autores afirmam que os jogos competitivos da Grécia Clássica, normalmente identificados como o grande paradigma do esporte, apresentavam certas características próprias e se desenvolveram em condições muito distintas das que derivam os esportes atuais.

Outro ponto de vista nesse mesmo sentido foi feito por Katia Rubio ao relatar que, diferentemente da cultura helênica, na qual o período dos jogos representava um

momento de trégua nas guerras e conflitos, as Olimpíadas modernas já sofreram interrupções por duas grandes guerras e boicotes promovidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética na década de 1980, indicando que o movimento olímpico não é tão apolítico como se proclama.

Ao referir-se aos Jogos Olímpicos, Pleket lembra que as diferenças entre os jogos antigos e os modernos não devem ser jamais esquecidas e que, entre essas diferenças, pode-se destacar que as competições antigas aconteciam sempre no mesmo lugar: o santuário de Olímpia, e os principais símbolos das Olimpíadas modernas não têm nenhum tipo de ligação com os jogos da Antiguidade.

[...]

Os Jogos Olímpicos antigos eram festivais sagrados, nos quais os atletas competiam para servir aos deuses; por outro lado, as Olimpíadas modernas nasceram sem vínculo religioso, idealizadas por Pierre de Coubertin, seguidor da teoria darwinista, e tiveram início na Inglaterra logo após a Revolução Industrial, surgindo como um evento laico e sem nenhuma relação com divindades.

Apesar disso, a maioria das publicações que tratam sobre o assunto repete a mesma história, normalmente preocupando-se em relatar o surgimento dos jogos antigos e seu ressurgimento, em 1896, com Pierre de Coubertin, concebidos como Olimpíadas modernas. Por sinal, ao referir-se aos Jogos Olímpicos antigos, histórias diversas surgem para tentar explicar sua verdadeira origem. Na maioria das vezes, tais narrativas se preocupam apenas em citar que as Olimpíadas modernas aparecem como uma continuação dos antigos jogos gregos.

[...] Não é possível precisar quando e por que os Jogos Olímpicos foram instituídos, apesar de oficialmente serem considerados como os primeiros Jogos Olímpicos da Antiga Grécia os realizados em 776 a.C. Além dos Jogos Olímpicos em homenagem a Zeus, segundo Giordani, existiam outros eventos na Grécia Antiga como: jogos fúnebres, píticos, nemeus, ístmicos, heranos – este último destinado apenas às mulheres. Embora seja ressaltado que os mais consagrados tenham sido mesmo os Olímpicos.

[...]

Guttman acredita que é um equívoco a tendência de se considerar as práticas gregas como antecessoras dos esportes modernos. Para o sociólogo, a conformação dessas práticas está muito mais próxima das atividades dos povos primitivos que das Olimpíadas da Modernidade. Nos jogos gregos, o caráter religioso nunca ficou em dúvida.

[...]

[...] Simonovic afirma que Coubertin usou o termo **Jogos Olímpicos** não porque foi inspirado pela herança espiritual antiga, mas porque o tema apresentava um “caráter solênico”, onde viu uma denotação peculiar para as competições esportivas internacionais e planejava organizá-las e institucionalizá-las, e continua: “Coubertin não tentou renovar os antigos Jogos Olímpicos para desenvolver o esporte, mas sim colaborar com o desenvolvimento da força nacional da França e sua expansão colonial”.

Assim, atento às distinções, no que se refere aos Jogos Olímpicos antigos e seu surgimento, principalmente quando existe a tentativa de relacioná-los com as Olimpíadas modernas, tal continuidade histórica torna-se infundada.

[...]

Segundo Proni, as Olimpíadas modernas, desde que foram concebidas em 1896, cresceram e ganharam símbolos e rituais próprios, tornando-se um evento singular no

calendário esportivo mundial. Entretanto, é importante destacar que esses símbolos nada tinham a ver com os antigos jogos gregos.

[...]

Os referidos símbolos apresentam-se aqui como tradições inventadas acerca dos jogos, como exemplos surgem: os anéis, a bandeira, o lema, a chama e o hino.

Os cinco anéis representam os cinco continentes, embora não haja uma especificação de cada anel para um determinado continente. Eles são entrelaçados para mostrar a universalidade do olimpismo e do encontro de atletas do mundo todo durante as Olimpíadas. A forma como os anéis foram entrelaçados inicialmente é estranha se comparada à forma atualmente conhecida. Eles apareceram pela primeira vez no topo de uma carta escrita por Pierre de Coubertin em 1913.

Também foi Coubertin que projetou a bandeira olímpica e a apresentou em junho de 1914, em Paris, onde os anéis apareciam em um fundo branco. A bandeira reforça a universalidade do movimento olímpico, como se trouxesse consigo todos os países do mundo. Coubertin, “o pai das Olimpíadas modernas”, explica o significado:

“A bandeira olímpica [...] tem um fundo branco, com cinco anéis entrelaçados no centro: azul, amarelo, preto, verde e vermelho [...]. Este *design* é simbólico, ele representa os cinco continentes do mundo, unidos pelo olimpismo, enquanto as seis cores são aquelas que aparecem em todas as bandeiras nacionais do mundo no momento.”

[...] A tocha olímpica também aparece como símbolo das Olimpíadas modernas e foi apresentada pela primeira vez em 1936, nos Jogos de Berlim. Muito embora seja afirmado que sua gênese foi na Grécia Antiga, ela não fazia parte dos jogos antigos.

[...]

Em síntese, [...] é possível afirmar categoricamente que os jogos gregos tinham características bem específicas: eram manifestações populares e religiosas para homenagear os deuses, realizados sempre no mesmo lugar, no santuário de Olímpia, tendo como objetivo principal vencer para agradar às divindades. Em contrapartida, [...] as Olimpíadas modernas contemplam apenas o esporte: práticas competitivas com regras preestabelecidas, sem nenhum vínculo religioso, apresentando como uma de suas principais características o rendimento. Sem contar outra diferença fundamental: o nível de violência, que nos esportes modernos é sensivelmente mais tênue do que nos jogos gregos.

LIMA, Mariza Antunes de; MARTINS, Clóvis; CAPRARO, André Mendes. Olimpíadas modernas: a história de uma tradição inventada. In: *Pensar a prática*. v. 12. n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br>>. (adaptado)



Atividades para sala

- Podemos dizer que antes, as coisas do Mediterrâneo eram dispersas... mas com o resultado das conquistas romanas, é como se a História passasse a ter uma unidade orgânica, pois, as coisas da Itália e da África passaram a ser entreteçadas com as coisas da Ásia e da Grécia, e o resultado disso tudo aponta para um único fim.

História, de Políbio.

- No texto, a conquista romana de todo o Mediterrâneo é
- criticada, por impor aos povos uma única história, a ditada pelos vencedores.
 - desqualificada, por suprimir as independências políticas regionais.



Atividades propostas

7. No caso da Grécia, a evolução intelectual que vai de Hesíodo [século VIII a.C.] a Aristóteles [século IV a.C.] pareceu-nos seguir, no essencial, duas orientações: em primeiro lugar, estabelece-se uma distinção clara entre o mundo da natureza, o mundo humano, o mundo das forças sagradas, sempre mais ou menos mesclados ou aproximados pela imaginação mítica, que às vezes confunde esses diversos domínios [...].

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 17.

Com base no texto anterior e em seus conhecimentos, pode-se afirmar que, no período indicado, os gregos

- separavam completamente a razão do mito, diferenciando a experiência humana de suas crenças irracionais.
 - acreditavam em seus mitos, relacionando-os com acontecimentos reais e usando-os para entender o mundo humano.
 - definiram o caráter irracional do ser humano, garantindo plena liberdade de culto e crença religiosa.
 - privilegiavam o mundo sagrado em relação ao humano e ao natural, recusando-se a misturar um ao outro.
 - defendiam a natureza como um reino intocável, tornando o homem como um risco para o bem-estar do mundo.
8. Na Grécia Antiga, o teatro tratou de questões como destino, castigo e justiça. Muitos gregos sabiam de cor inúmeros versos das peças dos seus grandes autores. Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, Shakespeare produziu peças nas quais temas como o amor, o poder, o bem e o mal foram tratados. Nessas peças, as grandes personagens falavam em verso e as demais em prosa. No Brasil Colonial, os índios aprenderam com os jesuítas a representar peças de caráter religioso.

Esses fatos são exemplos de que, em diferentes tempos e situações, o teatro é uma forma de

- manipulação do povo pelo poder, que controla o teatro.
 - diversão e de expressão dos valores e problemas da sociedade.
 - entretenimento popular, que se esgota na sua função de distrair.
 - manipulação do povo pelos intelectuais que compõem as peças.
 - entretenimento, que foi superada e hoje é substituída pela televisão.
9. Sobre a cultura romana, é correto afirmar que
- uma de suas principais características é o seu caráter mítico e religioso, pois Roma manteve contatos com impérios teocráticos ao longo de seu processo histórico.
 - a aristocracia romana financiou artistas e intelectuais, sem direcionar seus trabalhos para a exaltação da figura dos imperadores e do orgulho romano.
 - os romanos foram responsáveis pela destruição de muitas obras antigas, em especial gregas.
 - uma de suas especificidades é a produção no campo do Direito.
 - na sociedade romana, escravos e artistas plásticos eram igualmente considerados, apesar das diferenças entre suas atividades.

1. As Guerras Púnicas, entre romanos e cartagineses, duraram de 264 a 146 a.C. Entre seus resultados finais, é correto considerar que elas

- contiveram a expansão romana em direção ao Mar Mediterrâneo, pois as ilhas ao sul da Península Itálica passaram ao controle cartaginês.
 - fortaleceram a presença romana na região do Mar Mediterrâneo, com o estabelecimento de províncias nas terras conquistadas.
 - eliminaram os gastos militares do Império Romano, pois impediram o surgimento de revoltas e tensões sociais.
 - permitiram a expansão comercial de Roma por toda a Península Itálica e em direção ao ocidente, com a decorrente conquista da Gália.
 - reduziram consideravelmente o número de escravos no Império Romano, pois a maioria deles foi alistada nas tropas e morreu em combate.
2. Para ganhar o favor popular, o candidato deve conhecer os eleitores por seu nome, elogiá-los e bajulá-los, ser generoso, fazer propaganda e levantar-lhes a esperança de um emprego no governo. [...] Talvez sua renda privada não possa atingir todo o eleitorado, mas seus amigos podem ajudá-lo a agradar a plebe. [...] Faça com que os eleitores falem e pensem que você os conhece bem, que se dirige a eles pelo seu nome, que sem parar e conscienciosamente procura seu voto, que você é generoso e aberto, que, mesmo antes do amanhecer, sua casa está cheia de amigos, que todas as classes são suas aliadas, que você fez promessas para todo mundo e que as cumpriu, realmente, para a maior parte das pessoas.

Notas sobre as eleições, de Marco Túlio Cícero.

As práticas políticas na Antiga Roma remetem às atuais. Essas palavras de Cícero (106-43 a.C.) revelam

- a concessão de favores, por parte dos eleitores, para cativar os candidatos.
 - a necessidade de coagir o eleitorado para conseguir seu apoio.
 - o desinteresse da população diante do poder econômico dos candidatos.
 - a existência de relações clientelistas entre eleitores e candidatos.
 - a pequena importância das relações pessoais para o sucesso nas eleições.
3. A escravatura [na Roma Antiga] foi praticada desde os tempos mais remotos dos reis, mas seu desenvolvimento em grande escala foi consequência das guerras de conquista [...].

Império Romano, de Patrick Le Roux.

Sobre a escravidão na Roma Antiga, é correto afirmar que

- assemelhava-se à escravidão ocorrida no Brasil Colonial, pois era determinada pela procedência e pela raça.
- aumentou significativamente durante a expansão romana pelo Mar Mediterrâneo.
- atingiu o auge com a ocupação romana da Germânia e de territórios na Europa Central.
- diminuiu bastante após a implantação do império e foi abolida pelos imperadores cristãos.
- diferenciava-se da escravidão ocorrida no Brasil Colonial, pois os escravos romanos nunca podiam se tornar livres.

4. A cidade tira de seu império uma parte da honra, da qual todos vós vos gloriáveis, e que deveis legitimamente apoiar; não vos esquivéis às provas, se não renunciáveis também a buscar as honras; e não penseis que se trata apenas, nesta questão, de ser escravos em vez de livres: trata-se da perda de um império, e do risco ligado ao ódio que aí contraísteis.

PÉRICLES. In: CABANES, Pierre. *Introdução à história da Antiguidade*, 2009.

O discurso de Péricles, no século V a.C., convoca os atenienses para lutar na Guerra do Peloponeso e enfatiza a

- rejeição à escravidão em Atenas e a defesa do trabalho livre como base de toda sociedade democrática.
 - defesa da democracia, por Atenas, diante das ameaças aristocráticas de Roma.
 - rejeição à tirania como forma de governo e a celebração da república ateniense.
 - defesa do território ateniense, frente à investida militar das tropas cartaginesas.
 - defesa do poder de Atenas e a sua disposição de manter-se à frente de uma confederação de cidades.
5. Leia o fragmento do documento a seguir, que trata da escravidão na Idade Antiga.

Ao lidarmos com escravos, não deveríamos permitir que fossem insolentes para conosco, nem deixá-los totalmente sem controle. Aqueles cuja posição está mais próxima da dos homens livres deveriam ser tratados com respeito; aqueles que são trabalhadores deveriam receber mais comida. Já que o consumo de vinho também torna homens livres insolentes [...], é claro que o vinho jamais deveria ser dado a escravos, ou só muito raramente.

ARISTOTELES. In: CARDOSO, Ciro Flamaron. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 108.

Sobre a escravidão na Antiguidade, é correto afirmar que

- esteve presente com igual importância econômica em todas as sociedades mediterrâneas.
 - foi restrita às cidades-Estado da Grécia e à Roma republicana e imperial.
 - foi tão importante nas sociedades do Egito e da Mesopotâmia quanto nas da Grécia e de Roma.
 - foi marcante nas sociedades grega e romana só a partir de um determinado estágio do desenvolvimento de ambas, quando surgiu a propriedade privada.
 - era desconhecida nas chamadas sociedades hidráulicas do Egito e da Mesopotâmia e entre os hebreus e fenícios.
6. Importantes transformações políticas, econômicas e sociais ocorreram com a expansão romana pelo Mediterrâneo, entre elas, é possível destacar
- o fortalecimento econômico da elite patriciana, concentração da população nas zonas rurais e crescimento do trabalho livre.
 - a supremacia política dos generais, abolição do trabalho escravo e fixação da plebe no campo.
 - a austeridade moral, monopólio dos cargos públicos pelos plebeus e erradicação da influência da cultura grega.
 - a emigração da população do campo para a cidade, predomínio da atividade comercial e grande aumento do número de escravos.
 - o fortalecimento da família tradicional, concentração da economia nas atividades agropastoris e preservação do monoteísmo.
7. Os impérios do mundo antigo tinham ampla abrangência territorial e estruturas politicamente complexas, o que implicava custos crescentes de administração. No caso do

Império Romano da Antiguidade, são exemplos desses custos os(as)

- expropriações de terras dos patrícios e a geração de empregos para os plebeus.
 - investimentos na melhoria dos serviços de assistência e da previdência social.
 - reduções de impostos, que tinham a finalidade de evitar revoltas provinciais e rebeliões populares.
 - gastos cotidianos das famílias pobres com alimentação, moradia, educação e saúde.
 - despesas militares, a realização de obras públicas e a manutenção de estradas.
8. Os hunos em geral – e Átila em particular – têm uma merecida fama de homens endurecidos pela atividade militar. As fontes históricas revelam a imagem que fazemos do huno: um soldado montado. Todos os nômades andavam a cavalo, o meio de locomoção habitual do tempo. Mas a destreza dos cavaleiros hunos impressiona os observadores contemporâneos. Sua arma mais importante era o arco. Mais forte do que um arco simples, ele tinha um alcance de 150 metros. No galope ele controlava seu cavalo com os joelhos, enquanto disparava uma flecha.

História Viva, n. 116, p. 34, 2013.

Com base no texto anterior e levando em consideração o que se sabe sobre os hunos, é correto afirmar que

- os hunos foram bárbaros que, graças à sua destreza de cavaleiros, derrubaram o Império Bizantino.
- os hunos foram bárbaros cujo poderio naval atormentou o Império Romano.
- hábeis cavaleiros, os hunos foram nômades que assolaram o mundo grego e devastaram Atenas e Esparta.
- capazes de ataques rápidos e notáveis pela destreza de seus cavaleiros, os hunos promoveram uma ofensiva contra a região da Itália, no Império Romano.
- famosos pela força de sua infantaria, os hunos foram os responsáveis diretos pela derrubada do Império Romano.

9. Observe a imagem ao lado.



A figura apresentada é de um mosaico, produzido por volta do ano 300 d.C., encontrado na cidade de Lod, onde atualmente se localiza Israel. Nela, encontram-se elementos que representam uma característica política dos romanos no período, indicada no

- Cruzadismo – conquista da Terra Santa.
- Patriotismo – exaltação da cultura local.
- Helenismo – apropriação da estética grega.
- Imperialismo – selvageria dos povos dominados.
- Expansionismo – diversidade dos territórios conquistados.

Texto para as questões 10 e 11.

Apesar de não ter sido tão complexo quanto os governos modernos, o Império [Romano] também precisava pagar custos muito altos. Além de seus funcionários, da manutenção das estradas e da realização de obras, precisava manter um grande exército distribuído por toda a sua extensão. A cobrança de impostos é que permitia ao governo continuar funcionando e pagando seus gastos.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. *Roma e seu império*. São Paulo: Saraiva, 2004.

10. Os gastos militares intensificaram-se a partir dos séculos III e IV d.C., devido
- ao esforço romano de expandir suas fronteiras para o centro da África.
 - às perseguições contra os cristãos, que, bem-sucedidas, permitiram o pleno retorno ao politeísmo.
 - à necessidade de defesa diante de ataques simultâneos de bárbaros em várias partes da fronteira.
 - aos anseios expansionistas, que levaram os romanos a buscar o controle armado e comercial do Mar Mediterrâneo.
 - à guerra contra Cartago pelo controle de terras no norte da África e na Península Ibérica.
11. Sobre o recolhimento de impostos e os gastos públicos no Império Romano, é correto afirmar que
- os patrícios e os proprietários de terras não pagavam tributos, uma vez que estes eram de responsabilidade exclusiva de arrendatários e escravos.
 - o desenvolvimento da engenharia civil foi essencial para integrar o Império e facilitar o deslocamento dos exércitos.
 - as obras financiadas com recursos públicos foram apenas as de função religiosa, como altares ou templos.
 - a desvalorização da moeda foi uma das formas utilizadas pelos governantes para aliviar o peso dos impostos sobre a população despossuída.
 - os tributos eram cobrados por coletores enviados diretamente de Roma, não havendo qualquer intermediação ou intervenção de autoridades locais.

Texto para a questão 12.

Roma provou ser capaz de ampliar o seu próprio sistema político para incluir as cidades italianas durante sua expansão peninsular. Desde o começo ela havia – diferentemente de Atenas – exigido de seus aliados tropas para seus exércitos, e não dinheiro para seu tesouro; desta maneira, diminuindo a carga de sua dominação na paz e unindo-os solidamente em tempo de guerra. Neste ponto, seguia o exemplo de Esparta, embora seu controle militar central das tropas aliadas fosse sempre muito maior.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (adaptado)

12. O texto caracteriza uma das principais estratégias romanas de domínio sobre outros povos e outras cidades, o(a)
- estabelecimento de protetorados e de aquartelamentos militares.
 - escravização e a exploração dos recursos naturais.
 - libertação de todos os escravos e a democratização política.
 - recrutamento e a composição de alianças bélicas.
 - tributação abusiva e o confisco de propriedades rurais.
13. Analise o comentário a seguir sobre a situação da mulher romana.
- Suas qualidades domésticas, virtude, docilidade, gentileza, bom caráter, dedicação ao tricô, piedade sem superstição, discrição nas roupas e na maquiagem, por que lembrá-las? Por que falar do seu carinho e devoção aos familiares, já que você tratava tão bem meus pais quanto os seus [...].

Elogio fúnebre a Túrria. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Roma: vida pública e vida privada*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1993. p. 47.

Considerando a ideia básica do texto, é correto afirmar que

- a mulher usufruía de prerrogativas idênticas às desfrutadas pelo homem na vida em sociedade.
- a mãe de família dirigia, com toda a independência, a educação dos filhos e os negócios do marido.

- o respeito dedicado à mulher romana garantiu a sua emancipação da tutela masculina, a partir do regime republicano.
- as condições de liberdade, reservadas à mulher, tinham como limite a autoridade do pai de família.
- a independência feminina constituía uma vitória, acatada pela nobreza romana, após a implantação do império.

Texto para as questões 14 e 15.

A partir do século VII a.C., muitas comunidades nas ilhas, na Grécia continental, nas costas da Turquia e na Itália construíram grandes templos destinados a deuses específicos: os deuses de cada cidade.

As construções de templos foram verdadeiramente monumentais. [...] Tornaram-se as novas moradias dos deuses. Não eram mais deuses de uma família aristocrática ou de uma etnia, mas de uma pólis. Eram os deuses da comunidade como um todo. A religião surgiu, assim, como um fator aglutinador das forças cooperativas da pólis. [...]

A construção monumental foi influenciada por modelos egípcios e orientais. Sem as proezas de cálculo matemático, desenvolvidas na Mesopotâmia e no Egito, os grandes monumentos gregos teriam sido impossíveis.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História antiga*, 2013.

14. Segundo o texto, um papel fundamental da religião, na Grécia Antiga, foi o de
- eliminar as diferenças étnicas e sociais e permitir a igualdade social.
 - estabelecer identidade e vínculos comunitários e unificar as crenças.
 - impedir a persistência do paganismo e afirmar os valores cristãos.
 - eliminar a integração política, militar e cultural entre as cidades-Estado.
 - valorizar as crenças aristocráticas e eliminar as formas de culto populares.
15. A relação estabelecida no texto entre a arquitetura grega e a arquitetura egípcia e oriental pode ser justificada pela
- circulação e comunicação entre povos da região mediterrânea e do Oriente Próximo, que facilitaram a expansão das construções em pedra.
 - dominação política e militar que as cidades-Estado gregas, lideradas por Esparta, impuseram ao Oriente Próximo.
 - presença hegemônica de povos de origem árabe na região mediterrânea, que contribuiu para a expansão do islamismo.
 - difusão do helenismo na região do Mediterrâneo, que assegurou a incorporação de elementos culturais dos povos dominados.
 - força unificadora do cristianismo, que assegurou a integração e as recíprocas influências culturais entre a Europa e o norte da África.
16. [...] andava pelas ruas e praças de Atenas, pelo mercado e pela assembleia indagando a cada um: “Você sabe o que é isso que está dizendo?”, “Você sabe o que é isso em que você acredita?”, [...], “Você diz que a coragem é importante, mas o que é a coragem?”, “Você acredita que a justiça é importante, mas o que é a justiça?”, [...], “Você crê que seus amigos são a melhor coisa que você tem, mas o que é a amizade?”.

Suas perguntas deixavam seus interlocutores embaraçados,[...] descobriam surpresos que não sabiam responder e que nunca tinham pensado em suas crenças e valores [...] as pessoas esperavam que ele respondesse, mas, para desconcerto geral, dizia: “Não sei, por isso estou perguntando.” Daí a famosa frase: “Sei que nada sei”.

Marilena Chaui

O texto relaciona-se com

- a criação dos princípios da Lógica, por Aristóteles, de maneira a formar uma ciência analítica: a Metafísica.
- as tragédias de Sófocles, que tinham como tema dominante o conflito entre o indivíduo e a sociedade.
- a obstinação do historiador Tucídides em descobrir as causas políticas que determinaram os acontecimentos históricos.
- as preocupações de Eurípedes com os problemas do ser humano, suas paixões, grandezas e misérias.
- a filosofia de Sócrates, voltada para as questões humanas, preocupada com as virtudes morais e políticas.

17. Sobre o surgimento da arte cênica, todos falam em Grécia, mas o teatro aparece exclusivamente, em Atenas, nas últimas décadas do século VI a.C. Nenhuma das versões sobre o advento do teatro, na verdade, é conclusiva ou informa qual o momento exato em que se deu o fenômeno da arte dramática.

HELIODORA, Barbara. *Caminhos do teatro ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 24.

Sobre a temática abordada no texto, assinale a alternativa correta.

- O marco inicial do teatro é a *Paixão de Osíris*, encenada em Abydos, no Egito, no ano de 2600 a.C.
 - A arte teatral surge ainda na Pré-História, em forma de dança ou canto, com o objetivo de evocar a chuva, a caça ou outras atividades básicas.
 - O auge da produção teatral grega se deu no século V a.C., em Atenas.
 - Os grandes nomes da dramaturgia grega foram Sófocles, Ésquilo, Eurípedes e Plauto.
 - O teatro, desde seu surgimento em Atenas, sempre foi uma arte elitista, sem muito apelo popular.
18. A civilização grega atingiu um extraordinário desenvolvimento. Os ideais gregos de liberdade e a crença na capacidade criadora do ser humano têm permanente significado.
- Acerca do imenso e diversificado legado cultural grego, é correto afirmar que
- a importância dos Jogos Olímpicos limitava-se aos esportes.
 - a democracia espartana era representativa.
 - a escultura helênica, embora desligada da religião, valorizava o corpo humano.
 - os atenienses valorizavam o ócio e desprezavam os negócios.
 - poemas, com narrações sobre aventuras épicas, são importantes para a compreensão do Período Homérico.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

C 3
H 11,14

Módulo

5

Germânicos, bizantinos e árabes; O mundo feudal; A Igreja medieval

Breve apresentação da Idade Média

Após a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., convencionou-se dizer que a história europeia entrou na chamada Idade Média (476-1453 d.C.). O termo foi cunhado pelos humanistas do Renascimento no século XVI para designar uma época de declínio cultural e de atraso da civilização. Tal concepção negativa foi sendo perpetuada e ampliada nos séculos seguintes, quando o período foi popularizado por intelectuais como a “Idade das Trevas”, e o termo “medieval” ganhou um significado fortemente pejorativo. No século XIX, o Romantismo procurou desfazer essa concepção, idealizando a Idade Média como fonte das culturas nacionais e populares. Daí pode-se inferir que, assim como em vários temas da História, esse período é um campo de conflitos ideológicos no que se refere à sua valorização ou crítica.

Os historiadores classificam o período em duas fases: a **Alta Idade Média** (séculos V-X), na qual a economia passou pelo processo de ruralização, a vida urbana diminuiu e o poder político fragmentou-se nas mãos da nobreza; e a **Baixa Idade Média** (séculos XI-XV), quando a economia agrícola sofreu uma expansão que levou à retomada do comércio e da vida urbana, com a formação de monarquias cada vez mais centralizadas politicamente.

Esse módulo aborda as características centrais dos tempos iniciais da Alta Idade Média, focalizando a situação da Europa Ocidental e do Oriente Próximo.

Povos bárbaros: germânicos

Desde o período republicano, os romanos mantinham alguma espécie de contato com os povos germânicos, chamando-os pejorativamente de “bárbaros”. No início da Era Cristã, os germânicos começaram a invadir os territórios romanos, inicialmente por meio de migrações pacíficas e consentidas pelo império, mas a partir do século IV d.C., pressionados por tribos asiáticas como os hunos, passaram a adentrar de maneira violenta, caracterizando como fator decisivo para o fim do Império Romano do Ocidente em 476 d.C.

Os germânicos desenvolviam atividades agropastoris, além de empreenderem guerras de pilhagem e saques para complementar a sua economia. Povos como visigodos, ostrogodos, vândalos, lombardos, francos e burgúndios estavam divididos em tribos e submetidos a autoridades de chefes guerreiros. A guerra era fundamental na cultura dos germânicos, pois eles desconheciam a noção de cidadania e sua organização política era baseada em laços pessoais de fidelidade entre os guerreiros e seu chefe (origem da relação *comitatus*). Não possuíam escrita e suas leis eram baseadas no costume, enquanto os julgamentos eram fundamentados em provas físicas conhecidas como **ordálios**. Cultuavam vários deuses, com destaque para Odin (pai dos deuses) e Thor (deus do trovão).

Com a queda do Império Romano do Ocidente, os germânicos passaram a ocupar os territórios correspondentes ao lado ocidental do império, formando numerosos reinos bárbaros, marcados pela instabilidade da política interna.

Esses reinos tiveram vida efêmera, com exceção de um: o dos **francos**. Tal povo cristianizou-se e não somente construiu um reino politicamente sólido como conseguiu transformá-lo em um império, chamado de Carolíngio. Seu mais importante monarca foi Carlos Magno, que assumiu o poder em 768 d.C., ampliando os territórios do império e aprimorando sua organização. Criou leis escritas (capitulares), atraiu sábios para sua corte e estimulou as artes e o ensino da cultura clássica (o chamado Renascimento Carolíngio). Dividiu seu império em 250 províncias, confiando sua administração a clérigos e nobres, os quais, seguindo o costume germânico do *comitatus*, juravam fidelidade direta ao imperador.

A Igreja Católica viu em Carlos Magno a perspectiva de continuidade do Império Romano, e, no Natal do ano 800 d.C., coroou-o imperador do agora Sacro Império Romano. Contudo, após a morte de Carlos Magno em 814, a precária unidade política de seu império foi ruindo. Seus netos passaram a disputar o poder, fator que levou à fragmentação de seus territórios em três partes por meio do Tratado de Verdun no ano de 843 d.C. Os nobres aproveitaram a situação para declarar sua autonomia nas terras em que viviam e que administravam, e, somando-se a essa conjuntura, novas e violentas invasões assolaram diversas partes da Europa Ocidental entre os séculos IX e X: magiares, normandos (*vikings*), eslavos e piratas sarracenos (nome genérico dado aos muçulmanos) espalharam o medo e reduziram ainda mais a vida urbana, forçando uma nova e intensa ruralização da sociedade. Os nobres emergiram como os únicos capazes de dar algum tipo de segurança ao povo, que passou a viver nas cercanias dos castelos, aumentando a influência dentro de suas possessões. O poder político na Europa Ocidental fragmentava-se de vez.

Bizantinos

Enquanto o lado ocidental do Império Romano ruiu devido à crise econômica e às invasões bárbaras, o lado oriental sobreviveu e passou a ser chamado de Império Bizantino, uma alusão à sua mais importante cidade, Bizâncio, que acabou rebatizada como Constantinopla. Com uma economia fortemente urbana e dinâmica, uma eficaz centralização política e com um sistema de doação de terras nas fronteiras para seus soldados, o Império Romano do Oriente sentiu menos os efeitos da crise imperial e sobreviveu por mais mil anos.

O Império Bizantino possuía em suas fronteiras mais de 20 povos, e a fusão entre eles originou uma civilização que soube sintetizar a cultura ocidental com a oriental, pois tinha como base o Direito Romano (sobretudo o célebre *Corpus Juris Civilis*, organizado a mando de Justiniano). Sua religião era cristã, e seu idioma e cultura eram gregos. A influência da cultura grega impregnava o cotidiano bizantino, tanto no idioma como no gosto pelas discussões filosóficas. Isso gerava profundos debates especulativos, a maioria dos quais não levava a conclusões empíricas definitivas – daí o surgimento de uma expressão atualmente usada para designar discussões inúteis e inconclusivas: “discussão bizantina”. Tal particularidade cultural influenciou na formação de uma religião cristã cada vez mais diferente da católica que se consolidava no lado ocidental. Ocorreram discordâncias sobre dias santos, cerimônias e até graves questões teológicas envolvendo a natureza de Cristo (questão monofisista) e o ataque às imagens (questão iconoclasta). As relações entre as Igrejas Católica e Bizantina foram se deteriorando até que, em meio a anátemas e excomunhões mútuas, ambas se separaram no ano de 1054 d.C., marco do surgimento oficial da Igreja Ortodoxa, principal responsável pela influência religiosa dos povos eslavos da Europa Oriental.

O apogeu da civilização bizantina ocorreu com o imperador Justiniano (527-565 d.C.), responsável por empreender várias conquistas territoriais baseadas no Direito Romano, com o objetivo de centralizar ainda mais o poder político, criando um Estado autocrático que controlava até a Igreja, o que deu origem à expressão **cesaropapismo** (o imperador é chefe do Estado e da Igreja). Após sua morte, os bizantinos foram perdendo territórios para povos lombardos, visigodos e árabes. Em seus momentos finais, o território do império ficou restrito à populosa cidade de Constantinopla, que foi finalmente tomada pelos turcos-otomanos em 1453, pondo fim ao Império Bizantino.



Atlas de História mundial, 2001.



DUBY, Georges. Atlas histórico mundial: a história do mundo em 317 páginas. Madrid: Debate. 1987. p. 38-39.

Árabes

A Península Arábica foi palco do surgimento de uma importante religião monoteísta que se tornaria, nos séculos seguintes, uma poderosa força política em diversas partes do mundo: o **islamismo**. Contudo, os árabes inicialmente cultuavam forças naturais, centenas de divindades e espíritos (*djins*), embora alguns historiadores também considerem ter existido uma crença vaga em um deus supremo (Alá). Do ponto de vista político, dividiam-se em árabes do litoral e do deserto (beduínos), e em ambos os grupos prevalecia a divisão política fragmentada em tribos.

Antes do islamismo, o culto politeísta estava centralizado na cidade de Meca, onde havia uma intensa vida comercial ao redor do templo da Caaba, local que abriga a famosa pedra negra (possivelmente um meteorito). Foi nesse cenário que surgiu um homem que iria mudar a história dos povos árabes e de certa forma do mundo: Maomé (Mohamed). Nascido em 570, órfão desde tenra idade, Maomé foi criado por um tio e exerceu a profissão de comerciante de caravanas de animais. Percorrendo regiões orientais como a Síria, teria entrado em contato com as religiões cristã e judaica. A partir do ano 610, passou a pregar a existência de apenas um deus (Alá); essa mensagem teria sido fruto de uma experiência mística em que o arcanjo Gabriel lhe aparecia, em nome de Alá. Maomé foi hostilizado e teve que fugir de Meca para Yathreb (Medina), em um evento conhecido por **Hégira**, ocorrido em 622, tido como o marco inicial do calendário islâmico. Maomé fortaleceu-se política e militarmente nessa cidade e, em 630, conseguiu conquistar Meca, estabelecendo que a partir dessa data os árabes teriam que se submeter à vontade de um único deus.

Crer em Alá como único deus e ter Maomé como seu profeta eram os pilares da nova religião, que pregava a necessidade de jejum no mês sagrado do Ramadã, doação de esmolas, cinco orações diárias e a peregrinação pelo menos uma vez na vida à cidade de Meca, que continua sendo um importante centro religioso e comercial nos dias atuais. Quanto aos árabes, a religião islâmica deu-lhes uma unidade política que acabou substituindo a fraternidade tribal. E, assim, todos aqueles que seguiam a fé do islã e se submetiam à vontade de Alá passaram a ser chamados de muçulmanos (termo oriundo do árabe *muslim*).

O islamismo nascente possuía um caráter sincrético e continuador da tradição judaica, enaltecendo figuras bíblicas como Adão, Moisés e até Jesus, embora os considere de importância inferior a Maomé. Suas prescrições foram extraídas do livro sagrado, o *Corão* (ou *Alcorão*), concluído por volta de 653, e deram a base para a formulação da Lei Islâmica (*sharia*), que atingia toda a vida social dos fiéis, proibindo o consumo de carne de porco e bebidas alcoólicas, mas autorizando a poligamia.

O papel da mulher é ambíguo na nova religião, a qual estipula o dever do homem em protegê-la, ao mesmo tempo em que a submete a uma espécie de “menoridade” diante da vida social, que é predominantemente masculina.

Maomé morreu em 632, e menos de cem anos depois os árabes já formavam um império de considerável expansão territorial que abrangia partes da Índia, da Pérsia, do norte da África e chegava até a Península Ibérica na Europa. O motor da expansão árabe foi, primeiramente, a necessidade de terras férteis, uma vez que esse povo habitava um deserto e a poligamia era um fator determinante para o aumento populacional. Outro aspecto central foi o religioso, pois o islã

passou a difundir o conceito de **guerra santa** (*jihad*) – os fiéis muçulmanos (outro nome atribuído aos seguidores de Alá) eram conclamados para uma guerra espiritual e física contra os “infiéis” (todos que não seguiam Alá), tendo como recompensa o paraíso celestial. Convém ressaltar que a ideia inicial da *jihad* era o esforço espiritual para manter-se no caminho de Alá e posteriormente foi convertida no esforço contra os inimigos da fé islâmica. De qualquer forma, a *jihad* foi peça fundamental na expansão territorial árabe.



Caaba: santuário mais importante do mundo islâmico.

A questão da sucessão política de Maomé sobre o mundo islâmico foi um fator de tensões e disputas que acabaram gerando divisões dentro da religião islâmica e que duram até os dias de hoje, sobretudo nos casos dos **sunitas** e **xiitas**. Os primeiros defendiam que o chefe do islã deveria ser um homem virtuoso e crente, e que, além do *Alcorão*, uma série de tradições escritas por pessoas próximas a Maomé (Sunas) deveriam ser consideradas sagradas. Os xiitas eram mais radicais, uma vez que defendiam que os chefes do mundo islâmico deveriam ter algum tipo de parentesco com o profeta Maomé e que, orientados por Alá, seriam infalíveis. Esse grupo só aceitava o *Corão* como livro sagrado, e, liderados por Ali (genro e primo de Maomé), governaram o mundo árabe entre 632 e 661. Violentas disputas levaram ao poder a Dinastia Omíada (661-750) e a família dos Abássidas (750-1258).

A economia dentro do Império Árabe era bastante diversificada, com destacada vida urbana e comercial em centros populosos como Cairo, Córdoba, Bagdá e Damasco, cidades onde também era praticada a escravidão. A agricultura era marcada pelo bom nível técnico no cultivo de produtos como arroz, cana-de-açúcar, algodão e frutas cítricas. A cultura árabe pode ser classificada como esplendorosa, pois sintetizou estudos dos próprios árabes com conhecimentos bizantinos, persas, indianos, chineses e gregos. Destacam-se as contribuições na Astronomia, Alquimia (busca da pedra filosofal) e Química (destilação, obtenção do álcool, nitrato de prata e ácido sulfúrico). Na Medicina, desenvolveram o estudo de enfermidades, tratamento de fraturas com gesso, práticas de cirurgia e anestesia, higiene bucal e até terapias alternativas baseadas em música. Na Filosofia, os árabes foram grandes estudiosos do grego Aristóteles, também se destacando na Arquitetura (palácios e mesquitas) e na Matemática, na qual introduziram os algarismos hindus, criaram a álgebra e desenvolveram a trigonometria.

Leitura complementar

Texto 1

Heranças culturais germânicas

Na língua portuguesa, a origem dos nomes dos dias da semana vem da Idade Média. O domingo, derivado do latim *dies Dominica*, dia do Senhor, é considerado o primeiro da semana para os cristãos, pois foi o dia em que Cristo ressuscitou. Era no dia da missa que havia maior

aglomeração de pessoas e, por isso, os agricultores se reuniam em torno da igreja para vender seus produtos – o primeiro dia de feira. O dia seguinte, conseqüentemente, era o segundo, a segunda-feira. E daí por diante, até chegar o sábado, cuja origem é o termo hebraico *shabat*, considera-se o último dia da semana para os judeus.

Essa relação da feira com a missa deu origem também a outras palavras. “O termo latino *filius ecclesiae* significa filho da igreja, da assembleia. Ele originou as palavras ‘freguesia’, como ainda denominamos algumas paróquias, e ‘freguês’, do comércio”, explica o professor José Augusto Carvalho, linguista, professor do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Em alguns outros idiomas ocidentais, o padrão adotado é diferente e segue os nomes dos planetas. Os primeiros descobertos pelos astrônomos são, na ordem, Saturno, Júpiter, Marte, Vênus e Mercúrio. Colocando a Lua por último e o Sol no centro do sistema, a ordem astrológica fica: Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio e Lua. O próximo passo é analisar como ficou então a sequência dos dias. “Quatro é considerado um número cabalístico, pois são quatro elementos da natureza, quatro estações do ano e muitas outras coisas são organizadas dessa forma”, explica o professor José Augusto Carvalho.

Usando, portanto, o número quatro, e contando a partir de Saturno, o primeiro planeta conhecido, chega-se ao Sol, em inglês *Sun* – *Sunday*, o primeiro dia da semana. Para o segundo dia, começa-se a conta em Sol e chega-se ao quarto que é Lua – *Moon* – *Monday*. E assim até *Saturday*, sábado, de saturno. Porém, em inglês, *Tuesday*, *Wednesday*, *Thursday* e *Friday* diferem dessa lógica, e seus significados oriundos da mitologia nórdica.

A terça-feira, *Tuesday*, é um termo oriundo de Tyu – deus da guerra, irmão de Thor. Este, por sua vez, origina *Thursday*, a quinta-feira. O pai de ambos, Odin, inspira *Wednesday*, a quarta. E, finalmente, a sexta é consagrada à deusa Freya, de onde veio *Friday*.

Em espanhol, francês e italiano, os dias também são contados pela ordem astrológica, mas sábado e domingo seguem a mesma lógica do português.

Disponível em: <<http://www.revistaescola.abril.com.br>>.

Texto 2

Sharia: a lei islâmica

[...] Esse conjunto de leis se desenvolveu centenas de anos após a morte de Maomé. Por ele ter sido considerado o mais devoto dos seguidores, seu modo de vida se tornou modelo para todos os muçulmanos e foi coletado por estudiosos – coletânea que ficou conhecida por *hadith*.

Como cada região tenta conciliar os costumes locais com o islamismo, a literatura *hadith* se desenvolveu em diferentes escolas. Xiitas e sunitas seguem escolas diversas e, portanto, diferentes versões da *sharia*.

Os aspectos mais significativos regulados pela *sharia* são o casamento e o divórcio. A aplicação da lei criminal é a mais controversa. Apesar de a maioria dos países muçulmanos descartar as punições tradicionalmente prescritas, ainda há casos de tribunais que aplicam os rigorosos castigos.

Há diferentes categorias de ofensas na *sharia*. Aquelas que têm punição prescrita no *Alcorão*, designadas *hadd*, são: sexo fora do casamento e adultério; falsas acusações de ato sexual infiel; consumo de vinho (às vezes de todo tipo de bebida alcoólica); roubo e assalto em estradas. As penas para essas ações incluem chicotadas, apedrejamento, amputação, exílio ou execução.

Sharia nas constituições

A lei islâmica influencia a maioria dos códigos legais dos países muçulmanos. De maneira geral, essa legislação tem sido incorporada aos sistemas políticos de três formas. Há os sistemas integrais, em que as nações colocam a religião em sua constituição – e a *sharia* passa a ser sua fonte. São exemplos: a Arábia Saudita, o Kuwait e o Iêmen. Há o sistema dual, usado pela maioria dos países muçulmanos, em que o governo é secular, mas aos muçulmanos é dada a opção de serem julgados por cortes islâmicas regidas pela *sharia*. É o caso, segundo o relatório do Conselho de Relações Exteriores (CFR), de países como a Nigéria e o Quênia. A Inglaterra autorizou em 2008 o uso de tribunais muçulmanos para casos de casamentos, divórcios e heranças. O outro tipo de sistema é o secular, em que o governo se declara laico na Constituição.

Disponível em: <<http://www.g1.globo.com>>. (adaptado)

O feudalismo na Europa Ocidental

Após o declínio do Império Romano do Ocidente no século V d.C., era nítido o recuo da vida urbana e uma tendência à ruralização e às práticas econômicas voltadas para a subsistência. Tal tendência se acentuou nos séculos seguintes, sobretudo após o colapso do Império Carolíngio e após as novas invasões dos povos magiares, normandos e eslavos. Nesse contexto, conhecido como Alta Idade Média (séculos V-X), ocorreu a formação de um sistema político e econômico que seria batizado séculos depois de **feudalismo**. A vida urbana e comercial teve uma queda brusca (existiam atividades comerciais locais, sobretudo com produtos como sal, ferro) e as atividades agropastoris voltadas para a subsistência foram ganhando importância, bem como a posse da terra como fator de riqueza. Ao mesmo tempo, a autoridade política foi se transferindo para os nobres, os chamados senhores feudais.

Saiba mais

A formação do feudalismo

O modo de produção feudal teria iniciado seu processo de formação em meio à crise do Império Romano, a partir da junção de elementos socioeconômicos dos invasores germânicos e dos próprios romanos. Essa fusão ocorreu lentamente e, após séculos, originaria o que se conhece como feudalismo.

Durante a crise do império, os romanos abastados passaram a receber plebeus, escravos e até pequenos proprietários em suas possessões, chamadas de *villas*, submetendo essas pessoas à sua autoridade e a uma forma de trabalho conhecida como colonato, que daria origem à servidão feudal.

Por outro lado, os invasores germânicos contribuiriam mais tarde para a estruturação do feudalismo com a adoção de práticas típicas desse povo, entre elas o chamado *comitatus*, contrato de fidelidade entre guerreiros, e a doação de terras como recompensa para eles, conhecida como *beneficium*. Tais práticas estariam na base dos laços de vassalagem característicos da nobreza feudal.

Portanto, a nova economia feudal estava em gestação desde o século III d.C., e o fim do Império Romano foi decisivo para que as instituições romanas e germânicas entrassem em fusão. Contudo, tal processo se completaria apenas após o colapso do Império Carolíngio, quando a combinação de fragmentação territorial e de invasões dos normandos (*vikings*), árabes e magiares reforçou a ruralização da sociedade e o conseqüente poder dos nobres em suas terras.

Características da sociedade

A vida social era organizada pelo critério de nascimento, e as chances de mobilidade social eram praticamente inexistentes. Os três grupos centrais eram divididos entre nobres e clérigos, que a rigor formavam as camadas socialmente dominantes, e os camponeses, artesãos e uns poucos escravos, que formavam a base da pirâmide social.

A nobreza era a classe social que detinha a posse das terras e toda a autoridade sobre as leis, moedas e impostos dentro de suas terras, chamadas de senhorios, as quais normalmente eram divididas em três áreas: a reserva senhorial (usufruto exclusivo do senhor feudal), o manso servil (terras arrendadas aos camponeses) e a terras comunais (uso coletivo). Os nobres não trabalhavam, pois sua função social era a defesa da sociedade e a participação nas guerras. Moravam em castelos fortificados e aos poucos foram desenvolvendo um grupo montado em cavalos voltado para a guerra: os cavaleiros. O título de cavaleiro passou a ser controlado pela nobreza e requeria treinamento especializado e uma boa situação econômica, necessária para sustentar os animais e prover os armamentos. Os nobres desenvolveram um código de ética guerreira que confundia virilidade e honra com violência e guerra, sendo comuns conflitos por questões de honra, riquezas e terras no seio da nobreza e até ações violentas de saques a pessoas indefesas. Daí a atuação da Igreja Católica em tentar controlar o ímpeto dos cavaleiros por meio da imposição de um novo código de ética baseado nos valores cristãos. Os guerreiros deveriam canalizar suas forças para combater os inimigos externos (os “infiéis”, sobretudo os muçulmanos) e ajudar quem precisasse no âmbito interno. Os cavaleiros foram orientados para sempre respeitar os princípios cristãos e temer a autoridade da Igreja, que, para restringir ainda mais a violência dos guerreiros, introduziu as chamadas Trégua de Deus e Paz de Deus, que eram proibições de conflitos em certos períodos do ano e em certos locais.

Ainda relacionado à Igreja Católica, seus membros, os clérigos, também possuíam uma posição social destacada, pois administravam terras e controlavam os aspectos religiosos e simbólicos da sociedade ligados à moral e à salvação das almas, além de desenvolver serviços de ajuda social aos pobres.

A classe mais numerosa (aproximadamente 80% da população) era composta por camponeses, pequenos artesãos e comerciantes. Os camponeses compunham a massa trabalhadora que sustentava os clérigos e a nobreza. A maioria dos camponeses era presa à terra e, portanto, não eram livres, sendo submetidos a condições de vida e trabalho deploráveis e a vários tributos. Contudo, uma pequena parcela de camponeses conseguiu ter suas próprias pequenas propriedades, chamadas de terras alodiais, que, em períodos de insegurança e guerras, eram entregues aos nobres em troca de proteção. Tais camponeses perdiam suas terras e tornavam-se vilões e, mesmo pagando impostos aos nobres, eram homens livres, e não servos, como a maioria dos camponeses.

É oportuno lembrar que a Igreja Católica legitimava tal configuração social como fruto da vontade divina, bem como a divisão de funções entre os três grupos sociais: o clero, responsável pela salvação das almas de toda a sociedade; a nobreza, encarregada da proteção e defesa; e os camponeses, incumbidos da tarefa de trabalhar e sustentar toda a sociedade.



O feudo e suas áreas centrais.

As relações sociais

Verticais

As relações sociais verticais eram hierarquizadas e baseadas na sujeição do campesinato aos nobres e clérigos, que extraíam seu sustento por meio da exploração econômica do trabalho servil. Como foi visto, desde o final do Império Romano, os camponeses procuraram trabalho e sustento nas terras pertencentes aos nobres, que os acolheram, mas os obrigaram a se tornarem servos presos à terra. No entanto, os camponeses receberiam terras arrendadas para que pudessem trabalhar e prover sua subsistência, porém ainda pagando aos nobres e clérigos numerosas taxas e impostos, conhecidos como obrigações servis. Os servos trabalhavam gratuitamente para os senhores e ainda lhes entregavam parte de sua própria produção como pagamento de impostos. Trabalhando exaustivamente desde tenra idade (iniciavam, aproximadamente, aos cinco anos) e fazendo uso de tecnologia precária, os camponeses também pagavam impostos e dízimos para a Igreja. Ainda de acordo com alguns historiadores, eles só ficavam com apenas um terço de tudo aquilo que produziam configurando, assim, a miséria, a fome e as doenças como parte do cotidiano dessa classe.

Saiba mais

Os impostos feudais

- **Corveia** – Trabalho gratuito (cerca de três vezes por semana) nas terras do senhor feudal.
- **Talha** – Imposto sobre a produção servil; geralmente, correspondia à metade da colheita.
- **Banalidades** – Impostos sobre o uso de equipamentos senhoriais, como forno, lagar, moinho etc.
- **Capitação** – Imposto cobrado por indivíduo residente no feudo.
- **Mão-morta** – Imposto pago pelos filhos de um servo falecido a fim de poderem herdar as obrigações do pai.
- **Albergagem** – Dever de fornecer alimentação e abrigo para os nobres.
- **Formariage** – Imposto pago aos nobres por ocasião de seus casamentos ou dos servos em seu feudo.
- **Dízimo ou tostão de São Pedro** – Percentual de 10% da produção servil pagas para a Igreja.

Horizontais

Havia relações pautadas em juramentos de honra e fidelidade entre a nobreza guerreira feudal, por meio de um ritual solene conhecido como pacto de suserania e vassalagem. O pacto era selado em cerimônias formais com apoio religioso, chamadas de homenagem e investidura. Nelas, um nobre doava terras a outro nobre, sendo o doador chamado de suserano e o recebedor de vassalo. Ambos juravam fidelidade e obrigações mútuas, envolvendo auxílio financeiro e militar, justificando o fato de o poder político na Alta Idade Média ser baseado nas relações pessoais “homem a homem”. O benefício doado era chamado de feudo e geralmente era um lote de terras, mas poderia ser também uma ponte ou um pedágio. Na medida em que os nobres recebiam tais bens, assumiam obrigações militares e laços pessoais com o doador, caracterizando a chamada “enfeudação”, processo complexo que fundamentava os laços políticos entre a nobreza feudal em que praticamente todos eram vassallos e suseranos ao mesmo tempo, existindo até vassallos que não tinham feudos.

As monarquias feudais e a fragmentação política

Durante o feudalismo, a Europa era um mosaico de reinos, feudos, condados e Estados Pontifícios, e, embora teoricamente os reis fossem os maiores suseranos, seus poderes eram limitados pela nobreza, uma vez que, na prática, condes e nobres exerciam seu domínio de modo autônomo em seus senhorios. Os laços de vassalagem foram dando aos nobres uma elevada independência, e os senhores feudais exerciam o **direito de ban**, costume germânico em que chefes guerreiros possuíam autoridade para impor leis e justiça em suas terras.

A autoridade real era precária, pois os reis eram suseranos, porém não soberanos, não podendo impor suas decisões e vontades sobre seus vassallos, uma vez que existia entre eles um pacto de honra e de fidelidade, o qual exigia a busca do consentimento de seus vassallos e o respeito por seus conselhos. Portanto, muitas vezes a autoridade real só era efetiva em suas próprias terras, e não nos demais feudos de seu reino – eram as chamadas monarquias feudais, constituídas entre os séculos X e XI.

Contudo, isso não quer dizer que os diversos monarcas desistiram de tentar fortalecer seu próprio poder. Entre os séculos XII e XIII, muitos reis foram reforçando mecanismos jurídicos, tributários e militares a fim de aumentar sua força diante dos senhores feudais, como aconteceu com as monarquias da França e Inglaterra.

Na Península Ibérica, os cristãos organizaram a Guerra da Reconquista, visando expulsar os muçulmanos (mouras) da região, e, depois de séculos de lutas, gradativamente foram se formando os reinos cristãos de Castela, Navarra, Aragão (que originariam a Espanha) e Portugal.

Na Europa Central, em 962, Oto I assumiu a monarquia de várias regiões germânicas e italianas, fundando o Sacro Império Romano-Germânico. O imperador tinha enormes dificuldades em obter o poder político efetivo, pois nobres e príncipes feudais mantinham sua autonomia e o papa recusava a submissão à sua autoridade; além disso, várias cidades da Itália aproveitaram essa ausência de poder para formar repúblicas urbanas independentes, como Gênova, Veneza, Florença e Milão, cujo governo caiu nas mãos de famílias locais poderosas.

Então, nesse contexto, a Europa Ocidental se reestruturou após o colapso do Império Romano, fundindo estruturas políticas e econômicas romanas com as dos povos

germânicos, bem como três conjuntos de tradições culturais: a céltico-germânica, a judaico-cristã e a greco-romana. Não foi um processo fácil, mas nascia assim a identidade futura da chamada civilização europeia ocidental.

Saiba mais

O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece uma, é portanto tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *História da Idade Média, o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 89.

Leitura complementar

Como era a vida na Idade Média

Por mil anos, a Europa, dividida em feudos, foi controlada pela Igreja e por nobres. A Idade Média moldou o continente que dominaria o planeta, mas a vida era dura

Sábado de um típico camponês na França do século X começa às 5 da manhã. Ele, a esposa e os quatro filhos acordam em sua casa de um único cômodo, comem mingau de pão e dão início à labuta. O pai e os mais velhos, de 12 e 14 anos, vão para o campo – a colheita de trigo e cevada está atrasada. A família passou os dois dias anteriores cumprindo o trabalho obrigatório nas terras do senhor feudal. Há muito o que fazer. A mãe e os mais novos, de 6 e 8 anos, vão lidar com a horta e as galinhas. Todos fazem uma rápida pausa para comer (sempre que possível, peixe). O batente só termina quando já está escuro. Eles dormem juntos, sobre um amontoado de palha, iluminados por velas de sebo e aquecidos por uma pequena fogueira no centro do cômodo. O dia seguinte é o único da semana em que a rotina árdua muda um pouco: seguem o comando dos sinos e vão à missa. Rezam por suas almas e são mais orientados a temer ao diabo que a adorar a Deus.

Assim viveram, durante dez séculos, 90% dos habitantes do Velho Continente. Do ponto de vista deles, a Idade Média foi uma época de contrastes sociais profundos, violência, doenças (a metade dos bebês não chegava aos 2 anos) e tímido avanço tecnológico. Nessa era de precas, pão e fuligem, as pessoas mais simples morriam cedo, comiam quando dava e se submetiam às determinações dos senhores e dos padres. Já a nobreza construía castelos, cobrava impostos pesados e devorava até 9 mil calorias diárias. Um singelo botão de ouro no vestido de uma dama equivalia a 140 dias de trabalho de um camponês. [...]

“Os camponeses oferecem tudo o que têm: a força de trabalho. Em troca, conseguem viver com o mínimo de paz”, diz Paul E. Szarmach, diretor da Medieval Academy of America. Entre os legados romanos incorporados pela Idade Média, o cristianismo é o mais marcante.

Limitadas a manter a casa e procriar, as mulheres são orientadas a aceitar os desejos do marido sempre que ele queira. Mas só quando permitido: períodos de abstinência e menstruação restringem o sexo a 93 dias por ano. O coito só deve ser realizado em uma única

posição, de preferência com o casal vestido ou com um lençol furado separando-os. A esposa do senhor feudal não tem maiores liberdades. Passa boa parte do dia em quartos fechados, a fiar, acompanhada somente por criadas. As saídas para os jardins são monitoradas de perto. Afinal, é ali que se realizam os encontros furtivos. As escapadas de jovens apaixonados dariam origem à literatura mais famosa do medievo, a do amor cortês.

Nas últimas décadas, a Idade Média vem sendo reavaliada pelos historiadores. Muitos deles consideram que o quadro de fome, doenças e guerras não elimina suas vantagens relativas. “Se pensarmos no servo, forma típica do camponês atrelado ao solo na Idade Média, veremos que há um ganho para esse indivíduo em relação ao escravo do meio rural na Antiguidade”, afirma a historiadora Cybele Crossetti de Almeida, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Essa visão negativa é uma criação dos autores dos séculos XIV e XV, sobretudo na Itália, interessados em destacar a diferença entre o período em que viviam e o passado imediatamente anterior”, diz Marcelo Cândido. Mas isso não significa, como aponta o professor, que faça sentido retomar o conceito que o Romantismo do século XIX ajudaria a difundir: o de que aquela época foi marcada por homens fortes e guerreiros, convivendo em harmonia com a natureza e seguindo códigos de honra e ética muito sólidos. Ainda assim, os estudiosos hoje defendem, por exemplo, que algumas normas da Igreja podiam ser dribladas ou ignoradas. “Muitas prescrições simplesmente não eram seguidas, como era o caso da proibição da alquimia e da astrologia e a restrição a consultar médicos judeus, em geral os melhores de então”, afirma Cybele. [...] A lista de heranças inclui ajustes no Direito Romano – que abusava da pena de morte, amenizada por influência cristã. De toda forma, algo é inegável: para quem fazia parte da imensa maioria pobre, a vida era dura e as perspectivas de futuro não iam muito além de conquistar, com sofrimento e suor, uma vaga no Paraíso que nunca teriam na Terra.

Disponível em: <<http://www.guiadoestudante.abril.com.br>>.

A Igreja medieval

Sobrevivência na Idade Média e organização da Igreja Católica

O cristianismo evoluiu dentro do Império Romano: passou de seita perseguida para religião oficial. Nesse contexto, ocorreu uma aproximação das lideranças cristãs em relação ao poder do Estado, processo que fortaleceu sobremaneira a autoridade do bispo de Roma sobre outros bispos, como os de Jerusalém, Antioquia e Alexandria. Aos poucos, o bispo de Roma passou a ser chamado de papa e foi centralizando sua autoridade sobre as demais igrejas cristãs, surgindo nesse processo a Igreja Católica. O Império Romano desapareceu, mas a Igreja Católica, não. Ela sobreviveu e tornou-se a mais poderosa e influente instituição religiosa e política de toda a Europa Medieval. Copiando o modelo hierarquizado do Império Romano, a Igreja possuía uma sólida organização sob a liderança do papa: províncias (sob o controle dos arcebispos) e dioceses (jurisdição dos bispos), além das paróquias (sob o controle dos padres ou párocos).

O clero católico dividia-se em dois grupos: o secular, composto por clérigos que conviviam abertamente com as pessoas na sociedade, e o regular, composto por monges que optavam por levar uma vida separada e isolada da sociedade, dentro dos mosteiros. Este último grupo evoluiu do exemplo dado por eremitas e santos que se isolavam no deserto para levar uma vida de penitências e orações para Deus. No século VI, São Bento de Núrsia fundou a Ordem dos Beneditinos, grupo de monges que se retirou para um mosteiro no Monte Cassino e passou a viver sob rígida disciplina, levando uma vida baseada na oração e nos trabalhos manuais, cultivando valores como a simplicidade, o silêncio e a obediência. Em 590, um monge chamado Gregório chegou ao cargo de papa e realizou um conjunto de reformas no seio da Igreja, organizando suas finanças, aplicando a disciplina ao clero, promovendo a evangelização de pagãos e até modificando a teologia e a liturgia da Igreja, com a classificação dos pecados capitais e a instituição do canto gregoriano. O movimento monacal, como ficou conhecida a expansão do clero regular, seria ampliado ainda mais nos séculos X e XI com os monges cluniacenses e os cistercienses.

Os mosteiros tiveram um importantíssimo papel cultural durante o Período Medieval. Foram responsáveis pela manutenção das poucas escolas existentes, pela realização de experimentos agrícolas visando ao aumento da produtividade, pelo desenvolvimento dos estilos arquitetônicos, românico e gótico, e, sobretudo, pela intensa atividade de cópia de manuscritos e organização de bibliotecas que serviram de salvo-conduto para a sobrevivência de inúmeras obras da Antiguidade greco-romana, que, sem os mosteiros, teriam fatalmente desaparecido. No decorrer do século XII, foram criadas ordens monacais urbanas chamadas de mendicantes, como os franciscanos e os dominicanos, importantes instrumentos de pregação dentro das cidades medievais.



A atividade desenvolvida pelos monges copistas ajudou a ampliar a cultura da Idade Média.

A Igreja Católica empenhou esforços na tarefa de conversão dos povos bárbaros germânicos, combatendo a violência, os assassinatos, as práticas sexuais libertinas e a feitiçaria por eles praticadas. Por volta do ano 1000, essa tarefa foi concluída, mas a qualidade do resultado era duvidosa, pois, na maioria das vezes, as conversões dos povos germânicos eram superficiais e eles continuaram difundindo concepções



O batismo de Clóvis na Sainte-Chapelle de Paris, de autoria desconhecida.

mágicas e pagãs em sua vida cristã. Contudo, alguns desses povos, como os francos, não apenas se converteram ao cristianismo como se tornaram importantes aliados políticos da Igreja contra povos germânicos não cristianizados ou movimentos heréticos que negavam a autoridade da Igreja Católica. Clóvis foi um rei franco que ajudou a combater os povos lombardos e a heresia do arianismo, e Pepino, o Breve, foi um rei carolíngio que doou extensos territórios para o papa na Itália, originando o chamado Patrimônio de São Pedro, base para os futuros Estados papais.

Influência católica no cotidiano

Diante da cristianização superficial da maioria da população, a Igreja Católica passou a concentrar suas exigências sobre os fiéis em aspectos como: o respeito ao clero e aos dogmas, bem como a realização de penitências sob a orientação da própria Igreja.

Na falta de sentimentos nacionalistas, o cristianismo fornecia o fator de identidade e unidade para os povos da Europa Ocidental. A religião cristã estava na base da cultura e do cotidiano das pessoas, impregnada em eventos como nascimento, casamento, festas e até na hora da morte. Durante a Idade Média, estava-se constantemente rodeado pelos valores e pelos simbolismos cristãos. A Igreja aproveitava esse contato direto e sua influência para difundir ideias como a do teocentrismo, em que Deus e a busca da salvação das almas estavam no centro da vida humana. Com efeito, as condições adversas do cotidiano geravam alta mortalidade infantil e de mulheres grávidas, bem como uma baixa expectativa de vida (aproximadamente 35 anos de idade) e a visão de que a vida terrena era curta e de pouca importância, sobretudo diante da morte e do destino das almas na eternidade.

A Igreja Católica foi responsável pela difusão de uma nova visão a respeito dela e dos mortos. Romanos e germânicos mantinham distância de seus mortos, e esses últimos temiam inclusive o seu retorno para molestar os vivos. A Igreja forneceu, então, uma nova interpretação para a morte, considerando-a como uma mera etapa de passagem para outra vida em um plano espiritual. Nesse sentido, os mortos foram trazidos para perto dos vivos, enterrados próximos a eles em cemitérios, junto das igrejas e de túmulos de santos. Os vivos podiam comemorar a memória dos mortos (inclusive um dia de finados foi instituído) e até intervir para que eles tivessem favores espirituais por meio de sufrágios, esmolas e missas, a fim de que suas almas encontrassem paz e sássem o mais rápido possível do purgatório para o céu. Portanto, a criação do purgatório serviu para um maior controle sobre o culto popular aos mortos ao mesmo tempo em que permitiu uma maior participação humana na “economia da salvação”.



A iconografia sobre o purgatório enfatizava seu caráter de lugar de tormentos físicos em que as almas eram disputadas por anjos e demônios.

A própria noção de tempo possuía duas datações: a da natureza, sobretudo no que diz respeito aos trabalhos agrícolas (épocas de sementeira, engorda e abate de animais, colheita etc.) e o tempo canônico-religioso, pautado nas chamadas horas litúrgicas e no toque dos sinos. A Igreja também difundiu a visão cristã sobre o tempo histórico da humanidade: linear, com um início (criação) e um fim (apocalipse), e o desenvolvimento entre ambos conduzido pela providência divina.

A busca pela salvação eterna e o combate ao pecado e ao diabo eram centrais na vida das pessoas. A Igreja Católica aparecia como a única instituição capaz de orientar os fiéis e conceder a salvação a todos que estivessem obedientes a ela. Monopolizando a salvação, os sacramentos, a leitura e interpretação exclusiva dos textos sagrados, a Igreja construía um imenso capital de poder simbólico que atingia todas as classes sociais. A Igreja também era detentora de uma enorme quantidade de terras, muitas das quais eram fruto de doações feitas por nobres que esperavam assim redimir seus pecados e obter a salvação de suas almas.



A cópia de manuscritos era uma das principais atividades nos mosteiros.

Em 1215, o IV Concílio de Latrão tornou o sacramento da confissão anual obrigatório. Esse ato reforçou o papel da doutrina do sacerdotalismo em que os padres católicos, enquanto sacerdotes (“pontes” para Deus), seriam capazes de canalizar a graça divina mediante sinais que promoveriam a comunhão com Deus, oficialmente: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, unção de enfermos, ordenação e matrimônio. Desse modo, a Igreja nuançava a doutrina da predestinação ao ressaltar o papel dos sacerdotes e dos sacramentos católicos para a salvação.

Além da obediência aos dogmas católicos (verdades religiosas inegáveis), esperavam-se boas ações como uma forma de obter a salvação e os favores divinos. Peregrinar a locais sagrados e contemplar com fé diversas relíquias (objetos sagrados que tiveram contato com algum santo) fazia parte do cotidiano de um bom cristão. Santiago de Compostela na Espanha, Roma na Itália e Jerusalém na Palestina eram os principais destinos dos piedosos peregrinos em seus atos de fé. A crença nos poderes miraculosos dos santos e de suas relíquias aumentava a cada dia, evidenciada no comportamento do povo em geral e até de nobres: em 1239, o rei francês comprou a coroa de espinhos de Cristo, fraldas supostamente usadas pelo menino Jesus e um frasco com gotas do leite da Virgem



A crença na ação do diabo e de seus demônios era forte entre os cristãos medievais.

Maria; enquanto na Alemanha, um príncipe adquiriu os presentes que os três reis magos tinham trazido no nascimento de Cristo. Obviamente, não tardou para que houvesse uma exploração comercial da crença nas relíquias baseada em fraudes e charlatanismo.

Desafios ao poder da Igreja Católica

Heresias medievais

No decorrer de sua estruturação, a Igreja Católica foi realizando reuniões de bispos, chamadas de concílios, para decidir a respeito de importantes pontos teológicos da doutrina cristã. À medida que certas ideias eram tidas como corretas, outras eram classificadas como errôneas ou até demoníacas. O conjunto de dogmas e doutrinas aceitos pela Igreja formava a chamada ortodoxia (doutrina correta), e todos aqueles que escolhessem outro tipo de crença que não fosse a oficialmente aceita eram chamados de hereges, ou seja, adeptos da heresia (palavra de origem grega que significa “escolha”). Ainda na época do Império Romano, Ário, presbítero de Alexandria, passou a defender que Cristo e Deus não eram a mesma pessoa, pois possuíam “substâncias diferentes”. O Concílio de Niceia rejeitou a doutrina, que passou a ser considerada uma heresia chamada de arianismo. No início da Idade Média, essa corrente conseguiu importantes conversões entre alguns povos germânicos, desafiando a Igreja Católica.

No século XIII, a Igreja era uma rica e poderosa instituição, que despertava fortes críticas por parte de alguns grupos e movimentos, os quais a acusavam de ter se desviado dos caminhos sagrados. Um desses grupos era constituído pelos cátaros (“puros”) ou albigenses filosóficos, que viviam no sul da França e passaram a pregar abertamente contra a Igreja Católica. Seus membros desprezavam o mundo material, segundo eles criado pelo demônio, rejeitavam a autoridade do papa, desconsideravam vários sacramentos e possuíam clero próprio. A região do Languedoc, base do movimento, também era uma região insubmissa às tentativas de centralização do poder pretendida pelo governo francês. Estado e Igreja viram a necessidade de eliminar um inimigo comum e, após o assassinato de um enviado papal em 1208, os cátaros sofreram intensa repressão que resultou na formação de uma cruzada, que matou cerca de 20 mil pessoas na região, e na criação do Tribunal da Inquisição por volta de 1231. Esse tribunal seria a principal arma da Igreja para debelar movimentos heréticos e contestatórios ao poder papal. Funcionava com base em denúncias anônimas e do uso intenso de tortura física, prática comum até em tribunais leigos, considerada como “forma de extrair a verdade”. Após dias presos, os condenados eram interrogados e as punições eram aplicadas de acordo com a gravidade da heresia e do grau de arrependimento do réu. Penitências, multas e excomunhão eram comuns, e a morte por estrangulamento ou queima em fogueiras era reservada para as heresias mais graves. Contudo, oficialmente, a Igreja Católica não matou ninguém, uma vez que os condenados eram entregues para execução feita pelo Estado.



Ilustração do século XV mostrando a queima de um herege na fogueira.

O poder temporal do imperador

Após a queda do Império Romano, a Igreja Católica se aproximou do poder temporal (político) de reis e imperadores como uma forma de obter apoio político, militar e econômico, tendo como objetivo evitar atrito com o poder real. Contudo, após o século X, embora não tivesse poder militar, a Igreja contava com grande poder econômico e político, e o mais importante: o poder ideológico. E, assim, o papado começou a sentir-se à vontade para reclamar a supremacia de seu poder espiritual sobre o poder temporal dos reis.

O caso mais emblemático dessa postura papal é observável no episódio histórico conhecido como a **Questão das Investiduras**, uma disputa de poder ocorrida entre 1075 e 1122, protagonizada pelo papa Gregório VII e o imperador Henrique IV do Sacro Império Romano-Germânico. O estopim foi a polêmica sobre a quem pertencia o direito de nomeação dos bispos: se ao imperador ou ao papa. Gregório VII foi um papa que buscou reformar a Igreja Católica, combateu o concubinato, impôs a castidade ao clero e procurou reforçar a teocracia papal.

Por outro lado, Henrique IV via na nomeação dos bispos uma ferramenta para fortalecer sua autoridade perante os príncipes feudais. Ambos não queriam abrir mão do direito de nomear os bispos, e um confronto político foi estabelecido. As tensões culminaram na excomunhão do imperador pelo papa; tratava-se de uma arma poderosa, pois a população estaria livre de obediência a um rei excomungado. Henrique IV procurou se retratar perante o religioso, mas a conciliação não se efetivou, e a questão se arrastou até o ano de 1122, quando a Concordata de Worms, assinada pelo imperador Henrique V e o papa Calisto VI, definiu que tanto o imperador quanto o papa teriam o direito de nomear os bispos do império: o primeiro iria fazer a nomeação espiritual e o segundo a nomeação temporal.

A teoria conciliar

A partir do século XIV, o poder papal dava sinais de enfraquecimento, sobretudo diante do poder dos reis, como o inglês Eduardo I e o francês Felipe IV, que questionaram a autoridade do papa e os impostos eclesiásticos. No embate com este último rei, o papa Bonifácio VIII chegou a ser preso, morrendo pouco tempo depois.

Para agravar ainda mais a desmoralização do papado, ocorreu a transferência de sua sede para a França, episódio que ficou conhecido como o Cativo Babilônico da Igreja (1309-1377). Em meio a várias críticas ao luxo da corte papal, ocorreu o Grande Cisma, em que houve dois, e posteriormente três, papas rivais em Roma, Avignon e Pisa (1378-1417).

Estava evidente a necessidade de reformar as instituições da Igreja, surgindo daí um movimento que enfatizava a importância dos concílios (reuniões de bispos, teólogos e outros dignitários visando legislar sobre assuntos eclesiásticos) formados por todos os sacerdotes e até por fiéis que representavam a Igreja de Cristo. Portanto, seria o papa que deveria se submeter aos concílios, e não estes ao papa: a Igreja de Cristo unida seria infalível, e não o papa. A teoria conciliar ganhou força mesmo após o fim do Cisma Católico, por intermédio dos Concílios de Constança (1414-1418) e Basileia (1431-1449). Contudo, tal pretensão de democratizar a Igreja por meio de concílios sofreu críticas e oposições de teólogos e autoridades eclesiásticas, culminando na negação da teoria conciliar pelo Concílio de Ferrara-Florença (1438-1445), que afirmou a primazia do papa como sucessor de São Pedro sobre o corpo da Igreja. A Contrarreforma e o Concílio de Trento (1545-1563) reforçaram ainda mais a autoridade do papa, e o Concílio Vaticano I (1869-1870) decretou o dogma da infalibilidade papal.

Atividades para sala

1. Durante a Idade Média, no ano de 570, nasceu Maomé, conhecido por ser o profeta de Alá. Desde a sua morte até o século XXI, a crença em Alá tem sido difundida pela fé islâmica que é, até hoje, predominante no norte da África e na Península Arábica. Em 711, a expansão islâmica conquistou espaço na Europa Ocidental. Quase toda a Península Ibérica ficou sob o poder do califado.

O que detinha o avanço islâmico era a

- resistência do Império Franco e o processo de reconquista ligado às monarquias locais fortemente influenciadas pelo cristianismo.
 - proposta, dos grupos dirigentes das monarquias ibéricas, de associar os preceitos islâmicos aos valores cristãos, enfraquecendo assim as frentes de batalha.
 - ação da Rússia em repressão aos islâmicos, formando uma frente combativa para manter as antigas monarquias ibéricas.
 - formação de um reino cristão que unia todas as monarquias europeias para combater os invasores.
 - atuação dos cavaleiros templários auxiliados militarmente pelo Sacro Império Romano-Germânico.
2. A política expansionista dos árabes, durante os séculos VII e VIII d.C., possibilitou-lhes o contato cultural com diferentes civilizações. Com relação ao tratamento dado a essas civilizações, os árabes
- estimulavam nos territórios dominados a diversificação dos costumes por meio da religião.
 - controlavam hábitos culturais e práticas religiosas dos povos de todas as regiões conquistadas.
 - respeitavam costumes e crenças das nações dominadas, permitindo-lhes manter sua identidade cultural.
 - promoviam intensa assimilação entre os povos dominados, por meio da cultura e da religião.
 - adotavam uma política de centralização do poder político, adotando monarquias teocráticas de caráter militarista e intolerante.

3. As pregações de Maomé não agradaram a grupos políticos importantes da sociedade árabe. Suas concepções e crenças

- adotavam o monoteísmo e tinham relações com o cristianismo, conseguindo adesão de muitos que visitavam Meca.
- eram elitistas, sem preocupação com a situação de miséria da época e a violência das guerras entre as tribos.
- desconsideravam as questões sociais e visavam firmar um império poderoso para combater os cristãos no Ocidente.
- defendiam a liberdade para todos os povos e prescindiam da adoção de um livro sagrado para orientar as orações.
- tinham relações com a filosofia grega, desprezando o espiritualismo exagerado e organizando o poder dos sacerdotes.

4. Eis dois homens à frente: um, que quer servir; o outro, que aceita, ou deseja, ser chefe. O primeiro une as mãos e, assim juntas, coloca-as nas mãos do segundo: claro símbolo de submissão, cujo sentido, por vezes, era ainda acentuado pela genuflexão. Ao mesmo tempo, a personagem que oferece as mãos pronuncia algumas palavras, muito breves,

pelas quais se reconhece “o homem” de quem está na sua frente. Depois, chefe e subordinado beijam-se na boca: símbolo de acordo e de amizade. Eram estes – muito simples e, por isso mesmo, eminentemente adequados para impressionar espíritos tão sensíveis às coisas – os gestos que serviam para estabelecer um dos vínculos mais fortes que a época feudal conheceu.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.



Miniatura do *Liber feudorum Ceritaniae*, século XIII.

O texto e a imagem referem-se à cerimônia que

- consagra bispos e cardeais.
 - estabelece as relações de vassalagem.
 - estabelece as relações de servidão.
 - consagra o poder municipal.
 - estabelece as relações de realeza.
5. A palavra **servo** vem de *servus* (latim), que significa “escravo”. No Período Medieval, esse termo adquiriu um novo sentido, passando a designar a categoria social dos homens não livres, ou seja, dependentes de um senhor. [...] A condição servil era marcada por um conjunto de direitos senhoriais ou, do ponto de vista dos servos, de obrigações servis.

KOSHIBA, Luiz. *História – origens, estruturas e processos*. São Paulo: Atual.

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente uma dessas obrigações servis.

- Dízimo era um imposto pago por todos os servos para o senhor feudal custear as despesas de proteção do feudo.
 - Talha era a cobrança pelo uso da terra e dos equipamentos do feudo e não podia ser paga com mercadorias, e sim com moeda.
 - Mão-morta era um tributo anual e *per capita*, que recaía apenas sobre o baixo clero, os vilões e os cavaleiros.
 - Corveia foi um tributo aplicado apenas no período decadente do feudalismo e que recaía sobre os servos mais velhos.
 - Banalidade era o pagamento de taxas pelo uso das instalações pertencentes ao senhor feudal, como o moinho e o forno.
6. A colisão catastrófica dos dois anteriores modos de produção em dissolução, o primitivo e o antigo, veio a resultar na ordem feudal, que se difundiu por toda a Europa.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, p. 1982, 140.

O autor refere-se a três tipos de formações socioeconômicas nesse pequeno trecho. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- A síntese descrita refere-se à articulação entre o escravismo romano em crise e as formações sociais dos guerreiros germânicos.
- O escravismo predominava entre os povos germânicos e tornou-se um ponto de interseção com a sociedade romana.
- A economia romana, baseada na pequena propriedade familiar, foi transformada a partir das invasões germânicas dos séculos IV a VI.
- Os povos germânicos desenvolveram a propriedade privada e as relações servis que permitiram a síntese social com os romanos.
- A transição para o escravismo feudal foi proporcionada pelos conflitos constantes nas fronteiras romanas devido à ofensiva dos magiares.

7. Observe o excerto a seguir.

O tempo não pertence a ninguém para que possa ser vendido; o tempo pertence a Deus e ninguém tem o direito de vendê-lo.

O pensamento medieval contido no trecho mostrava-se contra

- | | |
|----------------|-----------------|
| a) a moeda. | d) a guerra. |
| b) o comércio. | e) o paganismo. |
| c) a usura. | |

8. Sobre a Igreja Católica, durante o Período Feudal, é correto afirmar que

- a produção cultural, o comportamento e, sobretudo, a ordem social, por meio do controle da fé, normatizavam os costumes.
- a figura do papa, líder político mais influente durante toda a Idade Média, garantia a centralização do poder.
- a unificação da religião no Oriente e no Ocidente foi uma imposição apoiada pelo regime político em todo território.
- a crença difundida era a de que as pessoas obtinham a salvação espiritual pela predestinação, ou seja, desde o nascimento os fiéis estavam destinados à salvação ou à condenação eterna, independente de suas obras no mundo material.
- a necessidade da participação em apenas dois sacramentos, o batismo e a eucaristia, era um preceito para seus milhares de seguidores.

9. Perto do ano 1000, manifestações de medo foram verificadas em todo o Ocidente, como se o fim do milênio trouxesse consigo o fim dos tempos. Tal situação deve ser entendida como

- manifestação da crescente religiosidade que caracterizava a sociedade feudal.
- indício do crescente analfabetismo das camadas populares e diminuição da religiosidade clerical.
- decorrência da tomada do Império Bizantino pelos muçulmanos do norte da África.
- traço típico de uma sociedade em transição que se tornava mais clerical e menos guerreira.
- característica do momento de centralização política e de formação das monarquias nacionais.



Atividades propostas

- Os movimentos fundamentalistas, que tudo querem subordinar à Lei Islâmica (*sharia*), são hoje muito ativos em vários países da África, do Oriente Médio e da Ásia. Eles tiveram sua origem histórica
 - no desenvolvimento do islamismo, durante a Antiguidade, na Península Arábica.
 - na expansão da civilização árabe, durante a Idade Média, tanto para o Ocidente quanto para o Oriente.
 - na derrocada do socialismo, depois do fim da União Soviética, no início da década de 1990.
 - no estabelecimento do Império Turco-Otomano, com base em Istambul, durante a Idade Moderna.
 - na ocupação do mundo árabe pelos europeus, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX.

2. Observe a imagem ao lado.

O ícone, pintura sobre madeira, foi uma das manifestações características da Civilização Bizantina, que abrangeu amplas regiões do continente europeu e asiático. A arte bizantina resultou do(da)

- fim da autocracia do Império Romano do Oriente.
- interdição do culto de imagens pelo cristianismo primitivo.
- Cisma do Oriente, que rompeu com a unidade do cristianismo.
- fusão das concepções cristãs com a cultura decorativa oriental.
- desenvolvimento comercial das cidades italianas.



Madona e filho, Berlinghiero, século XII.

3. A religião foi decisiva para expansão da cultura muçulmana. Apesar das guerras, os muçulmanos realizaram vários feitos culturais que repercutiram na sociedade ocidental.

A influência muçulmana se fez presente no(na)

- Península Ibérica, onde se conseguiu implantar uma filosofia que combatia o catolicismo.
- uso de técnicas agrícolas que ajudavam no cultivo de produtos importantes para a época.
- divulgação da filosofia de Sócrates, por meio de seus sábios que visitavam as universidades do Ocidente.
- arte francesa, sobretudo na definição dos estilos gótico e românico, no final da Idade Média.
- forma de governo espanhola, estruturada em pequenos feudos, apresentando agricultura irrigada.

4. A religião muçulmana, que contribuiu para unificar os povos de origem árabe e lhes forneceu amparo espiritual ao longo de sua expansão,

- inspirava a forma de governo parlamentar, pois os líderes religiosos reuniam-se em uma assembleia proporcional.
- pregava o politeísmo na medida em que reconhecia a adoração de vários deuses.
- retirava a sua orientação dos textos considerados sagrados, contidos no *Alcorão*.
- reconhecia em Maomé o único e verdadeiro deus a ser adorado pelos islamitas.
- tinha como seu mais importante centro espiritual a cidade de Bagdá.

5. Maomé, nascido em Meca, na Arábia, insatisfeito com o paganismo geralmente praticado na região, afirmava ter visto o anjo Gabriel, que lhe apresentara um texto com a ordem de recitá-lo.

Considerado então o último e maior de todos os profetas, Maomé promoveu a conversão das tribos da Arábia. O Império Muçulmano caracterizou-se pela

- divisão das esferas de poder político e de poder religioso, constituindo um Estado laico, no qual, porém, a Igreja assumia um lugar privilegiado.
- expansão territorial do islã, que se fez inclusive às custas do Império Persa e do Império Bizantino, enfraquecidos por graves crises internas.
- conversão forçada dos povos conquistados à nova religião do islã, com a proibição dos cultos judeus e cristãos e o confisco de terras.
- rejeição total à assimilação da cultura dos povos conquistados e das culturas antigas, em nome da verdadeira compreensão da palavra de Deus.
- proibição das concentrações urbanas, do comércio e do desenvolvimento de novas técnicas de trabalho, considerados contrários aos preceitos do Alcorão.

6. Num momento em que o Império Romano do Ocidente havia desmoronado e os impérios Bizantino e Persa se esfacelavam, os árabes expandiram consideravelmente seus domínios. Em menos de 100 anos o islã era a religião de toda a costa sul e leste do Mediterrâneo, além de ter se espalhado para a Pérsia, até o vale do Indo, e para a Península Ibérica.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para o Ensino Médio*. Volume Único. São Paulo: Scipione, 2004. p. 695.

No contexto de tantas conquistas, a civilização árabe

- sintetizou criativamente as tradições culturais árabe, bizantina, persa, indiana e grega.
 - rejeitou as contribuições culturais originadas de povos que professassem outras crenças.
 - submeteu pelas armas os povos conquistados e impôs o deslocamento forçado das populações escravizadas.
 - perseguiu implacavelmente os judeus, levando à sua dispersão pelos territórios da Europa do leste.
 - desprezou os ofícios ligados às artes, às ciências e à filosofia relegados aos povos conquistados.
7. A respeito do sistema feudal, assinale a alternativa correta.
- A sociedade feudal era estática e não permitia a mobilidade social. Era uma sociedade de castas – dela faziam parte quatro ordens hierarquizadas: os nobres, o clero, os servos e os escravos.
 - Consistia em um sistema de relações no qual os vassallos doavam terras aos seus suseranos, que ficavam obrigados a pagar impostos nas formas de produtos e serviços.
 - Esse sistema foi condenado pela Igreja Católica, que não concordava com as exigências senhoriais que sobrecarregavam os camponeses.
 - Por meio do domínio político, caracterizado pela violência e pela obediência aos costumes, o servo era obrigado a prestar trabalhos e serviços ao senhor feudal.
 - A principal fonte de lucro era o excedente de produção, oriundo do trabalho servil e livremente comercializado pelos senhores feudais e servos.

8. Na sociedade feudal, o vínculo humano característico foi o elo entre subordinado e o chefe mais próximo. De escalão em escalão os nós assim formados uniam, tal como se tratasse de cadeias infinitamente ramificadas, os mais pequenos aos maiores. A própria terra só parecia ser uma riqueza tão preciosa por permitir obter "homens" remunerando-os.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

O texto descreve a

- hierarquia da Igreja Católica.
 - relação de tipo comunitário dos camponeses.
 - relação de suserania e vassalagem.
 - hierarquia nas corporações de ofício.
 - organização política das cidades medievais.
9. (ENEM) Observe a imagem a seguir.

Calendário medieval, século XV



Disponível em: <<http://www.ac-grenoble.fr>>. Acesso em: 10 maio 2012.

Os calendários são fontes históricas importantes, na medida em que expressam a concepção de tempo das sociedades. Essas imagens compõem um calendário medieval (1460-1475) e cada uma delas representa um mês, de janeiro a dezembro. Com base na análise do calendário, apreende-se uma concepção de tempo

- cíclica, marcada pelo mito arcaico do eterno retorno.
 - humanista, identificada pelo controle das horas de atividade por parte do trabalhador.
 - escatológica, associada a uma visão religiosa sobre o trabalho.
 - natural, expressa pelo trabalho realizado de acordo com as estações do ano.
 - romântica, definida por uma visão bucólica da sociedade.
10. (ENEM) A lei dos lombardos (*Edictus Rothari*), povo que se instalou na Itália no século VII e era considerado bárbaro pelos romanos, estabelecia uma série de reparações pecuniárias (composições) para punir aqueles que matassem, ferissem ou aleijassem os homens livres. A lei dizia: "para todas estas chagas e feridas estabelecemos uma composição maior do que a de nossos antepassados, para que a vingança que é inimizada seja relegada depois de aceita a dita composição e não seja mais exigida nem permaneça o desgosto, mas dê-se a causa por terminada e mantenha-se a amizade."

ESPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1976. (adaptado)

A justificativa da lei evidencia que

- procurava-se acabar com o flagelo das guerras e dos mutilados.
- pretendia-se reparar as injustiças causadas por seus antepassados.
- pretendia-se transformar velhas práticas que perturbavam a coesão social.
- havia um desejo dos lombardos de se civilizarem, igualando-se aos romanos.
- instituiu-se uma organização social baseada na classificação de justos e injustos.

11. Com a ruralização, a tendência à autossuficiência de cada latifúndio e as crescentes dificuldades nas comunicações, os representantes do poder imperial foram perdendo capacidade de ação sobre vastos territórios. Mais do que isso, os próprios latifundiários foram ganhando atribuições anteriormente da alçada do Estado.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (adaptado)

A característica do feudalismo mencionada no fragmento é o(a)

- desaparecimento do poder militar, provocado pelas invasões bárbaras.
- fragmentação do poder político central.
- aumento da influência política e financeira da Igreja Católica.
- constituição das relações de escravidão.
- estabelecimento de laços de servidão e vassalagem.

12. A cada um a sua função e o seu lugar na terra. No topo estão os religiosos, intermediários indispensáveis entre a cidade terrestre e a cidade celeste [...]. Depois vêm os nobres, que receberam da providência a qualidade de guerreiros e estão, portanto, investidos da missão de manutenção da ordem. Finalmente, para o último lugar são relegados os trabalhadores, destinados ao trabalho e ao sofrimento para o bem comum.

Dicionário de História Medieval, de Pierre Bonnassie. (adaptado)

O texto faz referência

- a um tipo de organização social que se apoiava nas diferentes aptidões dos seres humanos.
- às crenças milenaristas, segundo as quais apenas os pobres alcançariam o reino dos céus.
- à igualdade social, que caracteriza a sociedade ocidental desde a Antiguidade.
- ao antropocentrismo, que reservava lugar de destaque para a vontade dos indivíduos.
- à divisão da sociedade em três ordens, que seria colocada em xeque pela Revolução Francesa.

13. Sobre as ideias econômicas e sociais da Igreja na época feudal pode-se afirmar que

- estimulavam o comércio e o enriquecimento individual.
- condenavam a rígida estrutura econômica e social do feudalismo.
- estimulavam os empréstimos a juros, porque aliviavam a situação dos aflitos.
- justificavam a estrutura social do feudalismo e consideravam o comércio reprovável.
- santificavam o trabalho como forma de ascensão social e econômica.

14. [...] o elemento religioso não limitou os seus efeitos ao fortalecimento, no mundo da cavalaria, do espírito de corpo; exerceu também uma ação poderosa sobre a lei moral do grupo. Antes de o futuro cavaleiro receber a sua espada, no altar, era-lhe exigido um juramento, que especificava as suas obrigações.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

O texto mostra que os cavaleiros medievais, entre outros aspectos de sua formação e conduta,

- mantinham-se fiéis aos comerciantes das cidades, a quem deviam proteger e defender na vida cotidiana e em caso de guerra.
- privilegiavam, na sua formação, os aspectos religiosos, em detrimento da preparação e dos exercícios militares.
- valorizavam os torneios, pois neles mostravam seus talentos e sua força, ganhando prestígio e poder no mundo medieval.
- agiam apenas de forma individual, realizando constantes disputas e combates entre si.
- definiam-se como uma ordem particular dentro da rígida estrutura feudal, mas mantinham vínculos profundos com a Igreja.

15. Tu consideraste minha humildade como medo e desde então não temeste revoltar-se contra o poder real que recebi de Deus e ousaste ameaçar tirá-lo, como se tivéssemos recebido a realeza de ti, como se o reino e o império estivessem em tuas mãos e não nas de Deus. Foi Nosso Senhor Jesus Cristo que nos chamou a reinar. Ele não te chamou ao sacerdócio. Porque tu escalaste os degraus: pela astúcia, obtiveste o dinheiro pelo dinheiro, o favor pelo favor, as armas pelas armas. Assim pelo julgamento de todos os nossos bispos e pelo nosso, retira-te, abandona a Sé Apostólica usurpada, que outro ascenda à Sé de São Pedro.

Carta de Henrique IV a Gregório VII. In: FREITAS, G. *900 textos e documentos da História*. (adaptado)

O documento apresentado deve ser relacionado com

- o Cisma do Oriente.
 - a criação da Inquisição.
 - a Querela das Investiduras.
 - a instituição do celibato clerical.
 - o cativo de Avignon.
16. A Igreja integrou-se ao sistema feudal por meio dos mosteiros, cujas características se assemelhavam às dos domínios dos senhores feudais. Como detinha
- o controle do destino espiritual, procurou combater a usura entre os integrantes do clero e entre os judeus, no que foi rigorosamente obedecida.
 - o monopólio da cultura, tinha também o monopólio da interpretação da realidade social.
 - grande influência na formação da mentalidade, insistia no ideal do preço justo, permitindo que na venda dos produtos se cobrasse a mais apenas o custo do transporte.
 - o controle da realidade social, exigia que os cristãos distribuíssem os excedentes entre seus parentes mais próximos para auferir lucros.
 - a fiscalização sobre a distribuição dos excedentes em épocas de calamidade, inibia a atuação dos comerciantes inescrupulosos, ameaçando-os com multas ou com a perda de suas propriedades.

17. (ENEM)

Sou uma pobre e velha mulher,
Muito ignorante, que nem sabe ler.
Mostraram-me na igreja da minha terra
Um Paraíso com harpas pintado
E o Inferno onde fervem almas danadas,
Um enche-me de júbilo, o outro me aterra.

VILLON, François. In: GOMBRICH, E. *História da arte*. Lisboa: LTC, 1999.

Os versos do poeta francês François Villon fazem referência às imagens presentes nos templos católicos medievais. Nesse contexto, as imagens eram usadas com o objetivo de

- refinar o gosto dos cristãos.
- incorporar ideais heréticos.
- educar os fiéis por meio do olhar.
- divulgar a genialidade dos artistas católicos.
- valorizar esteticamente os templos religiosos.

18. Assim, pois, a cidade de Deus, que é tomada como uma, na realidade é tripla. Alguns rezam, outros lutam, outros trabalham. As três ordens vivem juntas e não podem ser separadas. Os serviços de cada uma dessas ordens permitem os trabalhos das outras duas e cada uma, por sua vez, presta apoio às demais.

O trecho anterior, escrito em 998 d.C., representa

- um ataque à representação do deus uno, defendida pelos monofisistas.
- uma justificativa funcional das diferenças sociais no mundo medieval.
- um retorno às concepções de Santo Agostinho, que opunha à cidade de Deus a cidade dos homens.
- uma descrição da estrutura social de Roma, sede do papado e considerada a cidade de Deus.
- uma crítica à desigualdade entre os homens, pois estes são considerados iguais perante Deus.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

C

3

H

11,15

Módulo

6

Baixa Idade Média; Cultura medieval



Reprodução

Foi durante a Baixa Idade Média que ocorreu o maior número de cruzadas. Na foto, a Sétima Cruzada – Luís IX invade o Egito e toma Damietta.

A Baixa Idade Média foi um período de profundas transformações sociais, políticas e econômicas que, a rigor, deram a base para os tempos modernos. Alguns historiadores dividem o período em duas fases. Entre os séculos XI e XIII, o feudalismo entrou em seu apogeu com o crescimento da agricultura, do comércio e das cidades: foi a fase de expansão feudal. Entre os séculos XIV e XV, uma série de catástrofes e guerras colocou a Europa Ocidental e o feudalismo em uma fase de profunda crise e declínio, a chamada fase de contração.

Fase de expansão (séculos XI-XIII)

Comércio e cidades voltam a ter importância

O início do século XI foi marcado pela queda dos índices de mortalidade e pelo crescimento demográfico da população europeia, que saltou de 42 milhões de pessoas no ano 1000 para quase 80 milhões no ano 1300. Ao mesmo tempo, a introdução de novas técnicas agrícolas como o arado de

ferro, o uso do cavalo, do moinho hidráulico e de ferraduras, o cultivo por meio do sistema de rotação de culturas e a incorporação e o aproveitamento de novas terras como plantações (os arroteamentos) conseguiram aumentar significativamente a produção de alimentos, gerando inclusive excedentes agrícolas. Esse conjunto de inovações técnicas e o aumento da produtividade foram chamados de **renascimento agrícola**.

A consequência lógica da produção de excedentes foi o incremento das trocas comerciais, que eclodiu em um processo conhecido como **renascimento comercial**. Com efeito, rotas comerciais terrestres e marítimas (sobretudo pelo Mar Mediterrâneo) apareceram, fazendo com que, após séculos, a atividade comercial passasse a ter uma importância crescente, resultando na expansão das atividades monetárias (moedas como o florim de Florença e o ducado de Veneza eram particularmente valiosas), no surgimento de letras de câmbio, empréstimos a juros, feiras medievais e especialmente no desenvolvimento de cidades. As feiras eram montadas em clareiras de florestas ou em confluências de rotas comerciais, como a de Champagne, que unia a região dos Flandres (atual território da Bélgica e Holanda) à Itália. Lã, estanho, madeira, peles, cera, vinhos, mel, sal, ferro, armas, especiarias e outros produtos passaram a ser comercializados e muitas feiras originaram núcleos urbanos.

O **renascimento urbano** foi marcado pelo surgimento de novas cidades e pelo crescimento de centros urbanos já existentes que tinham perdido sua importância durante a Alta Idade Média. As cidades medievais geralmente eram cercadas por altas muralhas, e suas principais edificações eram a catedral e os palácios. As casas eram de madeira e as ruas estreitas eram tomadas por lixo. Em algumas cidades existiam leis que tentavam obrigar os habitantes a avisar gritando quando fossem arremessar o lixo pelas janelas para não atingir os transeuntes; em Siena, o governo local contratou donos de porcos para que usassem os animais na "limpeza" das ruas da cidade. Não é de se admirar que essas péssimas condições de higiene favorecessem a eclosão de epidemias, como varíola, sarampo, gripe e peste bubônica.

A maioria das cidades não ultrapassava os 50 mil habitantes (Paris e Veneza eram exceções, com 100 mil pessoas). Os moradores das cidades geralmente dedicavam-se ao comércio, ao artesanato e às atividades bancárias. Eram chamados de **burgueses**, uma nova classe social que sofria profunda discriminação social, pois sua origem era camponesa. Nesse momento histórico, muitos servos abandonaram os feudos e cada vez mais buscavam a vida nas cidades, onde, apesar das dificuldades, se tornavam pessoas livres.



Burgo medieval.

As cidades geralmente estavam sob a jurisdição de um bispo ou de um conde, e somente por meio da obtenção de um documento chamado **carta de franquia** é que conseguiam autonomia política. Várias cidades conseguiram sua emancipação por meio de compra, outras mediante guerras ou doação real; de qualquer forma, os historiadores passaram a chamar a emancipação das cidades medievais de **movimento comunal**. A produção artesanal das cidades era controlada pelas **corporações de ofício**, que uniam os trabalhadores de certa atividade no intuito de controlar a qualidade dos produtos, treinar os futuros artesãos e evitar a concorrência entre eles. Muitos burgueses organizavam corporações, chamadas **guildas**, para proteger seus interesses, enquanto várias cidades comerciais (especialmente do norte europeu) passaram a organizar associações mercantis chamadas **hansas**, com o objetivo de estimular as atividades comerciais entre si.

O ambiente urbano era menos hierarquizado do que os feudos e, para muitos camponeses, representava a única chance de fugir da servidão e obter a liberdade e ascensão social, como fica evidenciado em um ditado alemão da época, que dizia: "O ar da cidade liberta" (*Stadtluft macht frei*). Dentro das cidades, o comércio estimulava o individualismo, o consumismo, o hedonismo e uma noção de tempo vinculada aos ganhos materiais (daí a noção de que tempo é dinheiro e a prática dos empréstimos a juros – usura). Dominar a educação formal como a leitura e os cálculos era algo essencial para se viver nas cidades, e foram nesses ambientes cada vez mais marcados pelo racionalismo que surgiram os valores do chamado **Renascimento Cultural**.

Convém lembrar que todas essas transformações ocorreram nas entranhas do próprio feudalismo e iriam gerar uma nova forma de economia. O chamado **capitalismo** não surgiu como um corpo estranho que veio de fora e atacou a economia feudal: antes, foi o fruto do próprio crescimento das forças produtivas do feudalismo.

Saiba mais

A Igreja e a ascensão do dinheiro

A emergência das atividades comerciais orientadas pela busca do lucro ia de encontro aos preceitos coletivistas da Igreja Católica, que enfatizava como as atividades econômicas deveriam buscar o bem comum, e não o benefício individual. Isso explica as duras críticas e oposições do discurso clerical em relação às duas atividades mercantis mais importantes da época: a busca do lucro no comércio e a prática da usura (cobrança de juros ilícitos).

A luta da Igreja era para subordinar a lógica capitalista nascente aos valores cristãos, sobretudo a justiça e a utilidade coletiva. Nesse sentido, a Igreja Católica condenava o lucro nas práticas comerciais (defendendo o chamado "preço justo"); contudo, as maiores condenações eclesiais recaíam sobre a usura, ou seja, a cobrança de juros ilícitos e excessivos nos empréstimos.

Inicialmente proibida entre os cristãos (daí a vinculação da prática da usura aos judeus fixada no imaginário popular), a usura sofria violentos ataques morais e teológicos: contrariava os desígnios divinos que orientavam a obtenção do sustento mediante o trabalho, consistindo em uma espécie de "roubo a Deus", pois o usurário utilizava o tempo decorrido a partir do empréstimo para cobrar os juros. Além disso, a usura opunha-se aos preceitos aristotélicos que enfatizavam que o dinheiro deveria integrar uma economia "natural" e justa, não devendo ser usado para gerar mais dinheiro, pois tal fato seria antinatural.

Portanto, multiplicavam-se os discursos e as pregações contra o usurário, que estaria destinado a uma condenação certa e terrível no inferno devido a sua cobiça exagerada, alimentada pelos infortúnios de seus próprios irmãos na fé. "A bolsa ou a vida" era o dilema com o qual os comerciantes eram confrontados pelo discurso clerical.

Contudo, o dinheiro e as práticas comerciais individualistas foram se consolidando lentamente; já no século XIII, existia uma classe social nascente de intelectuais que viviam nas cidades e dependiam do dinheiro para sobreviver, em alguns feudos as relações servis passaram a envolver o pagamento de renda em dinheiro, e em locais como Flandres, surgia o "feudo de bolso" em que suseranos, em vez de terras, pagavam somas em dinheiro para seus vassallos. A monetarização na Europa Ocidental afirmou-se cada vez mais.

A Igreja Católica acompanhou tal tendência e passou a relativizar as condenações espirituais ao dinheiro e a usura, enfatizando que a salvação das almas dos usurários poderia ocorrer desde que eles restituíssem o dinheiro que ganharam aos pobres ou o empregassem em esmolas ou obras de caridade. A própria Igreja construiu uma poderosíssima máquina de arrecadação fiscal, vinculando diretamente práticas como a veneração de relíquias, as missas e o perdão de pecados ao pagamento de dinheiro; tal mercantilização da salvação pela Igreja Católica seria um dos motivos da Reforma Protestante séculos depois.

Cruzadas e o Oriente islâmico

Em 1095, o papa Urbano II conclamou a nobreza guerreira europeia a dar mostras de sua fé, convocando-a para ir ao Oriente lutar contra os turcos seljúcidas, povo que, naquele momento, ocupava os locais mais sagrados do cristianismo, a

Fase de contração (séculos XIV-XV)

Fome e peste

Apesar do aumento da produtividade agrícola, a sociedade era profundamente dependente da natureza, e qualquer tipo de perturbação climática poderia comprometer as colheitas e gerar fome. Foi justamente isso que aconteceu por volta de 1309, quando chuvas torrenciais arruinaram as plantações e trouxeram o colapso do abastecimento em várias partes da Europa. Na Antuérpia (região existente até os dias atuais na Bélgica), por exemplo, o preço do trigo aumentou 320% em 7 meses. Essa escassez de víveres atingiu níveis alarmantes e milhares de pessoas morreram de fome pelo continente. Existiram até relatos de canibalismo em meio ao desespero. Na cidade de Ypres, dos 20 mil habitantes, quase 3 mil morreram de fome, uma situação semelhante à da rica região de Flandres, onde 10% da população sucumbiu à inanição.

Era comum na Europa nos anos após 1348, quando se resistia à fome, ser vítima de uma mortífera doença importada do Oriente por meio de navios italianos: a **peste negra**. A bactéria era transmitida pela pulga dos ratos infectados e acabou ceifando aproximadamente 25 milhões de vidas na Europa, e desde então se tornou comum no continente, irrompendo cerca de 100 vezes até os anos de 1700. Essa epidemia atingiu o imaginário coletivo da população: para muitos se tratava do Apocalipse, em que os anjos do Senhor feriam com flechas os pecadores e causavam a doença. Grupos de penitentes saíam às ruas e se puniam com chicotadas, como forma de obter a piedade divina.



Enrico Dandolo, doge de Veneza, recrutando pessoas para a cruzada.

O contato prolongado com o mundo oriental propiciou o desenvolvimento de relações comerciais envolvendo produtos de luxo e especiarias inexistentes na Europa, um comércio cada vez mais importante que era monopolizado por cidades italianas (como Gênova e Veneza) em rotas terrestres e pelo Mar Mediterrâneo. Entre 1202-1204, a Quarta Cruzada, impregnada de interesses comerciais e políticos, foi direcionada para Constantinopla, resultando em saques e massacres contra a população local.

Consequências das Cruzadas

Do ponto de vista militar, as cruzadas foram um fracasso, pois seus êxitos bélicos foram provisórios e a Terra Santa efetivamente continuaria sob domínio muçulmano. Os séculos de guerras desorganizaram a produção feudal e enfraqueceram a nobreza, o que de certa forma favoreceu o poder real. A ação militar dos cruzados teria retomado o controle do Mar Mediterrâneo das mãos dos muçulmanos, favorecendo um crescente comércio internacional e ligando a Europa ao Oriente. Aliás, esse intercâmbio também se estabeleceu no campo intelectual, em que europeus entraram em contato com aspectos das culturas árabe e bizantina. Porém, as cruzadas também deixaram um legado de intolerância religiosa entre europeus e povos muçulmanos, causado por cerca de 200 anos de violência e repreensão. Tal clima de excitação religiosa também repercutiu dentro da própria Europa, onde cristãos organizaram a Guerra de Reconquista para expulsar os mouros da Península Ibérica e multiplicaram atos de violência contra judeus, arraigando um forte antissemitismo que apenas cresceria no continente pelos próximos séculos.



No quadro *O Triunfo da morte*, o artista flamengo Pieter Bruegel retrata os horrores trazidos pela peste negra.

Nas pinturas, predominavam as “danças macabras”, em que caveiras, simbolizando a morte, chamavam pessoas comuns e nobres para participar daquela última “dança”. Do ponto de vista social, muitas catástrofes eram atribuídas à ira divina ou à ação de inimigos de Cristo, especialmente os judeus, muitas vezes acusados de envenenamento de poços ou matança de crianças. Era frequente a agressão e o assassinato de judeus por toda Europa, sobretudo em períodos de tensões sociais. Ao final do século XV, a situação dos judeus piorou: as perseguições aumentaram e eles foram expulsos da Espanha, além de terem sido obrigados à conversão ao cristianismo em Portugal (os convertidos eram chamados de “cristãos-novos”). Uma nova espécie de diáspora ocorreu entre as comunidades judaicas da Península Ibérica ao início da Idade Moderna, quando populações migraram para regiões como Marrocos, Império Turco Otomano, Itália, Antuérpia e Holanda. Contudo, os judeus não eram os únicos que sofriam com preconceitos: mulheres, mendigos, leprosos e estrangeiros também eram estigmatizados e discriminados nas sociedades medievais.



Representações das “danças macabras”. A partir do ano 1400 essas gravuras multiplicaram-se pela Europa.

Revoltas populares e guerras feudais

Receosos de terem suas rendas reduzidas pela diminuição de mão de obra que sucumbiu diante da peste, os senhores feudais exerceram uma violenta “superexploração” sobre os servos, que reagiram por meio de revoltas. Na França, ocorreram as *jacqueries*, e, na Inglaterra, as revoltas de John Ball e Wat Tyler, violentas sublevações camponesas que ameaçaram a continuidade do sistema feudal e aumentaram o clima de insegurança na Europa.

Contudo, não era apenas o campo que estava convulsionado: distúrbios sociais em várias cidades também ocorreram nesse período. O alto custo de vida, os baixos salários e as tensões entre os burgueses ricos e a massa urbana pobre estavam por trás de revoltas de artesãos em Colônia, Liège e Barcelona, além de conflitos entre assalariados e pobres em Florença.

O cenário social foi ainda mais agravado pela eclosão de guerras entre diversos nobres feudais que, em meio às revoltas camponesas e à elevação da inflação, lançavam-se em violentos confrontos por terras e riquezas. **A Guerra dos Cem Anos** (1337-1453) começou como uma disputa dinástica pelo trono francês por parte do rei inglês Eduardo III, que, na ausência de um herdeiro direto à Coroa francesa, reivindicou o trono do país. O conflito também envolvia fortes interesses comerciais com a região de Flandres, muito próspera no comércio de manufaturas de lã e que era feudatária da França. O confronto contribuiu para a consolidação das máquinas tributárias reais e para o fortalecimento de certo sentimento nacionalista, sobretudo no caso francês, após o surgimento da liderança militar de Joana d'Arc, uma camponesa analfabeta que afirmava ter visões divinas. Sua entrada na guerra foi decisiva para a vitória final da França. Em 1385, outro conflito entre nobres ocorreu: o pequeno reino de Portugal resistiu à tentativa de dominação por parte do vizinho reino de Castela (após uma crise dinástica semelhante à francesa) na famosa **Batalha de Aljubarrota**.

Estados nacionais

A Europa debatia-se em meio a convulsões sociais: peste, revoltas e guerras; tanto o feudalismo decadente quanto o capitalismo emergente estavam com suas existências ameaçadas, e os senhores feudais não demonstravam capacidade para solucionar tais adversidades. Nem mesmo a autoridade papal saiu ilesa da crise do século XIV: o **Cisma do Ocidente** (1378-1417) foi marcado pela existência de dois papas, um em Roma e outro em Avignon, na França. Nesse contexto, a figura real desponta como uma solução para o caos social, centralizando o poder, esmagando revoltas com seu exército, unificando pesos e medidas em um território definido. A nobreza teve que abrir mão de seu poder, pois cada vez mais a soberania política pertencia ao rei. Nasceram os Estados nacionais e uma nova etapa da história europeia começava.

Leitura complementar

Os dois lados das Cruzadas

Há quase mil anos, o Ocidente trombou com o Oriente. O mundo cristão invadiu o mundo muçulmano e deu origem a 200 anos de guerra. Só dá para entender essa história se conhecermos os dois lados dela

No mundo pós-11 de Setembro, a simples menção dessa palavra causa polêmica. Após o ataque às torres gêmeas, o presidente George W. Bush teve de pedir desculpas por usar o termo **cruzada** para nomear sua guerra contra o terrorismo. Osama bin Laden aproveitou a gafe. Em seu pronunciamento, o terrorista classificou a guerra no Afeganistão como “cruzada religiosa contra os muçulmanos”. A palavra ressuscitava dos livros de História. Só faltava Hollywood se interessar pelo assunto. Não deu outra.

O enredo do filme *Cruzada*, de Ridley Scott, gira em torno de um ferreiro que se torna cruzado. Em tempos de guerra no Iraque, nada mais natural que um filme com tema tão espinhoso despertasse protestos antes mesmo do lançamento. Em agosto de 2004, o jornal *The New York Times* entregou o roteiro de *Cruzada* para teólogos cristãos e islâmicos. Os cristãos não viram problema, mas os muçulmanos acusaram o filme de estar cheio de erros.

Final, o que foram as cruzadas? Um ato de fé e heroísmo? Um massacre covarde? “Não faz sentido buscar hoje bandidos e mocinhos”, diz o holandês Peter Demant, historiador da USP. “As batalhas tiveram significados diferentes para o Ocidente e o Oriente”. Existem, portanto, duas histórias das cruzadas. Nada melhor do que narrar essa história dos dois pontos de vista. Como você poderá constatar nos dois textos que correm na página seguinte, as versões não se contradizem. São olhares diferentes que ajudam a entender por que, nove séculos depois, o assunto continua fascinando – e causando polêmica – nos dois lados do mundo.

O exército de Cristo

No dia 27 de novembro de 1095, o papa Urbano II fez um comício ao ar livre nas cercanias da cidade de Clermont, na França. Na audiência, além de muitos bispos, havia nobres e cavaleiros. Depois desse sermão, o mundo nunca mais seria o mesmo.

No discurso, o papa tentou convencer os espectadores a embarcar em uma missão que parecia impossível: cruzar 3 mil quilômetros até a cidade santa de Jerusalém e expulsar os muçulmanos, que dominavam o lugar desde 638.

Segundo os historiadores, Urbano II deve ter usado uma linguagem vibrante e provavelmente falou dos horrores que os peregrinos cristãos à Terra Santa estavam vivendo. Do alto de sua autoridade divina de substituto de São Pedro na Igreja, o papa prometeu: quem lutasse contra os infieis ganharia perdão de todos os pecados e lugar garantido no paraíso. Um prêmio tentador no imaginário do homem cristão medieval, sempre atormentado pela ameaça de queimar no inferno.

A reação da multidão foi imediata. Gritos de “essa é a vontade de Deus” começaram a ecoar. A pregação mal havia terminado e o bispo Ademar de Monteil, em um gesto provavelmente ensaiado, ajoelhou-se diante do papa e “tomou a cruz”, ritual de alistamento em que o voluntário recebia uma cruz de pano que deveria ser costurada na altura do ombro do uniforme de batalha. Ademar embarcaria na Primeira Cruzada. Dali em diante, aquela cruz passaria a identificar os “soldados de Cristo”, ou, simplesmente, “cruzados”.

Segundo os historiadores, a intenção do papa era convocar apenas cavaleiros bem preparados. Mas seu discurso empolgou especialmente os camponeses pobres que tinham pouco a perder. As cruzadas terminariam entrando para a história como o maior movimento populacional da Idade Média, redefinindo para sempre o mapa do mundo.

[...]

Cruzada popular

Se é verdade que a intenção do papa era enviar um exército forte e organizado, formado pela elite dos cavaleiros, ele se frustrou um pouquinho. Uma série de pregadores populares começaram a incitar o povo a atacar os “infieis”. A promessa de remissão dos pecados, aliada à chance de pilhar tesouros lendários, era bem atraente. Velhos, mulheres e crianças resolveram se lançar na aventura.

[...]

Somente dois meses após essa “cruzada popular” começaram a chegar a Constantinopla os primeiros exércitos liderados por nobres. Esses homens estavam interessados em mais do que um lugarzinho no céu. “Nessa época, a Europa vivia um boom populacional e a pressão pela posse de terras era muito grande”, diz a historiadora da Idade Média Fátima Fernandes, da UFPR. “Os filhos de nobres que não eram primogênitos só podiam enriquecer por meio de um bom casamento, algo cada vez mais difícil. As cruzadas abriram uma esperança para eles”, diz ela.

Até que foi fácil

O primeiro líder nobre a chegar a Constantinopla, em dezembro de 1096, foi o conde Hugo de Vermandois, primo do rei da França, que veio pelo mar com seus cavaleiros e soldados. Logo depois, vindo pela mesma rota, aportou o duque da Baixa Lorena, Godofredo de Bouillon, acompanhado de irmãos e primos. Para financiar sua participação na cruzada, Godofredo vendera seu castelo – o que prova que não pretendia voltar para casa.

Em abril de 1097, cerca de 40 mil homens atravessaram o Estreito de Bósforo (que separa a Europa da Ásia) sem encontrar resistência. O governante muçulmano, o sultão turco Kilij Arslan, iludido pela facilidade com que havia derrotado os pobres cruzados do Eremita, estava mais preocupado com disputas internas com vizinhos muçulmanos do que com a chegada de um novo contingente de cristãos. Como o sultão iria perceber apenas tarde demais, esse seria o maior erro de sua vida.

Dessa vez, bem equipados com escudos, armaduras e cavalaria, os cruzados cercaram e tomaram Niceia, devolvendo-a aos bizantinos. Em outubro de 1097, eles chegaram a Antioquia, conquistando aquela que havia sido uma das principais cidades do Império Romano. Seis meses depois, os cristãos partiram em direção a Jerusalém. A essa altura, restavam 13 mil homens, um terço do contingente inicial. Após um mês de cerco, em 13 de julho de 1099, os cruzados conseguiram finalmente entrar em Jerusalém. No dia 15 venceram as últimas resistências.

Para a maioria deles, a conquista fora um milagre. Menos de quatro anos após a pregação em Clermont, os cristãos vitoriosos saíam em procissão para o Santuário do Santo Sepulcro, onde Cristo teria ressuscitado. O papa Urbano II morreu duas semanas depois, sem ter recebido a boa notícia da vitória. Mas ele também foi poupado das más notícias que chegariam depois.

Derrota após derrota

Foram criados quatro Estados cristãos nos territórios conquistados. Ao sul, o mais importante, o Reino de Jerusalém, governado por Godofredo de Bouillon. Um pouco acima estavam o Estado de Trípoli, o Principado de Antioquia e o Condado de Edessa. Os chefes desses Estados logo perceberam que a permanência lá não seria fácil.

[...]

Em 1187, sob a liderança de Saladino – o sultão que unificou os muçulmanos e até hoje é venerado por seguidores do islã no mundo inteiro –, os muçulmanos reconquistaram o Reino de Jerusalém. Era o começo do fim.

A perda de Jerusalém foi um choque para a Europa cristã, apesar de Saladino ter permitido peregrinações ao Santo Sepulcro. Dali em diante, houve pelo menos mais quatro grandes cruzadas em direção à Terra Santa e os cristãos colecionaram derrotas e vexames. Um dos piores foi o de 1204, quando uma cruzada acabou atacando e saqueando a cidade cristã de Constantinopla, deixando cicatrizes profundas na relação entre os cristãos do Oriente e do Ocidente. Em 1212, organizou-se uma cruzada formada por adolescentes, a Cruzada das Crianças. Seus participantes, na maioria, terminaram mortos ou vendidos como escravos.

A herança cruzada

Mas, afinal, qual foi a herança das cruzadas para o Ocidente?

Segundo os historiadores, elas deixaram diversas marcas negativas, como a separação da Igreja do Ocidente e do Oriente e um rastro de violência que fez aumentar a desconfiança entre cristãos e muçulmanos nos anos seguintes.

Em compensação, é inegável que a Europa, apesar de não ter conquistado seus objetivos, saiu fortalecida. As cruzadas reforçaram a autoridade dos reis, abrindo caminho para a criação dos Estados Nacionais. Elas também impulsionaram o comércio com o Oriente, enriquecendo as cidades italianas que iriam ter papel fundamental na sofisticação das transações financeiras até resultar na criação do sistema bancário. Além disso, reforçaram a identidade cristã no Ocidente, e, paradoxalmente, apresentaram os costumes orientais aos ocidentais, dos tapetes às especiarias. Essas novidades gerariam curiosidade na Europa, o que impulsionaria a busca por outras terras como o Brasil.

[...]

Rodrigo Cavalcante

Disponível em: <<http://www.super.abril.com.br>>.

Cultura medieval

Cultura erudita e popular



O centro do quadro *A luta entre o Carnaval e a Quaresma*, de Pieter Bruegel, o Velho, de 1559, representa o embate dos ideais de liberação e abstinência dos prazeres.

Mesmo entendendo a cultura como o conjunto de dadas manifestações que exprimem a subjetividade humana, alguns estudiosos da Idade Média procuram dividi-la em duas: de um lado, a erudita, proveniente de classes sociais alfabetizadas com acesso a bens intelectuais e, sobretudo, à produção escrita; e, de outro, estaria a cultura popular, resultante das experiências orais e dos costumes de camadas socialmente baixas e sem acesso à escrita. Especialistas afirmam que o abismo entre elas não era intransponível, pois o convívio entre tais classes no dia a dia levaria a trocas e influências mútuas, um conceito conhecido como **circularidade cultural**.

A cultura letrada manifestava-se, sobretudo, nos textos e discursos fundamentados pela visão de mundo teocêntrica, formulada pelo clero católico. A cultura popular exprimia-se em costumes, tradições e festas que foram descritas e registradas pelos clérigos, na maioria das vezes, censurando-as. Apesar da religiosidade, as camadas populares possivelmente desenvolveram hábitos que fugiam dos preceitos morais oficiais do teocentrismo católico.

Nota-se um vislumbre desses tipos de comportamentos especialmente durante as festas medievais. A mais importante era o Carnaval, embora existisse ainda a Festa do Asno e a Festa dos Tolos; nessas festividades predominavam os comportamentos ligados aos excessos alimentares, ao riso, ao deboche e às inversões das hierarquias sociais. Nessas oportunidades, o povo pobre e oprimido poderia experimentar uma espécie de "segunda vida", mais livre e irreverente, pelo menos enquanto durassem as festas. A Igreja, por sua vez, alternava posturas de condenação e tentativas de incorporação de tais festas ao calendário religioso, como ocorreu no caso do próprio Carnaval, cujo final marcava o início de um logo período de abstinências que antecederam a celebração da Páscoa, a chamada Quaresma.

O cotidiano das pessoas era marcado pela religiosidade. A luta contra as "forças do mal" era um dever do cristão, que deveria observar as manifestações divinas em eventos sobrenaturais como milagres, aparições e outros sinais do maravilhoso. O reino dos céus era para poucos: no início do século XIII, um pregador franciscano afirmou que apenas uma alma em cada 100 mil entraria no paraíso, daí por que os homens e mulheres da época tendiam a ver uma luta cósmica entre Deus e o diabo em vários simbolismos do cotidiano.

A Igreja procurava obter o controle da sexualidade de seus fiéis estabelecendo o modelo da virgindade e castidade como ideais para o cristão, ao mesmo tempo em que combatia práticas como a homossexualidade e o incesto. Nesse período, a Igreja instituiu o celibato para os clérigos e o sacramento da confissão, que era de grande importância para o controle

do comportamento dos fiéis. Para os cristãos que não conseguiam sobreviver em abstinência sexual, a solução era o sacramento do matrimônio, considerado estritamente monogâmico e indissolúvel, cuja base era o afeto recíproco. Mesmo para casados, a prática sexual deveria ser para fins procriativos, sendo proibidos os métodos abortivos e contraceptivos.

A alimentação medieval era baseada em leguminosas (cujo cultivo se expande na Baixa Idade Média) e na ingestão abundante de leite e queijos, estes últimos tidos como alimento de camadas sociais baixas. O cozimento dos alimentos era um padrão identificado com os camponeses, enquanto o assado era associado aos nobres, cuja dieta era essencialmente carnívora (possível herança germânica) com preferência por lebre, vitela, javali, cervos e outras caças.

O vinho era a bebida mais consumida pela sociedade como um todo (estima-se, em média, 2 a 3 litros diários por pessoa), até porque, diante da péssima qualidade da água, o vinho era muitas vezes a melhor opção. A cerveja era mais ingerida ao norte da Europa. Frutas frescas e doces à base de mel eram comuns, visto que o açúcar era raro e caro.

As universidades

Uma invenção medieval de influência duradoura foram as universidades. Fruto do desenvolvimento de ambientes urbanos nos quais a necessidade de educação formal era cada vez maior para o mundo dos negócios e meios eclesiásticos e jurídicos reais, surgiram a partir do século XI, inicialmente vinculadas à Igreja. Caracterizavam-se nessa época por como mestres que recebiam pagamento de estudantes e acabavam formando uma corporação. Aos poucos, tais corporações iam crescendo e ganhando estatutos de funcionamento, cronogramas de aulas etc. Por volta do século XIII, as universidades foram ganhando mais autonomia, o que deu origem a faculdades específicas, como Teologia, Direito e Medicina.

Existiam basicamente três formas para o surgimento das universidades: a partir de colégios locais, por migrações de alunos de outras universidades e por criação estatal ou eclesiástica. Era de interesse das autoridades seculares e religiosas a formação de uma mão de obra mais qualificada para suas necessidades cotidianas, como a redação de documentos, registros contábeis e leis. Por isso, as universidades recebiam das autoridades privilégios e autonomia, de maneira que seus integrantes só poderiam ser excomungados mediante autorização especial e submetidos apenas a legislações específicas, na maioria das vezes eclesiásticas. As corporações universitárias do norte surgiam a partir dos mestres que a compunham, enquanto as do sul nasciam mais vinculadas a iniciativas dos alunos.

Contudo, as condições materiais dos estudantes não eram de opulência, a maioria possuía condição social humilde e mantinha seus estudos com dificuldades, muitas vezes dependendo de ajuda externa de patronos, como as ordens religiosas, no caso de monges e padres que cursavam as faculdades. Esses estudantes se tornaram uma espécie de "proletariado intelectual" com dificuldades para o auto-sustento e muitos se tornavam errantes, sendo alta a taxa de desistência nas universidades medievais. Além disso, os estudantes tinham fama de violentos, e denúncias como rapto de mulheres, agressões entre estudantes de nações diferentes e conflitos com burgueses e autoridades civis eram comuns. Por isso, ocorriam as frequentes migrações e transferências de alunos.

Em 1088, a Universidade de Bolonha foi criada, a primeira independente da Igreja Católica e a "mãe das universidades". A de Oxford (1096) e a de Paris (1170) estão entre as mais famosas do período. Ao final da Idade Média, as universidades

são importantes centros de produção de conhecimento, quebrando o monopólio católico nessa esfera; nesse contexto, surgem os chamados intelectuais.

O ensino universitário era dividido na leitura e interpretação de textos, seguidas de debates e guiadas pelo estudo das chamadas autoridades, como Aristóteles, Galeno, o *Corpus juris civilis* e textos bíblicos. As universidades podem ser consideradas a origem da meritocracia e da promoção individual por meio do estudo e da obtenção do diploma universitário. Um intelectual de destaque da época foi santo Tomás de Aquino, que procurou releer a obra de Aristóteles enfatizando a importância da razão humana como uma auxiliar (e não uma opositora) da fé, constituindo a **filosofia escolástica**.

Saiba mais

A literatura dos goliardos

Literatura medieval escrita por clérigos ou estudantes boêmios, que optavam por uma vida desregrada, licenciosa e recheada de folgedos. Tais foliões encontravam-se na Inglaterra, França e Alemanha, onde se produziu este tipo de literatura marginal. O nome por que ficaram conhecidos deve-se à devoção ao bispo Golias, de quem se diziam seguidores. Ficaram célebres goliardos como Huoh Primas of Orleans, Pierre de Blois, Gautier de Châtillon e Philip the Chancellor. O tema preferido das suas composições é o amor, em especial o amor que não respeita convenções sociais nem qualquer moral estabelecida, e toda a espécie de prazeres sensuais. Os seus pares não os reconheciam como verdadeiros poetas e, como parece óbvio, gozavam de pouca fama entre os trovadores da corte e os clérigos ortodoxos. Quase todas as suas composições são hinos à livre expressão sexual ou à tirania ideológica, religiosa e moral da Igreja, sem esquecer o poder papal. Gradualmente, os privilégios clericais dos goliardos foram-lhes sendo retirados, até se perder inclusive a própria designação de goliardos, o que vem a acontecer no século XIV, confundindo-se, então, o termo com designações próximas como jogral, menestrel ou segrel. A mais célebre compilação dos cânticos goliardos é os *Carmina burana*, textos escritos no século XIII, na Baviera, traduzidos por John Addington Symonds com o título *Wine, women and song* (1884).

ARIAS, Ricardo A. *La poesía de los goliardos*. Madrid: Gredos, 1970.
GARCIA-VILLOSLADA, Ricardo. *La poesía rítmica de los goliardos medievales*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1975.
Disponível em: <<http://www.edtl.com.pt>>.

Filosofia medieval

Após a queda do Império Romano do Ocidente, a religião cristã passou a ser a grande referência intelectual ao lado da filosofia grega de Platão e Aristóteles. Entre os séculos I e XIV d.C., as reflexões filosóficas estariam relacionadas à preocupação em harmonizar a filosofia grega aos dogmas cristãos oriundos da revelação divina.

Patrística (séculos I-IV d.C.)

Os primeiros filósofos e “pais” da Igreja do período enfatizaram o papel do **Logos** (verbo divino) como a sabedoria encarnada em Cristo, e alguns, como Justino Mártir, consideravam que a filosofia grega de certa forma antecipou verdades cristãs, tornando possível harmonizar preceitos filosóficos gregos com a doutrina religiosa, embora nem todos concordassem, como Tertuliano, que tinha a razão filosófica como fonte indutora de erros diante da fé.

Contudo, o principal e mais influente filósofo representante da Patrística foi **Santo Agostinho**, o bispo de Hipona (cidade na África), de esmerada educação humanista, que, após uma vida pagã de devassidão, converteu-se ao cristianismo e tornou-se um dos mais célebres expoentes da teologia e filosofia cristãs. Sua obra é marcada pelo esforço de conciliação entre a filosofia platônica e as verdades do cristianismo, sobretudo no que concerne a temas como a mente divina como fonte original de modelos imutáveis que existem no mundo real e a imortalidade da alma. Agostinho enfatizou o confronto presente na história humana entre os princípios do bem e do mal representados pelo amor a Deus e o amor egoístico, alcunhados respectivamente pelo filósofo como a “cidade de Deus” e a “cidade dos homens”. Em relação ao mal no mundo, negou qualquer responsabilidade a Deus, asseverando que o mal é produto do livre-arbítrio humano.

Santo Agostinho apresentava uma visão muito negativa acerca da natureza humana, ressaltando que o pecado original de Adão e Eva escravizou a vontade do homem em relação ao pecado, de modo que, sem a graça divina, o ser humano era incapaz de escolher fazer o bem, daí por que a salvação de sua alma deveria ser fruto da ação misericordiosa de Deus mediante a doutrina da **predestinação**.

Outra abordagem de influência duradoura sobre meios intelectuais europeus foi a doutrina do **neoplatonismo**, uma abordagem mais mística, rebuscada e obscura das doutrinas de Platão. Seu grande representante foi Plotino, que afirmou a existência do “Uno” (deus? verdade? ideia do bem?) como um princípio simples que gerou, por meio de “emanações” imperfeitas, todo o universo existente; portanto, toda a realidade existente estaria integrada ao Uno. Outra neoplatônica particularmente influente foi a explicação do mal como uma “ausência do bem” e, portanto, sem existência real no mundo.

Os árabes descobrem Aristóteles

Enquanto no Ocidente grande parte da obra do filósofo Aristóteles era ignorada, salvo alguns textos traduzidos e estudados pelo filósofo Boécio, a expansão do Império Árabe pelo Mediterrâneo colocou-o em contato com obras mais completas de Aristóteles, cujas ideias acabaram sendo profundamente estudadas por filósofos muçulmanos, como Avicena e Averróis. Séculos depois, as obras aristotélicas e seus comentários acabaram sendo traduzidos do árabe para o latim, chegando posteriormente aos meios intelectuais da Europa Ocidental.

A Escolástica (séculos XI-XIV)

Os expoentes e difusores da Escolástica defendiam a harmonização entre a fé e a razão, ressaltando que a fé é o princípio para o aprimoramento da compreensão racional. Portanto, a Filosofia seria uma espécie de serva ou auxiliar da Teologia.

Apesar da importância de Santo Anselmo (autor da famosa “prova ontológica da existência de Deus”) e de Pedro Abelardo (que desenvolveu uma interessante análise dialética sobre os dogmas católicos), o maior expoente da Escolástica foi Santo Tomás de Aquino, cuja obra foi marcada pelo esforço de equilibrar fé e razão sob a forte influência das ideias de Aristóteles.

As ideias tomistas (como ficou conhecida a escolástica de santo Tomás de Aquino) teceram críticas às atividades mercantis e bancárias desenvolvidas na Europa da Baixa Idade Média, que eram baseadas no caráter eminentemente coletivo da economia, condenando a busca pelo lucro e a cobrança de juros nos empréstimos de dinheiro, ao mesmo tempo em que defendia o chamado “preço justo” e reiterava a condenação aristotélica ao uso do dinheiro como fator de geração de mais dinheiro.

Contudo, o tomismo passou a sofrer críticas de outros escolásticos, como João Duns Escoto (que enfatizou a necessidade de separar fé e razão em suas especificidades) e Guilherme de Ockham (que além de confirmar a necessidade de separar fé e razão, queria abrir caminho para a separação entre Estado e Igreja). Tais críticas influenciaram o nascimento da filosofia humanista e do próprio Renascimento Cultural nos séculos XV e XVI.

O Renascimento do século XII

Além do Renascimento Cultural carolíngio do século IX, o Medievo europeu conheceu outro período de florescimento intelectual que envolveu o desenvolvimento das artes, da arquitetura e da literatura vernacular.

O chamado Renascimento do século XII foi impulsionado pelo ensino escolástico com sua ênfase na gramática, lógica, direito canônico e teologia, uma espécie de gênese do humanismo que nascia no seio da Igreja, no qual intelectuais estudavam e reverenciavam os mestres da Antiguidade Clássica mediante o crescente apreço pela literatura latina e interesse pelas emoções individuais e pela razão humana. Ocorreu, também, um desenvolvimento arquitetônico notável, sobretudo com o estilo gótico que se propagou pela França, Inglaterra e o norte europeu.

A literatura vernacular floresceu entre os séculos XI e XIII com as canções de gesta, tendo notável importância no sul da França, onde poetas errantes e membros da pequena nobreza se tornavam trovadores cujas obras eram divulgadas pela música dos menestrelis, uma prática que se alastrou para outros locais, como na Alemanha. Um grande nome da literatura medieval foi Dante Alighieri que, com sua obra *A divina comédia*, realizou uma síntese da filosofia, ciência e religião da Europa cristã de seu tempo. Por sua vez, o Trovadorismo se expandia com sua temática ligada aos feitos da cavalaria e às estórias sobre o rei Arthur e Carlos Magno.

A pintura de murais e mosaicos era comum nas grandes catedrais, revelando, assim, uma influência da arte bizantina; outro destaque pictórico eram as iluminuras, desenhos em miniatura que ilustravam os livros medievais. Além disso, artistas como Cimabue e Giotto despontam com uma arte que seria considerada precursora do Renascimento dos séculos XV e XVI.

O amor cortês

A literatura trovadoresca enaltecia a figura da mulher geralmente inatingível, originando o chamado "Amor cortês ou romântico" que, ao lado do culto a Virgem Maria, ajudaria a mitigar a misoginia típica do Medievo cristão. Nesse tipo de literatura, estabelecia-se uma espécie de "jogo amoroso" entre a dama (geralmente casada), seu esposo e o cavaleiro aspirante a amante. Para alguns estudiosos, tal jogo seria um reflexo das próprias relações sociais tecidas pela nobreza, uma vez que jovens cavaleiros poderiam residir na corte de um senhor feudal mais poderoso.

Convém lembrar que, no Período Medieval, o casamento era uma instituição construída sobre deveres tradicionais, e não sobre sentimentos arrebatadores, ou seja, impulsos amorosos de ardor e desejo não eram bem-vindos à instituição matrimonial. Portanto, a situação de desejo, doação e servidão por parte de um homem para um objeto inatingível (a mulher, cuja condição social nobre e o status civil de casada tornavam muito difícil a consumação física dos sentimentos) era incomum, daí o caráter erótico do jogo envolvendo a dama que se deixava atrair pelas cortesias e galanteios, mas ciente que seu corpo pertencia ao esposo, e o jovem cavaleiro que "ferido" em seus sentimentos buscava uma

oportunidade para obter algum tipo de recompensa física de seu objeto de amor, uma espera permeada por desejos e tensões diante do risco da descoberta por parte do marido.

Portanto, tem-se o estabelecimento de uma relação ambígua, mas que, possivelmente, reforçava ao mesmo tempo os laços de vassalagem entre os nobres, bem como os vínculos matrimoniais entre marido e mulher. Nascia, nesse mesmo momento, a concepção de "cortesia" em que os homens buscavam tratar as mulheres com um grau de refinamento maior, usando espécies de "carícias verbais" que ao mesmo tempo seduziam e demarcavam a posição social distintiva do cavaleiro nobre em relação ao servo e ao vilão.

Arquitetura medieval

De modo genérico, pode-se dividir os estilos arquitetônicos em dois: o **românico** e o **gótico**. O estilo românico era típico da Alta Idade Média, uma época de violência e insegurança, que refletiu-se em um estilo marcado pelo predomínio de paredes grossas, com pouca luminosidade interna, uso do arco romano e um sentido de horizontalidade.



Catedral de Módena, Itália, em estilo românico.

Já o estilo gótico desenvolveu-se durante a Baixa Idade Média e está relacionado a um contexto de crescimento material, segurança e prosperidade econômica nas cidades medievais. As catedrais nesse estilo possuíam um forte sentido de verticalidade, com suas torres altas e seus arcos ogivais, além de numerosos vitrais e janelas e um forte senso de luminosidade interior.



Catedral de Rouen, França, em estilo gótico.



Atividades para sala

- Os últimos anos do século X foram marcados, na Europa Ocidental, pela diminuição das invasões bárbaras e pela queda da mortalidade por epidemias. Tais fatos geraram estabilidade e crescimento demográfico. A partir do século XI, o continente experimentaria profundas transformações que levariam ao que se conhece como renascimento comercial.

Com relação ao exposto anteriormente, é correto afirmar que

- o Iluminismo gerou uma mentalidade de busca pela prosperidade material, o que levou ao incremento de práticas comerciais.
- o restabelecimento de rotas comerciais com a Oceania favoreceu o estabelecimento de novas empresas de comércio na Europa.
- os avanços tecnológicos elevaram a quantidade da produção agrícola e o excedente passou a ser vendido.
- as Cruzadas impediram a circulação de mercadorias entre o Ocidente e o Oriente.
- a intensificação do comércio provocou o enfraquecimento de feiras regulares nos cruzamentos das rotas comerciais.

2. (ENEM) Se a mania de fechar, verdadeiro *habitus* da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha.

DUBY, Georges et al. Séculos XIV-XV. In: ARIÈS, Philippe. *História da vida privada – Da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (adaptado)

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos. Esse processo está diretamente relacionado com

- o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
- a migração de camponeses e artesãos.
- a expansão dos parques industriais e fabris.
- o aumento do número de castelos e feudos.
- a contenção das epidemias e doenças.

3. Leia o texto a seguir e responda à questão.

Foram eles que criaram, em fins do século XIII, um mecanismo para medir o passar do tempo, independentemente da época do ano e das condições climáticas. Sendo hora do almoço, a pessoa vai para casa ou para o restaurante e senta-se à mesa. [...] Na Antiguidade, as pessoas comiam recostadas numa espécie de sofá, apoiadas sobre o antebraço. [...], pegamos os alimentos com colher (criada aproximadamente em 1285) e garfo (século XI, de uso difundido no XIV). Terminada a refeição, a pessoa passa no banco [...] para autenticar documentos, dirige-se ao cartório, instituição que [...] preservava a memória de certos atos jurídicos (“escritura”), fato importante numa época em que pouca gente sabia escrever.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 1º mar. 2008.

O texto se refere

- à Antiguidade Clássica na Grécia.
- ao Período Medieval na Europa.
- à cultura árabe no Extremo Oriente.
- à presença espanhola na América Central.
- ao contexto cultural islâmico do Mediterrâneo.

4. Leia o texto a seguir.

O corpo é considerado perigoso: é o lugar das tentações; nele se manifesta o que depende do mal; sobre ele se aplicam os castigos purificadores que expulsam o pecado. Testemunha, o corpo denuncia as particularidades da alma por seus traços específicos, mas também pela maneira pela qual suporta a prova da água ou do ferro em brasa.

DUBY, Georges. A solidão nos séculos XI a XIII. In: *História da vida privada: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 515-516. (adaptado)

O dualismo entre corpo e alma era uma característica da cultura europeia nos séculos XII e XIII. Com base no texto, esse dualismo expressava-se

- no desprezo com a higienização do corpo, que era um recurso para encobrir os pecados da alma.
- na prática caritativa com os doentes, que se tornavam exemplo em virtude do sofrimento do corpo.
- no controle do comportamento, que revelava a alma resguardada pelo corpo.
- na hierarquização entre homens e mulheres, que regulava a moral segundo os preceitos bíblicos.
- no exercício do ritual de exorcismo, que expulsava o pecado do corpo.

5. A Idade Média europeia é inseparável da civilização islâmica já que consiste precisamente na convivência, ao mesmo tempo positiva e negativa, do cristianismo e do islamismo, sobre uma área comum impregnada pela cultura greco-romana.

José Ortega y Gasset

O texto anterior permite afirmar que, na Europa Ocidental medieval,

- formou-se uma civilização complementar à islâmica, pois ambas tiveram um mesmo ponto de partida.
- originou-se uma civilização menos complexa que a islâmica devido à predominância da cultura germânica.
- desenvolveu-se uma civilização que se beneficiou tanto da herança greco-romana quanto da islâmica.
- cristalizou-se uma civilização marcada pela flexibilidade religiosa e tolerância cultural.
- criou-se uma civilização sem dinamismo, em virtude de sua dependência de Bizâncio e do islã.

6. No princípio do século XII, teve início na Europa uma economia fundada no comércio, e o centro da vida social deslocou-se do campo para as cidades, surgindo uma nova classe social: a burguesia urbana. Também resultado desse processo, a arte românica passou a ser abandonada em favor de um novo estilo, a arte gótica, a qual apresentava as seguintes características arquitetônicas

- colunas jônicas, capitéis e relicários.
- contrastes de luz e sombras, abóbadas e tetos altos.
- vitrais coloridos, muito espaço interno e paredes maciças.
- fachadas pesadas, pouco espaço interno e rosáceas.
- arcobotantes, arcos ogivais e vitrais.



Atividades propostas

1. [...] para satisfazer as faltas e necessidades dos da fortaleza, começaram a afluir diante da porta, junto da saída do castelo, negociantes, [...] mercadores de artigos custosos, em seguida taberneiros, depois hospedeiros para a alimentação e albergue dos que mantinham negócios com o senhor [...]. Os habitantes de tal maneira se agarraram ao local que em breve aí nasceu uma cidade importante.

LELONG, Jean. Cronista do século XIII. In: ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*, 1972.

O texto refere-se

- às transformações ocorridas na Europa Ocidental a partir do século XI, quando as atividades comerciais se intensificaram.
- ao processo de criação das corporações de ofício, com regras e rituais específicos para cada profissão.

- c) à crescente insegurança que marcou o Período Medieval, razão pela qual se procurava viver em torno de fortificações.
- d) à baixa produção dos feudos, que dependiam de fornecedores externos para assegurar a sobrevivência de seus moradores.
- e) às lutas entre senhores feudais e senhores urbanos pelo controle da produção agrícola, principal fonte de impostos.

2. Leia o poema a seguir.

A morte para todos faz capa escura,
E faz da terra uma toalha;
Sem distinção, ela nos serve,
Põe os segredos a descoberto,
A morte libera o escravo,
A morte submete rei e papa
E paga a cada um seu salário,
E devolve ao pobre o que ele perde
E toma do rico o que ele abocanha.

FROIDMONT, Hélinand de. *Os versos da morte*. São Paulo: Ateliê/Imaginário, 1996. p. 50. (adaptado)

Esse poema do século XII refere-se ao impacto das mudanças ocorridas no Ocidente, durante o Período Medieval, relacionadas à expansão urbana e comercial. Tendo em vista esse ambiente, ao transformar a morte em personagem, o poema caracteriza-a com uma atitude

- a) moralizadora, que expressa a necessidade de correção dos costumes na vida terrena.
- b) racionalista, que manifesta a retomada do pensamento aristotélico.
- c) idealista, que constrói uma imagem sublime do ser humano como criatura de Deus.
- d) heroica, que denota o desejo de incentivar a coragem nos seres humanos.
- e) indulgente, que promove a convivência tolerante entre cristãos e pagãos.

3.



Disponível em: <<http://www.agelioforos.gr>>.

A imagem anterior reproduz uma caricatura inglesa do século XIII e mostra Isaac Jurnett, comerciante judeu, da cidade de Norwich, sendo questionado pelo diabo em pessoa, sob o olhar vigilante e misterioso da Santíssima Trindade ao alto.

Nesse contexto, é correto inferir que, na Idade Média,

- a) havia grande preconceito contra judeus e comerciantes.
- b) os comerciantes eram bem-vistos como produtores de riquezas.
- c) a Santíssima Trindade abençoava os judeus e os protegia do diabo.
- d) os judeus eram aceitos como elementos ativos e participantes da comunidade feudal.
- e) o comércio era uma atividade arriscada, por isso a vida dos comerciantes era um inferno.

4. Leia o fragmento a seguir.

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que esta última da cidade antiga.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 25.

Nessa passagem, o historiador Jacques Le Goff compara a cidade medieval com a contemporânea, estabelecendo uma aproximação entre ambas. A característica da cidade medieval que permite tal relação é a

- a) exaltação da vida cívica, associada aos jogos e aos espetáculos promovidos por seus governantes.
- b) laicização da cultura, expressa na arquitetura dos edifícios públicos em contraste com o domínio religioso.
- c) valorização das atividades de produção e de trocas comerciais, alimentadas por uma economia monetária.
- d) afirmação da autonomia política, revelada pela oposição dos cidadãos ao poder dos senhores feudais.
- e) segregação social, manifestada na criação de bairros periféricos pobres e violentos.

5. Assim como o camponês, o mercador está a princípio submetido, na sua atividade profissional, ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais. Como, durante muito tempo, não houve nesse domínio senão necessidade de submissão à ordem da natureza e de Deus, o mercador só teve como meio de ação as preces e as práticas supersticiosas. Mas, quando se organiza uma rede comercial, o tempo se torna objeto de medida. A duração de uma viagem por mar ou por terra, ou de um lugar para outro, o problema dos preços que, no curso de uma mesma operação comercial, mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem, tudo isso se impõe cada vez mais à sua atenção. Mudança também importante: o mercador descobre o preço do tempo no mesmo momento em que ele explora o espaço, pois para ele a duração essencial é aquela de um trajeto.

LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2013. (adaptado)

O texto associa a mudança da percepção do tempo pelos mercadores medievais ao

- a) respeito estrito aos princípios do livre-comércio, que determinavam a obediência às regras internacionais de circulação de mercadorias.
 - b) crescimento das relações mercantis, que passaram a envolver territórios mais amplos e distâncias mais longas.
 - c) aumento da navegação oceânica, que permitiu o estabelecimento de relações comerciais regulares com a América.
 - d) avanço das superstições na Europa Ocidental, que se difundira pelo contato com povos do leste desse continente e da Ásia.
 - e) aparecimento dos relógios, que foram inventados para calcular a duração das viagens ultramarinas.
6. [...] os mitos e o imaginário fantástico medieval não foram subitamente subtraídos da mentalidade coletiva europeia durante o século XVI. [...] Conforme Laura de Mello e Sousa, "parece lícito considerar que, conhecido o Índico e desmitificado o seu universo fantástico, o Atlântico passará a ocupar papel análogo no imaginário do europeu quatrocentista".

VILARDAGA, José Carlos. *Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554)*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 197.

Durante a Idade Média, havia um imaginário vinculado às cruzadas, pautado pela concepção de que

- os nobres tinham a missão sagrada de proteger a população europeia dos infiéis que, após a tomada da Península Ibérica, vinham impondo violentamente sua crença e cobrando altos impostos a toda a cristandade.
- os vassallos deveriam morrer por meio do “bom combate” pois, ainda que não houvesse esperança alguma de reconquistar Jerusalém, o sacrifício humano fortaleceria a fé católica e o poder do papa.
- a guerra santa iniciada pelos muçulmanos era uma provação que os cristãos deveriam enfrentar para que a tragédia da peste negra e outros castigos divinos não voltassem a incidir sobre o Ocidente.
- a longa peregrinação e os combates militares movidos pela fé, a fim de recuperar a Terra Santa, assegurariam, a todos os participantes, o perdão de seus pecados e a purificação de suas almas.
- o enriquecimento obtido através de pilhagens deveria ser inteiramente destinado às ordens mendicantes instaladas no Oriente e às famílias pobres muçulmanas como prova do não apego aos bens materiais pela Igreja Católica.

7. A proliferação das universidades medievais, no século XIII, responsável por importantes transformações culturais, está relacionada

- ao Renascimento Cultural promovido por Carlos Magno e pelos homens cultos que trouxe para sua corte.
- à invenção da imprensa, que possibilitou a reprodução dos livros a serem consultados por mestres e alunos.
- à importância de se difundir o ensino do latim, língua utilizada pela Igreja para escrever tratados teológicos, cartas e livros.
- ao crescimento do comércio, ao desenvolvimento das cidades e às aspirações de conhecimentos da burguesia.
- à determinação de eliminar a ignorância e o analfabetismo da chamada Idade das Trevas.

8. A vida cultural europeia, na Baixa Idade Média (do século XI ao XV), pode ser caracterizada pelo(a)

- esforço de Ptolomeu para estruturar os conceitos geográficos.
- multiplicação das universidades e difusão da arquitetura gótica.
- deslocamento, de Córdoba para Paris, do centro de gravidade da cultura muçulmana.
- difusão do dogma escolástico baseado na negação da união entre a fé e a razão para a busca da verdade.
- decadência do ensino urbano seguida de sua ruralização.

9. A Idade Média também foi denominada o “tempo das catedrais”. Data desse período a construção da Catedral de Burgos, na Espanha, reproduzida na figura ao lado.

O estilo arquitetônico da Catedral de Burgos é o

- renascentista.
- românico.
- gótico.
- barroco.
- moderno.



10. A Idade Média não é o período dourado que certos românticos quiseram imaginar, mas também não é, apesar das fraquezas e aspectos dos quais não gostamos, uma época obscurantista e triste, imagem que os humanistas e os iluministas quiseram propagar.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 18.

A ambígua imagem da Idade Média que existe atualmente deriva, em parte, de representações

- negativas do período, que destacam a opressão a que os camponeses eram submetidos, a intolerância da Igreja e as repetidas temporadas de fome.
- positivas do período, que destacam o papel relevante que as mulheres tinham na vida social, o avanço tecnológico e o desenvolvimento nas artes visuais.
- negativas do período, que destacam a atuação do Tribunal da Inquisição, a ausência de mobilizações sociais e o Direito Divino que justificava o absolutismo.
- positivas do período, que destacam o resgate de valores religiosos oriundos da Antiguidade Clássica, a arquitetura românica e gótica e as festas populares.
- negativas do período, que destacam a ausência de liberdades políticas, a persistência do politeísmo e de práticas de bruxaria em toda a Europa Ocidental.

11. [Na Idade Média] Homens e mulheres gostavam muito de festas. Isso vinha, geralmente, tanto das velhas tradições pagãs [...], quanto da liturgia cristã.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

Sobre essas festas medievais, pode-se dizer que

- muitos relatos do cotidiano medieval indicam que havia um confronto entre as festas de origem pagã e as criadas pelo cristianismo.
- os torneios eram as principais festas e rompiam as distinções sociais entre senhores e servos, que, montados em cavalos, se divertiam juntos.
- a Igreja Católica apoiava todo tipo de comemoração popular, mesmo quando se tratava do culto a alguma divindade pagã.
- as festas rurais representavam sempre as relações sociais presentes no campo, com a encenação do ritual de sagração de cavaleiros.
- religiosos e nobres preferiam as festas privadas e pagãs, recusando-se a participar dos grandes eventos públicos cristãos.

12. A religião teve importância para a Idade Média em amplos aspectos da vida social. Além do seu destaque político, merece ressaltar figuras como Tomás de Aquino, pensador influente, que, no Período Medieval,

- foi um crítico dos costumes da época, sendo partidário de heresias que incomodavam o clero secular.
- firmou-se como um dos pensadores importantes da Igreja Católica, embora tivesse ligações filosóficas com Aristóteles.
- negou a necessidade de acreditar em Deus de forma institucional, defendendo o pensamento de Santo Agostinho.
- influenciou as ideias da Igreja no período da Alta Idade Média, com sua exaltação da fé individual.
- tornou-se o centro do pensamento cristão no Ocidente, construindo uma reflexão com base em Platão e nos pré-socráticos.

Neste livro:

Módulo 1: A conquista da América portuguesa; A história social dos povos africanos e indígenas; A economia açucareira 80

Módulo 2: A mineração no Período Colonial e as atividades subsidiárias; A formação territorial brasileira94

Módulo 3: As revoltas coloniais; Período Joanino e a transição para a independência 104

Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade

C 2,3,5
H 7,11,13,15,16,18

Módulo

1

A conquista da América portuguesa; A história social dos povos africanos e indígenas; A economia açucareira



SILVA, Oscar Pereira da. *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500.* 1902. Óleo sobre tela. Museu Paulista.

Nas duas últimas décadas, o Brasil passou a ser considerado uma potência regional da América do Sul, um país emergente, uma quase potência mundial. Foi a sede do Campeonato Mundial de Futebol de 2014 e palco das Olimpíadas de 2016, eventos que colocam o país em destaque no cenário internacional.

As atenções no âmbito exterior se voltaram para o Brasil, que tem uma participação cada vez mais relevante nas mesas de comércio internacional, em missões de paz, representando a ONU, ou ainda, tentando mediar o entendimento entre nações por iniciativa soberana.

O Brasil tem realmente vocação para arbitrar tensões? Será que alcançará o *status* de uma das maiores economias do mundo em um futuro próximo? A população brasileira terá uma condição de ator e agente de transformações de sua própria realidade? O povo está potencialmente inserido na condição de participante da democracia e da cidadania de seu próprio país? As Ciências Humanas não podem dar todas as respostas, mas estimulam a reflexão sobre o papel da humanidade no século XXI.

O mesmo ocorre com a História, sendo uma área do conhecimento que não se apresenta como a mestra da vida. Tempos atrás, muitos indivíduos, pelo conhecimento adquirido, mantiveram sistemas de dominação com posturas autoritárias. Porém, a geração atual que analisa, investiga e critica, que tem acesso à informação em tempo real, pode contribuir decisivamente para uma sociedade mais responsável e consciente, na qual o desenvolvimento humano pode chegar a um número cada vez maior de localidades.

Neste livro, serão percorridos os caminhos da História, passando por diferentes épocas, analisando o passado com base em uma perspectiva atual e crítica, fazendo com que essas relações possam gerar uma reflexão sobre o que o mundo significa e onde se quer chegar.

O estudo começa com o processo que levou à construção do Brasil. Ele foi conquistado ou descoberto? Existe uma resposta exata para esse questionamento, ou depende da metodologia que se emprega para definir conquista ou descoberta?

Se a descoberta for entendida como um ato pacífico, certamente os europeus (portugueses) não o fizeram, pois as comunidades nativas que aqui habitavam e se comportavam de forma subsistencial com a natureza é que foram os descobridores. Porém, se conquista for um ato de violência, certamente esse conceito se encaixará na lógica da colonização que alcançou espaço na América portuguesa.

A centralização do Estado nacional português o colocou como pioneiro das grandes navegações, fazendo-o vivenciar, juntamente com os espanhóis, uma experiência de desbravamento, divisão, povoamento e exploração das terras do Hemisfério Sul.

Pelos termos do Tratado de Tordesilhas (1494), ficou estabelecido um meridiano que distaria 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde, sendo as terras ao oeste desse meridiano pertencentes à Espanha e as terras ao leste pertencentes a Portugal.

O território que caberia aos portugueses seria pouco expressivo se comparado ao recebido pelos espanhóis. Contudo, uma série de fatores acabou por ampliá-lo, uma vez que os portugueses anexaram áreas que estavam determinadas inicialmente para a Espanha.

Com o que os ameríndios ficariam? Como eles foram tratados nessa divisão? Na montagem do império colonial ibérico, os nativos foram desconsiderados, afirmação essa extraída de um discurso polido, para não ter que informar imediatamente que, na verdade, as comunidades foram exploradas, escravizadas e muitas vezes exterminadas, não recebendo qualquer respeito por sua presença nestas terras.

O marco da posse da terra, que inicialmente corresponderia ao Brasil, foi feito pela esquadra de Cabral, em 1500. A descoberta teria mesmo sido por acaso, como foi dito pelo tradicionalismo histórico? A crença nesse “acaso” acabou sendo conservada durante anos como a teoria mais plausível.

No entanto, compreende-se que, antes de Cabral alcançar essas terras, outros navegadores já haviam se lançado ao Atlântico Sul e rascunhado um primeiro mapa do que seria o litoral brasileiro, entre eles Vicente Pinzón e Duarte Pacheco.

No período Pré-Colonial (de 1500 a 1530), o Brasil foi visitado por expedições exploradoras lusas, como a de Gaspar de Lemos (em 1501), que realizou um reconhecimento em alguns pontos da costa e constatou a existência de pau-brasil. A segunda expedição, de Gonçalo Coelho, em 1503, levou à fundação de feitorias. As expedições de Cristóvão Jacques, em 1516 e 1526, eram de caráter militar, com o objetivo de combater estrangeiros que buscassem contrabandear o pau-brasil.

Nesse período, a atividade desenvolvida no Brasil, com autorização da Coroa portuguesa, foi a extração de pau-brasil, uma atividade nômade e predatória que não tinha a finalidade de promover o povoamento.

A mão de obra indígena era explorada de acordo com a prática que ficou conhecida como **escambo** (troca), na qual os índios faziam o trabalho pesado, como corte e transporte da madeira, e em troca recebiam objetos de pouco valor.

Logo a Coroa portuguesa estabeleceu o **estanco**, ou seja, o monopólio do pau-brasil, como uma estratégia de garantir ganhos imediatos, já que a madeira era explorada com diversas finalidades, como o tingimento de tecidos (por liberar um corante vermelho) e a fabricação de móveis.

A instalação de entrepostos comerciais, chamados de **feitorias**, foi uma medida preventiva da Coroa portuguesa, pois facilitariam o intercâmbio com Portugal. Representavam também uma unidade diplomática, ao mesmo tempo em que defenderiam o litoral da presença de estrangeiros. Além disso, as feitorias funcionavam como armazéns de madeira, com o intuito de facilitar o transporte do produto para os navios.

Os olhares da empresa mercantil portuguesa permaneciam voltados para o comércio oriental de especiarias, e a América portuguesa passaria, então, trinta anos esquecida.

Os Estados mercantilistas adotavam o sistema colonial como uma das soluções para a forte concorrência entre os Estados modernos na Europa. Esse sistema era fundamentado na relação entre metrópole e colônia, na qual a colônia só poderia fornecer matéria-prima para a metrópole e comprar manufaturas metropolitanas.

De modo geral, as práticas mercantilistas estavam relacionadas ao **metalismo**, ao **intervencionismo**, ao **protecionismo** e à **balança comercial credora** (ou favorável), princípios que visavam à acumulação de capital e tinham como resultado o fortalecimento do Estado.

Essa era a lógica mercantilista no início da Idade Moderna; é por esse motivo que a expressão "capitalismo comercial" pode ser vista como um pleonismo, pois o capitalismo, em sua essência, é comercial.

É evidente também que o avanço das relações capitalistas de produção e o aumento da importância da classe burguesa estimularam a quebra das "amarras" do intervencionismo estatal, fazendo o capitalismo seguir uma orientação mais liberal, no contexto do século XVIII.

O Estado português foi constituído sobre fundamentos católicos (na Idade Média, o trabalho era vinculado ao castigo divino), o que contribuiu para que os lusos não desenvolvessem, de forma antecipada, os elementos do capitalismo moderno. Se comparado aos países de tendência calvinista, que valorizavam o trabalho, o lucro e estimulavam a concorrência, a admissão do Estado português se deu de forma tardia na modernidade capitalista.

Os portugueses não souberam administrar seus recursos de maneira satisfatória, aumentando suas dívidas e gerando o enfraquecimento da burguesia lusa. Um dos motivos para esse declínio foi o fato de a nobreza, que comandava o Estado, temer a ascensão da burguesia, que poderia ameaçar seu poder político.

Portanto, toda iniciativa com o objetivo de fragilizar a classe burguesa era aceitável para os nobres burocratas, como por exemplo, transferir parte do comércio de especiarias para os mercadores flamengos (holandeses), utilizando as embarcações deles.

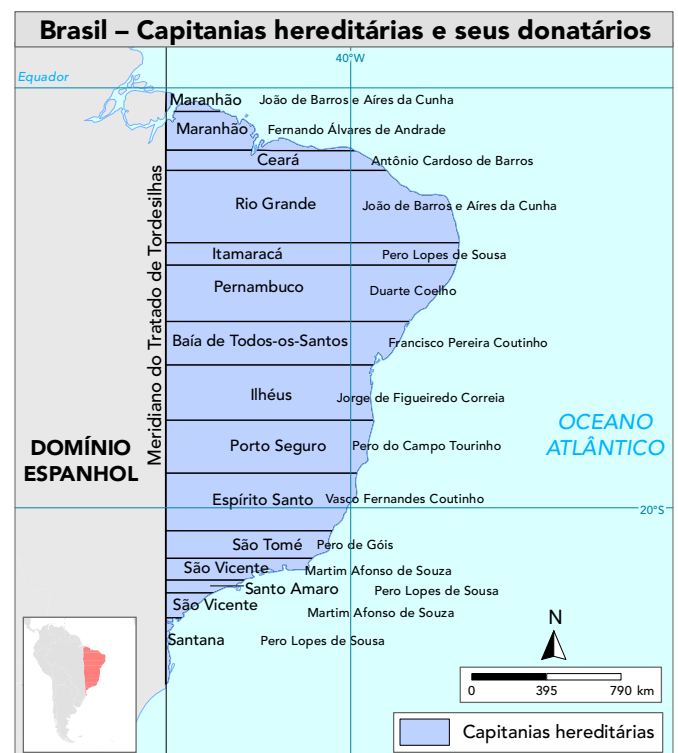
Portugal contraiu pesados empréstimos com bancos holandeses, mergulhando em uma crise financeira. Será que esse fato pode explicar a influência lusa no excesso de burocracia e má gestão, ao longo de muitos séculos, na história brasileira?

O endividamento português, a saturação do comércio de especiarias, causada pela entrada de novos atores comerciais, que despejavam mais produtos na Europa, e a ação de piratas e corsários, que tomavam carregamentos portugueses, contribuíram para o cenário de decadência do comércio oriental português, estimulando a colonização do Brasil. É importante também considerar que a presença de estrangeiros nas terras ocupadas inicialmente pelos portugueses favoreceu o processo de colonização.

A primeira expedição colonizadora foi a de Martim Afonso de Souza, que tinha a responsabilidade de promover o povoamento, combater invasões estrangeiras e administrar o território. Em 1531, ele fundou a vila de São Vicente (no litoral de São Paulo), promoveu a distribuição de **sesmarias** entre os primeiros colonos, estruturou o primeiro engenho e se lançou em expedição para a região do Rio da Prata, para que fosse reconhecido o controle português naquela região. Com a sua expedição, foi estabelecida a primeira infraestrutura de povoamento para que, assim, a colonização fosse efetivada ao longo dos séculos.

Convém lembrar que, nesse período, o comércio oriental estava em crise e o Estado português vivia um déficit em seus cofres, o que levou à necessidade de gerar recursos para o Estado e impedir a perda das possessões na América.

Visando solucionar esses impasses, a Coroa portuguesa optou pelo sistema de capitânias hereditárias, unidades administrativas, sustentadas por capital particular, nas quais a Coroa não arcou com os gastos do processo de povoamento e exploração.



Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996. (adaptado)

De 1534 a 1536, terras foram concedidas a integrantes da nobreza lusa que estavam dispostos a empreender a missão colonizadora no Brasil, os donatários.

Foram criadas 15 capitanias, propriedades da Coroa portuguesa, mas sob o controle administrativo dos donatários. Os **forais** e as **cartas de doação** eram os documentos de conteúdo jurídico-administrativo que estabeleciam os direitos e os deveres dos donatários. Entre esses deveres, os donatários tinham que assegurar a proteção da capitania, entregar o **quinto** da exploração de metais, 10% dos produtos da terra, além de assegurar o monopólio do pau-brasil para o Estado luso.

Acerca dos direitos, os donatários poderiam fundar vilas, criar leis, cobrar impostos, distribuir sesmarias, doar armas e comercializar um número predeterminado de índios por ano.

O caráter hereditário permitiria aos donatários transmitirem os direitos e as obrigações sobre a terra para seus descendentes, desde que fossem cumpridas as determinações estabelecidas pela Coroa.

Com essa prática, pode-se constatar princípios cujas raízes remontam ao feudalismo europeu. O rei representava a figura do suserano, e o donatário, a do vassalo, assim como o donatário poderia ser visto como um suserano, e o sesmeiro (recebedor de terras), como um vassalo. Apesar de o Brasil não ter vivido o feudalismo de modelo europeu, o processo de transição do mundo feudal europeu para o capitalismo teve influência no país.

Apenas duas capitanias hereditárias prosperaram no século XVI: São Vicente e Pernambuco. De modo geral, esse sistema fracassou, devido, entre outros motivos, à falta de investimentos necessários, ao desinteresse dos donatários, à distância da metrópole, à falta de comunicação entre as próprias capitanias, aos ataques indígenas, à invasão por corsários e à pobreza do solo de boa parte dessas regiões.

É interessante mencionar que investir no Brasil era um negócio extremamente arriscado, uma vez que não existia a garantia de que as riquezas seriam realmente encontradas. Isso acabou contribuindo para que boa parte dos donatários pertencesse à baixa nobreza, visto que não tinham muitos bens; por esse motivo, vieram tentar a sorte na América portuguesa. Já os integrantes da alta nobreza não queriam investir suas posses em tal empreitada, por ser de alto risco.

Com a decadência desse sistema, a Coroa implantou o **Governo-Geral**, cujo objetivo não era acabar com as capitanias, e sim promover sua centralização e reduzir o poder dos donatários.

O Governo-Geral deveria oferecer amparo financeiro, militar e administrativo, tendo um corpo de auxiliares representados pelas funções do **provedor-mor** (finanças), **capitão-mor** (defesa) e **ouvidor-mor** (justiça).

Serão apresentados a seguir alguns pontos das realizações nos governos-gerais, focalizando a figura de seus gestores.

Tomé de Souza foi governador-geral de 1549 a 1553. Seu governo foi marcado pela vinda da missão jesuítica de Manuel da Nóbrega, pela implantação do ensino jesuítico na colônia, pela chegada de imigrantes para o povoamento e pela definição da primeira capital, Salvador.

Duarte da Costa foi o administrador de 1553 a 1558. Durante o seu governo, o padre José de Anchieta fundou o Colégio de São Paulo, com a participação de Manuel da Nóbrega. Nesse governo, ocorreu o conflito entre colonos e jesuítas, influenciado pelo fato de os colonos quererem o

escravismo de índios e os jesuítas não o aceitarem. Outro fator de crise foi a invasão francesa de calvinistas (huguenotes) ao Rio de Janeiro.

De 1558 a 1572, Mem de Sá foi o governador-geral da colônia. Sua administração foi marcada por grandes desafios, como promover a pacificação e o entendimento entre colonos e jesuítas. Para isso, foi intensificada a educação colonial e o fornecimento de escravos. Seu governo tinha como objetivo expandir o povoamento tanto no litoral quanto no interior, uma estratégia para garantir a colonização. Outro desafio era reaproximar os índios tamoios dos portugueses, já que a aliança entre tamoios e franceses acabou facilitando a instalação da França Antártica no litoral brasileiro. Essa reaproximação foi conseguida com a ajuda de seu sobrinho Estácio de Sá, auxiliado pelos jesuítas. Estácio fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e expulsou os franceses da costa brasileira. Após o governo de Mem de Sá, a metrópole portuguesa dividiu a administração colonial no Brasil entre Salvador e Rio de Janeiro.

Leitura complementar

Quem descobriu o Brasil?

A viagem de Pedro Álvares Cabral e as notícias da época mostram que a descoberta da nova terra surpreendeu a todos

A 22 de abril de 1500, a armada comandada por Pedro Álvares Cabral, que pelo Oceano Atlântico ia a caminho da Índia, deparou com terra a ocidente. Tudo – exceto a vontade persistente de alguns historiadores, sem documentos ou resquício de prova – leva a concluir que esse “achamento” não foi propositado. Para alguns deles, nem se trata de suspeita, mas de uma certeza cuja ausência de provas funciona como evidência afirmativa. O descobrimento ocasional da costa ocidental banhada pelo Atlântico decorre, com certeza, de uma excessiva inflexão para sudoeste da rota da armada de Cabral. Ainda no século XVI, um cronista escreveu: “E porque os pilotos já melhor entendiam que encurtavam caminho não indo costeando a costa de São Tomé, foram navegando direitos ao cabo da Boa Esperança e por acerto viram terra de sua mão direita.” Podia a terra já antes ter sido entrevista? Talvez apenas suspeitada. No relato da viagem de Vasco da Gama, em 1497, lê-se que da sua armada se viram “pássaros que voavam como se fossem para terra”. Era, evidentemente, uma suposição. Só agora, com Cabral, essa terra era observada e de sua existência se passava a ter certeza.

Nenhum documento permite afirmar que Pedro Álvares Cabral partira de Lisboa com o propósito de descobrir novas terras. A intencionalidade da descoberta não encontra fundamento em nenhuma das testemunhas, seja Pero Vaz de Caminha, Mestre João ou um piloto anônimo. A armada partiu com destino à Índia, e foi só isso. Nem os fragmentos das instruções de Vasco da Gama para a viagem permitem suspeitar de uma missão adicional. É arriscado demais supor que tivessem sido redigidas outras instruções secretas – quando as que se conhecem também não eram públicas. E nada, depois do achamento, indicia qualquer segredo anterior bem guardado: não seguiam a bordo quaisquer padrões de pedra para assinalar descobertas, como acontecia nas viagens de exploração de terras desconhecidas; Cabral apressou-se a reunir um conselho dos capitães que decidiu enviar a Lisboa em um navio da armada para anunciar o descobrimento. Reunião que seria absurda se tivesse instruções para a descoberta. Tudo isso para mascarar um achamento intencional? Não parece aceitável.

Desinteressantes são também os argumentos que partem da negociação de Tordesilhas. Não convence que D. João II insistiu em alargar a área limitada pelo meridiano separador dos hemisférios castelhano e português, a 370 léguas para ocidente das ilhas de Cabo Verde, tendo um suposto conhecimento prévio de terras nessa borda do Atlântico. Muito simplesmente, o que o rei português certamente pretendia com a linha de Tordesilhas era garantir a navegação pela Índia com toda a segurança, sem o eventual perigo de castelhanos nas proximidades da rota. Não se pode esquecer que Cristóvão Colombo já chegara às Antilhas em 1492, o que não faz forçosamente imaginar que em Portugal se tivesse certeza da existência de terras a ocidente. Quando muito, se trataria de uma forte suspeita, e de querer garanti-las para Portugal se de fato essas terras existissem, como parte da segurança da navegação em todo o Atlântico.

O Atlântico, então, era apenas parcialmente conhecido. Durante dez anos, entre a passagem pelo sul da África por Bartolomeu Dias (1488) e a partida da armada de Vasco da Gama (1497), o oceano funcionou, para os portugueses, como um vasto "laboratório" de navegação. A segurança com que Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral empreenderam a travessia do Atlântico Sul demonstra que seus trajetos não podiam ser frutos do acaso. A precisão revelada exigia o conhecimento prático dos ventos e das correntes dominantes, saber este que só se adquiria navegando. O achamento da nova terra, porém, não passou de um acontecimento que, por felicidade, se adicionou à missão principal que era a Índia, para onde, feita a aguada (abastecimento de água), a armada se dirigia. Nem sequer se podia dizer, naquele momento, se os navegantes estavam numa ilha ou num continente.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de. Quem descobriu o Brasil?. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 18.

A história social dos povos indígenas e africanos



Reprodução

Durante muito tempo, pensou-se que a definição de grupo étnico estaria associada somente à identidade biológica, ou seja, seguindo essa definição, um grupo étnico seria um grupo racial. Por esse raciocínio, os índios que habitaram o território daquilo que um dia seria reconhecido como Brasil seriam descendentes das comunidades pré-colombianas e apresentariam com elas uma identidade genética comum. Esse critério de reconhecimento ainda se mantém no senso comum popular. Entretanto, a rigor, para uma comunidade se reproduzir, precisa passar por miscigenações, portanto, essa definição de grupo étnico está fadada à imprecisão, é obsoleta, pois não é possível afirmar certamente que os indígenas seriam descendentes das civilizações pré-colombianas.

No caso do indígena brasileiro, as miscigenações com os portugueses já estavam acontecendo antes da colonização propriamente dita, por meio de alianças ou ainda pelo uso da violência. Nos próprios aldeamentos católicos, havia miscigenação entre indígenas de tribos e nações diferentes, somando-se a isso a política do Marquês de Pombal que apoiava esse processo como estratégia de garantir o povoamento, para o aumento de mão de obra livre.

Após a Segunda Guerra Mundial, prevaleceu o critério da cultura como definidor da etnia de um grupo. Grupo étnico seria, então, aquele que apresentaria, de forma coletiva e de maneira compartilhada, valores comuns, como a língua falada, uma prática de culto, um padrão de subsistência etc. A cultura deve ser compreendida como a consequência das relações afetivas, sociais, políticas e econômicas de um grupo. É preciso ter cuidado para entender que traços culturais podem variar com o tempo e no espaço, sem que isso afete a identidade do grupo. Sob esse olhar interpretativo, o conceito de cultura envolve algo dinâmico e perpetuamente reelaborado.

Hibridismo é um termo das Ciências da Natureza, surgido no século XIX, e que ressurgiu para as Ciências Humanas com o historiador Peter Burke, no livro *Hibridismo cultural*; o conceito é utilizado para fazer menção histórica à ação humana não consciente. Hibridismo cultural seria o equivalente a um processo de mistura cultural ao longo das diferentes épocas da história. Sob um viés negativo, poderia sugerir perda de tradições regionais ou de raízes locais; sob a perspectiva positiva, seria sinônimo de intercâmbio cultural, estímulo, criatividade e inovação.

Para o argentino Nestor García Canclini, no livro *Culturas Híbridas*, a hibridação seria vista como um processo que permite a sobrevivência da cultura indígena, mesclada à popular, manifestada na arte de forma geral, como no artesanato e na música, e que acaba alcançando o mercado de consumo, podendo ser vista como uma "estratégia de resistência consciente", a qual tende a impedir a extinção de valores e tradições de grupos culturais em diferentes momentos da história.

Os grupos étnicos se diferenciam à medida que se entendem entre si e são percebidos pelos outros como contínuos ao longo da história, apresentando realizações e tradições que os distinguem dos demais. Eles têm mecanismos de adoção ou de exclusão de indivíduos. No que concerne à inclusão, a aceitação de um indivíduo no grupo é fator preponderante e está diretamente atrelada à disposição do próprio indivíduo em seguir valores e traços culturais da comunidade em questão. Sendo assim, entende-se que a identidade étnica de um grupo está diretamente vinculada à autoidentificação entre os participantes do grupo e a sociedade que os envolve.

Em dados momentos, setores sociais podem negar algumas características que permitem reconhecer as identidades de determinados grupos, como o interesse dos indígenas pelas terras originalmente suas, ou ainda, a tentativa de encobrir a identidade de caboclos ou de bugres. Contudo, essa identidade não desapareceu da consciência do grupo, tampouco das populações locais.

A riqueza cultural do povo brasileiro advém, certamente, da pluralidade das etnias que o formaram, produzindo um patrimônio cultural diversificado e reconhecido no mundo, atraindo pesquisadores, turistas e todos aqueles que têm interesse em conhecer a cultura do Brasil, vista por muitos como democrática, tolerante e universal.

Será mesmo que essas considerações apresentam fundamentos reais? Para comprovar essas conjecturas, será observada a constituição do povo brasileiro, mais especificamente a análise daqueles que contribuíram decisivamente para a formação cultural nacional: os povos indígenas e africanos.

Povos indígenas

De acordo com pesquisas científicas de arqueólogos e paleontólogos, a presença de nativos nas terras da América do Sul data de milhares de anos. A indicação vai desde a presença de algumas nações indígenas ainda vivas no presente momento até a descoberta de utensílios utilizados no cotidiano dos nativos.

O próprio termo que nomeia os nativos tem origem no suposto equívoco do navegador Cristóvão Colombo, cuja rota era direcionada às Índias. Chegando ao continente americano, pensando ter atingido seu destino inicial, nomeou os habitantes locais de **índios**.



ECKHOUT, Albert. *Dança dos tapuias*. Óleo sobre tela, 172 cm x 295 cm. Copenhague: Museu Nacional da Dinamarca.

Os povos indígenas se relacionavam com a natureza para que dela pudessem extrair, de maneira equilibrada, o suficiente para sua sobrevivência.

Entre os principais grupos que existiam no Brasil, é possível mencionar os **jês**, os **nuaruaques**, os **caraibas** e os **tupis**; com estes últimos os portugueses tiveram contato inicial.

As nações indígenas apresentam características culturais diferenciadas. Não se pode afirmar que todos os índios que compuseram a população de nativos na América do Sul apresentaram as mesmas relações comportamentais, pois os grupos tinham características peculiares, como a língua, os sistemas religiosos e as relações sociais.

É importante mencionar que os ameríndios maias, incas e astecas desenvolveram grandes civilizações antes da chegada dos conquistadores europeus, estruturando inclusive cidades-Estado com certo nível de urbanização e sofisticação, muitas delas com milhares de habitantes.

De forma geral, os grupos indígenas que contribuíram para a formação do povo brasileiro apresentaram alguns aspectos comuns, que serão descritos a seguir.

- Eram comunidades coletivistas, sem a existência de classes sociais e desenvolviam um padrão de culto politeísta animista, isto é, divinizavam e adoravam vários deuses, que representavam elementos da natureza.
- O trabalho era dividido de acordo com o sexo e a idade dos indivíduos, portanto, havia funções para os diferentes integrantes de cada comunidade.
- Os mais velhos exerciam a função de líderes da tribo. Cacique ou pajé (curandeiro e pai espiritual) eram responsáveis pela transmissão dos conhecimentos para os mais jovens, determinavam as leis, transmitidas pela oralidade, e estabeleciam a divisão das tarefas.
- Os homens mais jovens poderiam se dividir, de acordo com as habilidades, em caçadores, guerreiros (protetores do grupo) ou ainda desenvolver outras tarefas produtivas.
- As mulheres se dedicavam às crianças e às atividades artesanais, além de auxiliar nos roçados, preparar o alimento e se responsabilizar pelo papel educacional.

- Pelas limitações técnicas e pela própria natureza da organização, a comunidade indígena não produzia excedentes, armazenando pequenas reservas e dividindo os alimentos de acordo com a necessidade do grupo.



Membros da tribo indígena lauanauá, do estado do Acre.

Os nativos se confraternizavam por meio de rituais, danças e atividades que simulavam lutas. Essas tradições eram cultivadas e transmitidas para as demais gerações. No entanto, não se pode afirmar que as comunidades indígenas eram sempre amigáveis em suas relações, pois era comum que as tribos tivessem desavenças internas, ou ainda se enfrentassem em disputas por determinadas áreas. Os conflitos também aconteciam quando determinadas tribos eram submetidas aos conquistadores, passando a servir aos interesses dos exploradores.

Saiba mais

Analisando o sistema colonial, percebe-se uma intensa ligação entre o Estado absolutista português e a Igreja Católica, pois os interesses de ambos acabaram convergindo no projeto de colonizar o Brasil.

Portugal necessitava de uma instituição parceira, que pudesse ser um instrumento facilitador na instalação da empresa colonizadora no Brasil, minimizando as tensões, promovendo o acolhimento e a educação da população nativa aos moldes da cultura europeia.

A Igreja pretendia expandir a fé cristã e combater o avanço do protestantismo. Ela expressava, no século XVI, os designios da Contrarreforma, lutando para alcançar novos fiéis, e o Novo Mundo entraria, evidentemente, nessa predisposição.

Com o governador-geral Tomé de Souza (1549), veio a missão jesuítica, sob a liderança de Manuel da Nóbrega, que deveria promover a catequese dos nativos e a educação colonial para índios e colonos. Duas escolas foram fundadas inicialmente, uma em Salvador, a dos Meninos de Jesus, e uma na vila de Piratininga, o Colégio de São Paulo. O ensino da leitura e da escrita era acompanhado de forma rígida, com uma disciplina que envolvia castigos corporais, e o regime educacional avançava pela territorialidade da colônia.



CALIXTO, Benedito. *Evangelho nas selvas*. 1893. Óleo sobre tela. 58,5 cm x 70 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

As missões chegavam às aldeias e tribos, e assim nasciam os primeiros aldeamentos, que representavam estratégias para garantir um número cada vez maior de índios no processo de civilidade católica.

Logo foi criada, por José de Anchieta, a gramática tupi, cujo objetivo era facilitar a comunicação e o ensino para diferentes tribos; para isso, se ensinava tanto o tupi quanto os ritos católicos portugueses.

Assim, a Companhia de Jesus avançava pelo Brasil e, por meio de suas missões, participava consideravelmente do povoamento territorial.

A empresa mercantilista optou pela exploração da mão de obra escrava africana, considerada mais lucrativa para o comércio internacional, além do fato de que o africano detinha o conhecimento de técnicas de lavoura e metalurgia que o índio não dominava. Esse fato contribuiu de forma considerável para que a Companhia de Jesus tivesse mais liberdade para desenvolver suas atividades, o que certamente levava os jesuítas a fazerem uso do trabalho dos nativos, em diferentes atividades, ligando as missões às lavouras de subsistência até a exploração de drogas do sertão. O índio supostamente domesticado pelos jesuítas era uma ferramenta para que a Companhia viesse a prosperar.

Contudo, os choques com os colonos ocorreram, principalmente nas áreas de difícil acesso para obtenção de mão de obra escrava africana, quando os colonos, com poucos recursos, quiseram se aproveitar da pacificação dos índios, ou seja, tirar proveito daqueles nativos evangelizados.

O enriquecimento da Companhia de Jesus facilitou a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, o que ocorreu em 1759, por meio do Alvará Régio de 28 de junho, imposto pelo Marquês de Pombal, que os acusava de constituírem um Estado dentro de um Estado, ou seja, um império à parte.

Povos africanos

Para compreender a importância dos africanos na história da formação do povo brasileiro, é necessário saber um pouco a respeito dos caminhos percorridos por eles até sua chegada ao Brasil.

Os africanos foram subjugados à condição de escravos, relação que se intensificou pelos grandes lucros proporcionados pela empresa mercantilista europeia, que se valia do tráfico negreiro internacional.

No século XIV, escravos africanos foram utilizados em atividades artesanais e domésticas na França e na Inglaterra, bem como em muitas colônias europeias.

O processo de escravização dos povos africanos estava relacionado a algumas modalidades de exploração. A prática mais comum era, por exemplo, que os mercadores portugueses invadissem o continente africano e fizessem capturas nas tribos. Os aprisionados eram submetidos de forma violenta às ordens dos dominadores que os transportavam para a América.

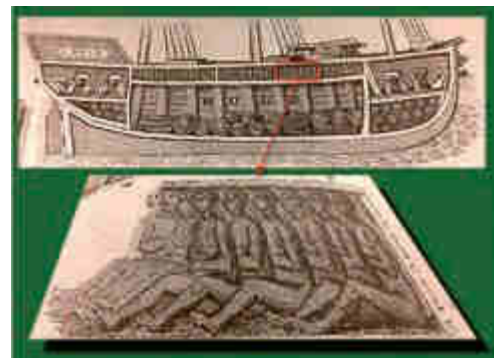
Outra forma de apreensão dava-se por meio dos conflitos intertribais, ou seja, as tribos entravam em conflito, e as vencedoras vendiam ou trocavam as derrotadas, negociando-as com os mercadores europeus, muitas vezes em troca de ouro, cobre, ou simplesmente de produtos como fumo e cachaça. Ou seja, tratava-se de uma prática que, para muitos, poderia ser considerada como escambo.

No que se refere a Portugal, não se poderia pensar no processo de colonização do Brasil sem “o braço do escravo” na atividade produtiva, inicialmente na lavoura canavieira.



A África é berço de variadas etnias e culturas que contribuíram com a formação do povo brasileiro.

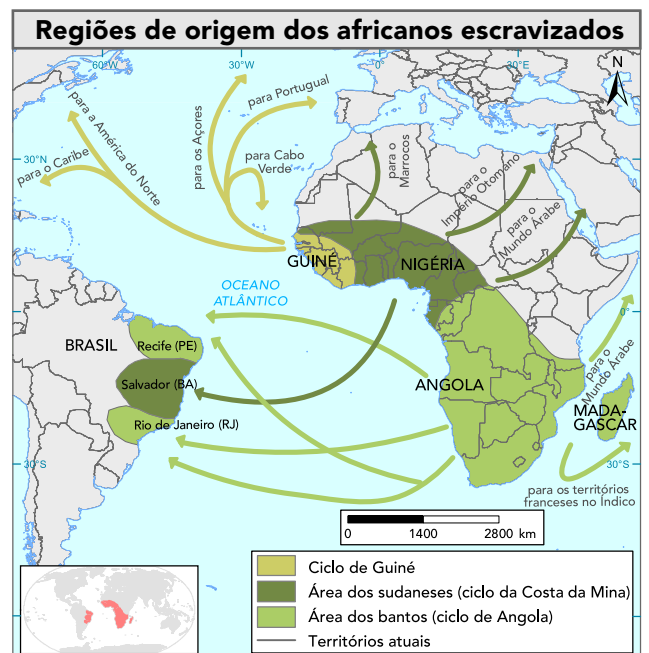
Os escravos eram transportados em condições sub-humanas em navios que ficaram conhecidos como **tumbeiros**. As famílias e as tribos eram divididas para evitar rebeliões. O destino eram os portos de Recife e Salvador, nos séculos XVI e XVII, e do Rio de Janeiro, no século XVIII.



Navio tumbreiro.

Acometidos pelas mais diversas moléstias que alcançavam os porões fétidos, muitos acabavam morrendo, alguns cometiam suicídio devido à profunda tristeza e à saudade de suas famílias.

Dos povos africanos que aqui chegaram, os principais foram os **bantos**, trazidos de Moçambique, Angola e Congo, e os **sudaneses**, oriundos da Costa do Marfim, da Nigéria e de Daomé.



BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história*. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2003. p.116. (adaptado)

O trabalho intenso e os maus tratos reduziam a expectativa de vida dos escravos. A Igreja foi um instrumento da metrópole portuguesa ao dar o suporte ideológico, empregando argumentos de ordem religiosa para justificar a exploração da escravidão. Entre essas ideias, que causavam graves distorções no entendimento dos colonos, tem-se como exemplo a afirmação de que "os africanos eram seres que não tinham alma, a África era o inferno, e a América, o purgatório. Os africanos deveriam se manter fiéis aos seus senhores para que, por meio do trabalho, pudessem alcançar a redenção".

As torturas que foram empregadas eram as mais diversas, como chicotadas, amputações, marcações por ferros, prisões e tantos outros males que feriam a dignidade humana.

Não suportando tamanha humilhação e sofrimento, a comunidade africana instalada na colônia passou a reagir: fugas, motins, execução de feitores, incêndios etc. Ciladas eram armadas para senhores de engenho, além do suicídio e do aborto, buscando-se várias formas de impedir que continuassem sendo alvo do trabalho forçado.

Algumas práticas religiosas, incluindo rituais de feitiçaria, eram uma forma de oposição diante da religião e do deus dos brancos. Acreditavam que lançar feitiços poderia ocasionar enfermidades e até a morte de membros da família do senhor de engenho, bem como dos próprios feitores.

Das formas de rebelião negra, a que exerceu maior impacto foi a constituição de pequenos núcleos de resistência, os **quilombos**. Existiram quilombos nas mais diferentes regiões do Brasil. Por exemplo, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul.

O Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, chegou a reunir uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, alcançando um crescimento significativo na época da invasão holandesa a Pernambuco, o que gerou uma desordem no sistema de controle escravista, acarretando um maior número de fugas para o quilombo.

A economia do quilombo baseava-se na atividade agrícola de subsistência; seus habitantes não se constituíam apenas de negros fugitivos, mas também de mestiços, brancos pobres foragidos da justiça e índios. Palmares cresceu de tal forma que acabou se comunicando com regiões vizinhas, promovendo atividades de troca.

O heroísmo do núcleo de resistência africana à escravidão se immortalizou na figura de Zumbi dos Palmares, liderança que foi mitificada como bandeira da resistência negra contra a exploração no Brasil.

O Quilombo de Palmares, que tanto resistiu às diversas incursões sobre os seus arraiais, foi destruído por completo em 1695, com a derrubada de seu núcleo principal, a Cerca Real dos Macacos, pela ação do grupo de Domingos Jorge Velho.

O dia 20 de novembro, data da execução de Zumbi, foi consagrado como Dia da Consciência Negra, uma bandeira pela resistência ao racismo, contra a exploração de minorias étnicas e um símbolo da luta racial e democrática no Brasil.

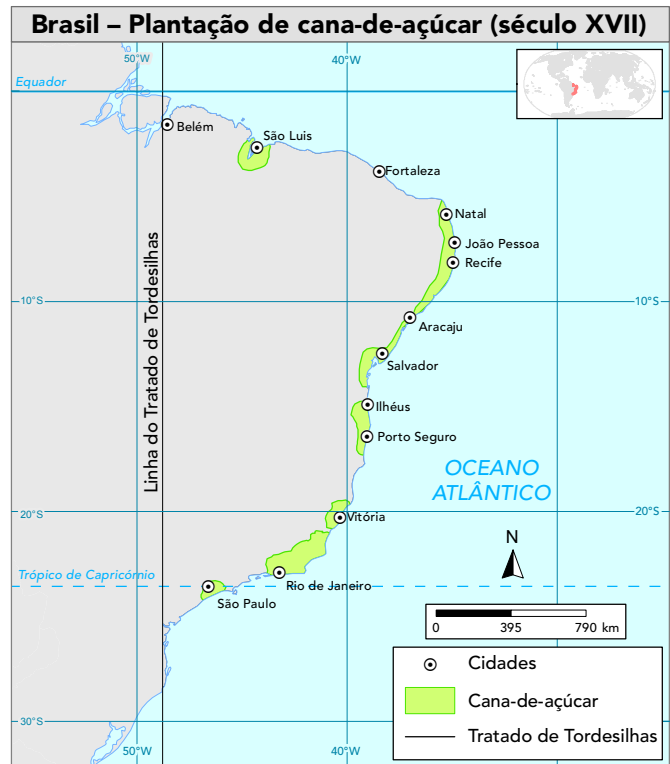
A influência da cultura africana no Brasil compôs uma das bases para a identidade nacional, juntamente com a cultura indígena e europeia. Grande parte da contribuição para o processo de formação do povo e da cultura brasileira teve origem



Estátua de Zumbi dos Palmares, em Brasília.

na primeira capital do Brasil, Salvador. Essa contribuição pode ser confirmada das mais diferentes formas: nos ritmos, na dança, no batuque, no vocabulário, na culinária, nas formas de devoção e no sincretismo religioso, que avançou por meio do catolicismo popular.

A economia açucareira



Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996. (adaptado)

Foi possível compreender anteriormente as relações de poder político e econômico que submetiam a colônia aos interesses da metrópole.

A atividade econômica aqui desenvolvida estaria, logicamente, relacionada aos interesses da metrópole lusa e da própria economia europeia, que tornava a América portuguesa uma área de complementaridade, fornecedora de produtos tropicais.

A montagem da empresa açucareira passava por uma conjugação de fatores, entre eles estavam: a alta lucratividade do produto no mercado internacional e a oferta de crédito por parte dos holandeses, que integravam as Repúblicas Unidas dos Países Baixos e participavam do refino e da comercialização do produto.

Além disso, a cultura açucareira era conhecida pelos portugueses desde o século XIII, visto que cavaleiros cruzadísticos e árabes traziam o açúcar para a Europa na Idade Média, mas o Estado português somente passou a investir nessa cultura a partir do século XIV.

Os portugueses já desenvolviam a cultura açucareira na costa africana, no entanto, para que pudessem iniciar a produção no Brasil, teriam que contar com condições ambientais favoráveis e esperar que essa prática se tornasse um agente facilitador do povoamento.

Como no Brasil não foram encontradas reservas auríferas na costa litorânea, esse era mais um motivo para que a plantação de cana-de-açúcar fosse bem-sucedida, além do mais, contava com todo apoio e motivação da Coroa lusa.

A atividade econômica teve suas bases montadas no Nordeste, com forte destaque para a região que vai de Pernambuco à Bahia, recebedora da maior parte das unidades produtivas.

O investimento nas unidades produtivas, os engenhos, era assegurado pelas relações entre o Estado português e a Holanda. Donatários, governadores-gerais e aqueles que detinham recursos e haviam recebido sesmarias (lotes de terras) atuaram nessa atividade econômica.

O campo era o centro dinâmico da economia açucareira, e a fazenda (o engenho), com suas divisões, representava a essência das relações socioeconômicas na colônia para aquele período de ascensão da produção de açúcar.

A configuração do engenho era basicamente: casa-grande, senzala, capela, moenda, casa de purgar e caldeiras.



Divisão social no Período Colonial brasileiro.

A **casa-grande** constituía o núcleo administrativo do engenho, no qual as relações sociais aristocráticas se manifestavam na fazenda. Lá moravam os familiares do senhor de engenho e os agregados. A **senzala** era o espaço em que os escravos ficavam confinados após o trabalho e teciam relações de convivência. A **capela** simbolizava o poder da Igreja no engenho, a forma de abençoar a produção, cristianizar os colonos e manter os escravos no padrão de enquadramento das forças de dominação colonial, uma vez que, de acordo com a pregação religiosa, o escravo deveria ser obediente aos desígnios sagrados e se manter submisso às desventuras do trabalho para que, assim, alcançasse a futura salvação. A **moenda**, a **casa de purgar** e as **caldeiras** representavam a fábrica de açúcar, a seja, o engenho propriamente dito. Nesse espaço, a cana era processada, e a partir daí, a garapa era obtida; ocorria, então, a fervura e, conseqüentemente, era obtido o açúcar em seu estado bruto.

Para que toda a atividade produtiva no modelo monocultor agroexportador acontecesse, era fundamental que houvesse a mão de obra, que, como já é sabido, seria do escravo africano, pois o tráfico negreiro era potencialmente lucrativo e, além disso, o nativo indígena estava praticamente exterminado do litoral brasileiro.

O escravo africano era considerado uma mercadoria de valor, sendo subjugado a uma condição de tratamento desumano, recebendo por seus serviços prestados, nos dizeres do jesuíta André João Antonil, os três "pês": pau, pano e pão.

Não se pode afirmar que não houve o emprego de mão de obra escrava indígena. Ela existiu, porém o índio foi considerado o "escravo branco da terra", e se comparada à exploração do escravo negro, a do índio se deu em menor escala.

Existia também na fazenda a mão de obra livre, por conta de algumas atividades que requeriam uma maior especialização. Essas tarefas eram desempenhadas por artesãos e feitores, cuja principal função era vigiar e reprimir possíveis fugas das fazendas.

A fazenda representava uma autarquia, ou seja, um núcleo praticamente autossuficiente. Será que nela só existia atividade monocultora? Como os moradores se alimentavam? Havia áreas destinadas à atividade policultora com a presença de trabalhadores livres, os roceiros, ou ainda com os próprios escravos, que produziam para os seus senhores. Foi transportada para o Brasil Colônia uma instituição feudal conhecida como **brecha camponesa**, na qual o escravo trabalhava na lavoura policultora subsistencial, vivenciando uma prática que se assemelhava ao relacionamento entre o senhor feudal europeu e o servo; no caso do escravo, dependendo do desempenho e da fidelidade prestados na fazenda e na atividade policultora, poderia até conseguir a alforria.

Diante desse cenário, a sociedade açucareira pode ser vista, em parte, como uma adaptação da sociedade europeia para a colônia, ou seja, uma espécie de "micro-Europa Lusa" nos trópicos, com as devidas distorções. O caráter da sociedade era patriarcal; a liderança caberia ao senhor de engenho, que, juntamente com seus familiares, exercia todos os privilégios sociais. Os casamentos só poderiam acontecer no mesmo grupo social, ou seja, a sociedade era endogâmica.

A característica católica da colonização influenciava as relações familiares e comportamentais; muito embora a monogamia fosse apregoada pelo catolicismo, o senhor de engenho mantinha relações com as escravas domésticas, inclusive tendo filhos, considerados ilegítimos. A fazenda se transformava, então, em um espaço de miscigenações, contribuindo para a montagem de um mosaico multiétnico, envolvendo negros, índios e brancos em um núcleo social marcado por relações de afetividade e violência, muito próprias da constituição da colônia.

O Ciclo do Açúcar era socialmente estamental; praticamente inexistia qualquer mobilidade social, ficando a sociedade quase restrita aos senhores de engenho e aos escravos.

As vilas e as cidades que surgiam tinham a função de promover o intercâmbio comercial, a fiscalização e o escoamento produtivo, porém, por mais que elas existissem, a força econômica do campo era tanta que não se pode considerar o desenvolvimento de uma classe média nos moldes atuais na sociedade açucareira.

O papel dos holandeses

O sucesso da empresa colonial açucareira no Brasil está relacionado à burguesia flamenga, integrada aos Países Baixos. Eram os flamengos que financiavam a produção açucareira e lideravam o refino e a comercialização do produto, fato explicado pelo fortalecimento de uma classe de comerciantes e banqueiros, muitos deles descendentes de judeus. Eles atuaram fortemente no Renascimento Comercial dos séculos XI ao XIII e, mesmo em períodos de crise, continuaram à frente de atividades comerciais e de crédito na Europa.

No início do século XVI, a doutrina calvinista representou para os holandeses um elemento fortalecedor de suas práticas econômicas, já que a disciplina para o trabalho era estimulada.

Os holandeses eram conhecidos como os "carreiros do Atlântico", os senhores da "terra do açúcar". Por isso, a aproximação entre portugueses e holandeses era uma tendência que impulsionava a economia açucareira internacional.

Contudo, os conflitos entre holandeses e espanhóis acabaram por dificultar essas relações econômicas que envolviam, inclusive, o Brasil. Mas por quê?

A Holanda representava uma área dominada pelo Império Espanhol na Europa Medieval, e os espanhóis não aceitavam que houvesse a independência para essa região, muito embora, desde a Baixa Idade Média, os holandeses apresentassem significativa independência nas relações comerciais. Desde 1572, as províncias unidas dos Países Baixos (Holanda, Bélgica e Luxemburgo) requeriam a autonomia diante da Espanha.

A União Ibérica, de 1580 a 1640, materializou o domínio da Espanha sobre o império colonial português devido à ausência de sucessores diretos para o trono português após a morte do rei D. Sebastião. Filipe II, rei da Espanha, assumiu o trono de Portugal por ser o descendente em condições dinásticas mais próximas para estar à frente do império luso. Por meio do Juramento de Tomar, ele se comprometia a respeitar o tesouro real português e, ao mesmo tempo, proteger o trono luso, o que não aconteceu, pois a Espanha fez uso das reservas financeiras portuguesas para o financiamento de suas guerras.

Mas é importante considerar que a nobreza feudal e a burguesia portuguesa tinham interesses na atividade mineral próspera exercida pela Espanha e acreditavam que um rei espanhol sobre o trono português poderia facilitar o alcance dessas intenções. Os limites do Tratado de Tordesilhas foram abandonados, já que os espanhóis dominaram o império unificado, o que acabou possibilitando uma ocupação lusa sobre os territórios espanhóis, facilitando a expansão lusa no território que futuramente corresponderia ao Brasil.

Bloqueio espanhol × invasões holandesas

Como a Espanha passava a controlar o Império Colonial luso e era rival da Holanda, logo promoveu um bloqueio comercial marítimo, proibindo que os holandeses continuassem sua atividade comercial com as colônias lusas, entre elas o Brasil.

Com o intuito de romper o bloqueio, os flamengos criaram duas companhias comerciais, a Companhia das Índias Orientais (1602), que deveria romper o bloqueio no oriente afro-asiático, e a Companhia das Índias Ocidentais (1621), que visava alcançar a costa atlântica da África e a América portuguesa.

Os holandeses reconheciam que não poderiam perder os investimentos feitos no cultivo do açúcar, nem permitir que o Brasil “escapasse” de sua influência.

A primeira invasão ocorreu em 1624, em Salvador, então capital da colônia, pois havia o entendimento de que, se dominassem o centro administrativo, todas as outras territorialidades se renderiam. Passaram alguns meses na Bahia, mas o movimento não obteve êxito, sendo derrotado por uma coalizão que reunia representantes da Igreja Católica e colonos, erguendo um levante anticalvinista, conhecido como a Milícia dos Descalços. Isolaram os holandeses em Salvador, sendo eles derrotados e expulsos da Bahia pela Jornada dos Vassalos, que unia portugueses e espanhóis.

A segunda invasão, ocorrida em 1630, chegou a prosperar por um período mais longo. Dessa vez, os holandeses estavam bem mais organizados e equipados; saquearam barcos e colônias espanholas, invadiram o Nordeste e dominaram Pernambuco. Em um primeiro contato, muitos senhores de engenho reagiram, chegando inclusive a pôr fogo nos engenhos, outros abandonaram a cultura açucareira e acabaram partindo para o interior, atuando na atividade pecuarista, o que fortaleceu a interiorização da colônia, e contribuiu para o povoamento.

Muitos escravos se aproveitaram do contexto de invasão para fugirem para os quilombos, abandonando as fazendas e deixando os seus senhores lutarem em seus próprios conflitos.

Alguns senhores de engenho passaram a resistir no Arraial do Bom Jesus, contudo, essa fortaleza acabou sendo derrotada pela própria aliança que os holandeses conseguiram articular com alguns grupos locais. Nessas alianças, destaca-se a figura do mulato Calabar, comerciante que conhecia bem o território do arraial e que foi tido como culpado durante séculos pela História tradicional. Naturalmente, é possível entender que Calabar escolheu o domínio colonial holandês a ter que permanecer sob o controle dos luso-espanhóis.

A Companhia das Índias Ocidentais precisava conquistar a confiança dos senhores de engenho e, para isso, deveria desenvolver várias políticas que os privilegiassem. Então, uma saída encontrada foi a vinda, para o Brasil, do nobre e administrador Maurício de Nassau. O governo de Nassau (1637-1644), no Brasil holandês, deveria compreender uma extensão territorial litorânea do Rio Grande do Norte a Alagoas, e, para que a administração tivesse chances de prosperar, o projeto de aproximação para com os pernambucanos foi aplicado. A cidade de Recife foi urbanizada, vários pântanos drenados e ruas ampliadas. Biblioteca, observatório e missão científica foram marcas da administração de Nassau para a então conhecida Cidade Maurícia.

A liberdade religiosa foi concedida aos católicos, e a Câmara dos Escabinos (câmara municipal aos moldes da Holanda) colocaria a elite pernambucana no poder, graças aos privilégios políticos dos holandeses.

Uma das ações mais importantes realizadas por Nassau foi a concessão de empréstimos para que os senhores de engenho pudessem recuperar, aparelhar e modernizar suas propriedades. Assim, Nassau conquistava o respeito desses senhores, além de gerenciar, de modo mais pessoal, as posses deles.

Em 1640, a União Ibérica chegava ao fim com a restauração promovida pelo rei D. João IV, a Restauração de Bragança. Em seguida, foi estabelecida uma trégua entre portugueses e holandeses, conhecida como a **Trégua dos Dez Anos**. Contudo, essa trégua foi rompida por parte dos flamengos com a invasão do Maranhão e de Sergipe, no Brasil, e de São Tomé, São Paulo de Luanda e Guiné, na África, certamente pelo interesse nos escravos.

A partir de então, as políticas para os senhores aristocratas pernambucanos se tornaram extremamente ásperas, com a cobrança dos empréstimos, a exigência do aumento da produção açucareira e, ainda, as limitações de culto.

O afastamento de Nassau foi inevitável, com o rompimento da trégua e os novos interesses da administração da Companhia das Índias Ocidentais.

Em seguida, os senhores de engenho, buscando garantir o controle sobre suas respectivas propriedades, iniciaram um levante que reuniu negros, índios e brancos contra os holandeses, fazendo-os assinar a Rendição da Campina da Taborda, em 1654.

Em 1661, foi assinada a **Paz de Haia**; por meio dela, a República das Províncias Unidas reconhecia que o Nordeste do Brasil e a Angola pertenciam a Portugal, mediante o pagamento de uma indenização de quatro milhões de cruzados.

Com o distanciamento dos holandeses, o Estado português se aproximava de um outro parceiro, que havia mediado o reconhecimento da Paz de Haia. Com a assinatura do tratado de paz, firma-se uma união entre Inglaterra e Portugal, na qual a Coroa britânica saía com grandes lucros em relação à lusa. Como exemplo, há o domínio sobre antigas colônias portuguesas, como Tânger e Bombaim, e um dote pelo casamento entre a princesa Catarina (portuguesa) e o rei Carlos II (inglês).

Com o fim do domínio holandês, o Brasil se transformou na principal fonte econômica de Portugal, devendo suprir todo o déficit do tesouro real português à época da União Ibérica. Um dos instrumentos que seriam utilizados pelos portugueses seria o **Conselho Ultramarino** (1642), que aumentava a fiscalização e a arrecadação na colônia, controlando a saída e a entrada de navios mercantis.

É interessante lembrar que a Coroa lusa vivenciava tempos de crise, já que a Holanda, conhecedora da técnica açucareira, agora produzia, nas Antilhas e na Guiana, um açúcar de melhor qualidade, com preço mais baixo.



Atividades para sala

1. Nas primeiras três décadas que se seguiram à passagem da armada de Cabral, além das precárias guarnições das feitorias [...], apenas alguns naufragos [...] e “lançados” atestavam a soberania do rei de Portugal no litoral americano do Atlântico Sul.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Senac, 2008.

Os **lançados** citados no texto eram

- funcionários que recebiam, da Coroa, a atribuição oficial de gerenciar a exploração comercial do pau-brasil e das especiarias encontradas na colônia portuguesa.
- militares portugueses encarregados da proteção armada do litoral brasileiro, para impedir o atracamento de navios de outros países interessados nas riquezas naturais da colônia.
- comerciantes portugueses encarregados do tráfico de escravos, que atuavam no litoral atlântico da África e do Brasil e asseguravam o suprimento de mão de obra para as colônias portuguesas.
- donatários das primeiras capitânicas hereditárias, que assumiram formalmente a posse das novas terras coloniais na América e implantaram as primeiras lavouras para o cultivo da cana-de-açúcar.
- súditos portugueses enviados para o litoral do Brasil ou para a costa da África, geralmente como degradados, que acabaram por se tornar precursores da colonização.

2. O papel desempenhado por Bartolomeu Dias na exploração oceânica e o fato de ter sido assinalada, em diversas ocasiões, a presença da sua caravela em águas equatoriais entre 1497 e 1499 levou alguns autores a aventar a hipótese de D. Manuel ter incumbido aquele navegador de efetuar missões exploratórias no quadrante sudoeste do Atlântico, no decurso das quais terá arribado à costa brasileira.

FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre Bartolomeu Dias*. Lisboa: [s. n.], 1987. p. 52.

No que concerne à memória sobre o descobrimento do Brasil, pode-se inferir que

- a defesa por historiadores da descoberta ocasional do Brasil é teoria incontestável e já admitida nos círculos acadêmicos.
- o fato histórico aludido, o descobrimento, mantém-se ainda no universo da imprecisão e da dúvida, já que ele foi uma mera ficção.
- o descobrimento, enquanto fato histórico, tem sido objeto de diferentes análises ao longo dos tempos, levando à contestação de teorias tradicionais.
- o interesse dos historiadores na construção da memória do descobrimento fundamenta-se no registro de fatos conferidos com precisão.
- a lembrança do passado, por estar associada a um tempo e a uma posição geográfica, notabiliza-se como imutável.

3. O Brasil colonial foi organizado como uma empresa comercial resultante de uma aliança entre a burguesia mercantil, a Coroa e a nobreza. Essa aliança refletiu-se numa política de terras que incorporou concepções rurais tanto feudais como mercantis.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república*, 1987.

A afirmação de que “O Brasil colonial foi organizado como uma empresa comercial resultante de uma aliança entre a burguesia mercantil, a Coroa e a nobreza” indica que a colonização portuguesa do Brasil

- se desenvolveu de forma semelhante às colonizações espanhola e britânica nas Américas, ao evitar a exploração sistemática das novas terras e privilegiar os esforços de ocupação e povoamento.
 - implicou um conjunto de articulações políticas e sociais, que derivavam, entre outros fatores, do exercício do domínio político pela metrópole e de uma política de concessões de privilégios e vantagens comerciais.
 - isolou do processo colonizador os setores populares, que foram impedidos de se transferir para a colônia e não puderam, por isso, aproveitar as novas oportunidades de emprego que se abriam.
 - incorporou as diversas classes sociais existentes em Portugal, que mantiveram, nas terras coloniais, os mesmos direitos políticos e trabalhistas de que desfrutavam na metrópole.
 - alterou as relações políticas dentro de Portugal, pois provocou o aumento da participação dos burgueses nos assuntos nacionais e eliminou a influência da aristocracia palaciana sobre o rei.
4. Nas sociedades tupis, verificava-se, segundo as teses de vários antropólogos, uma predominância do sistema religioso sobre o sistema social, que condicionava e impregnava todas as atividades dessas comunidades. Os estudos efetuados demonstram a existência de uma grande homogeneidade relativamente ao discurso cosmológico, aos temas míticos e à vida religiosa dos povos tupis-guaranis que atravessava séculos e milhares de quilômetros de distância.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 111.

Interpretando o excerto, pode-se inferir que

- as sociedades nativas estavam estruturadas em padrões coletivistas em que a divisão do trabalho era orientada pela relação entre os fatores sexo e idade.
 - as sociedades primitivas desenvolviam padrões politeístas animistas em que a liderança religiosa era coletivizada pelos chefes.
 - as sociedades tupis foram condicionadas ao coletivismo apoiadas nas crenças cosmogônicas, explicadas por seu sistema mítico religioso.
 - as sociedades ameríndias na América do Sul desenvolviam sua vida religiosa distante de padrões comportamentais que colocavam a esperança em uma vida futura.
 - as sociedades tupis-guaranis foram marcadas pela valorização de sua cultura religiosa, que se sobrepunha ao funcionamento da estrutura social.
5. Leia o documento a seguir.

Agora vejo que vós outros sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos para chegar aqui. Trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois de nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*.

Disponível em: <<http://www.iande.art.br>>. Acesso em: 28 jan. 2013. (adaptado)

O contato entre os viajantes europeus e as populações indígenas foi marcado pela oposição entre modos de vida. O documento apresentado evidencia a percepção de tempo do tupinambá, quando ele critica a

- a) necessidade de acumulação de riqueza por parte do europeu para provimento futuro.
- b) concepção messiânica europeia evocada pelos sacrifícios vivenciados na travessia marítima.
- c) continuidade da vida após a morte em analogia aos ciclos da natureza.
- d) existência de gerações distintas que trabalham pelo bem comum.
- e) forma de exploração econômica da terra que exaure os recursos naturais.

6. As origens da capoeira se perdem nas noites dos tempos. Durante décadas, praticantes e estudiosos deram créditos a versões sem nenhum fundamento, como a de que o berço da capoeira era Palmares, e que era a arma dos escravos fugitivos. Estudos atuais apontam a hipótese mais provável de que ela foi o somatório de diversas danças rituais praticadas em um amplo arco da África que abasteceu os negreiros e que se encontram no ambiente específico da escravidão brasileira. Registros documentários de Angola na era da escravidão revelam práticas lúdicas e marciais tradicionais muito parecidas com a capoeira que chegou com os navios negreiros. Desta forma, a capoeira seria um mosaico formado por diversas danças africanas ancestrais que se teriam amalgamado em definitivo na terra americana.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 75.

No que concerne às origens da capoeira, pode-se afirmar que

- a) é impreciso estabelecer padrões afirmativos orientados por exatidões históricas ou metodológicas, pois a manifestação afro-brasileira está em construção.
- b) é resultado de um multiculturalismo étnico, que aproxima a Europa da África e revisita uma cultura em formação no Brasil.
- c) é consequência de uma combinação de ritmos e manifestações culturais africanas que se adaptaram à realidade específica da escravidão no Brasil.
- d) é importante, na gênese da referida manifestação, salientar a influência angolana, haja vista que os documentos provam essas relações.
- e) é fundamental constatar que essa manifestação afro-brasileira está associada à cultura de resistência fabricada nos quilombos.

7. (ENEM) Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa, em um engenho, é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951. (adaptado)

O trecho do sermão do padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e

- a) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- b) a função dos mestres de açúcar durante a safra da cana.
- c) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.

- d) o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- e) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

8. A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 85.

O fragmento de texto anterior sugere que,

- a) na formação da sociedade brasileira, as relações de parentesco e amizade foram abandonadas no equilíbrio social.
 - b) na construção do estado nacional, as relações de poder foram isentas da influência das células familiares.
 - c) na definição da organização estatal, as estruturas sociais foram reguladas pelo exercício da justiça.
 - d) na implantação do Estado-nação, evidencia-se o distanciamento dos padrões ligados a comportamento e costumes.
 - e) na composição das relações de poder, constata-se a presença de padrões de tradição e liderança familiar.
9. (ENEM) Quando tomaram a Bahia, em 1624-1625, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela e Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Com quantos escravos se constrói um país? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008. (adaptado)

Os polos econômicos, aos quais se refere o texto, são

- a) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.
- b) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.
- c) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.
- d) as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para a Europa.
- e) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas reprodutoras de escravos.



Atividades propostas

1. (ENEM) O mapa a seguir apresenta parte do contorno da América do Sul, destacando a Bacia Amazônica. Os pontos assinalados representam fortificações militares instaladas no século XVIII pelos portugueses. A linha indica o Tratado de Tordesilhas, revogado pelo Tratado de Madrid apenas em 1750.



Geopolítica e teoria de fronteiras, de Carlos de Meira Mattos. (adaptado)

Pode-se afirmar que a construção dos fortes pelos portugueses visava, principalmente, dominar

- militarmente a bacia hidrográfica do Amazonas.
- economicamente as grandes rotas comerciais.
- as fronteiras entre nações indígenas.
- o escoamento da produção agrícola.
- o potencial de pesca da região.

2. Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao Estado e aumento dos senhorios de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhades com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 1954.

O trecho anterior foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17 de fevereiro de 1538. Seu conteúdo mostra

- a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitânias hereditárias.
- os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava combater as pretensões expansionistas da Espanha na América.
- a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
- o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América.
- a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.

3. Leia o texto a seguir.

Eu el-rei faço saber a vós [...] fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitânias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes [...].

Regimento de Tomé de Souza, 17 dez. 1548.

É correto afirmar que, nesse trecho de documento, faz-se referência

- à criação do Governo Geral, com sede na Bahia.
- à implantação do Vice-Reinado no Rio de Janeiro.
- à implementação da capitania-sede em São Vicente.
- ao estabelecimento de capitânias hereditárias no Nordeste.
- à divisão em repúblicas hispano-americanas autônomas.

4. Em 1534, o governo português concluiu que a única forma de ocupação do Brasil seria por meio da colonização. Era necessário colonizar, simultaneamente, todo o extenso território brasileiro.

Essa colonização dirigida pelo governo português se deu por meio da

- criação da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil.
- criação do sistema de Governo Geral e câmaras municipais.
- criação das capitânias hereditárias.
- montagem do sistema colonial.
- criação e distribuição das sesmarias.

5. A colonização brasileira no século XVI foi organizada sob duas formas administrativas: capitânias hereditárias e Governo-Geral. Assinale a afirmativa que expressa corretamente uma característica desse período.

- As capitânias, mesmo havendo um processo de exploração econômica na maior parte delas, garantiram a presença portuguesa na América, apesar das dificuldades financeiras da Coroa.
- As capitânias representavam a transposição para as áreas coloniais das estruturas feudais e aristocráticas europeias.
- As capitânias, sendo empreendimentos privados, favoreceram a transferência de colonos europeus, assegurando a mão de obra necessária à lavoura.
- O Governo-Geral permitiu a direção da Coroa na produção do açúcar, o que assegurou o rápido povoamento do território.
- O Governo-Geral extinguiu as donatárias, interrompendo o fluxo de capitais privados para a economia do açúcar.

6. Gabriel Soares, um oficial português, escreveu em 1587 sobre os índios guaianás: "É gente de pouco trabalho [...] se encontram com gente branca, não fazem nenhum dano, antes boa companhia, e quem acertar de ter um escravo guaianá não espera dele nenhum serviço, porque é gente folgazã de natureza e não sabe trabalhar".

O texto expressa

- a diferença entre as concepções de trabalho do mundo europeu e das culturas indígenas.
- o preconceito racial que coibiu formas de miscigenação cultural na colônia.
- a ineficiência do ensino dos missionários ministrado aos grupos indígenas sem tradição agrícola.
- o argumento básico para se elaborarem leis, proibindo a escravidão indígena na colônia.
- a forma usual de resistência indígena para evitar a dominação cultural e a escravidão.

7. (ENEM) Próximo da igreja dedicada a São Gonçalo, nos deparamos com uma impressionante multidão que dançava ao som de suas violas. Tão logo viram o vice-rei, cercaram-no e o obrigaram a dançar e pular, exercício violento e pouco apropriado tanto para sua idade quanto para sua posição. Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver, em uma igreja, padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados, e a gritar a plenos pulmões "viva São Gonçalo do Amarante".

BARBINAIS, Le Gentil. *Nouveau voyage autour du monde*. In: TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000. (adaptado)

O viajante francês, ao descrever suas impressões sobre uma festa ocorrida em Salvador, em 1717, demonstra dificuldade em entendê-la, porque, como outras manifestações religiosas do Período Colonial, ela

- seguia os preceitos advindos da hierarquia católica romana.
- demarcava a submissão do povo à autoridade constituída.
- definia o pertencimento dos padres às camadas populares.
- afirmava um sentido comunitário de partilha da devoção.
- harmonizava as relações sociais entre escravos e senhores.

8. (ENEM) O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.

CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999. (adaptado)

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela

- demarcação do território indígena.
 - manutenção da organização familiar.
 - valorização dos líderes religiosos indígenas.
 - preservação do costume das moradias coletivas.
 - comunicação pela língua geral baseada no tupi.
9. Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos [...]. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento e martírio [...]. De todos os mistérios da vida, morte e ressurreição de Cristo, os que pertencem por condição aos pretos, e como por herança, são os mais dolorosos.

PADRE ANTÔNIO VIEIRA. Sermão décimo quarto. In: INÁCIO, Inês da Conceição; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993, p. 73-75.

Com base na leitura do texto anterior, escrito pelo padre jesuíta Antônio Vieira em 1633, pode-se afirmar, corretamente, que, nas terras portuguesas da América,

- a Igreja Católica defendia os escravos dos excessos cometidos pelos seus senhores e os incitava a se revoltar.
 - as formas de escravidão nos engenhos eram mais brandas do que em outros setores econômicos, pois ali vigorava uma ética religiosa inspirada na *Bíblia*.
 - a Igreja Católica apoiava, com a maioria de seus membros, a escravidão dos africanos, tratando, portanto, de justificá-la com base na *Bíblia*.
 - clérigos, como o padre Vieira, se mostravam indecisos quanto às atitudes que deveriam tomar em relação à escravidão negra, pois a própria Igreja se mantinha neutra na questão.
 - havia formas de discriminação religiosa que se sobrepunham às formas de discriminação racial, sendo eles, assim, pouco significativas.
10. No final de Quinhentos, um senhor de engenho da Bahia escrevia que "como os tupinambás são muito belicosos, todos os seus fundamentos são como farão guerra aos seus contrários". Essa asserção identificava claramente a guerra [...] como a instituição fundamental das sociedades

tupis-guaranis, com particular realce para a tupinambá, sendo considerada como o mecanismo central de reprodução social e de manutenção do equilíbrio cosmológico.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 97. (adaptado)

Conforme se depreende pela análise do texto, a guerra para os referidos nativos na América lusa

- foi estimulada pela presença dos colonizadores no litoral.
 - esteve associada aos conflitos entre reinos locais.
 - era orientada pelas alianças entre caciques e colonizadores.
 - foi derivada da ausência de alimentos em áreas centrais.
 - era fundamentada na manutenção da vida nativa.
11. Para se tirar este óleo das árvores, lhes dão um talho com um machado acima do pé, até que lhe chegam à veia, e como lhe chegam corre este óleo em fio, e lança tanta quantidade cada árvore que há algumas que dão duas botijas cheias, que tem, cada uma, quatro camadas. Este óleo [de copaíba] tem muito bom cheiro, e é excelente para curar feridas frescas, e as que levam pontos da primeira curam, soldam se as queimam com ele, e as estocadas ou feridas que não levam ponto se curam com ele, sem outras mezinhas; com o qual se cria a carne até encourar, e não deixa criar nenhuma corrupção nem matéria. Para frialdades, dores de barriga e pontadas de frio é este óleo santíssimo, e é tão sutil que se vai de todas as vasilhas, se não são vidradas; e algumas pessoas querem afirmar que até no vidro míngua; e quem se untar com este óleo há de se guardar do ar, porque é prejudicial.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1987, p. 202-203.

O texto, escrito por um viajante português no Brasil em 1587, indica a percepção de características dos nativos, como

- o conhecimento de árvores e de ervas e o desenvolvimento de práticas medicinais e da cerâmica.
 - a submissão aos conhecimentos científicos dos portugueses e a capacidade de observação da natureza.
 - os cuidados com a diversidade da flora e da fauna e a limitação dos recursos hídricos disponíveis.
 - o caráter religioso das práticas médicas e a dificuldade de reconhecer o avanço das doenças.
 - a crença na vida após a morte, tendo na antropofagia o ritual para se estabelecer a virtude.
12. (ENEM) A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (adaptado)

A observação do cronista português Pero de Magalhães Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a

- simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

13. Se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito afamado em todas as quatro partes do mundo, em as quais hoje tanto se deseja e com tantas diligências e por qualquer via se procura. Há pouco mais de cem anos que esta folha se começou a plantar e beneficiar na Bahia [...] e, desta sorte, uma folha antes desprezada e quase desconhecida tem dado e dá atualmente grandes cabedais aos moradores do Brasil e incríveis emolumentos aos Erários dos príncipes.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Edusp, 2007. (adaptado)

O texto anterior, escrito por um padre italiano em 1711, revela que

- o ciclo econômico do tabaco, que foi anterior ao do ouro, sucedeu o da cana-de-açúcar.
 - todo o rendimento do tabaco, a exemplo do que ocorria com outros produtos, era direcionado à metrópole.
 - não se pode exagerar quanto à lucratividade propiciada pela cana-de-açúcar, já que a do tabaco, desde seu início, era maior.
 - os europeus, naquele ano, já conheciam plenamente o potencial econômico de suas colônias americanas.
 - a economia colonial foi marcada pela simultaneidade de produtos, cuja lucratividade se relacionava com sua inserção em mercados internacionais.
14. Dos engenhos, uns se chamam reais, outros inferiores, vulgarmente engenhocas. Os reais ganharam este apelido por terem todas as partes de que se compõem e todas as oficinas, perfeitas, cheias de grande número de escravos, com muitos canaviais próprios e outros obrigados à moenda; e principalmente por terem a realeza de moerem com água, à diferença de outros, que moem com cavalos e bois e são menos providos e aparelhados; ou, pelo menos, com menor perfeição e largueza, das oficinas necessárias e com pouco número de escravos, para fazerem, como dizem, o engenho moente e corrente.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 69.

O texto oferece uma descrição dos engenhos no Brasil no início do século XVIII. A esse respeito, é correto afirmar que

- o engenho de açúcar foi a principal unidade econômica do sertão nordestino durante o Período Colonial, permitindo a ocupação dos territórios situados entre o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba.
- a produção de açúcar no nordeste brasileiro colonial, em larga escala, foi possível graças à implantação do sistema de fábrica e ao uso do vapor como força motriz nas moendas.
- os engenhos da Bahia utilizavam, sobretudo, mão de obra escrava africana, enquanto que nos engenhos pernambucanos predominava o trabalho indígena.
- os grandes engenhos desenvolviam todas as etapas de produção do açúcar, do plantio, passando pela moagem, a purga, a secagem e até a embalagem.
- a produção de açúcar no sistema de *plantation* ficou restrita aos domínios lusitanos das Américas, durante o Período Colonial, o que garantiu bons lucros aos produtores locais e aos comerciantes reinóis.

15. Em 1570, a Província de Santa Cruz contava com 60 engenhos. Destes, 41 situavam-se nas capitanias de Pernambuco e da Bahia. Quinze anos depois, o número de engenhos nessas duas regiões mais do que triplicou, atingindo a marca dos 131. No final do século, em 1590, a colônia contava com 150 engenhos espalhados pelas capitanias de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. As duas

primeiras capitanias, entretanto, continuavam a concentrar o maior número de unidades produtivas, que correspondia a 80% do total [...]. Em 1584, cerca de 40 navios eram utilizados para transportar o açúcar de Recife para Lisboa. No início do século XVII, em 1614, mais de 130 navios eram utilizados no transporte do açúcar de Pernambuco para a metrópole.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil, uma interpretação*. 2008.

Inferre-se do texto que

- a produção açucareira distribuiu-se de forma equilibrada por toda a colônia.
- os lucros propiciados pelo açúcar inibiram o desenvolvimento da pecuária em larga escala.
- a prosperidade das regiões dependia da capacidade administrativa dos donatários.
- a cana-de-açúcar forneceu a base material para o estabelecimento dos portugueses nos trópicos.
- o crescimento da produção foi lento e constante ao longo dos séculos XVI e XVII.

16. É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio de colonização. Reduz-se em suma a duas classes: de um lado, os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro, a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações, que assinalamos. Mas, elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 28-29.

No texto anterior, o autor observa que, na sociedade colonial,

- só havia duas classes conhecidas, e que nada é sabido sobre indivíduos que porventura fizessem parte de outras.
- havia muitas classes diferentes, mas só duas estavam diretamente ligadas a critérios econômicos.
- todos os membros das classes existentes queriam se transformar em proprietários rurais, exceto os pequenos trabalhadores livres, semilivres ou escravos.
- diversas classes radicalmente distintas umas das outras compunham um cenário complexo, marcado por conflitos sociais.
- a população se organizava em duas classes, cujas gradações internas não alteravam a simplicidade da estrutura social.

17. Ao longo do Período Colonial da história do Brasil, o Império Português foi vítima de assédio e de tentativas de invasão de seus territórios ultramarinos por parte de diversas potências rivais. Alguns exemplos de invasões estrangeiras na América portuguesa estão listados a seguir.

- 1612: Estabelecimento da França Equinocial.
- 1624: Tentativa derrotada da invasão holandesa a Salvador.
- 1630: Tomada de Recife e Olinda por invasores holandeses.

A interpretação dos dados permite identificar que uma causa direta de todas essas invasões estrangeiras foi a

- fuga da Corte portuguesa para a América.
- vitória francesa na Guerra dos Sete Anos.
- conclusão da Reconquista da Península Ibérica.
- guerra de Restauração Portuguesa contra a Espanha.
- criação da União Ibérica.

18. Apesar da ênfase dada ao açúcar, a economia colonial não se esgotava nas plantações desse produto [...]. Havia os pequenos produtores de alimentos que abasteciam os engenhos e as cidades [...]. Nunca, desde o início da instalação da agroindústria, houve a diminuição do volume de açúcar produzido nas áreas a ele destinadas. [...] As mais ricas regiões produtoras de açúcar da Bahia tinham muitos braços para o trabalho.

Disponível em: <<http://pequenaantropologa.blogspot.com.br/2011/07/fichamento-montagem-da-economia.html>>.

O texto se relaciona à economia colonial. Nesse contexto, a *plantation*, utilizada não só na América portuguesa, mas também nas outras colônias americanas, foi caracterizada basicamente pelos seguintes elementos:

- Policultura, importação, latifúndio e colonato.
- Monocultura, balança comercial, parceria e escambo.
- Monocultura, latifúndio, exportação e trabalho escravo.
- Policultura, minifúndio, subsistência e trabalho compulsório.
- Monocultura, intervenção estatal, monetarização e servidão.

Características e transformações das estruturas produtivas

C 3,4

H 11,15,16,18

Módulo

2

A mineração no Período Colonial e as atividades subsidiárias; A formação territorial brasileira



RUGENDAS, Johann Moritz. *Mineração de ouro por lavagem perto do morro do Itacolomi*. Óleo sobre tela, 117 cm x 108 cm. Minas Gerais, 1835.

Há uma constatação de que o Brasil continua sendo um país potencialmente rico em termos minerais, e essa não é apenas uma conclusão dos brasileiros, é um fato de caráter internacional. A atividade mineradora no século XXI indica que o solo e o subsolo do Brasil são realmente abundantes em riquezas minerais.

Contudo, no início do processo de conquista e povoamento da América portuguesa e montagem da empresa colonial exploradora, essa constatação não foi imediata, pois colonizar o Brasil era um ato de risco elevado, uma vez que era necessário grande investimento para que as riquezas fossem encontradas.

A descoberta do potencial mineral não foi realmente algo imediato. Somente no final do século XVII, aventureiros bandeirantes alcançaram reservas auríferas que chamaram a atenção de diferentes populações, inclusive da própria Coroa portuguesa.

Saiba mais

As bandeiras foram movimentos de caráter particular, que partiram de São Vicente em busca de riquezas em meio à decadência socioeconômica vicentina; no século XVI, a região havia conseguido prosperar com os lucros obtidos pela exploração maciça do açúcar.

Com a expulsão dos holandeses do Nordeste (1654), a concorrência do açúcar antilhano e a conseqüente decadência da economia açucareira, a atividade mineradora foi impulsionada.

No século XVIII, a região das Minas Gerais passou a viver uma explosão demográfica, com a presença de aventureiros das mais diferentes partes do mundo, inclusive de Portugal,

além da própria população colonial, que passou a acreditar no rápido enriquecimento.

Um fato importante que merece ser considerado diz respeito ao Tratado de Methuen (1703), que determinava um acordo comercial entre Portugal e Inglaterra, no qual o vinho português seria comprado pelos ingleses, enquanto os tecidos britânicos seriam vendidos para Portugal, o que levou ao aumento da dívida externa com a Inglaterra e à decadência da atividade manufatureira lusitana, contribuindo para que muitos artesãos deixassem a metrópole e tentassem a sorte no Brasil.

A população da colônia passou de 300 mil habitantes em 1700 para cerca de 3 milhões em 1800. Levas de pessoas chegavam à região das minas com o sonho de enriquecimento rápido e com vontade de ascender, depositando sua sorte na descoberta de novas jazidas.

A Coroa portuguesa criou, em 1702, a Intendência das Minas, órgão de fiscalização, administração e policiamento da região mineradora. Nas capitanias que possuíam jazidas auríferas, uma intendência era erguida; esse era o padrão da administração metropolitana no Brasil.

Inicialmente, a exploração do ouro foi algo feito sem o devido controle, e o destaque inicial era para pequenas áreas com mão de obra de aventureiros, sem compromisso quanto ao pagamento de tributos; essa modalidade era conhecida como **faiscação**.

A metrópole intensificou sua presença, promovendo a distribuição das **datas** (lotes auríferos para exploração oficial) e efetivando a cobrança do **quinto** (20% da exploração alcançada por cada proprietário em sua respectiva área de exploração); o número de datas entregue aos exploradores estaria diretamente associado ao número de escravos.

Com o passar dos anos, devido ao aumento do fluxo migratório e ao despertar de Portugal para a riqueza que o ouro representava, a fiscalização aumentou, ao mesmo tempo em que o trabalho de extração se tornou mais sofisticado e complexo, ocorrendo nas grandes propriedades, com um número maior de escravos; esse processo ficou conhecido como **lavra**.

A explosão demográfica na região mineradora levou à expansão do mercado interno e à diversificação de atividades profissionais, formando uma classe média colonial, da qual faziam parte artesãos, químicos, médicos, jornalistas, advogados, clérigos, comerciantes, administradores da Coroa, fiscais de obra e cobradores de impostos. Então, quanto maior

a riqueza encontrada, mais forte era a atração populacional, assim como era maior a geração de negócios diversos associados de forma direta ou indireta à mineração.

O eixo econômico deslocou-se do Nordeste para o Centro-Sul, o que fez com que o Rio de Janeiro se tornasse a capital colonial em 1763. Assim, nessa região ocorreu a ampliação da infraestrutura para a acomodação socioeconômica: aparecimento de novas vilas e povoados, abertura de estradas, hospedarias, estalagens e casas de fiscalização.

O investimento na mineração era reconhecidamente menor do que na economia açucareira, muito embora a mão de obra escrava negra continuasse sendo a mais numerosa na região, o que estimulava o governo a cobrar a **capitação**, o tributo específico pelo número de escravos na região.

De forma geral, comparando os dois momentos econômicos, o Ciclo do Açúcar e a mineração, é possível concluir que as duas sociedades eram profundamente desiguais e violentas, mas no que tange à segunda, houve uma maior mobilidade social e um fluxo mais intenso de riquezas para as diferentes camadas sociais na região. O número de escravos alforriados cresceu; esse aumento de libertos deveu-se ao fato de muitos escravos atuarem, nos momentos que seriam reservados ao descanso, explorando pepitas, que seriam trocadas pela liberdade.

A figura de Chica da Silva não representou uma regra generalizada para a época, já que ela era uma ex-escrava que enriqueceu pela união com um rico contratador (empresário) de diamantes, chegando a circular nos ambientes aristocráticos e sendo recebida, claro, não pela sua origem, mas pela riqueza ostentada diante da elite da época.

As regiões das Minas Gerais e da área correspondente ao Mato Grosso se comunicavam pelas caravanas comerciais, que passaram a aproximá-las. Mesmo com o intercâmbio comercial, o abastecimento das regiões mineradoras era insuficiente, e o preço dos alimentos correspondia às tendências de mercado, havendo uma hiperinflação no custo dos gêneros alimentícios, o que certamente multiplicava a violência e a miséria na região.

Os aventureiros, colonos e proprietários das minas criavam estratégias para que o ouro fosse comercializado sem que Portugal recebesse todo o tributo, tendo a expectativa de terem maior lucratividade.

Comercializar as pepitas ou o ouro em pó sem passar pelos olhares da fiscalização oficial passou a ser um desafio para aqueles que lucravam com a exploração aurífera. Os contrabandistas dispunham de diversas estratégias para transportar o ouro para fora das Minas Gerais: utilizavam o corpo de mulas, as escravas, as roupas que as mulheres levavam, como também as imagens de seus ídolos religiosos. Desse último método se originou a expressão “santo do pau oco”, que ficou conhecida por gerações e ainda é usada nos dias atuais.

Supostas procissões aconteciam e os “santos” nunca mais voltavam, ou havia ainda o comércio das imagens recheadas de ouro, e, muitas vezes, até funcionários metropolitanos participavam. A corrupção também se fez presente na cultura dos burocratas da administração das minas.

A Coroa portuguesa, entendendo que deveria aumentar a fiscalização para combater o contrabando, criou, em 1720, as **Casas de Fundição**. Essa instituição fiscalizadora estava submetida à Intendência das Minas e deveria retirar o quinto e transformar o ouro em barras. Ficava determinado que a circulação e a comercialização do ouro da colônia para a metrópole só poderia acontecer oficialmente se esse ouro estivesse em barras e com o selo da Coroa.

Em 1729, na região do Arraial do Tijuco (atualmente, Diamantina), foram encontrados diamantes. Inicialmente, a exploração foi livre, tendo o explorador que pagar o quinto à metrópole. Como o contrabando dessa joia era elevado, Portugal

percebeu a importância de criar o Distrito Diamantino em 1740, porém, o fez tardiamente, perdendo riquezas para os contrabandistas. Foi estabelecido o regimento desse Distrito, que deveria regular e fortalecer a exploração na área, pois o distrito era considerado uma área à parte da região das Minas Gerais.

Afastar mulatos e negros alforriados da região foi uma estratégia para diminuir o desvio de pedras, com a responsabilidade de exploração entregue aos contratadores, que deveriam antecipar à Coroa parte de seus lucros com os diamantes. Os contratadores eram nobres, homens de posses, supostamente pessoas idôneas, mas a corrupção e os desvios prosseguiram, e Portugal continuou perdendo receita em seus cofres.

De 1741 a 1761, a produção aurífera atingiu o seu ápice, gerando aproximadamente 290 toneladas de ouro. Em 1771, a metrópole afastou os contratadores e estabeleceu a extração real na Região do Distrito, mas era tarde, pois a atividade já estava em decadência. Entre os fatores responsáveis por essa decadência estavam o esgotamento das jazidas e o emprego de técnicas rudimentares, que, evidentemente, eram impróprias para aquela realidade.



Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996. (adaptado)

A Coroa portuguesa não tinha interesse em ficar com os prejuízos advindos do enfraquecimento da atividade mineradora e decidiu aumentar a tributação, fixando em 100 arrobas de ouro (1 469 kg) o valor a ser arrecadado em cada vila, por ano. Caso a meta estabelecida não fosse cumprida, a **derama** seria executada, isto é, soldados portugueses invadiam qualquer estabelecimento para que a arrecadação fosse completada. Tal medida fez com que a insatisfação popular aumentasse e com que a elite colonial mineradora, que já não mais suportava ter que dividir lucros com a metrópole, ambicionasse os processos de emancipação. Esse clima de contrariedade, junto com os ideais iluministas que começavam a florescer e as pressões econômicas internacionais, acarretariam, mais adiante, a Inconfidência Mineira.

Não se pode deixar de considerar que a atividade mineradora no Brasil estimulou a atividade capitalista internacional, tomando como referencial o mundo europeu.

É interessante lembrar que, pelo Tratado de Methuen (1703), o intercâmbio entre portugueses e ingleses se tornou mais intenso, pois uma parte considerável do ouro extraído no Brasil foi transferida para a Inglaterra. Esse evento fortaleceu sobremaneira o sistema financeiro inglês, possibilitando a concessão de crédito para diferentes atividades econômicas e também estimulando a Revolução Industrial, bem como a montagem de uma infraestrutura ferro-portuária para escoamento produtivo, propiciando, assim, a expansão da atividade comercial.

Tanta riqueza fluía no Brasil à época da mineração que a aristocracia desse período sofisticou seus investimentos e assumiu, de maneira mais forte, os padrões europeus de arte e cultura. São marcas da riqueza da região mineradora as obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, materializadas em esculturas que recebiam influência europeia, mas que conservavam um padrão original para o contexto colonial, embelezando as cidades mineiras e as igrejas do século XVIII.



Anjo, escultura de Aleijadinho.

Atividades subsidiárias

A produção de algodão encontrou espaço para se desenvolver nas regiões do Grão-Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e Goiás. Inicialmente, a produção era usada para a fabricação de tecido, mesmo com muitas restrições acerca da proibição de manufaturas no Brasil. Porém, logo no século XVIII, com a Revolução Industrial, o Brasil passou a ser um importante polo de abastecimento para a Inglaterra.

O fumo teve como principal núcleo produtor o Recôncavo Baiano. Serviu como moeda de troca na obtenção de escravos e se desenvolveu paralelamente à economia açucareira.

Produzido na segunda metade do século XVIII para a exportação, o cacau era enquadrado inicialmente como droga do sertão, sendo utilizado como matéria-prima para licores, chocolates e manteiga.

A mandioca, de cultura indígena, passou a ser utilizada como alimento pela comunidade branca pobre da colônia, bem como pela comunidade negra escrava, abastecendo as fazendas e as propriedades, nas quais a atividade econômica se associava ao regime escravista de produção.

Já a pecuária foi uma atividade de complementaridade que acompanhou as diferentes estruturas econômicas, aproveitando-se das margens dos rios para o seu fortalecimento e sustento.

Muitas vilas e cidades surgiram no processo de interiorização, as quais tiveram a formação estimulada pela pecuária, pois, para que essa atividade pecuarista não viesse a afetar as lavouras, ela foi impedida de se desenvolver nas zonas litorâneas, o que acabou também se constituindo como uma estratégia de povoamento da metrópole na colônia.

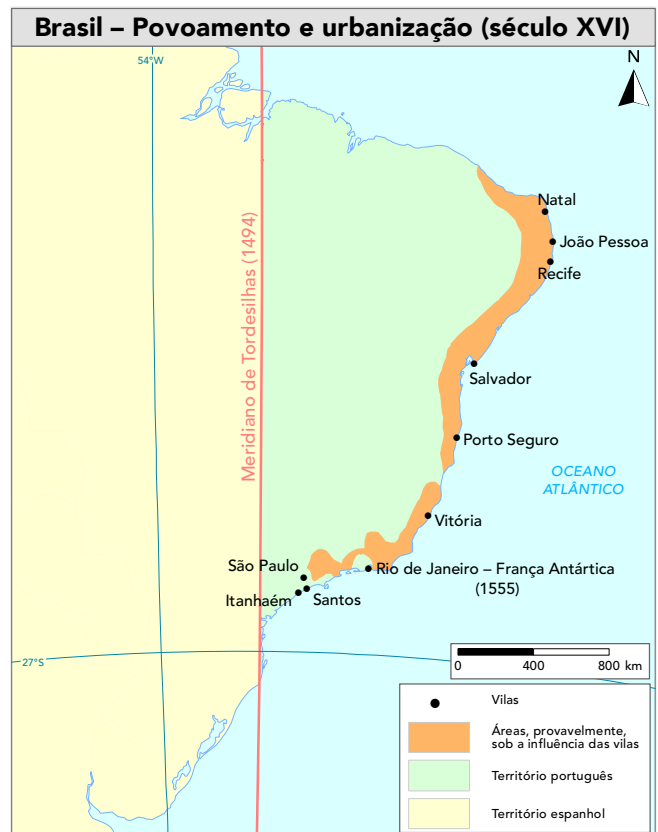
Formação territorial brasileira – Uma abordagem histórica

Com base no entendimento de que o novo território poderia ser lucrativo, não foram apenas os portugueses que se interessaram pelas terras brasileiras. Logo, outros povos fizeram novas incursões sobre as terras recém-descobertas. Além da invasão holandesa já estudada, quando analisado o Ciclo do Açúcar, sabe-se que houve, ainda, a presença de franceses.

Inicialmente, eles se instalaram na França Antártica, no Rio de Janeiro, formada por franceses convertidos ao calvinismo (huguenotes) que fugiam de perseguições religiosas na Europa. Atualmente, acredita-se que os franceses queriam explorar não somente as riquezas da região, mas também os recursos da região do Rio da Prata. Essa colônia francesa foi fundada em 1555, durante o Governo Geral de Duarte da Costa, e durou até 1567, com a expulsão dos franceses durante o governo de Mem de Sá.

Outra experiência colonizadora francesa ocorreu no Maranhão, a chamada França Equinocial (1612), que se desenvolveu com a autorização da Coroa francesa e era considerada uma colônia de exploração. É importante salientar que ambas queriam explorar as regiões nas quais se instalaram; a diferença básica foi a forma como se estabeleceram e os vínculos que mantiveram com a metrópole.

Os franceses, no Maranhão, pretendiam obter bons resultados na exploração das drogas do sertão, mas também existia o interesse no potencial mineral da região do Peru, por isso não se descartava a possibilidade de chegarem também a outras localidades da América. Chegaram a fundar a cidade de São Luís, mas, com a ofensiva portuguesa no sentido de evitar o estabelecimento de outros povos na colônia, o movimento fracassou.



FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 2000. (adaptado)

Pecuária

Contra as incursões de estrangeiros interessados nas riquezas coloniais, a metrópole portuguesa tomava providências como a montagem de fortes e a intensificação do povoamento (no litoral), por meio da instalação de vilas e de novas cidades. O interior também foi povoado durante esse processo, e um dos grandes agentes foi a atividade pecuarista.

Entre as atividades complementares, a pecuária teve um destaque expressivo na história do povoamento e na constituição dos limites territoriais brasileiros, exercendo um papel de caráter não só econômico, como também geoestratégico, pois os colonizadores acabaram usando a pecuária não só como uma atividade complementar para as economias açucareira e mineradora, mas como estratégia de povoamento para dificultar a penetração de estrangeiros no território.

A pecuária se desenvolveu para dinamizar a atividade dos engenhos, dando um importante suporte, seja como força motriz, seja, ainda, como fornecedora de sustento alimentar. Logo, essa atividade ganhava o interior seguindo o curso dos rios. O gado era criado solto, o que também intensificou a interiorização da colônia.

Para que as plantações de cana-de-açúcar fossem preservadas, o gado deveria ser criado com relativa distância do litoral. O rei de Portugal, em 1701, determinou que a criação de gado deveria acontecer com a limitação de, no mínimo, 10 léguas do litoral.

A pecuária nordestina é lembrada por duas rotas: a rota do sertão de fora, que ligava Salvador a Fortaleza, sem se distanciar tanto do litoral, e a rota do sertão de dentro, que interligava as fazendas do interior da Bahia com o interior do Maranhão.

No sertão de dentro, o Rio São Francisco teve um papel de grande relevância, pois os rebanhos se aproveitavam de suas margens para retirar seu sustento; além disso, nessa trajetória, muitas vilas foram criadas, e, a partir delas, nasceram cidades como Oeiras (Piauí), Feira de Santana (Bahia) e Pastos Bons (Maranhão).

Boa parte da mão de obra empregada na atividade pecuarista advinha do trabalho livre. Nesse contexto, surge a figura do vaqueiro, que receberia, pelos anos de fidelidade no trabalho pecuarista com o fazendeiro ou proprietário rural, um incentivo sob a forma de cabeças de gado. Logo, essa atividade gerava mobilidade no campo, diminuindo a aguda miséria do sertanejo.

Segundo Capistrano de Abreu, surgiu, no sertão nordestino, o que o historiador chamaria de "civilização do couro", a combinação entre povoamento e técnica para aproveitamento do gado.

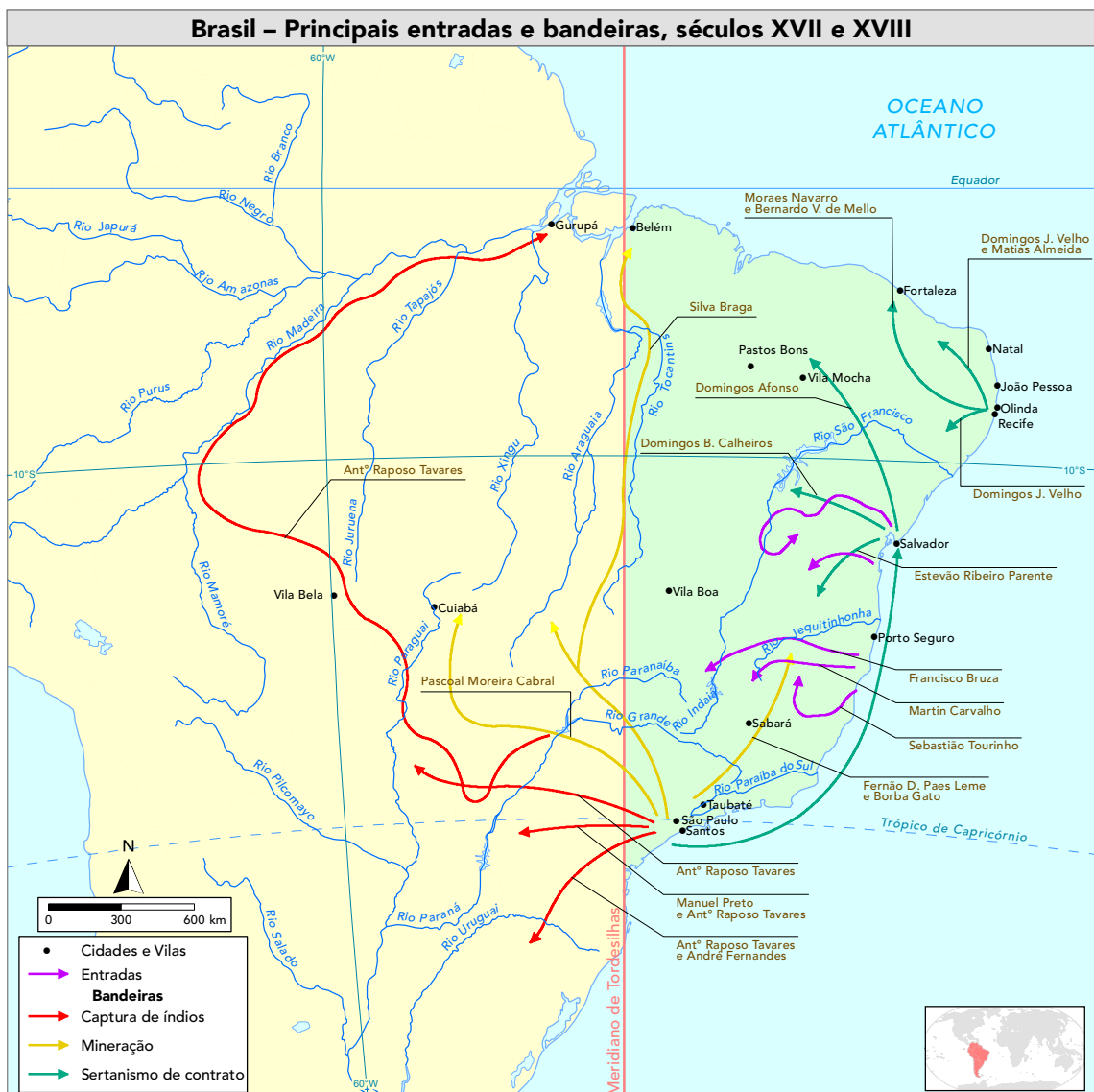
Nos séculos XVI e XVII, a pecuária esteve fortemente associada à economia açucareira, mas, no século XVIII, também se relacionaria à atividade mineradora, atendendo à necessidade do transporte e, ao mesmo tempo, à questão do abastecimento de alimentos por meio do aproveitamento da atividade criadora.

Muitos colonos, após as invasões estrangeiras, acabaram encontrando refúgio na atividade pecuarista, ou, ainda, aqueles que tinham recursos limitados para os engenhos ou que tinham fracassado na atividade açucareira se voltaram para a pecuária, e muitas cidades nasceram a partir de rotas feitas por vaqueiros nesse processo de interiorização.

No Sul, a atividade dos bandeirantes, que desciam de São Vicente a Laguna, notabilizou-se pela tomada do gado, que permaneceu, de forma selvagem, nas pastagens, após o fracionamento de colônias pertencentes aos espanhóis, na porção sul, do território próximo ao Prata.

Nessa região, surgiram muitas estâncias, entre elas fazendas sulistas, por isso o gado era conduzido do Sul para Sorocaba, atual São Paulo, onde ele seria comercializado para a região das Minas Gerais.

Entradas e bandeiras



FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. (adaptado)

Na colônia portuguesa na América, existiram dois modelos de empreendimento que contribuíram para o processo de povoamento. O primeiro deles eram as **entradas**, expedições de caráter oficial, financiadas e autorizadas pela Coroa; o outro eram as **bandeiras**, expedições particulares de aventureiros que promoveram significativa contribuição para a formação do Brasil. Elas recebiam esse nome por conta da tradição de se utilizar uma bandeira para representar uma família ou, ainda, um símbolo de vitória após uma batalha vencida.

As bandeiras estão, inicialmente, ligadas à decadência da vila de São Vicente. É comum associar esse povoado à prosperidade econômica, já que, assim como Pernambuco, foi uma das capitanias que não fracassaram. Entretanto, a prosperidade de São Vicente foi inconstante, pois o relevo acidentado logo revelou a pobreza do solo, e, se a riqueza em questão era o açúcar, aqueles que comercializavam o produto reclamavam da distância dessa cidade das praças europeias, se comparada ao Nordeste.

Com isso, a população pobre, boa parte dela de origem mestiça, fruto da união de índios com brancos, portanto cabocla, começou a buscar novas atividades, cujo objetivo era, inicialmente, a sobrevivência. Esses aventureiros, que pretendiam fugir da miséria vicentina, logo eram atraídos pelos lucros, seja no apresamento de índios, seja no negócio do ouro, levando à penetração no sudeste e no sul do Brasil. Percorreram vários territórios, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, litoral e interior, na busca pelo ouro ou por índios que estivessem em missões, facilitando o processo de povoamento.

A carência de escravos africanos se tornou uma realidade durante o domínio holandês no Nordeste. Com a posse de entrepostos africanos tomados pelos flamengos, houve uma significativa diminuição na entrada de escravos negros no Brasil, a não ser pela zona que estava sob o domínio dos invasores.

Os bandeirantes, atentos às necessidades do mercado no que diz respeito à mão de obra, logo começaram a invadir aldeias, mas tinham como preferência áreas de aldeamento, nas quais os índios já teriam aprendido os ritos europeus, a língua, a religião e algumas habilidades agrícolas e artesanais. A missão de Guairá, no Paraná, foi alvo de ataques da bandeira de Raposo Tavares e Manuel Preto.

Com o fim da União Ibérica, em 1640, Raposo Tavares realizou, em 1648, uma incursão do Vale Amazônico a São Vicente. Em suas expedições, como nas de outros bandeirantes, o objetivo era explorar as drogas do sertão e comercializá-las.

Também com a decadência da economia açucareira, no século XVII, a busca por metais foi intensificada.

A expedição de Fernão Dias, em 1674, que buscava ouro, não prosperou, mas abriu caminho para novas bandeiras na região mineira do Rio das Velhas, pois era exatamente isso que ocorria quando uma bandeira não lograva o intento esperado: abria caminho para outra avançar e obter êxito.

Ainda no contexto do século XVII, marcado pela crise açucareira na colônia lusa e pela decadência da produção mineral na América espanhola, expedições de Borba Gato e Bartolomeu Bueno foram incentivadas a procurar metais pelo território da colônia. Enquanto Borba Gato descobria jazidas em Sabará, Bartolomeu Bueno alcançava reservas auríferas em Goiás.

Além do bandeirismo de prospecção, que buscava metais, e o de apresamento de índios, que capturava nativos para a lavoura, o sertanismo de contrato também revelou-se como uma tendência.

Financiado por pecuaristas, senhores de engenho e autoridades metropolitanas, o sertanismo de contrato combateu a resistência de índios e de negros no Quilombo de Palmares, levando o esconderijo de escravos fugidos à destruição, com destaque para a expedição de Domingos Jorge Velho.



Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antonio Fernandez, de Benedito Calixto.

Outro fato de grande importância é que o bandeirismo também se manifestou na atividade pecuarista, comercializando rebanhos que seriam utilizados como instrumentos de transporte e, principalmente, como alimentos.

As expedições que transportavam alimentos, metais e mercadorias diversas, as quais interligavam Goiás, São Paulo e Minas Gerais pelo caminho dos rios, sob a liderança desses aventureiros, foram chamadas de **monções**.

É fundamental salientar que a história tradicional coloca os bandeirantes como os grandes desbravadores do Brasil, aqueles que seriam responsáveis pela expansão do território brasileiro para além dos limites lusos. Contudo, também podem ser vistos como aqueles que geraram significativo impacto ambiental, além de promoverem o genocídio e o etnocídio de populações nativas.

O impacto da União Ibérica

Como foi visto anteriormente, a União Ibérica foi o domínio da Espanha sobre o império colonial português, durante o período de 1580 a 1640. Nesse intervalo de tempo, os marcos do Tratado de Tordesilhas foram desconsiderados, o que possibilitou que movimentos de migração e de povoamento avançassem para além dos limites preestabelecidos pelo referido tratado. Com o abandono dos limites do Tratado de Tordesilhas, já que os espanhóis dominariam o Império Unificado, abriu-se margem para a ocupação lusa sobre os territórios espanhóis, facilitando a expansão territorial brasileira.

Pelo prisma de um império colonial luso-espanhol unificado, pode-se considerar que a pecuária, as missões jesuíticas, as entradas e as bandeiras incursionariam por diferentes territorialidades. Com o fim da União Ibérica, o povoamento feito por portugueses ou, ainda, por “brasileiros” ampliou os domínios da coroa portuguesa na América Ibérica.

Em 1640, com a ocorrência da restauração de Bragança, por intermédio de D. João IV, Portugal libertou-se da Espanha

e, a partir daquele momento, precisou recuperar os prejuízos contraídos diante de anos de submissão. Já em 1642, foi criado o Conselho Ultramarino, cujo objetivo era aumentar a centralização sobre a colônia e combater o contrabando, transformando o Brasil, colônia que fornecia maior prosperidade à Coroa, na “vaca leiteira de Portugal”.

Tratados e limites do Brasil

Por volta de 1680, ocorreu a fundação da colônia portuguesa de Sacramento, nas proximidades de Buenos Aires. A intenção era aproveitar o potencial econômico da Região Platina, pois seriam comercializados pela burguesia portuguesa produtos coloniais como açúcar, fumo e algodão, além das manufaturas europeias. A intenção era também encontrar as riquezas minerais que poderiam trazer lucros para os portugueses, como a prata peruana.

Ao perceber tal atitude, a Espanha, detentora do domínio nessas regiões, reagiu, e expedições militares foram enviadas para esses locais.

Os portugueses montaram núcleos de povoamento em Laguna e fortalezas nas regiões próximas, como o Forte do Rio Grande de São Pedro (1737). Além disso, o rei de Portugal, D. João V, enviou uma missão com milhares de açorianos para que o povoamento e a exploração na região se intensificassem.

A Espanha respondeu enviando missões militares e incentivando o trabalho de jesuítas espanhóis, ocorrendo a fundação de Sete Povos das Missões.

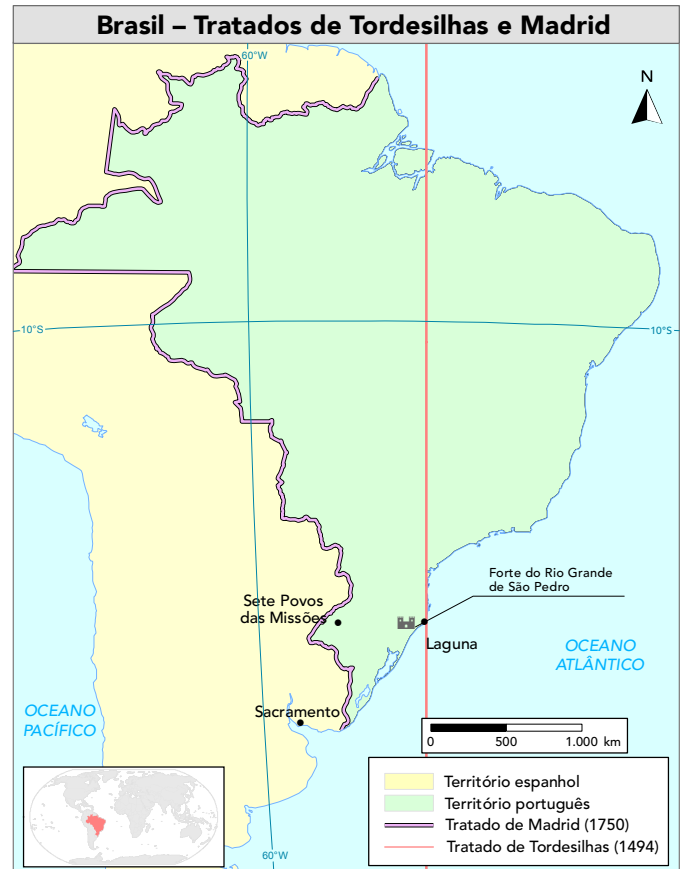
Diante das tensões que se anunciavam entre colonos portugueses e espanhóis, vários tratados diplomáticos começaram a ser assinados, entre os quais se destacaram o de Lisboa, Utrecht, Madrid, Badajoz e Ildefonso.

O Tratado de Lisboa (1681) e o Tratado de Utrecht (1715) foram negociados com o apoio da Inglaterra, que reconheceu, em duas ocasiões, a colônia de Sacramento como pertencente a Portugal, determinando a saída de colonos espanhóis que ainda a ocupassem. Convém salientar que Sacramento era uma colônia portuguesa cercada de territórios espanhóis.

Em 1750, foi assinado o Tratado de Madrid, que entregava à Espanha a colônia portuguesa de Sacramento e a Portugal a região de Sete Povos das Missões, colônia espanhola. Nesse relacionamento diplomático, para a definição dos limites territoriais americanos, foi aplicado o Princípio do *Uti Possidetis*, defendido pelo diplomata paulista Alexandre de Gusmão, segundo o qual a terra pertenceria a quem desenvolvesse a posse efetiva, ou seja, caberia ao lado espanhol o pleno controle metropolitano da Espanha, desconsiderando a fundação portuguesa para a colônia de Sacramento, e o mesmo ocorreria a Sete Povos com relação a Portugal.

Porém, as decisões de Madrid não foram prontamente cumpridas. Os interesses conflitantes dos colonos e dos agentes das duas metrópoles, no que concernia ao comércio no Prata e à Guerra Guarânica, acabaram por impedir o cumprimento imediato do tratado. Os jesuítas espanhóis usaram os índios guaranis para não perderem posições na região dos Sete Povos.

No contexto internacional, ocorria a Guerra dos Sete Anos entre França e Inglaterra; Portugal e Espanha estavam em lados opostos, e esta aproveitou-se das tensões para tomar posse da ilha de Santa Catarina, sendo devolvida no Tratado de Santo Ildefonso (1777). Contudo, a Espanha permaneceu com as regiões de Sacramento e Sete Povos.



FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. (adaptado)

Somente em 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz, ocorreu o retorno ao que fora acordado no Tratado de Madrid. Com a participação de gaúchos, os Sete Povos foram atacados, e os jesuítas espanhóis foram expulsos da região.

O Brasil, enquanto a colônia mais próspera de Portugal, passou a ter limites e configurações que lembram as delimitações atuais.

Leitura complementar

Pobres, rudes e ameaçadores

Além da opulência, o ouro em Minas Gerais criou uma massa de transgressores e vadios à margem da sociedade. Mas às vezes foram úteis

Quase duzentos anos depois do descobrimento, os habitantes de São Paulo comunicavam à Coroa portuguesa que tinham achado ouro nos sertões setentrionais da capitania. Por certo, já sabiam, havia tempos, que ali se encontrava o metal precioso com facilidade, misturado ao cascalho dos regatos, mas não lhe interessara, antes do final do século XVII, explorar sistematicamente aquele **ouro de aluvião**. Talvez porque a prata contasse mais, como meio de troca, na economia da época. Talvez, ainda, porque o apresamento de índios – o **ouro vermelho** – fosse mais interessante e absorvesse a maior parte das energias sertanistas. Na situação difícil em que se encontrava Portugal, recém-saído de uma guerra destinada a arrancar da Espanha o reconhecimento da independência restaurada após 1640; na escassez de metal amoeável que então amordaçava a economia europeia, o ouro do Brasil veio a calhar. Em 1706, subiu ao trono de Portugal um novo rei, D. João V, e para ele, como disse um contemporâneo, as Minas do Brasil foram uma utilíssima “vaca de leite”.

Para o rei, para o reino, para o império, que se estendia por três continentes, o século XVIII raiou, portanto, sob o impacto da importância crescente da América, onde o ouro começava a ofuscar os demais produtos.

Os sertões onde havia ouro faziam parte da velha capitania de São Paulo, povoada por mamelucos independentes e rudes: homens acostumados a andar no mato e destemidos – para dizer o mínimo – quando chegava a hora de enfrentar os índios. Os **paulistas**, como começavam a ser chamados, acreditavam ter direitos especiais sobre a região aurífera, as Minas Gerais, mas a Coroa logo cuidou de controlá-la de modo mais firme, enviando autoridades, fundando, no local, as primeiras vilas e acabando por criar uma circunscrição administrativa específica, separada tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro. Era inevitável, entretanto, que a possibilidade da riqueza fácil atraísse gente de todas as partes do Império: as levas humanas foram chegando, os conflitos explodindo, o controle, quase sempre, se esgarçando. Portugal teve que jogar duro nas Minas desde os primeiros tempos, muitas vezes sem êxito, e no decorrer do século XVIII, Estado e sociedade estiveram, várias vezes, em lados opostos. Mais ainda: a própria sociedade mal teve tempo de se acomodar e já se viu às voltas com brigas intestinas em que se opunham paulistas e colonos de outras procedências, como baianos, para não falar dos reinóis, isto é, os nascidos em Portugal.

No Nordeste, a elite da terra invocava o sangue e o patrimônio despendidos para expulsar os holandeses e fazer com que Pernambuco voltasse a ser português. Em São Paulo, a ferocidade mameluca, quando advertida por conta dos desmandos cometidos contra os índios, apresentava a fatura dos serviços prestados desde os primórdios da colonização, quando colonos semilendários, como João Ramalho e o bacharel de Cananeia, haviam intermediado os contatos e os interesses dos portugueses com os habitantes locais, maciçamente indígenas. No tempo de D. João V, nas zonas de colonização antiga, os habitantes já se tinham sedimentado em sociedades bem estratificadas, afeitas à honra e à tradição – mesmo se inventada. Em Minas, não houve tempo para nada disso: do dia para a noite, os fundos dos vales se cobriram de arraiais e os homens iam chegando em caudais, que serpenteavam pelas encostas de morros cada vez mais escalavrados. De onde vinham e quem eram pouco importava. O dinheiro vinha através da honra e da tradição, e o comércio dava tanto quanto a extração de ouro. Minas surgiu, portanto, diferente e corrosiva, muito rica e muito pobre.

Nos primeiros tempos, faltaram gêneros para alimentar a gente que despencava sobre as lavras. Mesmo que logo se organizassem roças, se tangessem boiadas e se erguessem moendas e monjolos, não chegava para tantos. Com a escassez, veio a inflação, e uma testemunha contemporânea não deve ter exagerado muito quando disse que vários morreram com um punhado de ouro na mão sem ter espiga de milho para matar a fome. Fortunas se fizeram no controle do abastecimento alimentício, e o açambarcamento de carne esteve na origem de um dos primeiros conflitos, e dos mais graves, que marcaram o nascimento das Minas: a Guerra dos Emboabas (1707 – 1709).

Para separar as pepitas de ouro do cascalho dos rios ou arrancá-las da terra das encostas, era preciso mão de obra, e as minas se tornaram um sorvedouro voraz de escravos

africanos: engoliram não só os que buscavam na costa africana como os ocupados nos engenhos do Nordeste, capazes de alcançar preço bem mais alto nas serras distantes do litoral, encravadas no coração da América do Sul. Antes de terminar o primeiro quartel do século XVIII, a população mineira era majoritariamente negra, os quilombos se multiplicavam e os homens brancos, apavorados, adivinhavam em cada escravo um inimigo em potencial, rezando para que um maior número de soldados portugueses chegasse à capitania e fosse capaz de fazer o impossível: garantir o controle da minoria branca sobre a massa cativa. Os governadores aderiram ao pânico e alimentaram a paranoia, havendo quem, antes dos anos 1720, defendesse a prática de cortar o tendão de Aquiles dos negros fujões para impedi-los de reincidir – o que era comum, ao que parece, na possessão francesa da Luisiânia. Em meados do século, os mocambos de escravos fugidos ultrapassavam a centena, impondo a organização de expedições oficiais de quinhentos e até mais homens, com canhões, índios mateiros e a oferta de patentes, terras e outras honrarias a quem prendesse ou matasse mais negros. [...]

MELLO E SOUZA, Laura. Pobres, rudes e ameaçadores. In: FIGUEIREDO, Luciano. (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p 311-313.



Atividades para sala

1. E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moeda para os reinos estranhos, e a menor quantidade é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil...

Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, de João Antonil.

Essa frase indica que as riquezas minerais da colônia

- a) produziram ruptura nas relações entre Brasil e Portugal.
 - b) foram utilizadas, em grande parte, para o cumprimento do Tratado de Methuen, entre Portugal e Inglaterra.
 - c) prestaram-se, exclusivamente, aos interesses mercantilistas da França, da Inglaterra e da Alemanha.
 - d) foram desviadas, majoritariamente, para a Europa por meio do contrabando na região do Rio da Prata.
 - e) possibilitaram os acordos com a Holanda que asseguraram a importação de escravos africanos.
2. De todas as colônias inglesas, a melhor é o reino de Portugal.

Dito popular, Portugal – século XVIII, citado por TEIXEIRA, Francisco M. P. Brasil: história e sociedade. São Paulo: Ática, 2000.

Assinale a alternativa que explica, corretamente, a afirmação anterior.

- a) As relações econômico-comerciais entre Inglaterra e Portugal estavam baseadas no pacto colonial, o que garantia vultosos lucros aos ingleses.
- b) A Inglaterra participava dos lucros da mineração brasileira, visando às trocas comerciais favoráveis a si, estabelecidas com Portugal pelo Tratado de Methuen.
- c) O declínio do setor manufatureiro em Portugal, decorrente do embargo espanhol, tornou a economia lusa altamente dependente das exportações agrícolas inglesas.
- d) A Revolução Industrial inglesa foi possível graças à importação de matéria-prima barata proveniente de Portugal.
- e) Portugal e Inglaterra eram parceiros no comércio com as colônias portuguesas na Ásia, entretanto, o transporte era realizado por navios ingleses, o que lhes garantia maior participação nos lucros daí advindos.

3.

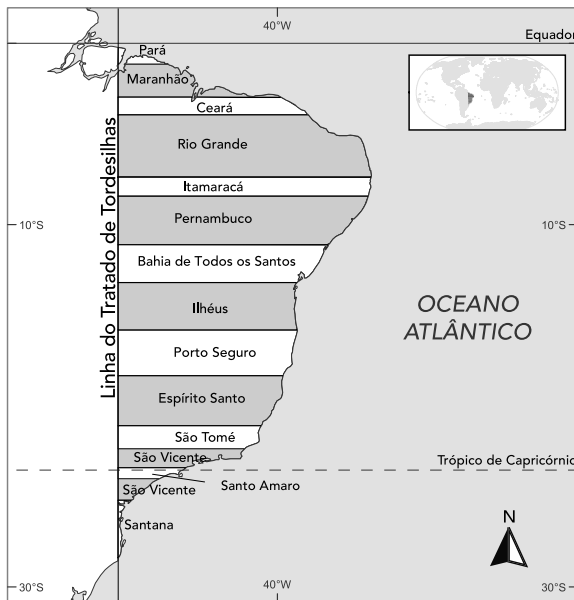


Marcos Alves Morato/Ediprati

A igreja de São Francisco, mostrada na imagem anterior, construída em Ouro Preto no século XVIII, é um marco do Barroco e da arquitetura brasileira. O contexto histórico que explica a realização dessa obra é criado pela(o)

- crise do sistema colonial e eclosão das revoltas regenciais.
- deslocamento do centro administrativo da colônia para a cidade de Ouro Preto.
- exploração econômica das minas de ouro e consolidação da agricultura canavieira.
- ciclo da mineração e decorrente diversificação do sistema produtivo.
- distanciamento em relação a autoridade colonial e consequente maior liberdade de expressão.

4. Observe o mapa a seguir.



CAMPOS, Flávio; DOLHNIKOFF, Miriam. *Atlas História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2002.

O mapa anterior faz alusão

- ao Tratado de Madrid, que dividiu as terras americanas entre Portugal e Espanha, colocando fim a décadas de disputas.
- à estratégia imaginada pelos portugueses para enfrentar o avanço dos franceses sobre suas terras na América.

- ao Tratado de Tordesilhas e ao sistema de capitanias, doação hereditária feita pela Coroa a colonos portugueses.
- à ação de Martim Afonso de Sousa, encarregado de iniciar a colonização efetiva das terras brasileiras.
- ao sistema de sesmarias, utilizado pelos portugueses para garantir a posse da terra contra ameaças estrangeiras.

5. (ENEM) Iniciou-se em 1903 a introdução de obras de arte com representações de bandeirantes no acervo do Museu Paulista, mediante a aquisição de uma tela que homenageava o sertanista que comandara a destruição do Quilombo de Palmares. Essa aquisição, viabilizada por verba estadual, foi simultânea à emergência de uma interpretação histórica que apontava o fenômeno do sertanismo paulista como o elo decisivo entre a trajetória territorial do Brasil e de São Paulo, concepção essa que se consolidaria entre os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ao longo das três primeiras décadas do século XX.

MARINS, P. C. G. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. *Revista do LEB*, n. 44, fev. 2007.

A prática governamental descrita no texto, com a escolha dos temas das obras, tinha como propósito a construção de uma memória que

- afirmava a centralidade de um estado na política do país.
- resgatava a importância da resistência escrava na história brasileira.
- evidenciava a importância da produção artística no contexto regional.
- valorizava a saga histórica do povo na afirmação de uma memória social.
- destacava a presença do indígena no desbravamento do território colonial.

6. (ENEM) Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil Colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa", que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.

Disponível em: <<http://www.tribunadoplanalto.com.br>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à

- atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.
- atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das Minas.
- atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.
- atividade agropecuária exercida pelos tropeiros, que necessitavam dispor de alimentos.
- atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.



Atividades propostas

1. Leia o texto a seguir.

Que sejam trazidos duzentos carneiros de cargas, daqueles que costumam trazer e carregar a prata de Potosi, para acarrear o ouro e a prata.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 97. (adaptado)

O fragmento apresentado, de 1609, destaca uma das medidas tomadas por D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, para intensificar a busca por metais e pedras preciosas no interior do território. Nesse documento, o imaginário colonial português se constitui pela influência

- da notícia sobre as riquezas do território espanhol, que circulava na colônia portuguesa.
- do consumo interno de especiarias espanholas, que tornava a vida cotidiana na colônia mais aprazível.
- da quantidade de prata extraída nas Minas Gerais, que aguçava o interesse da população litorânea.
- da carência dos transportes nas regiões auríferas, o que obrigava os colonos a escravizar indígenas.
- da eficiência administrativa da Coroa espanhola, que foi apropriada como modelo pelos portugueses.

2. O escultor Antônio Francisco Lisboa (1730-1814), mais conhecido como Aleijadinho, é o autor das doze esculturas dos profetas bíblicos na cidade mineira de Congonhas do Campo.



Sobre o contexto histórico em que viveu Aleijadinho, é correto afirmar que foi o período

- da colonização e do ciclo do ouro.
- da colonização e do ciclo do pau-brasil.
- do Primeiro Reinado e do ciclo do açúcar.
- do Segundo Reinado e do ciclo do café.
- da Regência Una e do ciclo da borracha.

3. A extração do ouro, aparentemente simples, atraiu milhares de pessoas para a América portuguesa, cuja população estimada passou de 300000 habitantes em 1690 para 2500000 em 1780. Metade desse aumento demográfico ocorreu na região mineradora. Considerando essas informações, pode-se afirmar que

- o denominado Ciclo do Ouro possibilitou uma espécie de atração centrípeta para o mercado interno desenvolvido pela mineração e, assim, contribuiu como fator de integração regional na América portuguesa.

- a população atraída para a mineração também desenvolveu intensa atividade agrária de subsistência, propiciando reconhecida autossuficiência que inibiu qualquer tipo de polarização.
- o *Regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as Minas*, que, em 1702, instituiu a Intendência das Minas, mantinha rigorosa disciplina militar e constante vigilância na Estrada Real, impedindo o ingresso de emboabas e mascates nas regiões de ouro e diamantes.
- o denominado Ciclo do Ouro ocasionou uma espécie de atração centrífuga, pois as riquezas auríferas de Goiás e da Bahia contribuíram para financiar, simultaneamente, o denominado renascimento agrícola no Nordeste do Brasil, no final do século XVII.
- a integração regional da América portuguesa consolidou-se durante a União Ibérica (1580-1640), quando foi removida a Linha de Tordesilhas, possibilitando a convergência das regiões de pecuária para o grande entreposto comercial que consagrou a região de Minas Gerais.

4. Congregando segmentos variados da população pobre ou dirigindo-se às áreas de mineração, onde se concentravam enormes contingentes de escravos, as vendeiras e negras de tabuleiro seriam constantemente acusadas de responsabilidade direta no desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os quilombos.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

Com base na leitura e na análise desse trecho, é correto afirmar que a escravidão nas Minas Gerais se caracterizava por

- um perfil rural e patriarcal, o que fazia com que as cativas e as forras ficassem reclusas, em casa, sob controle masculino.
- uma comunidade igualitária, o que se expressava na liberdade com que os negros circulavam pelas ruas.
- uma grande diversidade de formas de exploração do trabalho escravo, situação característica de um contexto mais urbano.
- uma relativa flexibilidade, o que se expressava no livre trânsito dos comerciantes entre as cidades e os quilombos.
- uma sociedade marcada pela mobilidade dada aos escravos nos centros urbanos e no interior das vilas.

5. A arte colonial mineira seguia as proposições do Concílio de Trento (1545-1563), dando visibilidade ao catolicismo reformado. O artífice deveria representar passagens sacras. Não era, portanto, plenamente livre na definição dos traços e temas das obras. Sua função era criar, segundo os padrões da Igreja, as peças encomendadas pelas confrarias, grandes mecenas das artes em Minas Gerais.

SANTIAGO, Camila F. G. *Traços europeus, cores mineiras: três pinturas coloniais inspiradas em uma gravura de Joaquim Carneiro da Silva*. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica. Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 385. (adaptado)

Considerando as informações do texto anterior, a arte colonial mineira pode ser definida como

- renascentista, pois criava na colônia uma arte sacra própria do catolicismo reformado, resgatando os ideais clássicos, segundo os padrões do Concílio de Trento.
- barroca, já que seguia os preceitos da Contrarreforma. Era financiada e encomendada pelas confrarias e criada pelos artífices locais.

- c) escolástica, porque seguia as proposições do Concílio de Trento. Os artífices locais, financiados pela Igreja, apenas reproduziam as obras de arte sacra europeias.
- d) popular, por ser criada por artífices locais, que incluíam escravos, libertos, mulatos e brancos pobres que se colocavam sob a proteção das confrarias.
- e) aristocrática, pois apresenta traços clássicos que remontam à democracia elitista ateniense, evidenciados nas formas arrojadas de suas esculturas, cuja referência é o Século de Ouro de Péricles.

6. A extração de ouro na região das Minas, no século XVIII, produziu várias rotas de circulação e de comércio. Entre elas, pode-se destacar a ligação, por terra, das Minas com

- a) o Norte, que permitia a chegada de trabalhadores indígenas da Amazônia e de especiarias.
- b) a Europa, que facilitava o escoamento do ouro e a entrada de matérias-primas e alimentos.
- c) o Rio de Janeiro, que permitia acesso mais rápido e fácil dos minérios aos portos.
- d) a Bolívia, que articulava a produção de ouro para Portugal à extração da prata boliviana para a Espanha.
- e) o Sul, que abastecia a região mineradora de produtos industrializados, de gado e de açúcar.

7. Metamorfose

Meu avô foi buscar prata,
mas a prata virou índios.

Meu avô foi buscar índio,
mas o índio virou ouro.

Meu avô foi buscar ouro,
mas o ouro virou terra.

Meu avô foi buscar terras
e a terra virou fronteira.

Meu avô, ainda intrigado,
foi modelar a fronteira:

E o Brasil tomou a forma de harpa.

Martim Cererê, de Cassiano Ricardo

O autor, no seu poema “Metamorfose”, refere-se às várias transformações verificadas no território brasileiro. Tais “metamorfoses” se referem

- a) à importância do indígena brasileiro na composição étnica e cultural do povo brasileiro.
- b) às dimensões continentais adquiridas pela nação brasileira e sua semelhança com um instrumento musical.
- c) ao processo histórico de penetração e ocupação do território nacional e a delimitação das fronteiras nacionais.
- d) à conquista do território nacional, realizada pelos indígenas, graças à navegação dos rios.
- e) à enorme diversidade de ecossistemas e paisagens naturais presentes no vasto território brasileiro.

8. As incursões dos bandeirantes paulistas às missões dos jesuítas castelhanos do Guairá multiplicaram-se a partir do século XVII. Paulistas e guerreiros tupiniquins enveredavam pelo Caminho do Peabiru, velha trilha tupi, rumo ao Guairá, território situado entre os rios Paranapanema, Iguçu e Paraná. Nessa região de posse duvidosa, dado que os portugueses sempre consideraram que a linha de Tordesilhas passava pelo estuário do Prata, os jesuítas espanhóis haviam criado, entre 1622 e 1628, onze missões.

História do Brasil: uma interpretação, de Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota.

Quanto ao assunto tratado no texto, é correto afirmar que

- a) as incursões dos bandeirantes às missões jesuítas visavam apresar indígenas aldeados em grupos numerosos e habituados ao trabalho rural.
- b) nessas incursões, não havia nenhuma participação de indígenas entre os integrantes das bandeiras.
- c) o objetivo primordial dos bandeirantes paulistas era apresar “negros da terra” para a exportação dessa mão de obra para a Europa.
- d) os ataques dos bandeirantes paulistas aos jesuítas castelhanos eram uma resposta contra a postura da Espanha, que naquele momento apoiava a invasão holandesa ao Brasil.
- e) as incursões dos bandeirantes paulistas contra as missões jesuíticas de Guairá e Tape ocorreram após o Tratado de Madrid.

9. Há caminhos e cidades brasileiras que nasceram a partir de rotas comerciais ou de exploração do território que homens percorreram por rios, por terra e por mar, perfazendo longas distâncias de diversas formas, muitas vezes se aproveitando de caminhos já utilizados pelos povos indígenas. Uma dessas rotas ligava, entre os séculos XVIII e XIX, Viamão, no atual Rio Grande do Sul, a Sorocaba, no atual estado de São Paulo, formando, ao longo do trajeto, povoados a partir dos pousos – locais de descanso. Assinale a alternativa que corresponde corretamente aos agentes e ao movimento referido.

- a) Cavaleiros transportando mercadorias do Pantanal.
- b) Bandeirantes à procura de índios, ouro e pedras preciosas.
- c) Tropeiros, com mulas, cavalos e bois, transportando mercadorias.
- d) Viajantes em cavalos e mulas, para transportar ouro e pedras preciosas.
- e) Navegantes em pequenas embarcações, para explorar a costa do sul do Brasil.

10. Desde o alvorecer de São Paulo, as águas amarelas e quietas do Tietê despertaram sonhos de aventura e de riqueza.

NÓBREGA, Mello. História do Rio Tietê. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. p. 61.

Sobre esse rio, pode-se afirmar corretamente que

- a) foi utilizado pelos bandeirantes, como meio de transporte, na procura de ouro e na captura de indígenas.
- b) possibilitou o acesso de nordestinos a São Paulo, por ser o mais importante afluente do Rio São Francisco.
- c) se tornou poluído a partir do século XIX, em decorrência da intensa mineração desenvolvida ao longo de seu leito.
- d) facilitou a intensa urbanização da capital paulista pelo fato de suas águas correrem no sentido interior-litoral e de ter sua foz no litoral.
- e) exerceu importante papel no século XVIII, uma vez que possibilitou o escoamento da produção cafeeira do oeste paulista até o porto de Santos.

11. Feitas as contas, a historiografia tradicional do bandeirantismo errou na proposição secundária (as bandeiras caçavam índios para vendê-los no Norte), mas acertou na principal

(as bandeiras foram originadas pela quebra do tráfico atlântico): os anos 1625-50 configuram, incontestavelmente, um período de “fome de cativos”.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Esse “período de ‘fome de cativos’” relacionou-se

- aos conflitos entre os holandeses e os portugueses no controle sobre o tráfico negreiro africano.
- às inúmeras guerras internas na África, que diminuiram drasticamente a oferta de homens para o tráfico intercontinental.
- à ascensão da marinha de guerra inglesa que, interessada na exploração da África, conteve a retirada de homens do continente.
- à ação militar e diplomática da França, que obteve o monopólio virtual do tráfico de escravos para a América.
- a importantes restrições de escravização dos africanos impostas pela Igreja Católica.

12. (ENEM) É preciso ressaltar que, de todas as capitanias brasileiras, Minas era a mais urbanizada. Não havia ali hegemonia de um ou dois grandes centros. A região era repleta de vilas e arraiais, grandes e pequenos, em cujas ruas muita gente circulava.

PAIVA, E. F. *O ouro e as transformações na sociedade colonial*. São Paulo: Atual, 1998.

As regiões da América portuguesa tiveram distintas lógicas de ocupação. Uma explicação para a especificidade da região descrita no texto está identificada na

- apropriação cultural diante das influências externas.
- produção manufatureira diante do exclusivo comercial.
- insubordinação religiosa diante da hierarquia eclesiástica.
- fiscalização estatal diante das particularidades econômicas.
- autonomia administrativa diante das instituições metropolitanas.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

C 2,3,5
H 10,11,13,15,22,23

Módulo

3

As revoltas coloniais; Período Joanino e a transição para a independência

A crise do açúcar impulsionou a busca por atividades econômicas que sustentassem os cofres do Estado português, abalados pela União Ibérica e pelo endividamento com a Inglaterra, a nova parceira do Império Luso.

Como a Coroa não desejava lidar com todo o prejuízo ocasionado pelos maus negócios do passado, a exploração metropolitana sobre o Brasil foi intensificada.

A elevação da tributação e o aprofundamento da fiscalização motivaram o surgimento de movimentos locais, ou nativistas, contrários às determinações tributárias e fiscais por parte da Coroa.

Eram movimentos contestatórios, mas não explicitavam um desejo real pela emancipação, tampouco apresentavam um projeto de Estado independente. Não desenvolveram ideais que buscassem mudanças mais profundas na realidade socioeconômica local.

Dentre esses movimentos, alguns foram bastante representativos para a realidade da história colonial brasileira e serão estudados a seguir.

Movimentos nativistas

Revolta de Beckman (1684)

Tendo como líderes os irmãos Beckman (Manuel e Tomás Beckman), a Revolta de Beckman, no Maranhão, foi um conflito que envolvia divergências entre os proprietários de terras, a Companhia de Comércio e a missão jesuítica na região.



Índio atravessando um riacho (O caçador de escravos), de Jean-Baptiste Debret. A escravidão indígena foi uma das causas da Revolta de Beckman.

Os fazendeiros tinham como atividade econômica a exploração das drogas do sertão e do algodão.

A Companhia de Comércio comprava os produtos locais por preços mais baixos e vendia seus artigos importados por valores bem elevados, gerando uma forte disparidade. Além disso, o abastecimento de mão de obra escrava, de responsabilidade da Companhia, era precário, pois fornecia um número de escravos que não atendia às necessidades produtivas, fazendo com que os proprietários maranhenses explorassem a mão de obra indígena. Esse fato impulsionava os conflitos entre os colonos e os jesuítas.

Os rebeldes expulsaram os representantes da Companhia e os jesuítas, instalando um governo provisório, comandado por Manuel Beckman.

Representando os revoltosos, Tomás Beckman foi a Portugal negociar com o rei. Contudo, o movimento chegou ao fim sob a intervenção da Coroa portuguesa, que prendeu Tomás Beckman e ordenou o enforcamento dos líderes.

O rei português designou um novo administrador para o Maranhão, o qual sufocou a revolta. Porém, ficou evidente para os dirigentes da metrópole que a Companhia de Comércio realmente não exercia suas funções, sendo extinta em 1685.

Guerra dos Emboabas (1708-1709)



Pintura representando a Guerra dos Emboabas.

A Guerra dos Emboabas pode ser explicada pelo conflito entre paulistas e forasteiros, que disputavam a riqueza mineral na região das Minas Gerais.

Os paulistas, ao descobrirem ouro na região, reclamavam para si o direito prioritário de explorarem o território mineiro, apelidando os demais estrangeiros e, principalmente, os portugueses de **emboabas**, os quais eram majoritários em quantidade.

O apogeu das tensões deu-se no episódio conhecido como Capão da Traição, no qual os paulistas se entregaram com a promessa de que seriam poupados; contudo, esse acordo não foi cumprido, e mais de 300 paulistas foram executados, o que levou a Coroa lusa a separar as capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo do controle do Rio de Janeiro.

Com a nova capitania, foi criada também uma nova administração, com o objetivo não só de evitar novas revoltas, mas também de permitir a arrecadação dos tributos sobre os metais preciosos da região.

Muitos bandeirantes paulistas acabaram migrando para Goiás e Mato Grosso na tentativa de encontrarem jazidas naqueles territórios, contribuindo para o desbravamento da região.

O enriquecimento de paulistas fez com que muitos investissem na produção de gêneros de alimentos e em pequenas empresas que transportavam mercadorias, abastecendo a região das Minas e promovendo um importante intercâmbio com São Paulo.

Guerra dos Mascates (1710-1711)

A Guerra dos Mascates foi um confronto entre os proprietários de terras de Olinda e os comerciantes do Recife, chamados de mascates.

Os senhores de engenho passaram a contrair empréstimos dos comerciantes recifenses, uma vez que tiveram muitas perdas financeiras com a crise da economia açucareira. Os seus credores eram os ricos comerciantes portugueses que habitavam Recife.

Mesmo com a decadência econômica, Olinda continuava sendo o centro político, enquanto Recife, em maior prosperidade pela expansão comercial, ficava submetida ao controle político de Olinda.

Então, Recife iniciou um processo de independência política em relação a Olinda, mas isso contrariava os interesses dos senhores de engenho, pois eles perderiam a arrecadação dos impostos pagos pelo povo de Olinda, os quais passariam a ser cobrados por Recife, caso esse povoado alcançasse o controle político sobre Pernambuco.

Apesar de toda a oposição, em 1709, a Coroa portuguesa concedeu a Carta Régia, a qual elevava o povoado do Recife à condição de vila.

Os senhores de engenho organizaram uma tropa, reagindo violentamente. Atacaram Recife, queimaram a Carta Régia e feriram o capitão-mor, maior autoridade local, o qual, logo após o ataque, fugiu. Os mascates não se intimidaram e reagiram intensamente aos ataques dos senhores.

Os conflitos duraram até 1711, quando o novo capitão-mor desembarcou em Recife trazendo tropas e ordens explícitas para o restabelecimento da paz e para o cumprimento do decreto que elevava Recife à categoria de vila.



O mascate com seus escravos, de Henry Chamberlain.

Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (1720)

A Revolta de Filipe dos Santos foi um embate que ocorreu em Vila Rica (atual Ouro Preto), e suas raízes inserem-se na contestação dos mineradores da região das Minas diante da elevada tributação combinada à implantação das casas de fundição.

As casas de fundição representavam a estratégia da Coroa portuguesa para coibir o contrabando e estabelecer tributos sobre o ouro. De acordo com o regimento da Intendência das Minas, era proibida a circulação do ouro em pó; dessa forma, as casas de fundição transformariam o ouro em barras e aplicariam o selo da Coroa portuguesa.

Os revoltosos invadiram Vila Rica fazendo protestos pelas ruas da província. Entre as reivindicações estavam a redução dos tributos e o fim das casas de fundição. Sob o comando de Filipe dos Santos, os rebeldes não abaixariam as armas até que os pleitos fossem atendidos.

O governador aceitou as exigências somente para ganhar tempo, pois, enquanto os revoltosos esperavam as ações prometidas, ele organizava tropas para reprimir a revolta, prendendo vários participantes e condenando Filipe dos Santos à morte.

A execução de Filipe dos Santos foi uma medida punitiva para desestimular outras rebeliões coloniais. O castigo viraria exemplo para que outros rebeldes não contestassem as decisões da Coroa portuguesa.



Julgamento de Filipe dos Santos, de Antônio Parreiras.

Transição para o emancipacionismo

As revoltas nativistas precederam os movimentos emancipacionistas que se seguiriam no contexto da crise do sistema colonial, no século XVIII.

A Coroa portuguesa era ambiciosa e, naturalmente, em seu projeto mercantilista, buscava, de todas as formas, a ampliação do seu universo de arrecadação.

A intervenção do Marquês de Pombal (Sebastião José Carvalho e Melo) é a prova disso. O ministro do rei D. José buscava aumentar a centralização administrativa em Portugal, tornando o reino mais eficiente e moderno para combater o déficit na Coroa.

Sua atuação no Brasil foi marcada pelo aumento da fiscalização e da arrecadação sob a forma de diferentes estratégias.



Marquês de Pombal, de Louis-Michel van Loo.

O Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil, acusando-os de querer formar um império na América, e ane-xou as propriedades da Companhia de Jesus. Dessa forma, o patrimônio territorial da Coroa aumentaria com o potencial extrativo daquelas terras.

Implantou o subsídio literário para o custeio da educação na colônia, que passou a ser de responsabilidade do Estado, como medida para difundir, cada vez mais, os valores cultu-rais e políticos da Coroa, que deveriam ser divulgados por meio da língua portuguesa.

Promoveu a extinção das capitânicas hereditárias, as quais foram incorporadas ao controle da Coroa, com o intento de aumentar a exploração sobre elas.

Além disso, sempre com o olhar na arrecadação, impôs a **derrama** e a cobrança dos tributos atrasados, alterou a capital da colônia para o Rio de Janeiro e transferiu a responsabilidade sobre a extração de diamantes para a Coroa. Também criou compa-nhias de comércio, como a do Maranhão e a do Grão-Pará, para proteger o monopólio dos produtos portugueses. Esse conjunto de determinações constituiria uma importante estratégia para que a Coroa tivesse suas perdas reduzidas com a crise mineradora que se aproximava. Dessa forma, constata-se que o Marquês de Pombal, ao mesmo tempo em que criava dispositivos de desenvolvimento na colônia, ampliava a arrecadação de Portugal.

A morte de D. José, rei de Portugal, somada às oposições ao marquês (considerado um déspota esclarecido), fez com que o ministro se afastasse do governo.

As ideias iluministas eram uma realidade na Inglaterra e na França. As revoluções burguesas, influenciadas por essas ideias, começaram a modificar os antigos padrões que interligavam as metrópoles às respectivas colônias.

Os filhos da elite colonial no Brasil e os representantes da classe média, que estudavam na Europa, começaram a difundir os ideais iluministas para as regiões mais desenvolvidas da colônia.

Somando-se a isso as próprias ambições da elite colonial, que não tolerava dividir os seus lucros com a metrópole lusa, e o aumento da carga tributária metropolitana, combinados à crise mineradora, geravam descontentamentos e projetavam manifestações emancipacionistas.

Movimentos emancipacionistas

Conjuração ou Inconfidência Mineira (1789)

A Conjuração Mineira foi a manifestação de descontentamento da elite colonial ante à elevada carga tributária, no contexto da crise mineradora.

É compreendida como um movimento emancipacionista, pois os conjurados queriam a separação da capitania das Minas Gerais da metrópole e, conseqüentemente, do sistema colonial imposto por ela.

Muitos membros da elite mineira eram influenciados pelas ideias iluministas, que impulsionaram as revoluções burguesas contestadoras dos padrões impostos pelo Antigo Regime, e pelo movimento de independência dos EUA, não aceitando o modelo socioeconômico ao qual a colônia estava submetida.

Dentre os objetivos dos conjurados, é possível citar o desejo por uma república independente de Portugal, a redução de impostos, a abertura dos portos, o incentivo ao desenvol-vimento industrial e comercial, a transferência da capital para São João del Rei, a criação de faculdades em Vila Rica e a criação de uma nova bandeira com o lema *Libertas quae sera tamen* (liberdade ainda que tardia).

O movimento, embora heterogêneo, com a participação de proprietários de terra, militares, comerciantes, poetas, pa-dres, dentre outras categorias sociais, não apresentou uma

composição popular e não expressou um desejo genuíno por um reformismo que contemplasse as massas populares, con-servando um padrão elitista, sem alusão ao abolicionismo ou a um reformismo mais radical.

Na composição do movimento, participaram Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, o cônego Luís Vieira, Alvarenga Peixoto, Domingos de Abreu, Francisco de Paula Freire, Joaquim Silvério dos Reis e Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes.

Tiradentes, considerado o desafortunado do movimento, foi quem promoveu a ligação entre os conspiradores e as cama-das populares, pleiteando, inclusive, apoio em outras cidades.

No final de 1788, os conjurados se reuniram por diversas ve-zes, e, na última, a mais importante, eles decidiram que a cons-piração eclodiria no dia previsto para a realização da derrama, momento esse em que a população, furiosa por ter os seus bens apreendidos, protestaria contra a Coroa portuguesa e prenderia o Visconde de Barbacena, representante da Coroa.



A mais importante reunião da Conjuração Mineira, de Pedro Américo.

No entanto, o conjurado Joaquim Silvério dos Reis delatou seus companheiros em troca do perdão de suas dívidas com a Coroa. As tropas metropolitanas aprisionaram os participantes, que foram enviados ao Rio de Janeiro para julgamento. Todos negaram participação no movimento, menos Joaquim José da Silva Xavier, que se declarou líder da conspiração. Os conjura-dos foram condenados à morte, mas tiveram a pena substituída por banimento, com exceção de Tiradentes, que foi enforcado e esquartejado, no dia 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro.

Um dos grandes desafios para o estudo relativo à Conjuração Mineira é a escassez de provas materiais, pois muitos documen-tos foram produzidos pelas autoridades da Coroa, por meio de inquéritos e interrogatórios.

Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates (1798)

A Conjuração Baiana foi um movimento emancipacionista com a participação de integrantes das camadas sociais consi-deradas subalternas.

Estavam entre os seus componentes soldados, alfaiates, sapateiros, artesãos, escravos e negros alforriados e integrantes das camadas médias influenciados pelo Iluminismo. Também participaram advogados, professores e médicos. Dentre os líderes, destacaram-se João de Deus, Lucas Dantas, Francisco Gomes, Francisco Barreto e Cipriano Barata.

A influência recebida advinha da conjuntura internacional, marcada pelas revoluções americana e francesa e pela inde-pendência do Haiti, feita por negros escravos. Além disso, havia as próprias contradições que pontuavam a realidade colonial brasileira, como a expressiva carga tributária e a crise de alimentos em Salvador.

A Ordem dos Cavaleiros da Luz, de influência maçônica, participou do movimento em um primeiro instante e era forma-da por membros da aristocracia baiana e das camadas médias.

Porém, logo as elites deixaram o movimento, diante da possibilidade de sua radicalização popular e do próprio discurso abolicionista que ascendia.

Eram objetivos do movimento implantar uma república, promover a abertura dos portos e desenvolver o comércio, somando-se a isso os ideais populares do abolicionismo, a reforma educacional e as melhorias salariais para os soldados.

Os participantes manifestaram-se em Salvador, espalhando pela cidade cartazes que divulgavam suas ideias.



Praça da Piedade, local em que os conjurados foram executados.

O movimento estava apenas no início, mas o grupo foi delatado e uma repressão violenta o conteve. Os conjurados foram presos, e quatro dos líderes foram enforcados e esquartejados.

Revolução Pernambucana (1817)



Bandeira da Revolução Pernambucana que inspirou a atual bandeira de Pernambuco.

A capitania de Pernambuco era conhecida pelo fervor revolucionário explícito por seu passado de conflitos, como a Insurreição Pernambucana (1654) e a Guerra dos Mascates (1710).

Em meio à vinda da família real portuguesa para o Brasil, a carga tributária foi ampliada para pagar os custos da Corte. Isso aprofundou a situação de debilidade econômica da capitania de Pernambuco, que vivia uma crise agrícola relacionada à baixa dos preços do açúcar e do algodão, o que tornava a situação ainda mais tensa.

O movimento emancipacionista pernambucano buscava a instalação de uma república e contava com a participação de setores médios, como advogados, padres e comerciantes que, influenciados pelas ideias libertárias europeias e americanas, reivindicavam a separação diante da metrópole lusa e a plena liberdade de expressão.

Dentre os líderes dos revoltosos, destacam-se os nomes de Domingos José Martins e de Miguel Joaquim de Almeida e Castro, que derrubaram o governo local e estabeleceram uma república, cancelando os tributos e decretando plena liberdade política, com Recife como sede revolucionária.

O caráter libertário do movimento acabou incomodando os aristocratas, mesmo observando que o novo governo revolucionário conservava a propriedade privada, pois sentiram-se ameaçados pelos ideais abolicionistas dos integrantes do movimento.

O governo republicano durou pouco mais de dois meses, pois, diante da desarticulação interna, o movimento ficou cada vez mais frágil, sofrendo com as intervenções das tropas portuguesas advindas da Bahia e do Rio de Janeiro.

Muitos líderes foram presos e outros executados, como era de se esperar diante de movimentos contestatórios.

Período Joanino e a transição para a Independência

Período Joanino

Para analisar a implantação do governo joanino no Brasil, devem-se considerar os principais fatores em questão.

A conjuntura econômica era marcada pela expansão capitalista atrelada à Revolução Industrial. Com a transição para o capitalismo na Europa Ocidental, o feudalismo dava sinais de que alcançava o seu processo de finalização.

Na Europa, a contestação ao Antigo Regime era uma realidade. A eclosão das revoluções liberais manifestava-se com força, desestabilizando os Estados absolutistas e cedendo lugar para a ascensão de governos burgueses.

Na França, a Era Napoleônica transitava do consulado para a fase imperial. A expansão econômica francesa era uma realidade, pois o imperador já tinha dominado quase toda a Europa Ocidental, e as tensões com a rival Inglaterra multiplicavam-se.



Napoleão Bonaparte no campo de batalha de Eylau, em 1807.

Como Napoleão Bonaparte não conseguia conquistar militarmente a Inglaterra, ele resolveu enfrentá-la economicamente, determinando o Bloqueio Continental (1806), no qual as nações europeias deveriam fechar os seus portos para o comércio com a Inglaterra, sob ameaça de intervenção francesa.

O reflexo dessa conjuntura incidia em Portugal, já que o Estado português apresentava-se dependente da Inglaterra, o que acarretou uma série de dívidas. Caso a Coroa portuguesa rompesse com os ingleses, o Estado luso corria o sério risco de sofrer punições, inclusive tendo o seu patrimônio colonial ameaçado.

O príncipe regente D. João VI participou, em 1807, de uma convenção secreta cujo intuito era planejar a transferência da Corte para o Brasil, sob a escolta da Inglaterra. Esse plano era organizado há tempos, com o objetivo de impedir a separação de algumas regiões brasileiras, evitando a implantação de pequenas repúblicas, mas, devido à resistência das classes dominantes da metrópole, o plano foi abandonado. No entanto, sob essa circunstância diferenciada, o projeto foi posto em prática.

O Brasil encontrava-se na condição de patrimônio colonial que mais poderia oferecer benefícios para a Coroa lusa. Além disso, é importante lembrar que os lusitanos acreditavam que



SIQUEIRA, Domingos A. de. Retrato de D. João VI, Rei de Portugal. Óleo sobre tela, 102 cm x 77 cm.

poderiam intensificar o controle e a exploração sobre a colônia, impedindo manifestações emancipacionistas. Verificou-se, entretanto, o contrário em termos de submissão à Coroa.

Diante das pressões napoleônicas e da iminente ameaça de invasão das tropas franco-espanholas, em novembro de 1807, a fuga da família real materializou-se. A frase “não corram, eles pensarão que estamos fugindo”, de D. Maria I, era só mais um detalhe icônico em meio ao episódio novelesco que se delineava.

Nunca tantas pessoas embarcaram ao mesmo tempo no cais portugueses: algo em torno de 15 mil, entre funcionários e nobres da Corte, segundo dados da historiografia tradicional, que são, na atualidade, alvos de contestações.

A viagem teve suas dificuldades, como a carência de água potável, a ameaça do escorbuto e a peste de piolhos que acometeu a tripulação.

A Corte chegou em março de 1808, primeiro na Bahia, depois instalando-se no Rio de Janeiro. Mas, antes mesmo de desembarcar no Brasil, já demonstrava o caráter autoritário de seu governo, expulsando o povo de suas moradias, pois a colônia não tinha estrutura para receber toda aquela gente.

A transferência da Corte gerou uma série de transformações no território brasileiro, as quais estimularam a dinâmica emancipacionista da elite brasileira.



Selo postal em comemoração à chegada da família real ao Rio de Janeiro.

O governo de D. João VI no Brasil tomou diversas providências com o intuito de estabilizar a administração do império colonial luso. Dentre elas, a abertura dos portos às nações amigas (1808) e a Revogação do Alvará de 1785, que proibia a instalação de indústrias e manufaturas no Brasil, com o objetivo de aumentar a arrecadação para o sustento do Estado português, agora instalado no Rio de Janeiro.

O que será constatado nas próximas considerações diz respeito a um conjunto de implementações que proporcionaram uma nova vida urbana e administrativa para o Brasil.

- Construção do Paço Imperial, formalizando uma sede da realeza no Brasil, ao mesmo tempo em que transmitia um caráter de controle real para os negócios de estado do Império.
- Montagem de um aparelho burocrático para desenvolver a administração da colônia e, logicamente, o controle das demais áreas coloniais do Império luso, que seriam administradas a partir do Brasil.
- Criação do Banco do Brasil, que foi, certamente, outro grande marco. O objetivo era facilitar as atividades de crédito e de arrecadação pública que armazenavam as contas do Estado para o pagamento da burocracia da Coroa. Uma série de vícios foram constatados nesse período: funcionários fantasmas, créditos salariais sem trabalhos prestados, dentre outros males que influenciaram negativamente o Estado brasileiro.



Vista do Largo do Paço, de Jean-Baptiste Debret. O Paço Imperial é o prédio do lado esquerdo da imagem.

As relações com a Inglaterra continuavam firmes e materializadas pelos novos tratados e acordos comerciais: o Tratado de Aliança e Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação, ambos assinados em 1810.

A Inglaterra confirmava seus privilégios no império colonial luso e, evidentemente, no Brasil, podendo navegar no litoral nordestino, explorar madeira nobre, ter acesso a um porto neutro e receber a autonomia religiosa e diplomática no território colonial, desfrutando da liberdade de seus cidadãos não se sujeitarem à Inquisição ou ainda a tribunais portugueses.

Dos privilégios britânicos, o mais expressivo foi a tarifa especial para os seus produtos industrializados: enquanto os portugueses pagavam 16% e as outras nações amigas, 24%, os ingleses pagavam 15%. Constatam-se aqui as pré-condições para que a indústria inglesa se expandisse utilizando o mercado brasileiro, enquanto a indústria portuguesa viveria em uma condição de insuficiência, se comparada à potência britânica.

Logo com a chegada, a Coroa lusa declarou guerra à França e avançou, em 1809, contra a Guiana Francesa. Além disso, realizou incursões na região do Prata, invadindo territórios pertencentes à Espanha, aproveitando-se das guerras de independência da América espanhola, que originou a província Cisplatina.

Visando proporcionar o ambiente europeu para o Brasil e permitir que as cortes se acostumassem, cada vez mais, à nova realidade, uma série de implementações administrativas, urbanísticas e culturais foram estabelecidas, como a Biblioteca Real, o Teatro Real, a Impressão Régia, o Jardim Botânico, a Academia de Belas Artes, a Academia Militar e as escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

Para impulsionar o requinte cultural, o governo joanino promoveu o financiamento da missão artística francesa, para que os portugueses instalados no Brasil não perdessem o vislumbre da atmosfera cultural europeia. Porém, nessa ocasião, a técnica europeia era transportada para ressaltar as paisagens e os costumes brasileiros, na qual se destacou o pintor Jean-Baptiste Debret.



Aldeia de caboclos em Cantagalo, de Jean-Baptiste Debret.

Com a derrota napoleônica na Europa, em 1815, outra grande mudança estava para acontecer no Brasil: D. João VI, para participar do Congresso de Viena e opinar sobre a reconfiguração do mapa político europeu, tinha que estar juridicamente em solo metropolitano, o que o obrigou a elevar o Brasil à condição de reino unido a Portugal e Algarves (1815).

Entretanto, elevar o Brasil a essa condição, segundo os conselheiros de D. João VI, poderia ser um estratégico entrave para retardar a emancipação da colônia, já que, a cada ano, ela se desenvolvia aceleradamente, o que levou os analistas a crerem que a independência seria algo inevitável.

Com a elevação a reino unido, a reversão consumava-se. O Brasil, que no passado era uma rica colônia lusa, agora teria a condição oficial de reino, sede metropolitana e centro administrativo imperial.

Nacionalistas portugueses, pertencentes à burguesia, não aceitaram essa condição de forma plenamente pacífica. Em 1817, eclodiu a Revolução Pernambucana, que requeria a independência do Brasil e a instalação de uma república, e, em 1820, ocorreu a Revolução Liberal do Porto, representante da expressão de um movimento repleto de contradições.

Revolução Liberal do Porto (1820)

A Revolução Liberal lutava pela implantação de uma monarquia liberal, com um Parlamento atuante e uma nova Constituição para Portugal, de elementos iluministas, seguindo as posturas liberais que influenciavam alguns países da Europa. Buscava, ainda, o retorno da Corte e da família real para Portugal.

Muitos brasileiros entendiam que a revolução teria aspectos positivos para a relação Brasil-Portugal, já que o Brasil era reino unido e participaria também das transformações liberais. No entanto, não foi o que ocorreu, pois a Revolução Liberal do Porto era contraditória: ao mesmo tempo em que expressava o interesse de orientar o Estado luso por princípios liberais, exigia a recolonização do Brasil com o imediato fechamento dos portos. Os princípios liberais não se combinavam com os padrões mercantilistas, os quais exigiam a recolonização.

As pressões intensificaram-se para que a família real deixasse o Brasil e retornasse para Portugal. Em meio às pressões, D. João VI entendia que os laços entre Brasil e Portugal se perpetuariam caso seu filho D. Pedro I permanecesse no Brasil. Seria bem melhor para a família real deixar um dos seus a ter que entregar essas terras a qualquer um. A saída de D. João VI foi emblemática para a crise econômica colonial, já que ele levou consigo todo o capital do Banco do Brasil, levando-o à falência. A comprovação do parasitismo lusitano ante a realidade econômica brasileira era um fato. Mesmo na condição de reino unido, o Brasil continuava com os seus cofres arruinados pelos nobres portugueses.



D. Pedro I

Independência (1822)

A aristocracia rural, os burocratas, os comerciantes brasileiros e até os portugueses que tinham vínculo ou negócios com o Brasil eram contrários à recolonização. Diante dessa postura, reuniram-se em um grupo político conhecido como Partido Brasileiro, que requeria o apoio de D. Pedro I contra a recolonização.

Mesmo após o Dia do Fico (9 de janeiro de 1822) e a declaração de permanência no Brasil, as pressões não cessavam sobre o príncipe. O grande dilema de D. Pedro I era retornar para Portugal e lá ser mais um na escala sucessória, ou permanecer no Brasil e tornar-se imperador perpétuo dessas terras.

A aristocracia brasileira não aceitava a recolonização, o que levaria ao fechamento dos portos, um retrocesso em termos políticos e econômicos, já que ela, desde a abertura dos portos em 1808, manteve um contato com o mundo capitalista de tal forma que os valores universais regentes

nos Estados independentes se propagaram no Brasil. Então, a pressão não era apenas de Portugal, mas também dessa aristocracia, receosa ante a possibilidade da recolonização e a ameaça de intervenção por parte das forças portuguesas.

Com o afastamento dos ministros portugueses, D. Pedro I aprovou um ministério de brasileiros sob a liderança de José Bonifácio, que restringia, cada vez mais, as possibilidades de a Coroa portuguesa tomar decisões no Brasil sem a aprovação dele. Em junho de 1822, o príncipe consentia, por meio de uma Assembleia Constituinte, que fossem criados dispositivos legais para orientar a sociedade brasileira. A Coroa portuguesa revogou suas disposições e exigiu o retorno imediato de D. Pedro I, trazendo à tona a ameaça de invasão.

A declaração de independência foi inevitável ante o aprofundamento das tensões perante a Coroa portuguesa.

O dia 7 de setembro de 1822, visto e cultuado como a data da Proclamação da Independência, deve ser encarado sem tanta idealização, e sim com mais reflexão crítica. A Independência do Brasil foi o resultado de uma conjugação de forças internas e externas que levaram D. Pedro I a decretar o rompimento político do Brasil com Portugal.

O grande contingente populacional brasileiro ficou completamente à margem do processo político, não participando da Independência, tampouco desfrutando dos benefícios do ato de emancipação.

O ato elitista procurava afastar negros, pardos e pobres do exercício do poder, portanto, combater o "haitianismo" que assustava a aristocracia.



MOREAUX, François René.

A proclamação da Independência. 1844.

Atividades para sala

- Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e do Brasil pelo Marquês de Pombal. Nas reformas pombalinas, a expulsão dos jesuítas foi capítulo dos mais dramáticos, ousados e radicais, demonstrando até que ponto se reafirmava a soberania do Estado português na colônia.

História do Brasil: Uma interpretação, de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez. (adaptado)

Os problemas em questão têm por origem o seguinte:

- Pombal acusava a Companhia de Jesus de formar um verdadeiro Estado dentro do Estado e resistir ao poder do rei.
 - Pombal condenava o monopólio do comércio de escravos africanos pela Companhia de Jesus.
 - Pombal se ressentiu da recusa por parte da Companhia de Jesus de participar da colonização do Estado do Grão-Pará e Maranhão.
 - Pombal rompeu com os jesuítas após a Companhia de Jesus apresentar uma decidida condenação ao tráfico negreiro praticado pelo governo português.
 - Os jesuítas apoiavam as pretensões espanholas nas negociações dos tratados de limites ocorridos no século XVIII.
- (ENEM) O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que "Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância".

MAXWELL, Kenneth. *Condicionalismos da independência do Brasil*. In: SILVA, Maria Nizza (Org.). *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

- defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.
- propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.
- apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofreu influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.
- defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

3. Era óbvia a sedução que o enforcamento do alferes representava para o governo português: pouca gente levaria a sério um movimento chefiado por um simples Tiradentes (e as autoridades lusas, depois de 1790, invariavelmente se referiam ao alferes por seu apelido de Tiradentes). Um julgamento-exibição, seguido pela execução pública de Silva Xavier, proporcionaria o impacto máximo, como advertência, ao mesmo tempo em que minimizaria e ridicularizaria os objetivos do movimento: Tiradentes seria um perfeito exemplo para outros colonos descontentes e tentados a pedir demais antes do tempo.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

O texto permite afirmar que

- o fato de o movimento ser chefiado por um simples Tiradentes foi a razão do seu fracasso.
- o governo tentou diminuir a relevância da revolta e aplicou punição exemplar em Tiradentes.
- o alferes foi enforcado por sua capacidade de liderar e seduzir os setores mais pobres do povo.
- o despreparo de Tiradentes acabou por frustrar os planos de revolta contra os portugueses.
- o movimento chefiado por Tiradentes não chegou a preocupar as autoridades portuguesas.

4. (ENEM) A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque

- a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- a dinamização da economia urbana retardava o letramento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.

5. O Brasil constituía então uma base essencial da economia portuguesa. A nossa exportação era quase toda (excetuando o vinho do Porto) canalizada para os portos brasileiros; a nossa importação vinha quase toda do Brasil; as matérias-primas tropicais faziam escala em Lisboa e daqui eram exportadas para o exterior. [...] A emancipação econômica do Brasil (em 1808) teve, portanto, consequências graves na economia portuguesa. A antiga colônia passara, em poucos anos, de fonte de rendimento à fonte de despesa.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1996. p. 274.

No contexto das medidas liberais decretadas por D. João VI no Brasil, a “emancipação econômica do Brasil”, que o historiador português apresenta como danosa à economia portuguesa, é resultado da

- autonomia administrativa advinda da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.
- autonomia financeira garantida com a criação do Banco do Brasil, que passou a emitir papel-moeda.
- liberação manufatureira estabelecida pelo Alvará de 1º de Abril, que permitiu as instalações de indústrias no Brasil.
- incrementação do comércio brasileiro a partir da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.
- liberdade de comércio estabelecida pelo Decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas de Portugal.

6. [...] todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos [...]. Se se continua a falar dos direitos dos homens, da igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num País de escravos que em qualquer outra parte [...].

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 482.

O texto anterior, escrito provavelmente por volta de 1823/1824, é parte de uma carta sobre a independência do Brasil, enviada por um observador europeu a D. João VI. Leia com atenção o texto e, a seguir, assinale a alternativa que expressa a configuração social do processo brasileiro de independência.

- A democracia racial, decorrente de uma intensa miscigenação durante o período colonial, contribuiu para conciliar, logo nos primeiros anos do Império, os interesses dos distintos grupos sociais.
- A “solução monárquica”, por meio da qual a jovem nação optava por afastar-se de seus vizinhos americanos e adotar modelos políticos europeus, foi historicamente necessária como instrumento de conciliação das raças no Brasil.
- O “haitianismo”, temor da elite branca brasileira de que se repetisse no Brasil uma revolução negra tal qual ocorrera no Haiti, limitou as bases sociais da independência e justificou manifestações como essa da carta transcrita.
- Em razão de temores como aquele expresso na carta citada, a independência fez-se acompanhar de um processo crescente de enfraquecimento da escravidão. Os mesmos grupos que lideraram o processo de independência liderariam, anos depois, a abolição da escravatura.
- O temor expresso na carta é infundado, pois além de contar com um número pequeno de escravos à época da independência, as relações entre os escravos e seus senhores, no Brasil, sempre foram cordiais, decorrendo justamente disso a noção de “democracia racial”.



Atividades propostas

1. (ENEM) A experiência que tenho de lidar com aldeias de diversas nações me tem feito ver que nunca índio fez grande confiança de branco e, se isto sucede com os que estão já civilizados, como não sucederá o mesmo com esses que estão ainda brutos.

NORONHA, M. Carta a J. Caldeira Brant. 2 jan. 1751. Apud CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas* (Goiás: 1749-1811). São Paulo: Nobel; Brasília: INL, 1983. (adaptado)

Em 1749, ao separar-se de São Paulo, a capitania de Goiás foi governada por D. Marcos de Noronha, que atendeu às diretrizes da política indigenista pombalina que incentivava a criação de aldeamentos em função

- das constantes rebeliões indígenas contra os brancos colonizadores, que ameaçavam a produção de ouro nas regiões mineradoras.
 - da propagação de doenças originadas do contato com os colonizadores, que dizimaram boa parte da população indígena.
 - do empenho das ordens religiosas em proteger o indígena da exploração, o que garantiu a sua supremacia na administração colonial.
 - da política racista da Coroa portuguesa, contrária à miscigenação, que organizava a sociedade em uma hierarquia dominada pelos brancos.
 - da necessidade de controle dos brancos sobre a população indígena, objetivando sua adaptação às exigências do trabalho regular.
2. À medida que o século chegava ao fim, agravava-se a tensão entre os comerciantes portugueses residentes em Recife e os produtores luso-brasileiros. Esse atrito assumiu a forma de uma contenda municipal entre Recife e Olinda, ou seja, entre o credor urbano e o devedor rural. Olinda era a principal cidade de Pernambuco e sediava as principais instituições locais. Lá os senhores de engenho tinham suas casas. Por outro lado, o porto de Recife, a poucos quilômetros de distância, era o principal local do embarque das exportações de açúcar da capitania.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Ed. 34, 2015.

A tensão mencionada no texto contribuiu para desencadear qual das rebeliões coloniais citadas a seguir?

- Aclamação de Amador Bueno da Ribeira.
 - Revolta de Beckman.
 - Guerra dos Mascates.
 - Guerra dos Emboabas.
 - Revolta de Filipe dos Santos.
3. Em meados do século XVIII, o [...] Marquês de Pombal elaborou uma série de medidas visando a integrar as populações indígenas da América à sociedade colonial portuguesa, buscando não apenas o fim das discriminações sobre esses, mas a extinção das diferenças entre índios e brancos. [...] Como um dos elementos viabilizadores deste futuro, em que não seria possível distinguir brancos de índios, [...] enfatizava a necessidade da realização de casamentos mistos, assim como ordenava que os filhos gerados nestas uniões fossem considerados mais capacitados que os colonos brancos para ocupar cargos administrativos nas antigas aldeias indígenas transformadas em vilas e lugares portugueses.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, n. 23, p. 13-38, 2007. p. 24-25. (adaptado)

O projeto pombalino de integrar os índios da América portuguesa à sociedade colonial promoveu mudanças profundas no relacionamento entre as populações indígenas e a Coroa lusa. Na Região Amazônica, por exemplo, tratar os indígenas como súditos do Império Português era uma das estratégias adotadas pelo Estado lusitano com o intuito de

- garantir a posse do território.
 - estimular a escravização dos índios.
 - promover a colaboração com os jesuítas.
 - deslocar a população nativa para o Nordeste.
 - recrutar efetivos militares para a guerra na fronteira oeste.
4. Tanto na Conjuração Mineira quanto na Baiana, com graus e níveis diferenciados de envolvimento dos grupos mais pobres da população, estão presentes os seguintes aspectos do pensamento iluminista.

FREITAS NETO, João A. de; TASINAFIO, Célio Ricardo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Harbra, 2011.

Assinale a alternativa que aponta aspectos dessa influência iluminista.

- A Conjuração Baiana defendia o regime monárquico e não teve a participação popular como a Mineira, embora adotasse as ideias liberais.
 - O movimento rebelde que teria sido deflagrado na Capitania de Minas Gerais em 1789 defendia o centralismo lusitano, porque sua principal preocupação era com a libertação dos escravos.
 - As noções de que os governos deveriam existir para garantir direitos naturais dos homens, como a liberdade, e a ideia de que a soberania residia no povo, e não no monarca.
 - Compreendiam que as leis deveriam expressar a vontade da nobreza e do clero, e não a dos escravos.
 - A experiência de independência dos Estados Unidos da América em 1776 não influenciou as Conjurações Baiana e Mineira, apesar de ambas defenderem ideias liberais.
5. A resistência dos negros à escravidão já se manifestava na própria África. Em Angola, por exemplo, milhares de negros reuniram-se em acampamentos fortificados denominados *kilombos*, de onde partiam, armados, para tentar destruir as tribos que forneciam escravos para os europeus.

FARIA, R.; MIRANDA, M.; CAMPOS, H. *Estudos de História*. São Paulo: FTD, 2009. p. 286.

Na história dos negros no Brasil, além da permanente “resistência surda” por meio de assassinatos de senhores, fugas, suicídios e infanticídios, houve ativa e expressiva participação política de líderes e revoltosos negros em movimentos como a

- Revolta de Beckman, no Maranhão, no século XVII, e a Guerra dos Emboabas, na região das Minas, no século XVIII.
 - Guerra dos Mascates em Pernambuco e a Revolta de Filipe dos Santos em Vila Rica, ambas no século XVIII.
 - Inconfidência Mineira, no século XVIII, e a Revolução Pernambucana, no século XIX.
 - Conjuração Baiana, no século XVIII, e a Revolta dos Malês, na Bahia, no século XIX.
 - Guerra dos Farrapos, no sul do Brasil, e a Revolta “Sabinada”, na Bahia, ambas no século XIX.
6. Com relação à Conjuração Baiana, considere as afirmações a seguir.
- Seguiu o exemplo das inconfidências Mineira e do Rio de Janeiro, pois apresentava as mesmas motivações e características.
 - Objetivou a proclamação imediata da república, sob inspiração da Revolução Francesa, e defendeu o fim da escravidão.

HISTÓRIA

Ciências Humanas e suas Tecnologias

HISTÓRIA 1

Módulo 1

- | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. B | 2. C | 3. E | 4. A | 5. C |
| 6. B | 7. D | 8. B | 9. D | 10. E |
| 11. A | 12. A | 13. C | 14. B | 15. B |
| 16. E | 17. B | 18. E | | |

Módulo 2

- | | | | | |
|-------|-------|------|------|-------|
| 1. D | 2. C | 3. C | 4. D | 5. C |
| 6. B | 7. D | 8. D | 9. A | 10. B |
| 11. A | 12. A | | | |

Módulo 3

- | | | | | |
|-------|-------|------|------|-------|
| 1. C | 2. B | 3. A | 4. B | 5. C |
| 6. C | 7. C | 8. B | 9. C | 10. C |
| 11. C | 12. D | | | |

Módulo 4

- | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. B | 2. D | 3. B | 4. E | 5. D |
| 6. D | 7. E | 8. D | 9. E | 10. C |
| 11. B | 12. D | 13. D | 14. B | 15. A |
| 16. E | 17. C | 18. E | | |

Módulo 5

- | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. B | 2. D | 3. B | 4. C | 5. B |
| 6. A | 7. D | 8. C | 9. D | 10. C |
| 11. B | 12. E | 13. D | 14. E | 15. C |
| 16. B | 17. C | 18. B | | |

Módulo 6

- | | | | | |
|-------|-------|------|------|-------|
| 1. A | 2. A | 3. A | 4. C | 5. B |
| 6. D | 7. D | 8. B | 9. C | 10. A |
| 11. A | 12. B | | | |

HISTÓRIA 2

Módulo 1

- | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1. A | 2. A | 3. A | 4. C | 5. B |
| 6. A | 7. D | 8. E | 9. C | 10. E |
| 11. A | 12. D | 13. E | 14. D | 15. D |
| 16. E | 17. E | 18. C | | |

Módulo 2

- | | | | | |
|-------|-------|------|------|-------|
| 1. A | 2. A | 3. A | 4. C | 5. B |
| 6. C | 7. C | 8. A | 9. C | 10. A |
| 11. A | 12. D | | | |

Módulo 3

- | | | | | |
|-------|-------|------|------|-------|
| 1. E | 2. C | 3. A | 4. C | 5. D |
| 6. D | 7. B | 8. A | 9. D | 10. D |
| 11. C | 12. A | | | |



Utilize um leitor de QR Code do seu tablet ou smartphone e faça download do aplicativo SAS App.



Utilize um leitor de QR Code ou acesse www.portalsas.com.br para visualizar os gabaritos.



Referências

Constam, em nosso material didático, atividades escolhidas dos exames vestibulares das seguintes instituições de ensino:

AFA – Academia da Força Aérea Brasileira
CEFET-AL – Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-PE – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
CEFET-PR – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CESGRANRIO – Centro de Ensino Superior do Grande Rio
CN – Colégio Naval
CPS – Centro de Políticas Sociais
EEM-SP – Escola de Engenharia Mauá
EFOA-MG – Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPUSP-SP – Escola Politécnica da USP de São Paulo
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing
ETFC – Escola Técnica Federal do Ceará
FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado
FAFI-MG – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas
FAMECA – Faculdade de Medicina de Catanduva
FATEC-SP – Faculdade de Tecnologia de São Paulo
FCC – Fundação Carlos Chagas
FCM-MG – Faculdade de Ciências Médicas
FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEI – Faculdade de Engenharia Industrial
FESP-PE – Fundação de Ensino Superior de Pernambuco
FFCMPA – Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIUBE-MG – Faculdades Integradas de Uberaba
FMJ – Faculdade de Medicina de Jundiá
FMU/FIAM-SP – Faculdades Metropolitanas Unidas/Faculdades Integradas Alcântara Machado
FRF – Fundação Ricardo Franco
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular
GE – Guia do Estudante
IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFMG – Instituto Federal Minas Gerais
IME – Instituto Militar de Engenharia
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MACKENZIE – Universidade Presbiteriana Mackenzie
OBF – Olimpíada Brasileira de Física
OPF – Olimpíada Paulista de Física
OSEC – Organização Santamarense de Educação e Cultura
POLI – Escola Politécnica
PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UEAM – Universidade Estadual do Amazonas
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEFS-BA – Universidade Estadual de Feira de Santana
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF-RJ – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA-MG – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL-RS – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRP – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ-MG – Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM-RS – Universidade Federal de Santa Maria
UFSS-SC – Universidade Federal de Fronteira Sul do Estado de Santa Catarina
UFTPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFU-MG – Universidade Federal de Uberlândia
UFV-JM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFV-MG – Universidade Federal de Viçosa
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto
UNB – Universidade de Brasília
UNCISAL – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR – Universidade de Fortaleza
UNIMAR-SP – Universidade de Marília
UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos
UNIPA-MG – Universidade de Alegre
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISINOS-RJ – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITAU-SP – Universidade de Taubaté
UNIVALI-SC – Universidade do Vale do Itajaí
UPE – Universidade de Pernambuco
USJT-SP – Universidade de São Judas Tadeu
USP – Universidade de São Paulo
UTF-PR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UVA – Universidade Estadual do Vale do Acaraú
VUNESP – Vestibular da Universidade Federal Paulista